

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (*CAMPUS* SOROCABA) PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO – PPGEd-So

FÁBIO ALEXANDRE TARDELLI FILHO

**A EDUCAÇÃO NO JORNAL “O OPERÁRIO” (1909-1913): UMA ANÁLISE DAS
TENDÊNCIAS EDUCATIVAS**

SOROCABA/SP

2019

FÁBIO ALEXANDRE TARDELLI FILHO

**A EDUCAÇÃO NO JORNAL “O OPERÁRIO” (1909-1913): UMA ANÁLISE DAS
TENDÊNCIAS EDUCATIVAS**

Texto apresentado à apreciação da Banca de Defesa, como exigência do Mestrado em Educação do Programa e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGEd-So – UFSCar – Universidade Federal de São Carlos (*Campus Sorocaba*).

Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco Martins

Coorientadora: Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho

SOROCABA/SP

2019

Tardelli Filho, Fábio Alexandre

A EDUCAÇÃO NO JORNAL “O OPERÁRIO” (1909-1913): UMA ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS EDUCATIVAS / Fábio Alexandre Tardelli Filho. -- 2019.

214 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Marcos Francisco Martins

Banca examinadora: Marcos Francisco Martins, Luciana Cristina Salvatti Coutinho, Adalberto Coutinho Araújo Neto, Fabrício do Nascimento

Bibliografia

1. Educação. 2. História da Educação. 3. História de Sorocaba. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas – *Campus* Sorocaba

Programa de Pós-Graduação em Educação – *Campus* Sorocaba

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado do candidato Fábio Alexandre Tardelli Filho, realizada em 28/05/2019:

Prof. Dr. Marcos Francisco Martins

Instituição UFSCar - Sorocaba

Prof^a. Dr^a. Luciana Cristina Salvatti Coutinho

Instituição UFSCar - Sorocaba

Prof. Dr. Adalberto Coutinho Araújo Neto

Instituição Instituto Federal Piracicaba

Prof. Dr. Fabrício do Nascimento

Instituição UFSCar - Sorocaba

Dedico a todas as pessoas que insistem em sonhar e se dedicam em caminhar nessa dura vida de luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores, o Prof. Dr. Marcos Francisco Martins e a Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho. Foram importantes conversas e grandes recomendações que me fizeram. E também ao fato de acreditarem em meu trabalho, muito obrigado!

Agradeço imensamente aos professores que me apoiaram no começo dessa pesquisa. Cada um, a sua forma, trouxe uma contribuição vital: Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior, Prof. Dr. Marcos Soares de Oliveira, Profa. Dra. Lucia Lombardi, Profa. Dra. Katia Regina Moreno Caiado e a Profa. Dra. Vitória Azevedo.

Agradeço minha grande amiga e companheira por anos, Keyla Priscilla Rosado Pereira. Historiadora e grande feminista (meu braço esquerdo). Não acredito que tenha tido maior referência para minha pesquisa do que você, assim como pautou minha trajetória até essa etapa.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa a Profa. Dra. Jane Barros e o Prof. Dr. Adalberto Coutinho de Araújo Neto. Agradeço ao Prof. Dr. Fabrício do Nascimento por sua participação na banca de defesa dessa dissertação. Todas as recomendações foram bastante valiosas.

Aos meus professores de ensino básico: Julio Veredas, Mafra, Rodrigo Araújo (o Barão de Pirapora, precisa criar um personagem para mim na turma do Gato Branco), Rodrigo de Educação Física, as professoras Lourdinhas do Fundamental I, o lendário Chumbinho, Wilson Roberto (o Betão), as professoras de inglês Carol e Tati, professor “Mago” Marcos de literatura e outros. Dentro desse grupo estão três professores de História que são minhas maiores referências.

Agradeço aos meus amigos e amigas por diversas conversas em momentos de apoio, dificuldades e também de entusiasmo na luta: Bruno Camargo (obrigado pela tradução do texto do Argento e pelas conversas), Diva Amaral, professora Edna, meu amigo professor Jaime, Juliano Kuka, Jorge Facury, meu amigo punk-professor Maic, Ivan Godinho (meu braço direito), Gabriel (coordenador), Fernanda Mara (do PPGed), André Souza (amigo de boas conversas enquanto corto cabelo), ao povo do APEOESP na Escola e na Luta Alexandre Tardelli, Tania Mara, Tania Padilha e outros e outras, Eduarda Yumi (a amiga para conselhos furados), Luciano Júnior, Felipe Rodrigues, Fernanda Mirim, Wagner Assis e sua família, Keila Leandro, os camaradas Gustavo Velloso, Arnaldo e Maurício Parisi da célula do PCB

István Mészáros, os camaradas do 15 de Outubro: Silas, Edson Dantas (o único professor com quem eu literalmente dividi uma aula, justamente pela amizade) e demais, Felipe Nizuma, Everton Vinicius, Caíque Diogo, Clarissa de Oliveira, Érico Vinicius, Laís, Marco Sartori, Lili Yanaguizawa, Matheus (Boläxa), Kelly (a melhor estagiária), Professora Fatima (“Fatiminha”), Cris Madureira e camaradas da E.E. Jd. Daniel Haddad, Dani, Sandra e Márcia da E.E. Anna Cuevas, camaradas do GPForPp e tantos outros (as) camaradas que estiveram ao meu lado nessa jornada e tantos outros e outras que nessa jornada devido a minha postura “druidesca” eu não consegui encontrar.

Agradeço e deixo um imenso abraço aos ex-alunos e alunas que ao longo dos anos se tornaram meus grandes amigos: Guilherme Bertocco (parceiro e amigo), Letícia Thuler (amigas de cafés), Vinicius Ribeiro (o melhor jogador de RPG de todos os tempos e um bom amigo), Urubatan, Murilo Bompani, Larissa Yumi, Júlio Lima, Gabriel Munhos, Lucas Cabral, Renato Akira, Isis, Rui, Ellen, Cassiane Kidimura, Ester (super menina), Nicolas (o melhor suporte no *League of Legends*), Lucas, André de Piedade, Yukio, Felipão da Banca La Máfia, Edemerson, Kauany, Milenne, Marcos Bernardo, Guilherme Oliveira, João Cruz (próximo revolucionário e capitão do time 7), Camila Campos (a genial “*super sayajin*” do feminismo), Sabrina, Gui “O filho do Fábio” (apesar de ter perdido contato, estima eterna), Mariana (a maior marxista da próxima geração), os gênios do futebol Victor e Pedrinho. Os “agregados”, eu não esqueci de vocês... Douglas, Roberta, Fekete e Bolívia.

Estendo os agradecimentos aos demais estudantes, que eu não esqueci, entretanto não dava para incluir todo mundo aqui em uma lista gigantesca: E. E. Francisco Camargo César, sobretudo meus sétimos anos e meus nonos (9°C e professor Fábio, parceria que durará por nossas vidas), da E. E. Ezequiel Machado Nascimento, da E. E. Prof. Luiz Gonzaga Fleury, às escolas de Piedade-SP nas quais lecionei com destaque para duas nas quais a relação com os ex-estudantes é muito viva e presente a E. E. Theodora Ayres de Camargo e E.E. Profa. Maria Ignes Araújo Paula Santos. Estendo também ao meu grupo de alunos da “Akatsuki-LSI”, ainda que boa parte já tenha sido mencionada.

Agradeço a minha família pelo apoio e paciência com quantidade de vezes que os deixei de lado para focar nessa pesquisa. Meus pais (Fábio e Talita, por sempre me apoiarem, e minha mãe sempre preocupada comigo e a Keyla pesquisando, acabava fazendo e trazendo os melhores bolos para comermos algo), meu irmão Felipe (nada como derrotar ele no vídeo game), primos e primas (em especial as mais presentes em termos de contato pessoal Camila e

Melissa Tardelli), alguns tios e tias, minha avó Rosa (o melhor bolo de fubá de vó), Dudinha, e minha cachorrinha Alesha (minha companheira de filmes ruins e de escritas pela manhã).

Agradeço às minhas principais referências que pude ter a honra de conhecer ao longo de minha vida, cada um ao seu estilo, mas todos grandes lutadores e lutadoras, por uma sociedade mais justa e igualitária: Prof. Miguel Trujillo, Dep. Adriano Diogo, Dep. Carlos Gianazzi, Augusto Miranda (ilustrador maravilhoso), prof. João Zafalão e claro as muitas bandas de Metal que cruzei na vida: *Violator*, *Blasthrash*, *Blasfemador*, *Trovador*, *Flagelador*, *Lecher*, *Prepared to Kill*, *Eskröta*, *Kultist*, *Escarnium*, *Hippie Hunter*)- eu citei o Chico Buarque na pesquisa, mas meu coração é metal!

Em memória de meu avô paterno Alcino Tardelli “Seu Agemiro” de quem “roubei” o livro *Socialismo e espiritismo* (o senhor sempre foi uma grande referência pela sua força de vontade em estudar e desbravar a história, filosofia e ciências naturais), minha avó paterna Odete Vicchi Tardelli (o maior coração de todos), meu avô materno Moacir Pereira (o avô mais gente boa de todos os tempos) e de meus cãezinhos Princesa (a cachorrinha mais inteligente de todas) e Sr. Bilo (o “Fidel canino”, fez falta na conclusão dessa pesquisa sentir você meu pé enquanto estudava e escrevia). Obrigado por me humanizarem.

Em memória de meu ex-aluno Thomas Nogueira, engenheiro, e jovem sonhador da primeira turma para qual dei aula. Obrigado pela paciência e por acreditar no meu trabalho, ser um professor inexperiente é um grande desafio.

Eu não esqueci de tantas outras pessoas que eu tenho em boa estima e ou que tiveram alguma contribuição ao longo de todo esse processo... O problema é espaço para tantos agradecimentos, nesse sentido, deixo esse espaço na alma e no coração. Obrigado a todos e todas!

A ação do proletariado depende do grau de maturidade do desenvolvimento social, mas o desenvolvimento social não é independente do proletariado. Este é, em igual medida, sua força motriz e sua causa, assim como seu produto e sua consequência. Sua própria ação faz parte da história, contribuindo para determiná-la. E embora não possamos saltar por cima do desenvolvimento histórico, assim como um homem não pode saltar por cima da própria sombra, podemos, no entanto, acelera-lo ou retarda-lo.

Rosa Luxemburgo - *Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa*

Resumo: essa dissertação resultou de uma investigação exploratória, que se iniciou por volta de 2015 e teve como objetivo analisar as tendências educativas presentes no jornal sorocabano *O Operário* (1909-1913). A metodologia empregada na investigação foi a de tipo documental, com acesso ao fac-símile de quase todas as edições do jornal estudado, e bibliográfica, que ocorreu com a leitura de textos sobre o período histórico em que o periódico foi publicado, as tendências educativas e os comentadores dos fundamentos teórico-metodológicos que elas guardam. O periódico, fonte primária da pesquisa, que era bissemanal, possuía um sistema de publicação baseado, sobretudo, na colaboração por envio de textos de autores diversos. Por isso, suas páginas revelavam uma gama ampla de discussões, orientadas por paradigmas teórico-metodológicos de variadas tendências, dos positivismos, que tratavam em especial sobre as ciências da natureza e a religiosidade, aos socialismos e anarquismos. Apesar dos temas serem amplos, com a pesquisa aqui relatada foi possível alcançar o resultado esperado, qual seja, identificar e analisar propostas e debates sobre as tendências educacionais presentes no jornal.

Palavras Chaves: jornal *O Operário*, tendências educativas, classe operária, História da Educação, Primeira República.

Abstract: this dissertation resulted from an exploratory investigation, initiated around 2015 and that had the objective of analyze the educational trends presents in the Sorocaba's newspaper *O Operário* (1909-1913). The methodology used in this investigation was the documental type, based on the access to the facsimile that contains almost all the editions of the studied newspaper, and bibliographical, that occurred with the lecture of texts about the historical period which the newspaper was published, the educational trends and the commentators of the theoretical-methodological foundations they kept. The newspaper, primary font of this research, that was bi-weekly, had a publishing system based mainly on the collaboration of texts sent by various authors. Therefore, your pages reveal a wide range of discussions, oriented by diverse trends of theoretical-methodological paradigms, of the positivisms, which dealt especially about the sciences of nature and the religiosity, from the socialisms to the anarchisms. Although the themes were ample, with the research, related here, was possible to reach the expected result, that is, to identify and to analyze the proposals and debates about the educational trends presents in the newspaper.

Keywords: O Operário newspaper, educational trends, working class, History of Education, (Brazilian) First Republic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Oreste Ristori	109
Ilustração 2 - Fotografia da edição fac-similar do jornal <i>O Operário</i> , material compilado pelo professor e historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho	110
Ilustração 3 – Trecho do jornal <i>O Operário</i> artigo <i>A razão de ser sindicalismo</i> .	140
Ilustração 4 – Trecho do jornal <i>O Operário</i> artigo <i>Notas... a vapor</i> .	145
Ilustração 5 – Trecho do jornal <i>Oreste Ristori</i> .	148
Ilustração 6 – Trecho do jornal <i>Aos operários de Sorocaba</i> .	177
Ilustração 7 – Trecho do jornal <i>O que é socialismo</i> .	185
Ilustração 8 – Lista de livros vendidos pela equipe do jornal <i>A Lanterna</i> de São Paulo.	195
Ilustração 9 – Manifestação de operários no município de Cornellà de Llobregat, na província de Barcelona, Espanha nos anos 1970.	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de membros inscritos na AIT	47
Quadro 2 - Demonstrativo da liderança de movimentos de trabalhadores por nacionalidade e local	49
Quadro 3 - Brasil população ocupada (em milhares) entre 1872 a 1920	81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. PRIMEIRA REPÚBLICA E FORÇAS SOCIAIS PRESENTES NO DEBATE EDUCACIONAL.....	40
2.1 Considerações teóricas sobre classes sociais.....	55
2.2 Contexto econômico, político e social da Primeira República.....	61
2.3 Educação e elites políticas e econômicas.....	78
2.4 Movimento operário e iniciativas educacionais.....	89
2.5 A Igreja Católica e educação.....	104
3. SOROCABA NAS DÉCADAS DE 1910-1920: O CONTEXTO E AS FORÇAS SOCIAIS.....	111
3.1 O contexto econômico, político e social sorocabano.....	112
3.2 As forças sociais atuantes em Sorocaba.....	119
4. O JORNAL “O OPERÁRIO” (1909-1913) E A EDUCAÇÃO.....	134
4.1 O Jornal “O Operário” (1909-1913): origens e concepções de mundo nele presentes.....	152
4.2 As tendências educativas no Jornal “O Operário” (1909-1913).....	187
5. CONCLUSÃO.....	196
REFERÊNCIAS.....	201

1. INTRODUÇÃO

Esse presente trabalho carrega consigo não somente uma análise a respeito da educação no jornal *O Operário* (1909-1913), mas também toda a trajetória pessoal no que concerne a minha militância político-social e educacional ao longo dos anos que precederam o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-Sorocaba, pois o próprio levantamento de dados se iniciou anteriormente como consequência de meu engajamento em movimentos sociais populares, por constantemente viver engalado em busca de entender a classe trabalhadora sorocabana e, nesse processo, consequentemente, circudei *O Operário* e as referências nessa pesquisa utilizadas.

“A ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma violentamente em todos os níveis, do mais grosseiro ao mais refinado” (MÉSZÁROS, 1996, p. 15). Essa ideologia, que atende aos interesses de uma classe dominante, influenciando as relações de trabalho e sua organização na sociedade, se dá diretamente na educação. Para cada avanço e conquista que vivenciei, sendo por via dos colegas docentes ou do grupo de estudantes, incontáveis foram as marcas dessa violência do sistema social: as políticas públicas, a precarização dos contratos dos professores, as violências domésticas, abusos, casos de racismo, homofobia, machismo, cortes de recursos, falta de merenda e até de café e papel higiênico nas escolas. Duas categorias centrais dessa pesquisa: luta de classes e contradição, vem desse acúmulo pessoal, e encontrei diálogos salvadores e oxigenantes em Lenin, E.P. Thompson, Hobsbawm e em autores latino-americanos como Fidel Castro e Eduardo Galeano.

Os meus primeiros contatos com o jornal *O Operário* foram por volta de 2015, quando frequentei o Gabinete de Leitura Sorocabano em busca de artigos a respeito do principal clube de futebol da cidade de Sorocaba, o São Bento, com intuito de escrever algum material para o meu *blog/zine* Resíduos Tóxicos (<http://residuotoxico.blogspot.com/>). Já tinha ciência da existência do jornal *O Operário* desde os anos da faculdade de História e de que lá no Gabinete se encontravam versões originais, entretanto, as pesquisas naquele momento estavam restritas ao jornal *Cruzeiro do Sul* de 1913, na busca por alguns vestígios a respeito da fundação do clube sorocabano de futebol.

Porém, o que me chamou a atenção foi a quantidade ímpar de artigos no *Cruzeiro do Sul* sobre a questão da mulher. Comentei com a colega historiadora e militante feminista Keyla Priscilla Rosado Pereira e com a professora da UFSCar, Dra. Katia Regina Moreno Caiado. Ambas me estimularam a aprofundar os estudos para procurar outros debates, pois poderia encontrar naquele periódico uma gama ampla de assuntos interessantes. Foi então que, trabalhando com as edições do *Cruzeiro do Sul* de 1910, encontrei alguns artigos nos quais havia menções diretas ao *O Operário*, e normalmente se tratavam de artigos conflituosos e na linha de proteção ao patronado sorocabano. Senti que era hora de abandonar a pesquisa a respeito do clube de futebol São Bento. Entretanto, sem nenhum direcionamento acadêmico, os dados categorizados de artigos que considerava importantes foram ficando em um caderno de anotações.

Foi o professor de História da Educação, do curso de Pedagogia da UFSCar-Sorocaba, Arnaldo Pinto Júnior, quem direcionou essa categorização e trouxe a História da Educação¹ como campo de pesquisa real e viável. Comecei os trabalhos para o que seria um projeto de iniciação científica a respeito dos textos de educação no *O Operário*. Conciliava os trabalhos de ida ao Gabinete com aulas de História ministradas nas escolas estaduais de Sorocaba: Wilson Ramos Brandão e Professor Ezequiel Machado Nascimento, bem como com militâncias em movimentos sociais populares². Ao final de 2015, o Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior foi aprovado em concurso da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e para lá se transferiu. Apesar de ficar extremamente contente e desejar toda a felicidade por ele, foi um golpe em minha pesquisa, pois passei quase o ano de 2016 atrás de um orientador para essa iniciação científica, entre os diversos nomes cogitados foi o da Profa. Dra. Vitória Azevedo da Fonseca, que mais se aproximou de ser minha orientadora.

Entretanto, a pesquisa veio a congelar em 2016, pois foi o ano em que cumpri uma “duzentena”, uma penalidade contratual imposta aos professores contratados (portanto, não

¹ “A História da Educação carrega o duplo sentido da palavra história. Corresponde às tramas objetivas criadas pelos homens no trabalho, sistemático ou assistemático, de transmissão de vários tipos de conhecimento, valores etc. Ao mesmo tempo significa o estudo científico e a exposição dessas tramas (dando origem, portanto, a historiografia da educação)” (GHIRALDELLI Jr., 1991, p. 11). Minha pesquisa trabalha com os dois principais planos da história da educação, segundo GhiraldeLLi Jr (1991), o das políticas educacionais e o das construções pedagógico-didáticas.

² Naquela altura militava como professor voluntário da UJC-União da Juventude Comunista, a juventude do PCB, integrante do coletivo sindical APEOESP na Escola e na Luta, também articulava com o *zine* de *heavy metal* (que havia sido um coletivo outrora) Resíduos Tóxicos e ao final de 2015 tomei parte direta nas Ocupações Escolares, as mobilizações estudantis paulista de 2015.

efetivos) da rede pública estadual que os impede de lecionar em qualquer nível (contratado ou eventual) por duzentos dias (daí o termo “duzentena”). Desde o momento em que soube que cumpriria a “duzentena”, passei por muito *stress* e busquei medidas para evitá-la. Entrei com medida judicial em Sorocaba, uma ação coletiva para invalidar a medida; a ação foi perdida e as coisas ficaram bastante complicadas diante do desemprego. Uma alternativa que se viabilizou foi o trabalho como professor eventual no ensino fundamental I do município de Sorocaba, na escola municipal Edmir Antônio Digiampietri, uma indicação de minha mãe, mas foi justamente nesse ano que o prefeito vetou a entrada de estudantes de Pedagogia como professores eventuais nas salas de aula das escolas municipais, exigindo a formação concluída.

Participando das Ocupações Escolares em 2015 e de atos do sindicato dos professores, conheci o Prof. Dr. Marcos Soares do curso de Geografia da UFSCar-Sorocaba. O referido professor era bastante próximo ao Coletivo Sindical 15 de Outubro e eu já era quadro atuante do Coletivo Sindical APEOESP na Escola e na Luta. A militância sindical aproximou nossas conversas e surgiu o interesse dessa orientação em iniciação científica com possibilidade de bolsa de estudos para fazer minha renda. O professor, já experiente na luta pelo direito dos professores, tinha plena ciência dessa dificuldade e incentivou intensamente a minha retomada na pesquisa.

Nesse intervalo de tempo surgiu a possibilidade de estagiar na UFSCar-Sorocaba por via de um processo seletivo, na qual por acaso acabei indo trabalhar no PPGEd-So, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-Sorocaba. Lá pude conhecer internamente a estrutura do Programa e na medida em que incentivava colegas professores da rede pública a participarem dos processos seletivos como alunos especiais, recebi da técnica administrativa e secretária do PPGEd-So (Fernanda Mara) a ideia de participar dessa seletiva. Ingressei como aluno especial da Profa. Dra. Katia Regina Moreno Caiado, que trabalhava com Educação Especial; embora não fosse minha área de luta, estudo ou especialidade, mas serviu de muita aprendizagem em termos de metodologia de pesquisa e até mesmo pelos debates dos quais tive a honra de me apropriar de novos conceitos em minha formação docente.

Ao final do curso a professora Kátia Caiado leu o projeto de iniciação científica, já maturado e parado por um ano e alguns meses, e recomendou que ele fosse nosso texto para

seleção do PPGEd-So na linha do professor Marcos Francisco Martins. Relutei muito pela disposição em ajustar esse material à Educação Especial e manter essa parceria com a professora Dra. Kátia, devido ao imenso respeito e por tudo que a professora havia feito naquele período. Uma conversa com ela foi fundamental para reavaliar essa escolha e considerar definitivamente a orientação do professor Dr. Marcos Francisco Martins, justamente marcado por produzir trabalhos que iam ao encontro do que buscava: contribuir para a organização político-social dos movimentos sociais populares de Sorocaba e região, mas sem se tornar algo panfletário ou que solapasse a materialidade que a fonte apontava.

Particpei da seletiva e ingressei para o mestrado em educação da UFSCar-Sorocaba como aluno da Linha de Pesquisa 3, sob a orientação do professor Dr. Marcos Francisco Martins e a coorientação da professora Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho. A professora Luciana conheci logo no início da seletiva do mestrado; ela havia acabado de chegar ao *campus* de Sorocaba para trabalhar com História da Educação. Desde o começo tive grande afinidade pela pessoa da professora. Nossa equipe estava montada, ainda que muitas outras situações viessem a acontecer entre 2017 e 2018 e afetassem a pesquisa.

Com algum destaque, para encerrar esse memorial a respeito de como comecei esse trabalho e a relação com *O Operário*, como e porque fiz da História da Educação um campo para trabalhos e atuação, relatarei alguns momentos do supra referido período.

Em meados 2017, já produzindo essa pesquisa, me efetivei como docente da rede pública estadual, na escola Francisco Camargo César. Nessa escola, entre os trabalhos, vale destacar que trabalhei com jogos/*RPG* - uma das minhas principais linhas de atuação na educação - e fundei um grupo de estudos de História “Caio Prado Jr.” com estudantes dispostos a estudar no contraturno. Em 2018, escrevi meu primeiro capítulo de livro (o livro *Lutas sociais em Sorocaba-SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais* - 2018), e fui um dos membros fundadores do PCB (Partido Comunista Brasileiro) Sorocaba e recebi o cargo de secretário político, entre diversas outras atividades acadêmicas desenvolvidas, tais como palestras e congressos, atuação incisiva no campo político, com o movimento da Frente Ampla pela Democracia em Sorocaba no processo eleitoral de 2018. Ainda pude participar da organização e lançamento da primeira

coletânea (CD) latino-americana com o *RABM*³ Brasil, na qual lançamos um material antifascista: *Satan smashes fascism*. Ao final do ano, após as atividades eleitorais e uma última em parceria com a APEOESP me afastei das atividades do PCB pois era mais do que necessário focar na pesquisa e também houveram questões pessoais.

Retomando a questão da pesquisa, uma das maiores contribuições da professora Dra. Kátia Caiado foi como realizar uma pesquisa exploratória. Essa aprendizagem se tornou cervical no desenvolvimento desta cujos resultados estão aqui apresentados. Sem ela, não teria conseguido ter muitos avanços.

Iniciei a pesquisa exploratória na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, privilegiando o recorte de tempo entre 1983-2015 e trabalhos com enfoque exclusivo em materiais produzidos a respeito do *O Operário*. O ano de 1983 foi escolhido como ponto de partida pois muitas pesquisas que estudei a respeito da imprensa operária foram feitas nesse período e, também, havia um significativo número de pesquisas sobre esse objeto e trabalhos com essas fontes nessa Biblioteca Digital.

Fiz as pesquisas com os seguintes descritores: imprensa operária e/ ou jornal operário, imprensa na primeira república e imprensa trabalhista. Com o descritor exclusivo jornal *O Operário* não encontrei nada. Os dados foram os seguintes:

- Imprensa operária e/ ou jornal operário – 22 pesquisas encontradas, sendo que 85%, ou seja, 18 eram referidas ao período da Ditadura Civil-Militar, portanto fora do recorte buscado;
- Imprensa na Primeira República – 8 pesquisas encontradas, com predominância de dois jornais: *A Lanterna* e *a Voz do Povo*;
- Imprensa trabalhista – 14 pesquisas encontradas, com predominância do período da Era Vargas, portanto fora do recorte buscado;

Passei a buscar artigos científicos em *sites* como *Scielo* e em revistas de História e Educação, mas haviam poucos materiais. Mesmo assim, os poucos que encontrei não raramente apresentavam alguns problemas no trabalho com a fonte (isso discutirei adiante no

³ *Red and Anarchist Black Metal*, a tradução mais literal seria “*Black Metal* vermelho e anarquista”. O *Black Metal* é uma vertente bastante extrema do *Heavy Metal* e entre suas variações internas está o *RABM*, que mantém a estrutura sonora, mas apresenta entre seus signos: visual e lírico, a relação com o comunismo e ao anarquismo.

capítulo 4, ao tratar exclusivamente do jornal *O Operário*), situação que já reconhecia por ter tido acúmulos de leituras das obras dos historiadores Arnaldo Pinto Júnior (sua tese), Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho (seus artigos) e também os textos ministrados nas aulas⁴ do curso de História da UNISO (Universidade de Sorocaba) pela professora e historiadora Cássia M. Baddini.

Após as pesquisas com artigos, teses e dissertações, passei a dar enfoque nas obras publicadas em livros dos historiadores Adalberto Coutinho de Araújo Neto (*Sorocaba Operária* - 2005) e Carlos Carvalho Cavaleiro (*Memória operária* - 2009). Nesse período, recebi de presente de um jovem amigo historiador, Luciano Júnior, a edição fac-similar do *O Operário* (2007), realizada pelo professor Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, e pude incluir em minhas análises as considerações presentes na introdução desse material como referência de pesquisa.

Foi iniciada uma categorização do próprio jornal, buscando textos citados nos artigos e livros categorizados, e depois a busca por outros materiais que apresentassem como pauta a educação. Na terceira etapa, comecei a incluir artigos que mencionavam educação em algum nível e não necessariamente que a tivessem como eixo central de discussão. A cada artigo encontrado, procurei encontrar conceitos-chaves ou mesmo nome de autores citados como Marx, Malatesta, Bakunin e tantos outros que consistiam as bases teóricas dos movimentos de trabalhadores de nosso recorte temporal, e também para levantamento de diferentes visões de mundo presentes nos jornais operários, e, ainda, se possível buscar dados da pessoa ou grupo responsável pela publicação daquele material. A partir disso, pude definir os seguintes objetivos:

- OBJETIVOS GERAIS

- Identificar quais são as tendências educativas presentes nos textos do jornal *O Operário* (1909-1913);

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fazer um estudo sobre as tendências educativas presentes nas décadas de 1910 e 1920 no Brasil;

⁴ Inclusive alguns desses textos foram utilizados no desenvolvimento dessa pesquisa.

- Fazer uma busca em livros, teses, dissertações e artigos sobre os jornais operários do início do século XX;

- Fazer um levantamento de todos os jornais *O Operário* (1909-1913) e, a partir disso, identificar as pautas sobre educação e as tendências nelas presentes;

O objeto de pesquisa foi definido: as tendências educativas no jornal *O Operário*. Tendências educativas apresentei da seguinte forma no capítulo 2 (*Anarquismo, educação e vozes femininas no jornal “O Operário” (1909-1913)*) do livro *Lutas sociais em Sorocaba-SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais* (2018): “As tendências educacionais são decorrentes dos paradigmas teóricos da Filosofia no contexto do século XIX e começo do XX, sendo as três principais: anarquismo, positivismo e marxismo” (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 44). Adiante conceituarei as correntes anarquistas, positivistas e marxista (ou materialista histórico-dialética).

A atividade educativa acontece nas mais variadas esferas da vida social (sindicatos, família, grupos sociais, igrejas, periódicos e etc.), entretanto, seu aspecto formal se dá sobretudo na educação escolar, com práticas sistematizadas, organização e finalidades político-pedagógicas (LIBÂNEO, 1994, p. 24). O alinhamento entre a atividade educativa com os paradigmas teóricos da Filosofia dá a base científica para as tendências educativas, assim sendo, as formas de organização do ensino e “[...] articulação entre mediação escolar de objetivos/ conteúdos/ métodos e os processos internos atinentes ao ensino e à aprendizagem” (LIBÂNEO, 1994, p. 25).

Portanto, o trabalho com esse objeto se deu por via de análise documental do periódico em questão, *O Operário*, e buscando por via de citações e referências desses textos identificar as tendências educativas presentes naqueles que colaboravam na escrita dos textos do jornal. Além disso, a investigação contou também com a pesquisa bibliográfica, seja a de estudiosos do *O Operário*, seja a de autores que ajudaram a entender e contextualizar o período estudado.

Havia nas publicações do jornal uma composição heterogênea de visões de mundo devido ao grande número de colaboradores, composta por trabalhadores locais e militantes de todo o Estado, o que levava à diversidade nas concepções dos temas debatidos. Assim, encontravam-se no periódico colaboradores que iam de perfis sociopolíticos anarcosindicalistas, a mutualistas proudhonianos, anarquistas, liberais iluministas,

sindicalistas e socialistas. Outro fator a ser levado em conta para refletir a pluralidade de concepções é a influência da Associação Internacional dos Trabalhadores⁵ (AIT), organização bastante plural, que influenciou fortemente na organização de trabalhadores também fora da Europa.

Os socialistas e os anarquistas, não perdendo de vista as suas divergências militaram ombro a ombro na missão principal de persuadir os operários a ingressarem nas associações trabalhistas, pois os anarquistas eram da opinião de que o ataque às poderosas instituições existente – o governo, os partidos políticos e a Igreja Católica – seria mais eficaz com a organização dos operários em sindicatos. Naturalmente, este ponto de vista era dos anarquistas influenciados pelos sindicalistas e anarcosindicalistas europeus. Davam, por isso, uma grande ênfase ao proletariado industrial e à função que caberia aos sindicatos na nova sociedade idealizada. Mas os seguidores de Malatesta e Kropotkin também frisavam a necessidade de se organizarem os trabalhadores, embora tivessem visão ampla da futura sociedade libertária e não encarassem os sindicatos como único meio de alcançar seus objetivos. (DULLES, 1977, p. 23)

Ao longo da pesquisa exploratória e categorização encontrei o indicativo de que essa variedade de visões de mundo também se apresentava nos debates e embates pela educação popular que se faziam presentes na fonte estudada.

Por estarem relacionadas a visões de mundo e também a concepções filosóficas, as tendências educativas estão diretamente relacionadas com a ideia de luta de classes. Partindo da premissa que não existe “neutralidade”⁶, o desenvolvimento da atividade educativa, assim como o objetivo desta, se dará com base no referencial, ou seja, como desdobramento da visão de mundo do educador; portanto, não ter referenciais claros não implica na nulidade deles. Assim, compreendo o trabalho educativo como uma prática social e que por meio da educação se pode intervir na realidade social, modificando-a ou conservando-a, a depender do referencial e da visão de mundo em questão.

[...] as transformações sofridas pelo mundo dependeram das relações materiais travadas em seu interior, isto é, o ser social desenvolveu-se e desenvolve-se com o

⁵ A Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como AIT, foi fundada em 28 de setembro de 1864, no salão St. Martin's Hall, em Londres. A sua proposta originária era a construção de um fórum internacional de trabalhadores com a finalidade de examinar os principais problemas enfrentados por essa classe e suas bases teóricas iniciais estavam mais voltadas a lemas de caráter ético-humanitário, fraternidade entre povos e paz mundial. Entretanto, é notável que a AIT foi muito além, seus ecos chegaram a trabalhadores de diversas partes do mundo como Nova Zelândia, Índia e Argentina, enquanto que nas classes dominantes, sua fundação e organização provocavam horrores (MUSTO, 2014, p. 21).

⁶ José Paulo Netto (2011) aponta sobre a neutralidade na pesquisa como processo de construção de conhecimento teórico: “[...] não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada com ‘objetividade’ [...]” (NETTO, 2011, p. 23).

processo de efetivação das relações sociais correspondentes à produção material dos homens. [...] esse materialismo ontológico não se restringe somente à dimensão propriamente filosófica (entenda-se a dimensão do ser), mas atinge também a prática social (a dimensão produtiva e ético-política – o tornar-se outro e o dever ser, delimitados pelas relações de poder) e os processos de conhecimento que se tem construído para se apreender tudo isso (a dimensão científico- gnosiológica – o conhecer). [...] Por isso é que pode-se afirmar que a realidade e o conhecimento, ou, em outros termos, o ser e o pensar são duas dimensões do mesmo existir humano, que mantém entre si relações de profunda reciprocidade. Isto é, “Indubitavelmente, o pensamento e o ser são deveras diversos, mas formam ao mesmo tempo uma unidade”, o que elimina dos modelos de conhecimento a pretensa “neutralidade científica” que muitos almejam ter em relação às práticas sociais. (MARTINS, 2008, p. 32)

Portanto o trabalho educativo acontece pela via da “não neutralidade” por justamente partir de uma concepção teórico-filosófica da relação do sujeito com o mundo. Fazendo o exercício de analisar a perspectiva de Lenin (2015) e M. Pistrak (2018), duas figuras importantes da concepção marxista de educação, Lenin afirma: “Não acreditaríamos no ensino, na educação e na instrução se eles estivessem limitados à escola e separados da vida agitada”, e adiante conclui: “Enquanto os operários e os camponeses forem oprimidos pelos latifundiários e capitalistas, enquanto as escolas continuarem nas mãos de latifundiários e capitalistas, a geração jovem permanecerá cega e ignorante” (LENIN, 2015, p. 34).

Pistrak (2018), parafraseando Lenin (1902), discute a necessidade de uma teoria pedagógica revolucionária, justamente com os fins da transformação social:

Primeiro, sem teoria pedagógica revolucionária, não pode haver prática pedagógica revolucionária. Sem uma teoria sociopedagógica, nossa prática se transformará em mesquinha metodológica, em diletantismo, em resolver problemas pedagógicos não com base em ideias gerais claras, mas ao acaso, pelo entusiasmo de um dado momento. (PISTRAK, 2018, p. 32)

Em ambos os casos existe a perspectiva de educação como campo de disputa de uma sociedade dividida em classes e reconhecem a relação dialética entre escola e sociedade, na mesma medida que apontam o potencial transformador-revolucionário do professor. Ainda que o marxismo fosse corrente minoritária entre os operários e militantes que analiso por via do *O Operário*, essa concepção da educação, que por volta de 1909-1913⁷ no Brasil não se encontrava totalmente sistematizada, tem elementos centrais: a transformação da realidade (a

⁷ Esse é o recorte temporal dessa pesquisa, que privilegia os anos de circulação da fonte como meio de análise do objeto. Mas é necessário destacar que, nos momentos em que trabalho com o contexto brasileiro, para introduzir Sorocaba e o jornal *O Operário*, encontro mais nitidamente algumas categorizações do movimento operário nessa conjuntura de décadas iniciais da Primeira República, na questão da educação sob o prisma do marxismo.

sociedade burguesa), o ensino das ciências e a luta de classes. Conceitos que também se faziam presentes nas concepções de membros sindicalistas, socialistas e anarquistas.

O educador anarquista luso-brasileiro Adelino Tavares de Pinho aponta: “A educação é a alavanca da remodelação social. Educar, educar, educar sempre – eis o meio mais eficaz, o grande meio de luta atual” (2015, p. 38), retomando o processo educativo como caminho de transformação social e instrumento de luta.

Porém, não é somente de tendências pedagógicas ligadas ao anarquismo, marxismo e demais correntes do movimento operário que viveu a educação da Primeira República. Assim como os operários apresentavam seus projetos para educação popular e para a sociedade as classes dominantes também tinham seus correspondentes. Mesmo não se tratando de ser o foco desse trabalho, faço a opção de aprofundar em tais concepções das elites com a finalidade de destacar esse antagonismo da luta de classes e de embate pela educação popular e entre projetos socioculturais.

Não menos importante nessa introdução é a discussão a respeito de fontes históricas encontrada em Ciro Flamarion a seguinte definição: “As fontes históricas são todos os tipos de informações acerca do devir social no tempo, incluindo tal noção igualmente os próprios canais de transmissão dessa informação, isto é, as formas em que foi preservada e transmitida” (CARDOSO, 1981, p. 95). Nessa mesma linha Dermeval Saviani⁸ afirma:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica, que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2013, p. 13)

É tomando as análises dessa fonte, o jornal *O Operário*, que busco as concepções de mundo as tendências educativas nele presente. Esse é um vestígio histórico da luta de operários, em toda sua heterogeneidade de classe, por diferentes projetos de educação popular

⁸ Em *Aberturas para história da educação* (2013), Saviani também discute a necessidade e urgência de política para fontes. Reforçando tal importância, recorro a memória a partir da minha própria experiência com essa pesquisa e a condição de preservação das edições originais do *O Operário* no Gabinete de Leitura Sorocabano. Antes de ter acesso à edição fac-similar (2007), produzida pelo historiador Rogério Pinheiro de Carvalho e por mim recebida via um de seus orientados (Luciano Júnior) na faculdade de História da UNISO, eu possuía o hábito de ir ao Gabinete consultar a fonte. As condições eram extremamente lastimáveis, com folhas rasgadas, esfarelado e decompondo, cujo único equipamento de manuseio era um par de luvas plásticas (e posteriormente uma máscara respiratória). Deixo nesse registro somado ao apelo para chamar a atenção no que se trata a preservação de fontes.

em uma conjuntura histórica de intensas disputas com as classes dominantes, além das próprias contradições que conflitavam a classe operária.

A respeito dessas contradições, Arnaut de Toledo e Skalisnki Júnior encontraram em Gramsci (2006) um ponto a ser retomado:

[...] na falta de partidos organizados e centralizados, os jornais agrupados em séries acabam por desempenhar papel análogo ao de partidos políticos. Neste sentido, um periódico dificilmente é obra solitária. É, via de regra, um projeto coletivo que agrega pessoas ao redor de ideias, crenças, valores, interesses políticos, proveitos financeiros e propósitos de diferentes ordens. A assertiva de Gramsci faz ver a relevância da identificação, em uma pesquisa, do papel social desempenhado pelo periódico estudado. É imperativo identificar sua linha editorial, esmiuçar suas relações cotidianas de seus idealizadores e realizadores, rastrear os interesses financeiros e políticos que confluíram para a organização, para o lançamento e para a manutenção do periódico. (ARNAUT DE TOLEDO; SKALINSKI JÚNIOR, 2012, p. 262)

Apesar da diversidade entre os colaboradores e da imprecisão em definir o jornal por alguma visão de mundo específica, é preciso compreender cada momento, assunto, artigo e nota a partir da totalidade histórica⁹, e posteriormente suas particularidades¹⁰, para uma análise profunda e não descolada do concreto. Nesse exercício o historiador deixa de realizar um trabalho “intuitivo”, ou mesmo apenas centrado nas cotidianidades, sobre as finalidades de cada artigo e passa a compreender seus objetivos a partir de estruturas político-sociais, ainda que em todo esse fervilhar de concepções e de projetos houvessem gamas amplas de possibilidades no que tange às visões de mundo.

Mas a respeito dos projetos de educação popular, é possível extrair da fonte, o jornal *O Operário*, seus interesses? É esse o desafio de minha pesquisa, encontrar elementos,

⁹ Como entender os artigos sem considerar o contexto? A luta de classes? As disputas no centro do movimento operário entre diferentes correntes? Os impactos das diferentes concepções do positivismo em trabalhadores? A questão das mulheres operárias? Mais do que uma questão de “atitudes” se trata de uma questão histórica, e retomamos Marx em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011): “Os homens fazem a própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sobre as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial.” (MARX, 2011, p. 25)

¹⁰ Na verdade, as próprias particularidades são históricas, isto é: parte de uma totalidade concreta que é macroscópica, que é composta por totalidades de menor complexidade. Mas, como pontua José Paulo Netto (2011): “E se há totalidades mais determinantes que outras (já vimos, por exemplo, que, na produção das condições materiais da vida social, a produção determina o consumo) elas se distinguem pela legalidade que as rege: as tendências operantes numa totalidade lhe são peculiares e não podem ser transladadas diretamente a outras totalidades. Se assim fosse, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade amorfa – e o seu estudo nos revela que se trata de uma totalidade estruturada e articulada.” (PAULO NETTO, 2011, p. 56).

identificar sujeitos (quando possível) e analisar as tendências ali presentes, e desde já faço o reconhecimento de que existe a possibilidade de em determinados momentos essas concepções e tendências estarem bastante diferentes de como se estruturavam no solo europeu (ou pelo menos nas nações centrais, que servem de orientação para essa interpretação político-social), a raiz dessas visões de mundo.

Também é necessário destacar que há momentos de choque e conflitos muito além dos embates teóricos, são momentos a respeito dos dados gerados por parte da historiografia que se encarrega de estudar o jornal *O Operário*, dados esses que vem apresentando dificuldade em legitimar sua consistência, justamente pela ânsia de torcer a fonte à sua expectativa: as próprias contradições do movimento operário local.

Além de contestar esses rótulos em torno do jornal, alerto que há muitas vezes faltas de evidências que sustentam algumas afirmações apresentadas por pesquisadores, contradizendo aspectos por eles mesmos levantados.

Desde o início dessa pesquisa, um dos grandes desafios, inclusive já mencionados nessa introdução, estava como muitas pesquisas torciam a fonte e criavam dados, que em nada condiziam com os documentos citados, para justamente dizer o que o pesquisador queria. Um dos casos mais popularizados e discutidos entre os historiadores são as afirmativas a respeito de se tratar de uma fonte anarquista, anarcosindicalista e anarco-comunista.

Como demonstro adiante, os textos presentes no jornal *O Operário* abrangiam vastas concepções de mundo, manifestando desde caráter positivista, anarquistas, sindicalista, reproduzida de textos dos portugueses Augusto César dos Santos e Emilio Costa, a presença de alguns socialistas utópicos, socialistas cristãos e possíveis colaboradores marxistas. É possível que, pela hegemonia do movimento anarcosindicalista no contexto da Primeira República ou mesmo a forte presença de militantes dessa corrente circundando o movimento operário sorocabano, assim como *O Operário*, caso de Oreste Ristori e J. J. Rivier, possa ter levado a uma interpretação nessa direção de afirmar o jornal como tal.

Entretanto, não deixa de ser a formação de uma visão paradigmática em torno da fonte e do objeto. Por visão paradigmática a pesquisadora Raquel Glezer (1992) aponta “Essa necessidade de modelos externos, que se transformam em paradigmas, acaba criando uma versão deturpada do objeto de estudo: vê-se, não o real, mas o que o modelo prevê, forçando explicações e criando parâmetros ilusórios com outros fenômenos” (GLEZER, 1992, p. 9).

Trazendo essa análise para o contexto histórico de Sorocaba, os sujeitos que habitavam Sorocaba vivenciaram, desde a segunda metade do século XIX, significativos processos históricos. Entretanto, é entre as décadas finais do século XIX e começo do século XX que as elites republicanas no Brasil intensificam os discursos relacionados ao avanço da modernidade capitalista no país, com projetos de europeização da população e da própria cidade. Trabalhando com a perspectiva de projetar Sorocaba no cenário nacional, parte das elites locais associava as transformações no município com o desenvolvimento acelerado das grandes cidades brasileiras e europeias. Acompanhando os modelos urbanos idealizados pelas concepções da modernidade capitalista, os principais suportes para a difusão desses inflamados discursos foram os periódicos impressos.

Para compreender esse processo e toda a discussão presente em Sorocaba à época busquei recorrer à Lenin (1980, p. 621), que, baseado em *O Capital* de Marx, analisou o “velho capitalismo” e conclui que se pautava na livre concorrência, gerando concentração da produção e caminhando rumo ao monopólio, característica do “capitalismo moderno”. Os latifundiários brasileiros, em especial os cafeicultores paulistas, se articulavam através desse capitalismo dos monopólios, mas ainda com fortes elementos do sentido da colonização¹¹, o que mantinha a produção e a exportação nacionais ainda ligadas aos interesses das nações centrais do capitalismo, como a Inglaterra.

Ainda que modesta, a instalação de fábricas no Brasil em comparação com as nações centrais do capitalismo europeu ou mesmo países como a Argentina - esses dados apresentarei adiante no capítulo 2 - foi o suficiente para assemelhar-se “[...] ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais por ele postas em movimento” (MARX, 2004, p. 50). Faço referência ao movimento operário que aqui se formava na medida em que o capitalismo avançava no solo brasileiro, esse movimento operário estava se organizando através de sociedades, partidos, associações e sindicatos, utilizando a imprensa como meio de organização e de socialização de ideias. Por sua centralidade em minha pesquisa, no capítulo 2 discutirei com profundidade as categorias de classe, luta de classe, consciência de classe, heterogeneidade de classe e frações de classe (esse dedicado às elites brasileiras).

Nessa conjuntura, o jornal sorocabano *O Operário* foi fundado em 1909, impresso de produção bissemanal feito em 4 páginas. De forma geral, abordava problemas vivenciados por

¹¹ O sentido da colonização é um conceito de Caio Prado Jr., que indica o fornecimento produtos para que Portugal os comercializasse nos mercados estrangeiros. (PRADO Jr., 2011, p. 21)

operários, como a violência nas fábricas, trabalho infantil, abusos cometidos por patrões e/ou superiores, exploração nas relações de trabalho, questões referentes à jornada de trabalho e até tratava de questões mais abrangentes da vida social, como (casamentos, festas), comemorações de datas como 1º de maio¹² e 13 de maio¹³, e também eventos culturais, como exposições cinematográficas. Posicionado com a primeira diretriz de ser “*Orgam da defesa da Classe Operária*”¹⁴, esse jornal, como boa parte da imprensa operária da Primeira República, tinha uma gama notável de concepções filosóficas e suas ramificações teóricas como fundamentos de muitas ideias ali publicadas. Ademais, dialogava com outros jornais da classe operária, como *A Lanterna* e o *Clarim da Luz*, publicando diversas postagens desses periódicos assim como recebendo artigos de autores ligados a eles.

Um ponto de evidência é que, desde meados do século XIX, estava surgindo por toda Europa um grande conjunto de teorias que se propunham a discutir criticamente a questão das relações políticas e sociais do modo de produção capitalista, além de que no cerne dessas discussões haviam constantes aproximações e distanciamentos, que variavam bastante de contextos e especificidades. Isso foi bastante refletido nos trabalhadores brasileiros e de alguma forma até nas elites econômicas locais¹⁵.

Nesse período, em Sorocaba, havia outros periódicos, e vale destacar que *O Operário* possuía estrutura mais modesta se compararmos com os pertencentes ou ligados a tipografias muito mais abastadas. Com mais recursos econômicos oriundos de suas bases sociais atreladas às elites republicanas locais, estavam dois dos mais importantes noticiosos

¹² Data de comemoração associada ao dia do trabalhador, dia do trabalho e dia internacional dos trabalhadores. Sua origem marca a luta pela redução das jornadas de trabalho para 8 horas diárias, uma pauta do movimento operário desde o século XIX.

¹³ Data da homologação da Lei Imperial nº 3.353, conhecida como Lei Áurea. Essa lei decretou a extinção da escravidão de negros no Brasil (a escravidão indígena já havia sido abolida em 1831) e foi assinada pela Princesa Imperial Regente, Princesa Isabel, em nome do Imperador D. Pedro II.

¹⁴ Ao longo dos anos essa diretriz foi sendo modificada, vindo a ser “*Orgam de defesa da classe operária e noticioso*”, “*Semanário de combate*” e “*Orgam imparcial*”.

¹⁵ Uma das mais ilustres situações que mostram como até mesmo as elites econômicas em algum nível eram influenciadas por elementos progressistas do positivismo ou humanitarismo cristão, é o fato de que não raramente alguns de seus mais notórios quadros acabavam aceitando certas propostas comunistas ou anarquistas e de alguma forma interiorizavam tais ideias. Um dos casos mais emblemáticos foi o da famosa Colônia Cecília ainda durante o Império: “A história da Colônia Cecília teve início poucos anos antes da Proclamação da República, quando da passagem de D. Pedro II pela Itália. Foi em Milão que o imperador brasileiro recebeu como presente um livro do engenheiro-agrônomo Giovanni Rossi. O livro continha ideias libertárias e manifestava o desejo de concretiza-las através de uma colônia experimental anarquista no Uruguai. Pedro II de volta ao Brasil, achou interessantes as ideias contidas no livro e escreveu a Rossi, cedendo-lhe 300 alqueires de terras da província do Paraná, para que ali surgisse a tal comunidade experimental”. (GHIRALDELLI Jr, 1987, p. 66)

impressos da cidade, *O 15 de Novembro* e o *Cruzeiro do Sul*, ambos envolvidos nas disputas de poder pela elite local¹⁶. No que tange à perspectiva de Sorocaba como símbolo da modernidade capitalista, os referidos jornais estavam mais sintonizados do que outros, vide a massiva propagação do discurso de Alfredo Eugenio de Almeida Maia, no qual este comparava o município à cidade inglesa de Manchester¹⁷.

Tomado como um grande símbolo, uma síntese que representava o progresso da cidade, o discurso do superintendente da Sorocabana alcançou grande repercussão entre os moradores que pretendiam construir uma imagem moderna para o seu centro urbano. O superintendente Alfredo Maia contribuiu, e muito, para que as elites locais pudessem defender a capacidade de desenvolvimento sócio-econômico de Sorocaba. E esse discurso não tardou em aparecer novamente. Semanas depois os jornais da cidade traziam em suas páginas as primeiras referências à Manchester Brasileira. (PINTO Jr., 2003, p. 72)

Na luta por seus projetos socioculturais, os grupos sorocabanos que se projetavam por meio dos jornais traziam visões bastante diferenciadas. *O Operário*, por exemplo, no que se refere às elites, vai buscar engajar-se tanto às críticas e denúncias, quanto à conscientização sobre as condições do operariado local, reivindicando redução nas jornadas de trabalho, tema bastante conectado com outros assuntos, como o ensino noturno e instrução dos trabalhadores. O projeto para educação popular cobrava constantemente o poder público local por escolas técnicas e ensino noturno, e destacava a questão das lutas sociais, enquanto o *Cruzeiro do Sul* dava voz aos grandes empresários e figuras políticas locais. O historiador Carlos Cavalheiro (2009, p. 64), observa que *O Operário* nasceu na busca por espaço para debates e demandas dos interesses da classe trabalhadora de Sorocaba e que não encontravam espaço em jornais como *Cruzeiro do Sul* e *A cidade Sorocabana*.

Nessa abordagem sobre o entendimento de disputas ideológicas, os jornais desempenharam papel fundamental nesse espaço urbano, tanto na disseminação das propostas

¹⁶ Segundo Pinto Jr. (2003), no ano de 1903 as lideranças políticas sorocabanas, que estavam controlando a Câmara Municipal, tinham o apoio do jornal *O 15 de Novembro*. Já o jornal *Cruzeiro do Sul* era redigido por opositores do Partido Republicano Paulista para promover críticas aos integrantes da Câmara e também dar visibilidade a esses mesmos opositores da Câmara.

¹⁷ Visitando a cidade em janeiro de 1905, o superintendente da Estrada de Ferro União Sorocabana e Ytuana (E.F.U.S.Y.), Alfredo Maia, faz discurso destacando o caminho moderno tomado por Sorocaba. Bastante exaltado pelas elites locais, o superintendente, indicado pelo governo Federal para cuidar das finanças da empresa ferroviária, era visto como administrador competente e modelo de capitalista (PINTO Jr, 2003, p. 70).

das classes, como também se constituindo como meio de diálogo desses grupos, mesmo sendo um período de consolidação dos jornais por meio da profissionalização¹⁸ de escritores.

Apesar de todo o entusiasmo com a modernidade capitalista presente nas páginas do *Cruzeiro do Sul*, as elites republicanas lidavam constantemente com relatos de agressões físicas e não cumprimento de direitos dos operários. Agregam-se a isso as constantes reivindicações operárias, boa parte feita através do *O Operário*, como as que pediam uma educação gratuita, normalmente técnica e flexibilizada às jornadas de trabalho, fazendo contra turno aos trabalhos nas fábricas, como o ensino noturno e instrução:

No início do século XX, parte da imprensa sorocabana começa a enfatizar em suas páginas as referências à cidade moderna, urbanizada, civilizada, industrial, capaz de produzir riquezas com técnicas avançadas, portadora de novos benefícios para todos os seus moradores e também para o desenvolvimento do país. (PINTO Jr, 2003, p. 9)

Sobre os projetos sociais para a educação dentro da pauta desses grupos de trabalhadores, vale destacar alguns desafios constantemente listados: o trabalho infantil, uma realidade no Brasil e que não seria diferente em Sorocaba, também as jornadas e as condições de trabalho. Isso acarretava a venda de força de trabalho por crianças e adolescentes, e com frequência recorrente esses jovens trabalhadores enfrentavam o endividamento por fazerem empréstimos com os patrões, assim como eram vítimas de abusos, danos físicos derivados de jornadas exaustivas e pouco ou nenhum espaço para formação teórica e técnica dos jovens da classe trabalhadora, assim como uma mão de obra pouco capacitada. A segunda pauta nessa disputa era a questão das extensas jornadas de trabalho: o projeto de educação dos colaboradores do *O Operário* esbarrava com frequência em jornadas que chegavam a doze horas diárias. Com jornadas tão extensas a grande maioria dos operários não conseguia estudar nem no ensino noturno.

A pauta da redução da jornada de trabalho não era exclusividade brasileira ou sorocabana. Em Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores em Bruxelas (Bélgica), no ano de 1868, o marceneiro Eugène Tartaret¹⁹ produziu um relatório a esse respeito (MUSTO, 2014, p. 132). Em um dos trechos desse material relaciona essa questão com a formação, os direitos civis e políticos dos trabalhadores:

¹⁸ Trabalho o conceito de “profissionalização” pelo o fato de os escritores independentes fazerem parte de um órgão de imprensa a fim de ganhar salários, alguma remuneração e prestígio social (PINTO Jr, 2003, p. 80).

¹⁹ Eugène Tartaret também foi delegado no Congresso de Lausanne (Suíça) em 1869.

A redução das horas de trabalho tem como objetivo assegurar o desenvolvimento material e intelectual dos trabalhadores, permitindo-lhes o livre exercício de seus direitos civis e políticos.

[...] Para que o trabalho seja verdadeiramente o exercício de um dever comum, é necessário que ele seja realizado em condições que garantam aos trabalhadores a sanidade, a satisfação de todas as suas necessidades e as de sua família, e a proteção contra o padecimento e misérias da velhice e invalidez. (TARTARET *apud* MUSTO, 2014, p. 132)

Além da relação entre a jornada de trabalho e a questão da formação dos trabalhadores, o texto de Tartaret nos chama a atenção para a relação do homem com a máquina, pois entende que como criação da inteligência humana a função da máquina deveria ser “[...] meio de libertação, e não ser a causa de sua ruína” e tal libertação estaria relacionada ao “benefício” da redução da jornada de trabalho, que ao trabalhador traria bem-estar, inteligência e liberdade (TARTARET *apud* MUSTO, 2014, p. 134). Tais concepções não tardaram a ter desdobramentos entre trabalhadores brasileiros e imigrantes que para cá vinham, sendo que a relação entre instrução e bem-estar dos trabalhadores estava relacionada constantemente à pauta da jornada de trabalho na imprensa operária.

Para refletir sobre como reverberavam as tendências educativas na classe operária do começo do século passado, o ponto de partida é analisa-las em um cenário urbano que vinha sofrendo transformações desde o final do século XIX e entre essas mudanças a noção sobre tempo e disciplina no capitalismo industrial é um dos elementos importantes nesse processo, pois modificações sociais não faltaram, acompanhadas de muitos conflitos, permanências e rupturas: escravidão e trabalho assalariado, economia familiar e economia industrial, economia agrária e o sentido da colonização e projeto de industrialização e modernização da economia, ruralização da economia e liberalismo econômico.

Edward Palmer Thompson (1998) esmiúça as concepções da modernidade industrial e urbana e, segundo ele, trouxeram mudanças nas formas de pensar e viver, abarcando questões como percepção e uso do tempo, divisão e relação com o trabalho, dentre outros aspectos. Em Thompson (1998), a relação do tempo e disciplina com o trabalho é característica do capitalismo industrial em sua fase já consolidada, portanto “[...] acarretou uma estruturação rigorosa nos hábitos de trabalho - novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente [...]” (THOMPSON, 1998, p. 269). O historiador britânico associa mediação do tempo na relação com os tipos de trabalho

desenvolvidos em cada sociedade. Cita como primeira forma para refletirmos sobre isso os ciclos do trabalho relacionados com processos familiares e naturais:

Mas a descrição de Synge serve para enfatizar o condicionamento essencial em diferentes notações do tempo geradas por diferentes situações de trabalho, e sua relação com os ritmos 'naturais'. É óbvio que os caçadores devem aproveitar horas da noite para colocar as suas armadilhas. Os pescadores e navegantes devem integrar as suas vidas com as marés. [...] a padronização do tempo social no porto marítimo observa os ritmos do mar; e isso parece natural e compreensível para os pescadores ou navegadores: a compulsão é a própria natureza. (THOMPSON, 1998, p. 271)

Como E. P. Thompson avalia: a questão não está na divisão do trabalho, pois até economia familiar do pequeno agricultor pode possuir divisões do trabalho e da mesma forma para a disciplina, inclusive na relação de empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos (THOMPSON, 1998, p. 272). Por certo, nessas relações de trabalho há pouca separação entre trabalho e vida, gerando relações de trabalho e sociais fundidas.

A segunda forma se faz nas relações de trabalho assalariado, nas quais há contratações, o tempo é dinheiro, o dinheiro do empregador.

Essa mediação incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experenciam uma discussão entre o tempo do empregador e seu 'próprio' tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta. (THOMPSON, 1998, p. 272)

Projetando essas transformações das relações de trabalho em Sorocaba, a mudança do estatuto de vila para cidade (1842) e também a consolidação de muitas fábricas da segunda metade do século XIX até o começo do XX, estavam aproximando as relações de tempo, trabalho e disciplina do modo do capitalismo industrial. Ainda que em uma primeira instância, no final do século XIX, já com muitas fábricas instaladas, não fosse incomum a presença de mão de obra escrava, compondo a base dos trabalhadores operários, era uma contradição consideravelmente frequente do capitalismo que se consolidava ao longo do Brasil Império.

O recorte temporal proposto privilegia as relações sociais e as produções culturais do início do século XX, mais especificamente o período das duas primeiras décadas. São momentos instigantes para um encaminhamento de discussão acerca das relações entre modernidade, cidade e projetos educacionais diversos. Esse recorte se afasta de uma concepção de tempo linear e cumulativo, e pretende flagrar, nestes momentos considerados

significativos, traços da constituição tensa e contraditória de sujeitos modernos dotados de racionalidade e de sensibilidade. Esses momentos parecem reunir um conjunto significativo de situações que tendem a oferecer mais visibilidade às tensões e conflitos presentes nesses processos de educação urbana.

O período recortado é marcado por crises políticas, econômicas e culturais, que envolvem as disputas de poder entre as diferentes classes sociais, ou mesmo entre os próprios trabalhadores e elites oligárquicas. Nesses anos de intensa modernização, embora ainda seja um período assinalado pela hegemonia dos interesses ligados à agroexportação, há encaminhamentos fortes no sentido de uma diversificação econômica, tanto na área agrícola quanto, sobretudo, na área urbana, em que atividades industriais e o setor de serviços, de modo geral, se expandem. A cidade de Sorocaba expressa este processo com o alargamento da área urbana e a expansão de suas atividades em geral, num período de significativa movimentação sócio-política.

Entender um dos principais periódicos de Sorocaba nesse período e suas demandas traz a necessidade de buscar métodos da história, e para refletir acerca das experiências cotidianas da classe operária e das elites republicanas locais, em uma perspectiva de valorizar as vivências desses trabalhadores através dos jornais para entender suas disputas e as tendências que os orientavam nos debates educacionais. Pensando em artigos do jornal em questão, haviam textos que estavam entre denúncias de assédios morais e físicos nas fábricas sorocabanas, histórias de festas e partidas de futebol, manifestações de caráter social e a relação dos operários com os patrões, assim como textos em defesa da modernização da economia.

Sendo assim, objetivo compreender quais eram as principais tendências educativas no cerne da luta pelo projeto de educação da classe operária, em um movimento de valorização dos movimentos de operários e os conflitos entre classes através de embates relatados nos jornais, referida a fontes historiográficas que abordam a formação da classe operária, as relações de luta de classes e a imprensa no começo do século XX. Trabalhando com o método do materialismo histórico-dialético e voltado a estudos historiográficos de Sorocaba e de diferentes concepções de mundo, assim como das tendências educativas da Primeira República.

Considerando que o historiador britânico Eric Hobsbawm afirma que “[...] o problema dos historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações” (1997, p. 23), com esse trabalho procurei aprofundar e contribuir na luta do “sentido do passado” da classe operária sorocabana e também com os debates de história da educação, na busca pela compreensão da forma como articulavam e disputavam, em um contexto tão hostil, projetos de educação.

A respeito de o “sentido de passado” de Hobsbawm, analisando-o de forma sintética, se trata do reconhecimento de que o passado, a História, é expressão concreta da vida humana e da natureza na relação com o tempo. Dessa forma, as lutas aqui apresentadas, os embates e os projetos de educação já tiveram seus desdobramentos e estão incorporados e permeiam a vida dos sujeitos contemporâneos, assim como do historiador. Portanto, essa pesquisa não se desenvolve alheia às práticas sociais e, assim, há a finalidade de localizar as consequências das lutas sociais desses sujeitos analisados em *O Operário* para os embates e organizações contemporâneas.

Trabalharei com nomes importantes da historiografia local, como Cassia M. Baddini, Carlos Carvalho Cavaleiro e Adalberto Coutinho de Araújo Neto, que produziram ou vem produzindo pesquisas a respeito da quebra da visão historiográfica de protagonismo das classes dominantes e a exaltação de seu empreendedorismo. Essa visão ainda é amplamente disseminada, seja por trabalho de outros historiadores ou mesmo o discurso oficial difundido pelos principais meios de comunicação de Sorocaba, tais como o jornal *Cruzeiro do Sul*.

Foi através dessa concepção e de outros estudos a respeito dos trabalhos de Hobsbawm e Thompson que senti a imensa necessidade de, através da inserção de notas de rodapé, apresentar algum aprofundamento sobre a memória de sujeitos, ao menos os que consegui encontrar materiais disponíveis, nos limites de tempo desta pesquisa. Esse momento da história foi produzido por sujeitos concretos e, ao realizar a análise dessas trajetórias, não só realizo uma disputa esses “sentidos do passado” como exercito o resgate memórias e formas de organização, de modo a nos entendermos melhor.

Os homens fazem a própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sobre as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim

de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (MARX, 2011, p. 25)

Entrando no campo da linguagem, é notável que por trabalhar com documentos históricos de época, como jornais e documentos oficiais, haverá distinção nas formas de grafia e em alguns casos de estruturação de texto. Para efeito de formatação, antecipo que não utilizarei o “*sic*”²⁰ para indicar as diferenças de linguagem do passado e, quando possível, para facilitar ao leitor menos habituado com trabalho com fontes, ajustarei palavras com as grafias do começo do século XX para as devidas do século XIX, ainda que em determinados momentos a palavra redigida não seja compreendida pela condição física da fonte ou não termos a clareza do sentido e significado do termo presente. Optei em ajustar a forma original da escrita justamente baseado nos meus trabalhos ao longo dos anos na educação pública estadual como docente, muito do sentido desses documentos se perde em exercícios de análises de fonte pela questão da linguagem, então para facilitar ao leitor busco ajustar o máximo possível de termos, até porque seu sentido não é afetado e os textos originais podem ser consultados no Gabinete de Leitura Sorocabano e na edição do fac-similar do professor Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho da UNISO.

Após a banca de defesa dessa pesquisa recebi duas recomendações generosas do professor Fabrício do Nascimento. A primeira em trocar a escrita da terceira pessoa do plural para a primeira pessoa do singular, o professor destacou justamente a necessidade de manter a pessoalidade de uma pesquisa que tem como aspecto visceral a minha relação e lutas com a Educação. A segunda recomendação foi a de agregar mais imagens do jornal *O Operário* para justamente ilustrar o leitor que pouco conhece dessa rica fonte, meus orientadores e eu acatamos da seguinte forma; trocamos algumas citações diretas por imagens escaneadas da versão fac-similar.

São nos estudos do método de Marx que encontrei em José Paulo Netto (2011) as bases para estruturar essa pesquisa do ponto de vista metodológico. No primeiro momento busco analisar a realidade concreta da conjuntura brasileira e alguns aspectos de seu caráter contraditório, com enfoque nos movimentos sociais populares, a luta de classes e a resistência de setores das classes dominantes, que a todo custo buscavam frear as forças históricas. A partir dessa etapa, há um esforço de entender os sistemas de mediações que articulam essas

²⁰ “*Sic*” é um advérbio latino que tem diversos significados, mas todos em torno da ideia de “desta forma”. É usada para indicar ao leitor que o texto original tem alguma estranheza em relação à língua contemporânea do escritor ou mesmo indicando que na grafia original há algo errado.

totalidades, focando nas principais forças sociais que se alçavam no debate sobre educação e como se projetavam tais propostas nesse campo. É no capítulo final da pesquisa que abstrairei a fonte, o jornal *O Operário* (1909-1913), isolando-a e examinando-a para extrair de sua contextualidade a forma manifestada das tendências educativas nesse noticioso.

Ao longo dessa trajetória de pesquisa, a luta de classes e suas derivações com a formação da classe operária e sua heterogeneidade, bem como as frações autônomas de classe, foram definidas, o que exigiu rigor maior no seu tratamento. Adiante, dedico uma parte do capítulo 2 para explanar a razão pela opção teórica da ideia de classes de E. P. Thompson, mas nesse momento de introdução e na necessidade de apresentar as motivações desse direcionamento, encontro em Florestan Fernandes o núcleo dessa opção metodológica.

A luta de classes não se dá no vácuo. É preciso determinar os componentes da conjuntura e, em especial, aferir o potencial relativo de luta política de que a classe operária dispõe, em função das tarefas que lhes são possíveis nos confrontos econômicos, sociais, políticos com as classes burguesas. (FERNANDES, 2009, p. 42)

Em uma conjuntura de amortecimento de conceitos como luta de classes, socialismo, educação, liberdade de cátedra, liberdade de organização dos trabalhadores e até mesmo da democracia, a proposta dessa pesquisa é resgatar a luta de classes nas pautas sobre educação, as contradições e mediações, a memória dos sujeitos, até mesmo debater a formação da classe operária no Brasil e em Sorocaba. Temos muito a aprender com a história das lutas sociais e as lutas dos trabalhadores pela educação, até porque, como Engels destacava, ele e Marx extraíram de Hegel a ideia “[...] de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos” (MARX; ENGELS *apud* PAULO NETTO, 2011, p. 31).

Em um dos dois discursos proferidos por Karl Marx na Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1869, o autor nos apresenta uma linha que entendo ser cervical na disputa contemporânea no campo da educação:

Por um lado, uma mudança das circunstâncias sociais se faz necessária para estabelecer um sistema adequado de educação e, por outro, um sistema adequado de educação se faz necessário para produzir mudanças das circunstâncias sociais; devemos, portanto, partir de onde nos encontramos. (MUSTO, 2014, p. 229)

Em *Teses sobre Feuerbach*²¹ (2004), na terceira tese, seguindo essa mesma linha Marx afirma:

²¹ Nosso texto de *Teses sobre Feuerbach* (2004) é um anexo da edição de 2004 da editora *Martin Claret* do *Manifesto do Partido Comunista* (2004).

A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação que esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade.

A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária. (MARX, 2004, p. 112)

Para esclarecer a trajetória dessa pesquisa, explano as divisões pelos capítulos e subitens, partindo do capítulo 1. *Introdução*. O objetivo desse item foi apresentar brevemente as transformações sociais, políticas e econômicas que aconteceram no Brasil e em Sorocaba, partindo da segunda metade do século XIX até o período compreendido pela República Velha ou Primeira República, no começo do século XX. Apresento a fonte primária dessa pesquisa, o jornal *O Operário* (1909-1913), a partir do contexto de lutas sociais pela redução da jornada de trabalho, as transformações do tempo social, disciplina e trabalho social, e também de suas pautas para educação, contextualizando-a em relação às questões sociais de Sorocaba e os embates entre projetos socioculturais das elites locais.

Pela própria conjuntura política e social de nosso tempo, faço a opção em trazer as razões pelas quais passei a trabalhar com essa fonte pelos meus próprios acúmulos como sujeito histórico.

O capítulo 2. *Primeira República e forças sociais presentes no debate educacional* é subdividido em cinco partes. A primeira parte, o subitem 2.1 *Considerações teóricas sobre classes sociais*, é uma apresentação teórica de quatro conceitos: classes sociais, consciência de classe, heterogeneidade de classe e fração de classes. A fundamentação parte da estrutura dos trabalhos de Edward Palmer Thompson (2011), Eric Hobsbawm (2017), Renato Perissinotto (1994) e Nicos Poulantzas (1978). A exigência da construção desse subitem se manifestou justamente ao longo do processo de escrita dos resultados desta pesquisa, uma vez que, na medida em que aprofundava em minha análise, lacunas teóricas a respeito de classes iam se formando. Por tal razão, a proposta desse subitem foi discutir classes com maior rigor conceitual, aprofundando o entendimento da formação da classe operária no Brasil e a formação das elites da Primeira República, com suas devidas frações de classes.

Sob a recomendação da banca de qualificação, pontualmente uma crítica originária do historiador Prof. Dr. Adalberto Coutinho de Araújo Neto, inclui estudos a respeito de sindicalismo revolucionário e sua relação com o anarcosindicalismo. Apesar da sugestão dos orientadores dessa pesquisa em integrar esse conceito em uma nota de rodapé, insisti na opção teórica de agregar o máximo que acumulei desse debate como enxerto a respeito de classes,

dando origem à um novo subitem 2.1.1. *Considerações teóricas sobre sindicalismo revolucionário*, para essa escrita me orientei na tese de Toledo (2002), o trabalho de Besancenot e Löwy (2016) e Rodrigues (1976).

O item 2.2 *Contexto econômico, político e social da Primeira República*, é resultante de um aprofundamento de estudo sobre a conjuntura do Brasil, partindo da Independência, Império até a Proclamação da República, buscando compreender e apresentar permanências e transformações na estrutura política e econômica. Nesse subitem, retomo alguns aspectos em relação ao anterior, como a formação de classe operária, analisando-a a partir dos acúmulos de lutas sociais de movimentos brasileiros e também a questão das lutas a respeito da pauta do fim da escravidão, a estruturação e organização das elites nacionais, iniciando a apresentação sobre sua relação com capital estrangeiro, ou não, e também a forma como estavam lidando com as ideias do liberalismo econômico e os positivismos. Além disso, discuto questões sociais a respeito da mão de obra imigrante e os projetos, disputas e rupturas entre as elites a respeito desses trabalhadores. Finalizo essa parte com a proclamação da República.

Feitas as apresentações teóricas e contextuais, os três subitens posteriores são ramificações a respeito das principais forças sociais nesse contexto e sua relação com projetos e lutas para educação. Eles estão organizados da seguinte forma: 2.3 *Educação e elites políticas e econômicas*, 2.4 *Movimento operário e iniciativas educacionais* e 2.5 *A Igreja Católica e educação*. Buscando melhor compreensão a respeito de cada força social e seus projetos para educação, busquei canalizar minhas leituras na bibliografia específica a respeito dessas forças sociais e seus projetos sobre educação, além de uma gama considerável de documentos históricos que realizo análise detalhada, buscando destacar as relações de luta de classes daquele contexto.

O capítulo 3. *Sorocaba nas décadas de 1910-1920: o contexto e as forças sociais*, é dividido em duas partes: 3.1 *O contexto econômico, político e social sorocabano* e 3.2 *As forças sociais atuantes em Sorocaba*. Partindo dos aspectos econômicos e sociais que levaram à fundação do povoado de Sorocaba até a sua consolidação como cidade, o subitem 3.1 introduz Sorocaba no contexto brasileiro e apresenta alguns desdobramentos globais, como a questão da imigração e as ideias e projetos de cidades modernas nos moldes do capitalismo industrial europeu. O objetivo é apresentar o contexto sorocabano no qual se fundou o jornal *O Operário* (1909-1913) a partir das atuações do movimento operário local.

Seguindo essa linha, a segunda parte desse capítulo, o 3.2, analisa as atuações e conflitos das forças sociais atuantes em Sorocaba. Das disputas entre grupos das elites locais, o projeto de alçar Sorocaba ao cenário nacional como cidade moderna e desenvolvida, até a formação e consolidação de um forte movimento operário, que em seus anos iniciais ainda teve que dividir espaços nas fábricas com sujeitos ainda submetidos à condição da escravidão.

Para compreender mais profundamente a luta de classes nesse município, recorro à análise de fontes dos jornais da época, como o *Cruzeiro do Sul* e *O Operário*, para analisar as disputas e relações entre as forças sociais das elites e o movimento operário. Apesar desse meu enfoque, ainda abordo nesse capítulo os jornais *A Conquista do Bem*, *Clarim da Luz* e o *XV de Novembro*, pela importância na relação com as fontes selecionadas para reflexão desse embate.

O capítulo 4. *O jornal O Operário (1909-1913) e a educação*, retoma discussões historiográficas presentes no cap. 1 *Introdução*, mas trabalhando diretamente com a fonte primária dessa pesquisa, o jornal *O Operário*. Também me dedico a abordar a atuação político-pedagógica dos militantes ligados à Escola Moderna de Sorocaba e ao movimento anarquista, Oreste Ristori e J. J. Rivier, ainda contemplo as perspectivas de Antônio Marques a respeito de educação e a relação com as crianças e artigos com exaltação do trabalho das elites locais para com a educação dos operários, introduzindo os debates dos subitens posteriores.

O subitem 4.1 *O Jornal “O Operário” (1909-1913): origens e concepções de mundo nele presentes* tem como foco análises de artigos publicados no *O Operário* e as interpretações com base em conceitos-chaves, assim como no histórico de atuação daqueles que escreviam ao jornal. Analiso a presença das seguintes concepções de mundo: cristã / socialista espírita, anarquista (anarco-comunista e anarcosindicalista), positivista, sindicalista revolucionária e socialista. Ainda abordo brevemente a introdução e a colocação do materialismo histórico-dialético no Brasil da Primeira República, com base nas obras de Dulles (1977).

O subitem 4.2 *As tendências educativas no Jornal “O Operário” (1909-1913)* analiso a partir das discussões do 4. e 4.1 as tendências educativas que estavam presentes nas páginas do *O Operário*. Trabalhei com duas grandes tendências educativas e a ramificação de uma

delas em duas. Nesse capítulo, ainda abordo brevemente a história de Pedro Salles de Oliveira Mesquita e da Escola Moderna de Sorocaba.

O 5. *Conclusão* traz as considerações finais dessa pesquisa, bem como uma discussão sobre pensar a educação a partir da perspectiva de luta de classes.

2. PRIMEIRA REPÚBLICA E FORÇAS SOCIAIS PRESENTES NO DEBATE EDUCACIONAL

Entre o final do século XIX e começo do XX, o brasileiro presenciou notáveis transformações no campo social, político e econômico. A emancipação das pessoas escravizadas, a vinda de imigrantes da Europa e em menor escala da Ásia e África, a proletarianização dos trabalhadores, em um primeiro nível, uma monótona manutenção da estrutura colonial, seguindo na contra mão do que acontecia em boa parte das nações que haviam conquistado sua Independência naquele período e, logo após esse processo, algumas notáveis reconfigurações de poder entre as elites nacionais, que foram do Império à República e ao “café com leite”²² em um prazo de duas décadas. Fábricas se consolidavam e tantas outras se instalavam no País e traziam consigo máquinas das mais modernas, produtos de várias partes do globo e atraíam pessoas. Alimentou-se um clima de euforia entre aqueles que olhavam a tendência da europeização como solução das questões sociais, políticas e econômicas.

Entretanto, as contradições²³ advindas da luta de classe não tardaram a ganhar materialidade e o “projeto de jardim de flores” de uma nação etnicamente caucasiana das elites encontrou nas organizações que integravam trabalhadores nacionais e estrangeiros uma considerável resistência. Como Lenin (2018) aponta a respeito da contradição elas “[...] estão em luta e em movimento até que superem a si mesmas” (LENIN, 2018, p. 32), e é, também, no embate entre projetos socioculturais para a educação popular que se manifestou e se expressou a luta de classes através de suas contradições. Nesse contexto, jornais e panfletos

²² A chamada política do “café com leite” foi um grande acordo nacional entre o setor político e econômico com a finalidade de regular a lógica do poder. Sua estrutura durou quase durante todo o período da Primeira República (1889-1930). Em suma, o acordo envolvia as oligarquias estaduais e o governo federal para manter o controle político na mão das classes dominantes ligadas aos grandes proprietários de terra da região sudeste do país, precisamente São Paulo (café) e Minas Gerais (leite), que se alternavam na cadeira presidencial.

²³ O uso desse termo aqui tem justamente como finalidade recorrer à ideia de Lenin a respeito de contradição, pois não se trata de uma análise incompleta e fragmentada, ao contrário é “a essência das relações reais é, como relação, ser luta e choque.” (LENIN, 2018, p. 32). A definição leninista de contradição circunda minha trajetória até mesmo em outros artigos, pesquisas e atuação política-pedagógica, por tal ainda que não seja o enfoque a discussão teórica a esse respeito ela nos remete a amplitude necessária para explicar nosso ponto de partida na análise da educação popular pautada pelo movimento operário, que é a luta de classes. Mas como abordarei adiante minha interpretação a respeito desse conceito é justamente transcender sua cristalização por via de definições, inclusive parte do conceito de Lenin sobre contradição: “Termos e relações são tomados não como eternos, mas como móveis” (LENIN, 2018, p. 32).

foram a principal forma de socialização de informações e conhecimentos às diferentes classes sociais então presentes na realidade nacional.

Aos trabalhadores ligados às visões de mundo anarquista²⁴ e socialista²⁵ a questão da consciência de classe, evocada não raramente nesses impressos²⁶, passava centralmente pela educação, isso desde a publicação do programa do Partido Operário no Brasil (1890). Seria a educação de seus filhos a forma de consolidar uma visão de mundo sistematizada pela ciência para compreender a realidade concreta e disputá-la (chegando ao ponto de transformá-la pelo princípio de “solidariedade”²⁷).

Enquanto o furor da luta de classes acontecia nas principais cidades do país e algumas acabaram se transformando significativamente em direção à modernidade nos moldes do capitalismo europeu, no interior do Brasil, nas pequenas vilas, outras formas de poder, ainda com vestígios coloniais, se mantinham, exercendo seu controle político e social, como daqueles com forte presença da igreja católica. E que se conste que a igreja também abarca essa disputa pela educação popular com projeto próprio que, inclusive, viria a ganhar simpatia de muitos membros das elites industriais do país.

É neste contexto que se apresenta a pesquisa feita sobre a educação, cujos resultados da investigação bibliográfica sobre a I República e as forças sociais, que tencionaram o

²⁴ O anarquismo é uma corrente de pensamento idealizada pelo inglês William Godwin (1756-1836) e teve uma grande influência no movimento operário. Entre alguns autores de destaque estão o francês Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), os russos Mikhail Bakunin (1814-1876) e Piotr Kropotkin (1842-1921), além do italiano Errico Malatesta (1853-1932) e o geógrafo francês Elisée Reclus (1830-1905). O anarquismo teve importante desdobramento na questão feminina e atraiu nomes como Emma Goldman (1869-1940), Soledad Villafranca (1880-1948/49?) e Louise Michel (1830-1905). George Woodcock (1963) apresenta quatro linhas ideológicas do anarquismo, são elas: mutualismo proudhoniano, anarco-coletivismo, anarco-comunismo (comunismo libertário) e o anarco-sindicalismo.

²⁵ Assim como o anarquismo deve ser pensado pluralmente, o socialismo passa pela mesma lógica, mesmo no Brasil do século XIX e começo do XX. Havia duas tendências de socialismo rondando o país e a primeira é a tendência de Saint-Simon, Fourier e Owen, tendência que Marx alcunhou no *Manifesto do Partido Comunista* como *Comunismo Crítico-Utópico*, sendo que para o autor alemão o ponto central dessa concepção é que “[...] os inventores desse sistema reconhecem, sem dúvida, o antagonismo das classes, assim como a eficácia dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante, mas não veem nenhuma atividade histórica autônoma da parte do proletariado, nenhum movimento político que lhe seja próprio” (MARX, 2004, p. 77). A segunda tendência é o Socialismo Científico de Karl Marx e Friedrich Engels, e essa tendência ganhará mais espaço no Brasil, entre os trabalhadores, a partir de 1917, com o êxito da Revolução Russa, liderada por Lenin. Anteriormente, brasileiros como Rui Barbosa e Clóvis Bevilacqua, por pouco conhecimento de Marx, comumente misturavam de forma caótica esse autor em relação aos Comunistas Crítico-Utópicos e até com Proudhon e Ferdinand Lassell (KONDER, 2003, p. 31). Os imigrantes italianos trouxeram boa contribuição entre a última década do século XIX e começo do XX e organizaram alguns grupos importantes ao trazer as ideias de Marx mais à tona ao contexto brasileiro, através da Liga Democrática Italiana e do jornal *Avanti*.

²⁶ José Damiro de Moraes nos indica um caminho sobre a questão de consciência de classe diante dos periódicos “Desta forma, desempenharam “papel de destaque no processo de conscientização do proletariado e atuaram como centro de organização da classe” (RAGO *apud* MORAES, 2006, p. 10).

²⁷ “3. A educação moral, muito menos teórica do que prática, deve resultar principalmente no exemplo e apoiar-se sobre a grande lei natural de solidariedade;” (LIGA, *apud* MORAES, 2006, p. 6)

sistema educativo, são apresentados neste primeiro capítulo. Dessa maneira, a seguir, discutirei as questões teóricas a respeito das classes sociais com a finalidade de entender os diferentes aspectos que se fizeram presentes nos embates sobre a educação da Primeira República, bem como sobre a forma como se constituíram as diferentes classes no Brasil. E, posteriormente, serão apresentados os resultados das investigações sobre as principais forças sociais presentes no debate educacional da época: as elites, o movimento operário e a Igreja Católica.

2.1 Considerações teóricas sobre classes sociais e consciência de classe

A classe operária não surgiu tal como sol, numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. (THOMPSON, 2011, p. 9)

Ao estudar a história de Sorocaba, o jornal *O Operário* (1909-1913) e os projetos de educação, para então analisarmos as tendências educativas nele presentes, faço o movimento de investigar o conjunto de mediações que compõem essa totalidade histórica e os diferentes projetos que partiam de cada classe social e que estavam em disputa. Assim, recorro a uma das mais importantes asserções apresentadas por Karl Marx e Friedrich Engels: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes” (MARX, 2004, p. 45).

Ao fazer essa referência aos sujeitos situados em um espaço e em um tempo, encarnados em pessoas reais, dentro de um Brasil repleto de disputas e bastante heterogêneo na sua composição social, busco três diferentes conceitos para termos como princípios nos debates sobre esses grupos sociais: classe, heterogeneidade de classe e fração de classe. Entretanto, é importante destacar que meu intuito com tal discussão não é aprofundar tais conceitos, mas apontar que seria praticamente impossível ou mesmo anacrônico tentar analisar a história e diferentes projetos (e tendências) das classes no Brasil da Primeira República sem ao menos termos definido um ponto de partida conceitual e explicar o porquê dessas opções teóricas.

Como essas opções teóricas sobre classes terão uso constante na análise que será aqui feita, fiz a escolha de trabalhar de forma recortada a parte conceitual para depois incorporar essas reflexões ao longo do texto e de forma que expressem um conjunto de ideias que se manifestarão ao longo desta pesquisa.

Em relação à classe, meu ponto de partida é a referência do historiador britânico E. P. Thompson, em seu prefácio de *A formação da classe operária inglesa I* (2011). Há duas razões para isso: a primeira é o impacto desse prefácio em historiadores, cientistas sociais e demais estudiosos da história social do trabalho, inclusive em autores que me fundamentam ao longo dessa pesquisa, como Maria Conceição Pinto de Góes (1988) e Cristina Hebling Campos (1988); a segunda razão é a forma como Thompson pensa esse conceito como sendo muito mais um problema da questão histórica do que puramente teórico, ou seja, “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus” (THOMPSON, 2011, p. 10).

É se aproximando do cotidiano dos trabalhadores que Thompson entende classe como fenômeno histórico, com formação social, cultural e econômica. “Por classe, entendo fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto é um fenômeno histórico” (THOMPSON, 2011, p. 9).

Na medida em que, a partir de meados do século XIX, quando concepções jacobinas, socialistas e libertárias (anarquistas e anarcosindicalistas) vão sendo trazidas do Velho Mundo para o Brasil, diferentes formas de organização político-social vão surgindo e ganhando marcas do contexto brasileiro, mas de alguma forma possuindo coesão²⁸.

Vinhas (1970) elenca traços *peculiares* para definir o proletariado brasileiro, são eles: se trata de vários grupos que são desprovidos dos meios de produção, precisam vender sua

²⁸ Há uma série de fatores ao longo da Proclamação da República até os anos 1930 que indicam essa coesão em solo nacional, por exemplo, o 1º de Maio de 1894: “No dia 15 de abril, em São Paulo, militantes socialistas e anarquistas reuniram-se para preparar comemoração dessa data” (JOFFILY, 2012, p. 88). Também a fundação do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, em 1922, reflexo de acúmulos de lutas e organizações de trabalhadores desde meados do século XIX, tendo em sua fundação a fusão de vários núcleos (União Operária 1º de Maio, Liga Comunista, Centro Comunista e União Maximalista, Grupo Zumbi, Círculo de Estudos Marxistas, Grupo Comunista e, sobretudo, o Partido Comunista-Anarquista, fundado em 9 de março de 1919). Além disso, figuras como Edgar Leuenroth, Astrojildo Pereira e Hélio Negro, publicavam obras socialistas e anarquistas com intuito de divulgar esses movimentos. A própria imprensa operária também é outro vestígio dessa coesão nesse contexto, já que entre seus colaboradores possuía quadros ligados aos mais diversificados grupos como jacobinos, liberais republicanos, anarquistas em suas variadas vertentes e socialistas. Mas, alerta, não estou entendendo que nessa “coesão” não haviam conflitos e atritos entre as diversas tendências “progressistas” e/ou liberais republicanas que em solo brasileiro estavam, “As relações entre socialistas libertários e social-democratas tinham momentos de diálogo cordial e também atritos e tensões” (KONDER, 2003, p. 34), mas analisando essas articulações no concreto das fábricas e vilas operárias, é comum verificar esse engajamento nas greves locais, em manifestações por redução de jornadas de trabalho ou mesmo em homenagem a algum militante falecido, congressos e outras formas de articulação, que foram formando acúmulos para movimentos amplos como a Greve Geral de 1917 e a FUA (Frente Única Antifascista) em 1933.

força de trabalho, tem origem social a partir de nativos, ex-escravos, imigrantes e camponeses; como o país tem níveis de desenvolvimento econômico desigual e regional, basicamente esses trabalhadores compõem diversos tipos de assalariados; há grupos de trabalhadores rurais e urbanos, que vivem na grande miséria, e outros mais inseridos nas áreas de investimento do capital, que acabam sendo assalariados mais qualificados, como técnicos e cientistas; é uma classe heterogênea e sem fronteiras sociais delimitadas, majoritariamente composta por operários, empregados e trabalhadores urbanos e rurais; está no estágio da consciência de “classe em si” e em transformação de “classe para si”; sua força social está em ascensão e sua visão de mundo contrapõe²⁹ à das classes que a exploram (VINHAS, 1970, p. 224).

Partindo do entendimento de classe como fenômeno histórico, a consciência de classe perpassa pelas relações de produção nas quais os homens nasceram ou entraram e dessa forma retomo a concepção de Marx que se faz presente em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011): “Os homens fazem a própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sobre as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). Aprofundando, para analisar a consciência de classes, voltado à E.P. Thompson encontro a seguinte análise:

Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2011, p. 10)

Entender a consciência de classe por um viés de generalização ou buscar entendê-la a partir de um olhar que não seja de uma relação histórica é uma deturpação, e o próprio historiador britânico insiste: “Existe atualmente uma tentação generalizada em supor que classe é uma coisa. Não era esse significado em Marx em seus escritos, mas o erro deturpa muitos textos “marxistas” contemporâneos” (THOMPSON, 2011, p. 10). Pensar a consciência ou mesmo a classe como fórmula matemática é não compreender a partir de seu contexto, portanto um equívoco metodológico ao materialismo histórico dialético, “Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estruturados quando eles mesmos operam durante considerável período histórico” (THOMPSON, 2011, p. 13).

²⁹ “A interpretação marxista de estrutura de classes é baseada em uma divisão dicotômica das classes sociais.” (VINHAS, 1970, p. 15).

Para E.P. Thompson (2011) a consciência de classe é nada mais que a encarnação e a concretização de tradições, formas, sistemas de valores e ideias que se constroem não por conceitos e definições, e sim por relações historicamente construídas e específicas, podendo até apresentar elementos em comum, mas com sua própria historicidade diante da luta de classes.

Vale mencionar que há outras definições e interpretações a respeito da consciência de classe, como são os casos de Lenin³⁰ e Rosa Luxemburgo, ainda que a análise da autora polonesa, de certa forma, se aproxime um pouco mais da de Thompson, já que reconhece na experiência social, a experiência da luta de classes na formação da consciência de classe (LOUREIRO, 2018, p. 22). O próprio Marx, já citado pela própria influência nesse debate em E.P. Thompson, igualmente apresenta constantemente o debate acerca desse tema em suas obras, como os já apresentados no *Manifesto do Partido Comunista* (2004) e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), e também em *Crítica do programa de Gotha*³¹ (2012).

Para compreender as especificidades do contexto brasileiro, recorrerei para uma ideia³² com o fim de aprofundar o entendimento das articulações entre a classe trabalhadora no país: a de heterogeneidade de classe. Essa ideia aparece em Eric Hobsbawm (2017, p. 187) justamente para contextualizar a formação da consciência de classe e as divisões no interior das massas de trabalhadores, que eram alcunhadas pelos socialistas como “proletariado”, apesar de estarem longe de ser uma massa homogênea.

Hobsbawm nos traz mais alguns indicativos para essa ideia, que podem perfeitamente remeter à sociedade brasileira daquele contexto.

O clássico proletariado da moderna fábrica ou estabelecimento industrial, frequentemente uma minoria ainda pequena, embora em rápido aumento, estava

³⁰ Lênin estava próximo das concepções de Karl Kautsky a respeito do debate de consciência de classe. Em síntese, ambos acreditavam que a consciência de classe só poderia ser desenvolvida por agentes externos à própria classe, como os intelectuais, devido à sua formação, cultura e justamente por estarem distantes do processo de produção imediato. Lênin acreditava que o instrumento de transmissão dessa consciência seria por um partido organizado a partir de revolucionários profissionais. A consciência que partia da classe trabalhadora estaria mais para uma “consciência sindical”, portanto, mais voltada às necessidades imediatas e econômicas (BOTTOMORE, 2012, p.112).

³¹ Esse documento em diversas passagens traz muitos conceitos e ideias a serem refletidos, em primeiro lugar porque é um dos poucos materiais que Marx trata de como seria a sociedade comunista, as marcas que em primeiros momentos essa sociedade levaria da “velha sociedade”, o internacionalismo e a relação dos trabalhadores nacionais e entre outros temas a questão da fusão de partidos que é central nesse material já que se trata de uma análise a respeito da fusão de dois partidos operários alemães: a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV) e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP) e o programa redigido por Ferdinand Lassalle (que gerou críticas por parte de Marx). (MARX, 2012).

³² Optamos em tratar como ideia por não ser de fato um conceito categorizado em Hobsbawm, apesar de constantemente aparecer no conjunto de sua obra e em estudos nos quais esse autor é referência em leituras sobre categorias de trabalho e classe.

longe de ser idêntico ao grosso dos trabalhadores manuais que trabalhavam em pequenas oficinas, na produção domiciliar da zona rural e dos fundos de casas da cidade ou até ao ar livre; e também da labiríntica selva de assalariados que abarrotavam as cidades - e mesmo deixando de lado os da lavoura - o campo. (HOBSBAWM, 2017, p. 187)

Ainda complementando seu raciocínio em relação a essa heterogeneidade, adiciona a questão da divisão sexual do trabalho, como o caso dos caldeireiros majoritariamente do sexo masculino e as tecelãs predominantemente do sexo feminino, a questão da especialização entre o compositor-tipógrafo em relação ao pedreiro e também as diversidades entre origem social e geográfica, de nacionalidade, de língua, de cultura e de religião (HOBSBAWM, 2017, p. 187-188).

O debate acerca de nacionalidade evoca contradição considerável, que nos encaminha à necessidade de aprofundamento. Marx postula, em sua crítica ao Estado burguês, que “[...] os operários não têm pátria, [assim] não lhes pode tomar aquilo que não têm” (MARX, 2004, p. 64). O internacionalismo dos socialistas atraía no século XIX e começo do XX os movimentos operários europeus, afinal, nas cidades da Europa havia uma considerável pluralidade entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades, “[...] de outro modo, como poderiam os operários mobilizados como tais numa cidade igual a Viena, onde um terço deles era de emigrados tchecos; ou em Budapeste, onde os operários qualificados eram alemães e os demais, eslovacos ou magiares?” (HOBSBAWM, 2017, p. 189). O apelo ao internacionalismo não ficava sem efeito, mesmo em caso de rivalidades históricas entre nações (ou mesmo entre religiões, como no caso da Irlanda, fortemente dividida entre católicos e protestantes), e como o próprio Hobsbawm aponta, não se tratava de rivalidades como operários, o que possibilitava uma experiência de classe estruturada numa identificação alternativa do operariado (HOBSBAWM, 2017, p. 190).

Trazendo essa análise ao Brasil, entre 1871 e 1920, foram mais de 3.390.000 imigrantes europeus que ingressaram no país, sendo que a maioria procurou e fixou residência em São Paulo (MARAM, 1979, p. 13). Esses grupos de imigrantes eram predominantemente de italianos, espanhóis, poloneses, alemães e portugueses.

Segundo o censo de 1893 realizado na capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e um índice ainda maior da força de trabalho. Dos 10.241 trabalhadores classificados como artesãos (os operários da construção civil devem ter sido incluídos nessa categoria) 85,5% nasceram no exterior. Na manufatura, 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio 71,6%. Excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros eram 71,2% da força de trabalho total da cidade. (MARAM, 1979, p. 15)

Além da mão de obra imigrante vinda da Europa, é possível encontrar a presença de asiáticos vindos ou trazidos da China e Índia, a mão de obra negra de origem africana, majoritariamente composta por escravos e emancipados, a população brasileira (composta de miscigenações entre negros, indígenas e portugueses) e alguns outros grupos étnicos. Isso sem mencionar a questão da mão de obra feminina e sua atuação dentro dos movimentos de trabalhadores ao longo do período estudado.

Todavia, no Brasil, a heterogeneidade também conheceu elementos bastante restritivos e contraditórios diante da atuação dos movimentos de trabalhadores e sindicatos. Muitas pesquisas acabam destacando esse aspecto de forma paradigmática, entendendo que os imigrantes europeus que aqui chegavam traziam uma carga teórica e de luta refinada, e que havia o estranhamento com os trabalhadores nativos, muitos deles negros, que não possuíam tradição de classe e, por isso, tinham posição conservadora no que se refere às pautas e lutas dos trabalhadores. Primeiramente, seria um grande anacronismo considerar como verdade essa lógica de que todo imigrante europeu vinha de países com experiências de organizações sólidas entre a classe trabalhadora; se vinha desses lugares, ele próprio não necessariamente tinha tido essas experiências e trazia consigo tal bagagem um indício dessa questão, são os dados³³ da Associação Internacional dos Trabalhadores:

Quadro 1 - Número de membros inscritos na AIT

País	Ano de pico	Número de membros
Inglaterra	1867	50mil
Suíça	1870	6mil
França	1871	Mais de 30mil
Bélgica	1871	Mais de 30mil
Estados Unidos	1872	4mil
Alemanha	1870	Mais de 10mil (inclusive membros do Partido Socialdemocrata (sic) dos Trabalhadores da Alemanha)
Espanha	1873	Cerca de 30mil
Itália	1873	Cerca de 25mil

³³ Esses dados, entretanto, possuem consideráveis problemáticas, “1) apenas uma parte mínima das organizações – como sindicatos ingleses e os partidos alemães – possuía um registro exato dos próprios inscritos; 2) o fato de a maior parte dos trabalhadores ter ingressado na organização não por meio de inscrições individuais mas sobretudo mediante adesões de associações coletivas (como, por exemplo, as sociedade de resistência) torna quase impossível ter uma contagem exata de membros; 3) em diversos países, a Internacional foi ilegal por alguns anos, e a clandestinidade de seus membros não permite avaliar acuradamente seu número.” (MUSTO, 2014, p. 86). Mesmo diante dessas problemáticas, a tabela de Musto apresenta números muito mais realistas do que de outros pesquisadores que exageram e distorcem a realidade (Idem, ibidem, p. 86).

Holanda	1872	Menos de mil
Dinamarca	1872	Menos de 2mil
Portugal	1872	Menos de mil
Irlanda	1872	Menos de mil
Império Austro-Húngaro	1872	Menos de 2mil

Fonte: (MUSTO, 2014, p. 88)

É fato que o Brasil recebeu amplamente a imigração italiana e espanhola, países com importantes organizações de trabalhadores, mas essa análise pode ser transcrita para a imigração portuguesa? Pelos próprios dados levantados por Musto, em relação à Associação Internacional dos Trabalhadores, Portugal é um dos países com menor articulação em termos de organizações de trabalhadores e seus participantes, e mesmo assim, no Brasil os portugueses se equiparavam numericamente aos espanhóis em termos de líderes por nacionalidade nas cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro.

Faço o destaque para a reflexão a respeito do fato que entre os mobilizadores sociais portugueses estavam Adelino Tavares de Pinho, importante educador que atuou fortemente na instalação das Escolas Modernas em São Paulo, Neno Vasco³⁴, considerado o maior escritor anarquista³⁵ de Portugal ao longo da primeira década de XX e de reputação como anarquista mais culto do Brasil, e outros grupos, como a Sociedade Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses, que atuou entre 1863-1877 no Rio de Janeiro, tendo caráter mutualista e com finalidade de angariar fundos para atividades filantrópicas.

³⁴ Neno Vasco foi o pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos (1878-1920). “Neno Vasco era uma figura fora do comum, pois era formado em direito pela Universidade de Coimbra e filho de pai rico; e mais, tão retraído que não podia enfrentar um auditório. Sua revista *Aurora*, seus artigos em *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre* e as peças que escreveu deram-lhe a reputação de anarquista mais culto do Brasil. Conhecedor da língua e da ortografia, usou, em *A Terra Livre*, uma reforma de prosódia com muitas das mudanças depois adotadas pela Academia Brasileira de Letras.” (DULLES, 1977, p. 21). O periódico *A Terra Livre* foi fundado e direto por ele, Edgar Leuenroth e Manuel Moscoso, e teve sobrevida considerável circulando entre 1905-1910, com seu final relacionado com a volta de Neno Vasco para Portugal. Participou do 1º Congresso Anarquista Português e mesmo distante e atuando fortemente em sua terra natal manteve-se colaborando com a imprensa operária brasileira como correspondente.

³⁵ Apesar de ser alcunhado com maior frequência ao anarquismo, Neno Vasco também é reconhecido por sua atuação nas linhas do sindicalismo revolucionário.

Quadro 2 – Demonstrativo da liderança de movimentos de trabalhadores por nacionalidade e local³⁶

	São Paulo	Santos	Rio de Janeiro
Brasileiros	8	2	27
Estrangeiros	36	15	23
Italianos	22	-	2
Espanhóis	6	7	11
Portugueses	6	8	10
Alemães	1	-	-
Poloneses	1	-	-
Não identificados	2	1	10
Total	46	18	60

Fonte: (MARAM, 1979, p. 22)

Outro fator para analisar neste gráfico, além da rotatividade já destacada na ação dos trabalhadores e a proporcionalidade dos imigrantes atuando nas lideranças sindicais, é a presença de trabalhadores brasileiros em número amplo na atuação política, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro. Entre o século XIX e a década de 20 do século XX, foram contabilizadas cerca de oito alianças, mais de cinquenta associações, cerca de dez ligas, cerca de quinze partidos, entre outras articulações como sindicatos, sociedades e uniões (BATALHA, 2009, p. 173-283), ou seja, um número bastante amplo de trabalhadores engajados encampando diferentes lutas progressistas ao longo da segunda metade do século

³⁶ “Ao iniciarmos esse estudo suspeitávamos que a proporção de um determinado grupo nacional na liderança variasse segundo sua localização geográfica. Os italianos dominavam a população estrangeira em São Paulo, os portugueses a de Santos. E portugueses e brasileiros constituíam a maioria esmagadora sobre a população o total da capital federal. Na investigação dessa questão surgiram alguns problemas metodológicos, devido à grande mobilidade de muitos ativistas no período. Vamos encontrar Manuel Campos, por exemplo, às voltas com a organização dos operários em Santos, em 1912-1913, com a organização dos estivadores das docas do Rio, tramando a revolução em 1918, e de volta à Santos no ano seguinte.” (MARAM, 1979, p. 21).

XIX e começo do XX, que iam desde movimentos anarquistas, mutualistas³⁷, trabalhistas³⁸, socialistas e sindicalista³⁹.

Isso nos remete ao segundo fator sobre a relação de atuação política dos brasileiros no campo de luta progressista, que são os acúmulos históricos de grupos da população engajados, primeiramente, com concepções da Revolução Francesa e, em um segundo momento, com as ideias mutualistas. Boa parte dessas ideias encontraram no Estado de Pernambuco terreno fértil, pois nessa região havia grande inquietação política no século XIX (KONDER, 2003, p. 28), na qual ocorrera desde o começo do século uma série de revoltas populares, como a Insurreição Pernambucana⁴⁰ (1817), e tivera a presença de intelectuais, como Antônio Pedro de Figueiredo⁴¹ e José Inácio de Abreu e Lima⁴².

Refletindo em torno dos conceitos de E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, entendo que no Brasil havia uma heterogeneidade considerável no que se refere aos trabalhadores e coesão, o que configurava uma classe social com projetos socioculturais diversificados em alguns aspectos, até pela ampla variedade de tendências e interpretações das mesmas, apesar

³⁷ “Emilio Willems ensina que o *mutualismo* é uma relação social que implica deveres, obrigações, prestações de serviço de um lado, e direitos, compensações ou retribuições de outro, dentro da escala de valores e padrões socialmente aprovados.” (CANDIDO FILHO, 1982, p. 146). Há duas concepções de mutualismo, a primeira baseada na concepção de Proudhon e que desde meados do século XIX foi-se fazendo presente no Brasil, sobretudo entre categorias de trabalhadores que se organizavam independente do Estado e da Igreja, e a segunda concepção é um conceito evolucionista de Piotr Kropotkin, “[...] que estudou as múltiplas formas de ajuda mútua praticadas pelos animais da selva provavelmente desde a era *cenozoica*.” (CANDIDO FILHO, 1982, p. 146).

³⁸ Sobretudo no Rio de Janeiro, o “trabalhismo” foi dominante na última década do século XIX, como tendência da classe trabalhadora; após esse período perde bastante espaço ao anarquismo. Boris Fausto define “[...] o grupo dos trabalhistas, no caso, corresponde aos que pretendem obter tão-somente a conquista de alguns direitos operários, sem pôr em questão os fundamentos do sistema social, inclinando-se a incentivar implicitamente a heteronomia sindical.” (FAUSTO, 1983, p. 41).

³⁹ O conceito de sindicalismo será debatido adiante, em separado, uma vez que esse conceito apresenta um intenso debate entre uma das minhas principais referências teóricas.

⁴⁰ A Insurreição Pernambucana (1817) foi um movimento emancipacionista inspirado pelas ideias iluministas, que eram disseminadas através da maçonaria. Foi o único movimento colonial que saiu da fase conspiratória e conseguiu atingir a etapa da tomada de poder. A repressão foi violenta, com tropas via mar e terra. “Os republicanos resistem como podem, mas a contrarrevolução avança. O governo republicano renuncia e, em 20 de maio de 1817, os portugueses esmagam definitivamente a república” (KONDER, 2003, p. 27).

⁴¹ “Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), de origem humilde, entusiasmou-se pela obra do filósofo francês Victor Cousin, que era professor de filosofia na Escola Normal de Paris. O entusiasmo foi tão grande que um padre conservador apelidou-o, preconceituosamente, de *Cousin fusco*, que significa ‘Cousin pardo’, uma alusão à cor de sua pele, pois Figueiredo era mulato. Simpatizava com as ideias socialistas.” (KONDER, 2003, p. 28).

⁴² “José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) era filho do famoso ‘padre Roma’, um revolucionário que havia participado da Insurreição Pernambucana de 1817 e fora fuzilado. José Inácio, militar, romântico, aventureiro galante, participou da campanha de Simon Bolívar contra Espanha (nas lutas pela independência da Venezuela), incentivou a Revolta Praieira de 1848 e publicou, em 1855, um livro intitulado *O socialismo*, no qual não aderiu ao novo movimento de ideias, porém procurava explicá-lo como uma manifestação da ‘tendência do gênero humano para tornar-se uma só e imensa família’. Os sistemas de Saint-Simon, Fourier e Owen eram caracterizados como ‘aberrações do espírito humano’; mas isso, afinal, não importava. ‘Loucos, maníacos, excêntricos, não importa, todos são abelhas da mesma colmeia’, ele afirmava” (KONDER, 2003, p. 29).

destas terem pautas em comum como a luta pela redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho e, de alguma forma, pela educação aos filhos da classe trabalhadora, ainda que nesse sentido as tendências trouxessem uma variação ampla dessa pauta.

Meu próximo passo é conceituar a ideia de frações autônomas de classe para compreender as relações que se estabelecem no interior da elite brasileira⁴³. Como aprofundarei adiante na questão dos conflitos que emergem no cenário político-econômico do Brasil, ao longo do século XIX e começo do XX, resumirei aqui alguns aspectos conflitivos que me levam a entender que essa elite não compunha um grupo que indique uma “[...] entidade homogênea, monolítica e, conseqüentemente livre de conflitos e oposições internas” (PERISSINOTTO, 1994, p. 20).

Marx apresenta esse conceito de frações, sobretudo nas interpretações da classe social que está em formação, ou seja, diferenciando da classe social já formada, e aponta que frações, assim como outras formas intermediárias, desapareceriam com o pleno desenvolvimento do capitalismo, o que levaria à consolidação das principais classes (VINHAS, 1970, p. 15). Como já destaquei ao discutir classe e heterogeneidade de classe, no Brasil, desde o começo do século XIX, muitos acúmulos foram produzidos através das lutas sociais o que levaria, no século, à consolidação das principais classes. Faço o exercício de projetar essa interpretação à elite:

A uma fração de classe corresponderia uma posição específica nesse processo: frações que se concentram na produção propriamente dita (industriais, lavradores), frações que se concentram no financiamento da produção (bancos) e frações que se concentram na comercialização da produção (capital comercial). (PERISSINOTTO, 1994, p. 21)

Com maior profundidade e ênfase discutirei adiante o tópico das diversificações de capital, que foram resultados de acúmulos por embates político sociais em solo brasileiro, que vão desde a questão da Independência, passam pela emancipação dos escravos, a vinda dos

⁴³ Ainda que as elites brasileiras não sejam o objeto de estudo dessa pesquisa e sim a educação operária, por abordar algumas concepções de educação no período da Primeira República partindo justamente da concepção de luta de classes compreendo como fundamental entender de forma mais estruturada as relações que permeavam as elites brasileiras, entre si e nas relações com os operários, afim de compreender as contradições desses embates educacionais. Mesmo assim, esse debate acerca das frações de classe utilizamos com a finalidade voltada para auxiliar os desdobramentos no campo-político ideológico na educação, no capítulo destinado aos estudos dos projetos de educação das elites e da Igreja, apresentei três diferentes projetos para educação popular que partem da mesma classe social, e entre tais projetos há uma relação de antagonismo em relação à classe trabalhadora sempre na proposta de “controlar” e “conter”, nesse sentido o conceito de fração de classes nos auxilia até por não reconhecermos essa elites como um bloco monolítico. Portanto se trata de uma opção teórica para entender o bloco no poder e a luta de classes no campo da educação.

imigrantes e a necessidade de escoamento das mercadorias aos mercados europeus dos Estados Unidos. Por enquanto, me aterei aos recursos necessários para explicar esse conceito.

Em *O Capital* (2017), Marx pontua que “[...] a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge” (MARX, 2017, p. 223). Júlio José Chiavenato trará o argumento dos traficantes de escravos como movimentadores do capital no século XIX, em uma disputa com aristocracias (a Coroa e os altos funcionários do Estado) e também a “oligarquia latifundiária”, inclusive, após esse conflito, aponta uma retomada nesse comércio interno, o mercado de pessoas:

Os traficantes, riquíssimos com a alta dos preços, passaram a ser mais importantes que a oligarquia fundiária que se afundava em dívidas. Isso era intolerável para os aristocratas que detinham o poder político no Brasil. Juntando-se todos os elementos dessa complexa rede de contradições, acaba-se o tráfico de maneira cômoda para os próprios “prejudicados” – os devedores expulsam seus credores. [...]. A extinção do tráfico desestabilizou momentaneamente o mercado de trabalho, mas logo ele se recompõe com o surgimento do tráfico interno. As repercussões imediatas no geral são muito benéficas. (CHIAVENATO, 1980, p. 73)

Ou seja o ponto de partida do capital brasileiro, a circulação de mercadorias, é atrelado às pequenas fábricas têxteis voltadas à fabricação de roupas para escravos e os próprios escravos, e dele se desdobrarão alguns processos político-econômicos que reconheço como “pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge”; o endividamento dos engenhos e a venda de escravos ao sudeste⁴⁴ (os cafeeiros), a disputa com o capital estrangeiro⁴⁵ e o impacto disso na organização das cidades, que serão pontos para consolidação da classe média urbana.

Um negro é um negro. Somente sob determinadas condições ele se torna um escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Apenas sob determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital quanto o ouro o é, em si mesmo dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar [...]. O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção. (MARX *in* MARX, 2017, p. 836)

Nesse processo, o que se obtém é um conjunto de funções do capital, ou seja, as diferentes formas que o capital atinge em seu ciclo. “A diferenciação do capital em frações implica na presença autônoma dessas formas, com suas respectivas funções específicas, portanto não mais como meras etapas de um capital individual” (PERISSINOTTO, 1994, p.

⁴⁴ E isso também influi na mudança do eixo de venda de roupas e algodão, voltadas para esse mercado. Sorocaba, por exemplo, até 1860, produzia o algodão, que era usado para redes e tecidos rústicos para escravos, tropeiros, etc. (ARAÚJO NETO, 2005, p.17).

⁴⁵ “Surgirão novas relações com o capitalismo inglês que permitirão a relativa modernização do país, e aumentará por outro lado o grau de independência do imperialismo.” (CHIAVENATO, 1980, p. 74)

21). Mas, as formas produtivas do capital, como dinheiro e mercadorias, não revelam as frações do capital, elas só ganham tal face quando encaradas a partir de um capital social total (PERISSINOTTO, 1994, p. 21).

A historiografia nos fornece muitos exemplos para essa discussão em solo brasileiro. Desse mesmo contexto, um dos mais clássicos é o caso da modernização das cidades como desdobramento dos investimentos de cafeicultores, com intuito de melhorar as condições de financiamento, preparo (torrefação e demais processos), comercialização e escoamento aos portos internacionais desse produto, mas, como alerta Perissinotto, “[...] nem por isso essa fração de classe encerra em si todas as frações da sociedade agroexportadora” (1994, p. 22), afinal, uma classe social se marca pela relação à outra classe social, uma relação de luta de classes.

É preciso reconhecer que, assim como a classe trabalhadora tem suas especificidades e, por isso, a compreendo a partir da ideia de heterogeneidade de classe, recorrerei à fração autônoma de classes justamente porque “[...] chama a atenção para as dimensões políticas e ideológicas da luta de classes” (PERISSINOTTO, 1994, p. 23), para, dessa forma, termos uma compreensão ampla dos diferentes projetos de país que estão em disputa ao longo da Primeira República, mesmo partindo de uma mesma classe social que, diferentemente do que muitas pesquisas tratam, está longe de ser uniforme.

Nicos Poulantzas (1978) aponta para os aspectos políticos e ideológicos como fundamentais nos estudos de classes, para ele a diferença econômica entre as frações reflete no campo político-ideológico ao ponto em que:

“[...] revelam que a existência de uma classe ou fração de classe se manifesta no nível político (representação de classe, partidos, organização do regime político etc.) ou ideológico (luta ideológica de classe) de forma específica, podendo então ser considerada como tendo uma existência autônoma, como sendo parte importante e determinante da luta política e ideológica, em suma como uma força social. Nesse sentido, o conceito de fração autônoma de classe é fundamentalmente político, não podendo ser entendido exclusivamente do ponto de vista das relações econômicas. (PERISSINOTTO, 1994, p. 22)

Chegando às seguintes⁴⁶ frações: “burguesia nacional”, “burguesia compradora” e “burguesia interior”. Além da já mencionada questão da diversificação do capital, há outro fator nuclear na formação dessa fração autônoma de classes do Brasil, a questão do capital

⁴⁶ “Embora o autor formule esses conceitos para análise de metrópoles imperialistas em meados dos anos 70, os critérios utilizados por ele, isto é, a existência ou não de uma base própria de acumulação e a relação de dependência ou não com o capital estrangeiro, nos permitem aplica-los ao período em questão” (PERISSINOTTO, 1994, p. 24)

estrangeiro e sua influência em diferentes grupos e setores da economia brasileira. É desses dois elementos somados à relação dialética com os trabalhadores, consolidando a luta de classes, que passei a reconhecer tal questão das frações.

Partindo de Poulantzas, Perissinotto entende “burguesia nacional” como a fração nativa, que se consolida na própria acumulação de capital e não tem relação com o capital estrangeiro, sendo assim, acaba estabelecendo uma relação de oposição diante desse capital estrangeiro e se manifesta, de forma política e ideologicamente, de forma autônoma nessa relação (PERISSINOTTO, 1994, p. 24). Em determinados momentos a burguesia nacional apresenta um caráter anti-imperialista.

Um exemplo notável encontrado na obra de Caio Prado Jr. (2012) para essa fração da elite, a burguesia nacional, está na província de Pernambuco em meados do século XIX, que se encontrava nas mãos de um minúsculo grupo de proprietários rurais, “[...] em nenhum outro ponto do país a grande exploração agrícola monopolizadora é tão pronunciada. Cerca de um terço dos engenhos de açúcar da província achavam-se nas mãos de uma só família, os Cavalcanti” (PRADO Jr., 2012, p. 78), e, ainda, os outros dois terços estavam nas mãos de grandes proprietários, que movimentavam grandes números de escravos e trabalhadores livres que viviam em suas terras. Em torno desses grandes proprietários foi-se consolidando uma burguesia comercial rica e poderosa que se centrava na capital, tornando Pernambuco o empório comercial do Nordeste, comércio que era basicamente monopolizado pelos nacionais (PRADO Jr., 2012, p. 78). E não há vestígios somente sobre a relação de independência ante o capital estrangeiro, o elemento anti-imperialista, mais precisamente antilusitano, também se fazia presente: “Não é de se admirar, portanto, a intensidade da agitação antilusitana, que primou nesta província sobre o resto do Brasil” (PRADO Jr., 2012, p. 78). A partir dessa exemplificação, é possível projetar no cenário nacional uma série de outros grupos até o final da Primeira República que apresentam um perfil bastante similar, indo da burguesia urbana aos setores da cúpula do exército e setores dos proprietários de terra.

A segunda categoria é a de “burguesia compradora” cuja situação é a oposta em relação à “burguesia nacional”, já que sua atividade econômica está diretamente relacionada ao capital estrangeiro na relação de importação e exportação. “Ela é o suporte, o agente intermediário, desse capital” (PERISSINOTTO, 1994, p. 24), ou seja, possui uma relação de subordinação em relação ao capital estrangeiro. As injeções de capital estrangeiro na reorganização das cidades e também a instalação de ferrovias, consolidando investimentos e

melhorando, assim, os escoamentos de mercadoria para satisfazer os mercados externos, sobretudo com a consolidação dos produtores de café a partir da segunda metade do século XIX até a primeira metade do XX, são traços marcantes presentes nessa fração da burguesia.

A terceira categoria é a de “burguesia interior”, ela possui uma relação ambígua com o capital estrangeiro, uma vez que sua base de acumulação não é totalmente dependente a esse capital (apesar de não ser totalmente independente). O próprio Perissinotto nos exemplifica essa fração: “A industrialização retardatária e periférica nos dá um exemplo de burguesia interior. Dela surge uma burguesia industrial sob predomínio do capital estrangeiro, mas que tenta de proteger e se afirmar frente a esse capital” (PERISSINOTTO, 1994, p. 25).

2.1.1. Considerações teóricas sobre sindicalismo revolucionário

Ao longo dos levantamentos e estudos a respeito da formação de classe, consciência de classe, heterogeneidade de classe e fração de classes houve um importante encontro de frente ao trabalho de Edilene Toledo (2002) o debate a respeito do sindicalismo revolucionário, uma corrente do movimento operário, assim como o anarquismo⁴⁷ e o comunismo, mas com elementos próprios e que acabou praticamente ostracizada ou empregada de forma pejorativa na historiografia, sobretudo, por ter sido rotulada como mera parte do anarquismo, especialmente “[...] por parte dos socialistas reformistas e posteriormente pelos comunistas, que queriam excluir os sindicalistas da grande família socialista” (TOLEDO, 2002, p. 8).

Em outra obra, *Afinidades Revolucionárias* (2016), Michael Lowy e Olivier Besancenot, o sindicalismo revolucionário aparece em uma conjunção de debates a respeito do final do século XIX e começo do XX perpassando a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Carta de Amiens⁴⁸ (1906) e também no capítulo no qual discutem sobre o Primeiro

⁴⁷ Sobre o paradigma anarquista Silvio Gallo (1994) afirma “Para que entendamos a real dimensão da filosofia política do anarquismo, é necessário que o entendamos como constituído por uma atitude, a de negação de toda e qualquer autoridade e a afirmação da liberdade. O próprio ato de transformar essa atitude radical em um corpo de ideias abstratas, eternas e válidas em qualquer situação seria a negação do princípio básico da liberdade. Admitir o Anarquismo como uma doutrina política é provocar o seu sepultamento, é negar sua principal força, a afirmação da liberdade e a negação radical da dominação e da exploração” (GALLO, 1994, p. 9).

⁴⁸ Segundo Lowy e Besancenot, a Carta de Amiens “[...] simboliza a proclamação de um sindicalismo revolucionário que resiste às investidas dos socialistas. Também é uma resposta aos seus avanços.” (2016, p. 34). Esses “avanços”, na verdade, são resultados da proposta do dirigente da Federação do Têxtil, Renard, que propõe a aproximação, por via de uma moção, da CGT e a linha da social-democracia. Os autores destacam que a Carta é uma réplica à Renard, redigida pelos dois principais dirigentes da CGT, Victor Griffuelhes (blanquista) e Émile Pouget (libertário).

de Maio e os Mártires de Chicago⁴⁹ (1886), que realçam a força do sindicalismo revolucionário.

Hobsbawm também traz o sindicalismo revolucionário em uma de suas obras. Em *A Era dos Impérios* afirma: “entre 1905 e 1914, o típico revolucionário ocidental era provavelmente uma espécie de sindicalista revolucionário que, paradoxalmente, rejeitava o marxismo como ideologia de partidos que faziam uso dele como escusa para não tentar fazer a revolução” (2017, p. 211). Sobre essa rejeição ao marxismo, Hobsbawm reconhece como uma “injustiça”, uma vez que mesmo os partidos que se colocavam na direção das teses de Marx, pouco demonstravam a influência de Marx em seus programas, sendo que na própria Alemanha o *Manifesto do Partido Comunista* era publicado em edições limitadas a 2mil e 3mil tiragens, enquanto que nas bibliotecas operárias alemãs dessa época a obra mais popular era *Darwin versus Moises* (HOBSBAWM, 2017, p. 2011).

Porém, em *ABC do Anarquismo* (1976), de Edgar Rodrigues, sindicalismo revolucionário e “anarco-sindicalismo” (*sic!*) se apresentam na mesma seção sob a seguinte descrição:

Ideia Universal que tem como ponto alto a solidariedade humana. É doutrina e método de luta. Como doutrina, parte do elemento humano, célula componente da sociedade. Dentro deste prisma, prevê em suas múltiplas funções, a educação social, instrução e cultura até o máximo da preparação artística, técnica e científica em ordem crescente, evolutiva, de modo que o individuo adquira de modo que o individuo adquira todos os conhecimentos indispensáveis à boa formação física, psíquica, ambiental, sempre baseada na liberdade, na solidariedade e no apoio mútuo. Almeja uma sociedade de irmãos, dentro do harmônico e integral desenvolvimento das múltiplas energias e necessidades afectivas (*sic*), intelectuais e sociais, partindo da criança ao adolescente, para o adulto, com vista para prepara-los para irradiar os males deformadores do caráter o egoísmo, a luta diária pelo espaço vital, a guerra do dia-a-dia, o domínio do mais forte, mais inteligente ou audacioso, sobre o mais fraco, menos favorecido.

É uma ideia que pretende ligar os homens emocionalmente pelo coração e associa-los voluntariamente por interesses comuns. [...]

Como método de luta, pretende anulação do Estado, das leis e do Capitalismo. Sua força reside num conjunto de agrupamentos voluntários, ligados também voluntariamente em função da igualdade social. (RODRIGUES, 1976, p. 81)

⁴⁹ Os Mártires de Chicago foram as principais lideranças do sindicalismo revolucionário nos Estados Unidos, condenados, em sua maioria à morte, em um julgamento que Lowy e Besancenot chamam de “paródia de justiça” (20116, p. 23). A condenação de seu com base às suas ideias e também materiais encontrados em suas casas e escritórios como panfletos e jornais de linha progressista. O estopim das perseguições cometidas pelas autoridades foram os conflitos entre policias e operários durante uma greve-geral, inaugurada em 1º de Maio de 1886, pela redução da jornada de trabalho para 8horas diárias. Em uma das manifestações houve um conflito generalizado, que levou à morte policiais (oito mortos, e sessenta feridos), que revidaram, deixando mais de duzentos operários feridos e um número desconhecido de mortos. A polícia e o Estado de Illinois acusaram as lideranças sindicalistas. Quatro deles foram enforcados em 11 de novembro de 1887, são eles: August Spies, Albert Parsons, Adolph Fischer e George Engel, e um deles, Louis Lingg se suicidou com uma dinamite. Em 1893, o governador do Estado de Illinois, John P. Altgeld, reconhece que a maioria das provas apresentadas pela acusação foram fabricadas.

Contradizendo a questão de Toledo a respeito de socialistas reformistas e comunistas colocarem sob a chancela de anarcosindicalismo o sindicalismo revolucionário como uma forma de negação, Edgar Rodrigues nos aponta um caminho por uma outra via a concepção dos anarquistas a esse respeito, já que entre ambas as correntes há de fato muitas proximidades a respeito da visão de mundo e forma de atuação. E nesse sentido foi possível encontrar uma boa pista em *Afinidades revolucionárias*:

A concorrência produzida pelo sindicalismo revolucionário também fez advir, no rastro de seu desenvolvimento atípico, militantes marxistas fora do comum: alguns anarquistas da CGT rompem progressivamente com os ideais de seu começo para adotar um marxismo autêntico, longe dos trilhos balizados pelos então partidos existentes. Entre eles estão Pierre Monatte (1881-1960) e Alfred Rosmer (1877-1964), especialmente ativos no seio da direção da CGT e na animação da revista *Vie Ouvrière*, que criam em 1909 (BESANCENOT; LÖWY, 2016, p. 29).

Entretanto, a finalidade ao realizar tais considerações teóricas não é realizar uma aprofundada análise das razões que levam parte considerável de historiadores e historiadoras brasileiros a ignorar o sindicalismo revolucionário, englobando-o num bloco genérico sob a chancela do anarcosindicalismo ou mesmo as razões que levam alguns autores, como Edgar Rodrigues, realmente a buscar essa aproximação, mas conceituar, reconhecer essa a existência e a importância desse movimento no contexto estudado, entender e admitir que esse problema teórico existe e, inclusive, possivelmente afeta a base de nosso referencial. Ao analisar o jornal *O Operário* de Sorocaba, pode-se ter a amplitude e potencial para reconhecer que muitas vezes esse material tratado por historiadores locais como anarcosindicalista pode, na verdade, estar passando por desdobramentos desse mesmo problema, ignorando uma série de cuidados ao tratar da fonte e com o contexto, portanto, colocar em evidência esse debate também é uma forma de orientar reflexões posteriores diante do tema e da fonte⁵⁰.

Trazendo ao contexto histórico, nas últimas décadas do século XIX o movimento operário brasileiro expandiu-se, consolidou-se e passou a disputar o protagonismo de diversas pautas político-sociais, e dessa forma uma gama de concepções de mundo foram disputando espaço entre esses trabalhadores, sobretudo, por via dos Congressos operários, reuniões sindicais e imprensa operária. Nessa conjuntura, o sindicalismo revolucionário, uma corrente que apresentava convergência de ideias centrais do anarquismo e do socialismo, e que se

⁵⁰ Para esse debate a respeito da questão da historiografia e o conceito de sindicalismo revolucionário, recomendamos a leitura da tese de Edilene Toledo e também, da própria autora, o livro *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. Indicamos também o *ABC do Anarquismo* de Edgar Rodrigues.

estruturava particularmente na Itália e França⁵¹, foi apresentado com um programa que se voltava à operários de diversas concepções político-partidárias, assim como religiosas e culturais.

O sindicato, na concepção sindicalista revolucionária, deveria ser um espaço capaz de superar a diferença entre os operários. O sindicalismo revolucionário era uma tentativa de fazer com que os operários se identificassem antes de tudo como operários, “considerando que o operariado se acha [va] extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas”, como se lê nas resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Havia então esse esforço em manter o que chamavam de neutralidade política dos sindicatos, que não podiam e nem deviam ser anarquistas nem socialistas, mas simplesmente operários. (TOLEDO, 2002, p. 20)

Toledo (2002, p. 12) aponta que a relação do sindicalismo com partidos políticos teve variações em sua forma de atuar, como, por exemplo, o caso da francesa *Confédération Générale du Travail* (CGT) uma vez que seus membros eram livres para agir conforme suas convicções políticas, desde que se assim agissem fossem atuando fora do sindicato, pois o cerne de atuação deste seria a ação direta⁵², um dos principais conceitos do paradigma anarquista, na concentração das lutas reivindicatórias. A CGT era o símbolo máximo do sindicalismo revolucionário e referência para a organização de movimentos de outros países, e após a publicação de sua Carta de Amiens (1906), declara que os militantes sindicalistas que compunham os partidos políticos eram livres para perseguirem seus objetivos de transformação social com total independência em relação à CGT.

Segundo a própria autora a CGT francesa, era a organização sindical mais importante do país e servia de inspiração para sindicalistas de diversas partes do mundo e do Brasil⁵³.

A sociedade de resistência mais perfeita e a mais completa, embora não sem defeitos, é o sindicato francês, aderente à Confederação Geral do Trabalho. É puramente de resistência, facilitando a entrada de todos, procurando agrupar o maior número, mas sem por isso deixar de agir constantemente (Voz do Trabalhador *apud* TOLEDO, 2002, p. 13)

⁵¹ O sindicalismo já estava constituído na França desde os anos finais do século XIX, mas foi somente a partir dos primeiros anos do século XX que ele foi difundido entre outros países (TOLEDO, 2002, p. 3).

⁵² Silvio Gallo (1994) definiu ação direta como “[...] a tática de luta anarquista é a da ação direta: as massas devem construir a revolução e gerir o processo como obra delas próprias. A ação direta anarquista traduz-se, principalmente nas atividades de propaganda e educação, destinadas a despertar nas massas a consciência das contradições sociais a que estão submetidas, fazendo com que o desejo e a consciência da necessidade da revolução surja (*sic!*) em cada um dos indivíduos. Pode-se dizer que a principal fonte da ação direta foi a da propaganda, através dos jornais e revistas, assim como da literatura e do teatro. Outro veio importante foi o da educação, propriamente dita – formal ou informal – [...]” (GALLO, 1994, p. 10)

⁵³ “Em São Paulo, a difusão das ideias do sindicalismo revolucionário começa no início do século XX e se intensificam com a criação da Federação Operária, em 1905.” (TOLEDO, 2002, p. 3).

Uma observação bastante válida sobre o perfil de quadros da CGT é no que se refere à forma como as delegações, que representam cada sindicato, possuem peso de forma igualitária, independente do seu tamanho, o que favorecia justamente os grupos que representavam empresas menores e oficinas, tradicionalmente mais organizadas e politicadas que as grandes indústrias, que se encontravam em plenas ascensão na mesma medida em que os trabalhadores desse setor estavam se iniciando recentemente na luta de classes (BESANCENOT; LÖWY, 2016, p. 35).

A Confederação Operária Brasileira (COB) entendia as aspirações da CGT como fundamentais para o socialismo, pois independente do partido, grupo, escola, socialista, socialdemocrata ou anarquista a centralidade sindical, manteria sua autonomia e suprimiria os conflitos entre as tendências políticas entre os trabalhadores (TOLEDO, 2002, p. 13).

No que tange às concepções político-filosóficas, há outros elementos bastante enriquecedores:

Na verdade, na teoria sindicalista revolucionária convergiam ideias socialistas como a luta de classes, que os anarquistas recusavam como base de sua doutrina, e as ideias anarquistas, como a destruição do Estado, embora, na visão sindicalista, os sindicatos substituiriam o Estado, seriam a base da organização futura da sociedade, enquanto os anarquistas queriam destruir todas as instituições da sociedade burguesa, entre as quais incluíam também o sindicato (TOLEDO, 2002, p. 8)

Como é possível notar, há um hibridismo no que se refere à elementos marxistas e anarquistas presentes nas concepções centrais do sindicalismo revolucionário, o que possivelmente potencializaram essa confusão na historiografia e, conseqüentemente, geraram certa dificuldade de diversos autores em identificá-lo como uma corrente independente, já que o próprio anarquismo é dividido em uma considerável variante de correntes, inclusive algumas dessas correntes já estavam sistematizadas antes mesmo do final do século XIX e começo do XX, e havendo entre elas uma gama considerável que inclusive reconheciam a

ideia de luta de classes, como demonstro em um texto publicado por Mikhail Bakunin⁵⁴ e James Guillaume⁵⁵ em um dos Congressos⁵⁶ que compuseram a AIT.

Vemos na greve um precioso meio de luta, mas não alimentamos quaisquer ilusões sobre seus resultados econômicos. Nós a aceitamos como um produto do antagonismo entre trabalho e capital, tendo necessariamente o efeito de tornar os trabalhadores cada vez mais conscientes do abismo que separa a burguesia e o proletariado, de fortalecer a organização dos trabalhadores e preparar o proletariado por meio das simples lutas econômicas, para a grande e definitiva luta revolucionária, que destruirá todo privilégio e distinção de classe e dará ao trabalhador o direito de usufruir de do pleno produto de seu trabalho e, com isso, os meios de desenvolver coletivamente toda a sua força, intelectual, física e moral. (MUSTO, 2014, p. 319)

Na obra *Nem pátria, nem patrão!* (2002), de Francisco Foot Hardman, é encontrada mais análises a respeito da categoria de classe em Bakunin:

Bakunin, em *Etatisme et anarchie*, destacou a potencialidade revolucionária das massas na Itália, região menos industrializada que outros países da Europa, justamente porque ali ele vislumbrava uma energia muito mais promissora nos “sentimentos de desespero das camadas mais pobres” da população. Bakunin contrapõe as ideias e aspirações da “ vaidade burguesa”, que já estariam impregnando setores do proletariado europeu, à incultura das massas despojadas na Itália, em particular de setores do campesinato e do “proletariado em farrapos”, expressão que guarda parentesco com *lumpemproletariado*. (HARDMAN, 2002, p. 85)

No trabalho de Hardman (2002) é apresentada a desconfiança de Bakunin a respeito do operariado, o proletário das fábricas, e a classe organizada em movimento a partir de outros núcleos de trabalhadores. Sua concepção de luta de classes está, nessa obra, “[...] localizada na multidão de despojados, na ralé, na plebe multiforme e selvagem, nas turmas urbanas, nas massas pobres do campo, enfim, num amalgama de grupos subalternos pré-industriais [...]” (HARDMAN, 2002, p. 87).

A respeito da aproximação do sindicalismo revolucionário e o movimento anarquista, além da luta de classes (a depender do anarquismo que se refere) e da superação do Estado,

⁵⁴ Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876), teórico e militante político russo, considerado um dos principais pensadores anarquistas. Por volta de 1842 viajou para Paris, onde conheceu Karl Marx e Pierre-Joseph Proudhon. Por suas posições em oposição ao imperialismo russo foi expulso da Rússia. Foi preso na França por participar de protestos contra as ações russas na Polônia. Na Primavera dos Povos, envolveu-se na rebelião checa e acabou preso, sendo enviado de novo para a Rússia, onde ficou preso e mandado para um campo de trabalho na Sibéria. Fugiu e rodou por Japão, Estados Unidos e Inglaterra. Em 1868, se juntou à AIT, ganhando bastante espaço, sobretudo, com trabalhadores espanhóis. Envolveu-se em conflitos teóricos com Karl Marx e foi nesse período que as ideias anarcosindicalistas se disseminaram por sua influência.

⁵⁵ James Guillaume (1844-1916), uma das lideranças da Federação do Jura (a mais importante seção anarquista da Primeira Internacional, sendo sua principal força os relojoeiros das montanhas do Jura na Suíça).

⁵⁶ “Esse texto, publicado pela primeira vez, corresponde à terceira e à quarta seção das resoluções adotadas no Congresso Internacional de Saint-Imier (15-16 de setembro de 1872), uma assembleia realizada logo após o congresso de Haia (1872) e que constituiu uma resposta imediata dos dissidentes mais resolutos.” (MUSTO, 2014, p. 318). Esse texto foi escrito em uma reunião preparatória em Zurique.

havia a concepção em comum a respeito do federalismo, “[...] ambos os movimentos tinham uma concepção federalista da organização social futura, mas os anarquistas projetavam uma federação de associações voluntárias de indivíduos enquanto os sindicalistas revolucionários desejavam uma federação de sindicatos.” (TOLEDO, 2002, p. 10).

Toledo apresenta os temas fundamentais dessa corrente:

[...] crítica às tendências reformistas, o apelo à ação direta do proletariado, a função do sindicalismo e o ataque ao Estado e suas expressões. Também não faltaram referências explícitas ao conceito de violência e a necessidade de empregá-la na luta política e econômica (TOLEDO, 2002, p. 12).

O próprio debate entre a relação dos grupos socialistas (com destaque aos socialistas científicos) com o Estado⁵⁷, e sua substituição, são demonstrativos a respeito de uma imensa pluralidade de concepções que se faziam presentes na experiência sindical dos trabalhadores brasileiros e internacionais dos anos finais do século XIX e começo do século XX.

Impossibilitado de esgotar esse debate, me contarei na corrente que reconhece a existência do sindicalismo revolucionário como corrente autônoma, ainda que com imensa aproximação a ponto de ser considerado movimento integrante ou desdobramento de alguma das correntes anarquistas, entre elas o anarcosindicalismo, como próprio Edgar Rodrigues (1976) associa. Fiz a apresentação de alguns pontos desse debate, a fim de salientar que não se trata de uma posição fechada e concluída, até porque naquele mesmo contexto havia muitas variações de interpretações, formas de atuações e visões de mundo que convergiam em muitos momentos e divergiam em outros.

2.2 Contexto econômico, político e social da Primeira República

Pois estava escrito em cima do jornal: em São Paulo a Polícia proibira comícios na rua e passeatas, embora se falasse vagamente em motins de-tarde no Largo da Sé. Mas a polícia já tomara todas as providências, até metralhadoras, estavam em cima do jornal, nos arranha-céus, escondidas, o 35 sentiu um frio. O sol brilhante queimava, banco na sombra? Mas não tinha, que a Prefeitura, pra evitar safadeza dos namorados, punha os bancos só bem no sol. (ANDRADE, 2017, p. 35)

⁵⁷ Recomendamos, para esse aprofundamento, as leituras dos trabalhos de Marx em *Manifesto do Partido Comunista* (2004), *Crítica do programa de Gotha* (2012) e também *Marx e a superação do Estado* (2018), de Ademar Bogo.

Ao longo do primeiro terço do século XIX, após o processo de Independência⁵⁸, o cenário político-social-econômico brasileiro estava diante de notáveis contradições, sobretudo à manutenção das relações político-sociais⁵⁹ ainda estruturada pela monarquia, com base social escravocrata e economia fundada no ruralismo, ao mesmo tempo em que recebia intensa pressão do capital estrangeiro, sobretudo inglês, para o fim do tráfico de pessoas e a abolição do regime de escravidão. Ou seja, a estrutura econômica e social não apresentou mudanças significativas para a população brasileira.

Vemos assim como o projeto de 1823 traduzia bem as condições políticas dominantes. Afastando o perigo da recolonização; excluindo dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservando os cargos de representação nacional aos proprietários rurais; concentrando a autoridade política no Parlamento e proclamando a mais ampla liberdade econômica, o projeto consagra todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais, oprimidos pelo regime de colônia, e que a nova ordem política vinha justamente liberar. (PRADO Jr., 2012, p. 55)

Florestan Fernandes aponta um paradoxo ao longo do processo emancipatório: como legado colonial, pautado na exploração de “gêneros coloniais ou de produtos tropicais”, a produção nacional nasce especializada, e esta é uma especialização imposta pelo capital estrangeiro, do qual as elites, mesmo após a independência, preservarão essa estrutura com os “dinamismos coloniais” para permanecerem com alguma atividade no mercado mundial (FLORESTAN & IANNI, 2008, p. 227). Além desses fatores, no que se refere à produção agrícola, essa estrutura se mantém pelo “caráter mercantil da escravidão”⁶⁰, o mercado humano era lido pelas elites locais como fundamental ao fluxo de capitais no Brasil.

Sobre a questão desses grupos de fazendeiros e afins, utilizo os debates de Sérgio Silva (1976) para pautar-me ao longo dessa dissertação a respeito dos grandes fazendeiros e o

⁵⁸ A Independência brasileira é um processo que se inicia pelos conflitos entre as cortes do Brasil e Portugal em 1821, mas é em 07 de setembro 1822 que se consolida. Caio Prado Jr. aborda a singularidade do processo histórico da independência, já que as nações das colônias americanas fazem movimentos político-sociais para rompimento violento, por via de luta armada, de laços com as metrópoles e emancipação política, enquanto o Brasil é o próprio governo metropolitano que lança as bases dessa autonomia (PRADO Jr., 2012, p. 44).

⁵⁹ Sobre essa manutenção, Caio Prado Jr. denomina como uma “[...] transferência pacífica” de poderes, da metrópole europeia para o novo governo brasileiro (Idem, ibidem, p. 51). O autor também atenta para a falta de movimentos sociais populares nesse processo, para a ausência da ‘participação direta das massas’, do que decorre que o poder acaba sendo todo absorvido pelas ‘classes superiores’” (Idem, ibidem, p. 51).

⁶⁰ Florestan indica que mesmo utilizando escravos nativos, há uma conexão ampla com o pré-capitalismo: negociando seus produtos, o senhor também comprava e vendia escravos: “Quando menos, o senhor convertia-se em um agente desse capital, o seu excedente – que era um excedente produzido pelo trabalho escravo de modo direto (quando o senhor explorava suas unidades de produção) ou de modo indireto (quando o senhor se beneficiava da produção alheia também operada por escravos) – correspondia à parte que lhe ficava no complexo rateio da apropriação colonial, graças ao fato de ele possuir e explorar o trabalho escravo.” (FLORESTAN & IANNI, 2008, p. 231).

pequeno e médio proprietário, já que essa definição não se trata do tamanho da propriedade e sim da forma como os produtores diversificam o seu capital, “Na bibliografia sobre o período, grandes fazendeiros são aqueles ligados ao grande capital diversificado. Por sua vez, a média lavoura estaria identificada exclusivamente com a produção” (PERISSINOTTO, 1994, p. 35). Apesar de não ser propriamente o foco desta análise, comumente estarei abordando a questão da diversificação dos capitais e também a força com que esses grupos de grandes e médios fazendeiros pressionavam o poder monárquico sobre a questão da escravidão, terra e imigração também sendo grupo ou grupos, (a depender dos desdobramentos em cada década), que virão compor a base da República.

Desde a Independência houve a presença de republicanos entre as figuras da elite brasileira, mas até meados do século XIX essas eram praticamente ínfimas. Entre elas e os monarquistas havia um consenso de que a monarquia se tratava de uma planta exótica na América (COSTA, 1972, p. 6). Ou seja, a sua manutenção atendia interesses do capital estrangeiro (Inglaterra) e dos latifundiários escravocratas. Adiante argumentarei sobre como o capital estrangeiro e a elite proprietária de terras fomentaram o fracionamento das elites, possibilitando em seu núcleo estruturação de grupos de caráter republicano e até a formação de uma elite industrial.

Antes da própria Proclamação da República, o café exigia e modelava a infraestrutura das cidades brasileiras. Na verdade, esse desenvolvimento paralelo fora fundamental para o capital cafeeiro, “[...] o desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro” (SILVA, 1976, p. 59). Para comercialização, financiamento e exportação desse produto era necessária uma estrutura comercial avançada, com redes de casas comerciais, bancos, ferrovias e portos. É fundamental destacar que o café não “brotou” como algum lampejo de empreendedorismo ou semelhantes. Em São Paulo havia, desde o início do século XIX, uma estrutura econômica montada por homens de negócio, sobretudo na venda de escravos e animais. Foi na necessidade de diversificar o capital que passaram a investir nas lavouras de café, até se valendo da mão de obra escrava com a qual já trabalhavam. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “[...] o tropeiro é o sucessor direto do sertanista, e precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro” (HOLANDA *apud* PERISSINOTTO, 1994, p. 138).

Entretanto, é notável que por mais que as elites estivessem emparelhadas no controle do Estado e nas grandes ações político-econômicas, as classes populares não eram meramente passivas e espectadoras de uma história protagonizada pelos grupos dominantes e suas disputas. A Primavera dos Povos, em 1848, foi uma importante articulação, inclusive com desdobramentos no Brasil: “[...] 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil)” (HOBSBAWM, 2017, p. 33). Hobsbawm se refere à Revolta Praieira⁶¹, cujas pautas se fundavam em valores liberais como a liberdade de imprensa, reforma do poder judiciário, o trabalho livre, o voto livre e universal e a extinção do Poder Moderador.

Não necessariamente ligadas aos movimentos externos, no Brasil houve outras importantes revoltas de caráter popular e com algum perfil revolucionário, como a Revolta dos Malês (1835), a Cabanagem (1835-1840) e a Balaiada (1838-1841). Além dessas lutas, os quilombos também eram organizações sociais, mesmo sem caráter revolucionário⁶², que possuem imensa importância na luta e negação da escravidão. Por “revolucionário”, Chiavenato conceitua “[...] luta política para modificar a sociedade, impor novas estruturas sociais ou substituir os modos de produção” (CHIAVENATO, 1980, p. 163), e nesse caso específico dos quilombos o autor entende que “[...] fugiam dessa sociedade e criavam no mato um agrupamento rudimentarmente organizado como ‘Estado’, com características predominantes tribais.” (CHIAVENATO, 1980, p. 163)

⁶¹ A Revolta Praieira iniciou-se em 1848 e durou como movimento insurgente até 1850, quando foi reprimida pelas forças oficiais do Governo, lideradas por Manuel Vieira Tosta (o Marquês de Muritiba) que era proprietário rural, desembargador e político, junto à José Joaquim Coelho (Barão de Vitória) que era comandante de armas. Os líderes que pertenciam às elites foram anistiados em 1851, o julgamento aguardou o esfriamento das tensões a fim de facilitar o processo. Por outro lado, os integrantes que pertenciam às classes populares tiveram diferentes fins, os que puderam contar com seus patrões intercedendo foram igualmente anistiados, mas outros ou não tiveram direito ao julgamento ou foram forçados a servir nas forças armadas. Além dos que foram fuzilados em campo de batalha. Um dos principais aspectos posteriores à Revolução foi o aliciamento dos liberais por parte dos conservadores sob a pauta da conciliação em relação ao poder central.

⁶² Chiavenato dedica parte de sua obra para discutir a questão dos negros nas lutas políticas desde o período colonial até a Guerra do Paraguai. Uma das principais preocupações do autor está em afirmar que “[...] não se pode diminuir historicamente, de forma alguma, a importância das lutas negras [...], porque elas não foram revolucionárias”, e continua: “A sua fundamental importância tem que ser analisada pelo que representaram os quilombos como meios de libertação dos escravos” (CHIAVENATO, 1980, p. 163). E o próprio até aponta uma constante que é a contradição de interesses dentro de movimentos populares nesse contexto, entre escravos e os demais grupos: “Como na *Balaiada*, por exemplo, [...] não conseguiu harmonizar os interesses dos escravos com os dos *balaios*” (Idem, *ibidem*, p. 164), quando não, os escravos que participavam de certas lutas eram pertences dos líderes dessas revoltas (Idem, *ibidem*, p. 165).

A respeito da escravidão, o tráfico negreiro persiste na legalidade do país até 1850⁶³ seguindo, novamente, na contramão das concepções liberais burguesas que haviam sido vitoriosas no continente europeu com as Revoluções Puritana e Gloriosa, do século XVII, na Inglaterra, e, sobretudo, a Revolução Francesa, no século XVIII, que, entre outras ideias, propunha a substituição da mão de obra escrava pelo assalariado.

Não que esse embate político-jurídico no solo brasileiro fosse próprio das décadas da metade do século XIX; ao contrário, desde 1817⁶⁴ a Inglaterra vinha pressionando as autoridades luso-brasileiras para que acabassem com o tráfico. Para se dimensionar como estava essa situação: entre 1840 até 1852 entraram no Brasil mais de 370 mil negros africanos (CHIAVENATO, 1980, p. 68). O sistema de tráfico de escravos desenvolveu uma refinada rede de subornos de oficiais até formas de garantir invulnerabilidade aos que fossem pegos violando a lei:

Desenvolvendo um sistema apurado de sinais e avisos costeiros para indicar qualquer perigo à aproximação dos navios negreiros, subvencionando jornais, subornando funcionários, estimulando por todos os modos, a perseguição política ou policial aos adversários, julgaram asseguradas para sempre a própria impunidade, assim como invulnerabilidade das suas transações. “Conforme a classe do navio”, acrescenta Calógeras, “por 800\$000 a 1:000\$000, se arranjavam papéis brasileiros e portugueses exigidos pelos regulamentos, a fim de se realizarem viagens. Voltando da costa da África, e após o desembarque da carga humana, entrava o barco com sinal de moléstia a bordo. Por 500\$000, o oficial de saúde passava o atestado comprobatório, e o navio ia fazer quarentena no distrito de Santa Rita, cujo juiz de paz era sócio dos infratores. Removiam-se, então, todos os sinais denunciadores do transporte de negros, e por 600\$000 se adquiria nova carta de saúde, limpa desta vez. Assim purificado de culpa, o navio ia ancorar no fundeadouro, costeiro. Acontecia, por vezes, que o negreiro parasse na proximidade da ilha Rasa, e que o faroleiro o fosse visitar: por 200\$000 se comparava seu silêncio.” (HOLANDA, 1995, p. 75)

O pormenor é que as elites contemplavam no tráfico a principal fonte de abastecimento da mão de obra do país, pois a exportação de café estava se expandindo, o que foi arrastando a questão da vinda de escravos oriundos da África por mais algumas décadas⁶⁵.

⁶³ Em 1850 foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que era ministro. Foi uma lei curta, com dez artigos, que basicamente tornavam crime o tráfico negreiro. Regulamentava sanções penais aos capitães e tripulações que estivessem envolvidos no tráfico, assim como buscava meios de garantir a devolução aos portos de origem dos negros que aqui fossem apreendidos como carga escrava, ou em caso de impossibilidade de retorno, o art. 6º garantia a permanência em solo nacional com trabalho, mas sem concessão aos particulares.

⁶⁴ Um tratado feito por autoridades inglesas e luso-brasileiras, em 18 de julho de 1817. Nesse tratado, os ingleses vão se valer da máxima da “busca e apreensão”, no qual dá legitimidade à marinha inglesa entrar nos portos brasileiros e até penetrar o território nacional via rios na perseguição aos navios negreiros.

⁶⁵ Uma série de leis foram inauguradas nesse período, dando origem ao famoso chavão “para inglês ver”, ou seja, enquanto os ingleses viam as leis, o tráfico prosseguia. (CHIAVENATO, 1980, p. 67)

O Imperador encontrava imensa dificuldade nas quedas de braço com as novas e velhas oligarquias nacionais, que eram contra o fim do tráfico, além de seus próprios interesses e visões sociais, “[...] confundiam o fim do tráfico com a perda da soberania nacional” (CHIAVENATO, 1980, p. 69). Até 1850, segundo Caio Prado Jr. (2012, p. 87), a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz só aconteceu por pressão, inclusive bélica, por parte dos britânicos, “energética atitude do ministro” e, também, sob muito protesto das elites locais.

Mas o final do tráfico pouco representou aos negros que já estavam no Brasil, ao contrário, o “mercado interno” de pessoas explodia à medida que os fazendeiros de café buscavam nos sertões a mão de obra que lhes faltava. Com os engenhos perdendo espaço, muitos senhores passaram a trabalhar com a venda interna de seus escravos, diversificando seu mercado.

A expansão cafeeira absorveu desse rendoso comércio, que se revitalizava com o fim da importação africana, cerca de 300 mil escravos. Para os negros pouco mudou: se antes vinham da África em infectos navios que podiam ser afundados pelos ingleses, agora eles marchavam em fila pelos sertões, a pé, podendo ser dizimados pelas pestes e outras doenças. Morriam menos agora, porque eram mais valiosos. (CHIAVENATO, 1980, p. 75)

Em 1870, Brasil e Cuba⁶⁶ eram os únicos países ocidentais a admitir a escravidão (é fundamental destacar que Cuba ainda era colônia da Espanha⁶⁷), e isso gerava dois efeitos: primeiro a pressão das nações liberais, no caso do brasileiro a Inglaterra e, no caso cubano, os Estados Unidos. Sendo alvo único, a pressão inglesa só aumentava e isso levava ao segundo efeito, a opinião pública⁶⁸ dos brasileiros, “sobretudo quando começaram a aparecer

⁶⁶ Cuba possuía algumas semelhanças com o Brasil, sobretudo a questão do “sentido da colonização”, um conceito de Caio Prado Jr. que se resume em aquilatar o fornecimento de produtos para que a metrópole os comercializasse nos mercados estrangeiros (PRADO Jr., 2012, p. 19). No caso cubano, o açúcar ainda rendia dividendos, chegando a ter no mínimo, em um cálculo de média regional, quarenta e sete escravos por *ingenios*, isso na província de Puerto Príncipe (SCOTT, 1991, p. 39). Além da questão do negro, a mão de obra chinesa em regime de escravidão e semiescravidão fora fundamental para essa máquina. Entre 1848-1874 foram vendidos cerca de cento e vinte cinco mil chineses no porto de Havana (Idem, ibidem, p. 44). Com a abolição de escravos nos Estados Unidos, principal consumidor do açúcar cubano, houve temor e desagrado por parte dos latifundiários cubanos, que temiam que esse processo levasse a uma ruptura interna na ordem social.

⁶⁷ O processo de independência cubana fora bastante conturbado, justamente em razão de interesses imperialistas. Inicialmente sob apoio dos Estados Unidos, por notáveis interesses econômicos e políticos, Cuba conquistou independência da Espanha em 1898, após anos de luta. Porém, Espanha e Estados Unidos assinaram o Tratado de Paris no qual Cuba, Porto Rico, Guam e as Filipinas se tornaram posses estadunidenses. A ocupação estadunidense durou até 1902, ao menos no que se refere na questão política estatutária de posse, já que sua influência política-social-econômica durou até a Revolução Cubana.

⁶⁸ No caso, a pequena classe média do país que nesse contexto era composta por pequenos comerciantes, militares de baixa patente e alguns trabalhadores liberais.

manifestações internacionais hostis a esses últimos países que conservavam um regime social universalmente condenado” (COSTA, 1972, p. 12). Esse incômodo não tardou a atingir proeminentes figuras do exército nacional, como Marechal Deodoro da Fonseca que, em 1887, presidindo o Clube Militar, se recusou a cumprir ordem do governo Imperial, muito pressionado pelos proprietários de terras, para utilização de destacamentos do Exército para captura de escravos fugitivos e prisão de abolicionistas (COSTA, 1972, p. 13).

Não que o Exército não tivesse tido parte nas infames contradições das elites rurais daquela época, com destaque para sua atuação durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Como destaca Eduardo Galeano (2007) sobre o uso dessa guerra para busca de mão de obra escrava para as fazendas brasileiras, “O Império escravista de Pedro II, cujas tropas se nutriam de escravos e presos [...]” (GALEANO, 2007, p. 251) e conclui que não só terras (mais de 60 mil km quadrados), mas o Império brasileiro fez de parte de seus prisioneiros de guerra escravos para as fazendas de café (GALEANO, 2007, p. 251).

Com relação à Guerra do Paraguai, enfatizo que o Brasil saiu vitorioso, mas bastante abatido, “No terreno econômico os resultados da vitória serão nulos; nada se podia lucrar da derrota de um vizinho que embora militarmente forte e bem aparelhado, era economicamente débil e ficou reduzido pela guerra à última extremidade” (PRADO Jr., 2008, p. 193). E se o vizinho foi reduzido à “última extremidade”, não teve como pagar dívidas de guerra, e o Brasil apesar de ter sido um dos vencedores da guerra, teve suas finanças comprometidas.

O saneamento das finanças públicas e o estabelecimento de um sistema monetário estável e sólido, problema de solução já tão difícil nas condições normais do Brasil, serão definitivamente comprometidos pela guerra; e o Império extinguir-se-á vinte anos depois dela sem ter podido ainda estabelecer no país a ordem financeira, tão necessária à sua consolidação econômica. A Guerra do Paraguai tem nisso uma parcela importante de responsabilidades. (PRADO Jr., 2008, p. 194)

Os desgastes do Exército com os fazendeiros eram notáveis, até porque os militares eram vistos como subalternos pelas classes dominantes e até pelo próprio Imperador. Não seria à toa que os militares estariam engajados com as propagandas republicanas nesse contexto e vinham se alinhando com a pequena classe média urbana que vinha surgindo justamente pela diversificação do capital cafeeiro nas cidades. A questão dos atritos entre

elites políticas e militares se acentuam entre 1883-1889, com diversas punições⁶⁹ de militares e reclamações e réplicas públicas via imprensa por parte de militares.

Outro grupo social que se somava em meio a todas essas tensões e disputas, longe de ser homogêneo, eram os imigrantes. Não raramente esse grupo é tratado quase que restritamente aos europeus, que inclusive são centrais em minha análise, porém estavam longe de ser a totalidade dos imigrantes, uma vez que a própria Revolta dos Malês (1835), organizada por imigrantes negros islâmicos, é um importante vestígio da imigração africana e asiática. Além disso, sobre a própria vinda de asiáticos, temos a questão chinesa (no caso Macau, que já havia sido colonizada por Portugal em meados do século XVI). D. João já havia incentivado a imigração chinesa para o cultivo de chá no Brasil (um projeto experimental), mas com a pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro, uma das alternativas, além da Guerra do Paraguai, foi vinda de “trabalhadores”⁷⁰ chineses para abastecer as demandas dos cafeeiros.

Cerca de 2 mil chineses desembarcaram no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856 (a onda de imigração de chineses foi tão intensa que não faltaram discussões sobre “amarelimento” dos trabalhadores das fazendas, bem como acirrados discursos de parlamentares em 1857 contra a presença dos “chim”, uma corruptela de chineses com caráter bastante depreciativo (ALENCASTRO & RENAUX *apud* TARDELLI FILHO e PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 295-296).

É no começo do século XIX que as primeiras ondas de imigração começam no país⁷¹, incentivadas pelo Estado, mas é a pressão inglesa e as sucessivas leis do século XIX, para acabar com a escravidão, que vão forçando, após experiências com os asiáticos, a vinda da mão de obra em massa de trabalhadores europeus. Novamente as elites fazendeiras se estranham com o governo⁷², sobretudo no que tange ao imigrante europeu. O governo

⁶⁹ “Em 1885, o Ministro da Guerra – que era um civil – puniu um oficial que, em artigo de jornal, respondera a deputado que o ofendera. Tal Punição foi considerada uma injúria à classe.” (COSTA, 1972, p. 19). Essa é uma das muitas citações que se encontram referentes ao assunto. É notável que as relações foram ficando cada vez mais animosas.

⁷⁰ Sobre a questão da mão de obra chinesa: “Apesar de a emigração de trabalhadores da China ser legalizada e entendida como de trabalhadores livres, as condições a que esses colonos – chamados à época de *coolies* – estavam sujeitos, lembravam o tráfico de escravos negros, prática comum à época, porém em vias de extinção. Além disso, alguns deles eram forçados a emigrarem contra a vontade, outros enganados por falsas promessas e havia enorme preconceito da sociedade branca em relação aos asiáticos” (BOMFIM, 2017).

⁷¹ Em 1818 a Coroa Portuguesa instalada no Rio de Janeiro promoveu a vinda de imigrantes suíços para formarem a colônia de Nova Friburgo, na Província do Rio de Janeiro.

⁷² Como é possível observar ver nessa série de conflitos de interesses, os fazendeiros e essa elite de fazendeiros não controlavam o Estado. Verdade seja dita do período de Independência até a República (1889), os conflitos com a Coroa foram intensos nesse projeto de nação.

imperial acreditava que os imigrantes deveriam ser proprietários de suas próprias terras⁷³, ao invés de “dar continuidade ao latifúndio exportador” (ALENCASTRO & RENAUX, 1997, p. 299), enquanto que os grandes proprietários reclamavam essa mão de obra para substituição de escravos na lavoura.

A pressão dos fazendeiros gerou algum resultado em 1850, com a Lei de Terras⁷⁴, que enredou o acesso às terras por parte dos imigrantes. Mesmo assim, tal conflito persistiu por mais algumas décadas, já que o governo imperial continuava, em menor escala, a fazer concessão de terras para imigrantes⁷⁵ e não dividia com os fazendeiros os custos pela imigração. Aliás, essa demanda de divisão de custos foi respondida ao senador Vergueiro por Manuel Felizardo de Souza e Mello⁷⁶, Diretor Geral das Terras Públicas, nesse período em questão:

Ninguém desconhece a necessidade que todos os lavradores têm de aumentar o número de seus trabalhadores [...] E como até pouco supriram-se os lavradores dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição dos escravos, sem o menor auxílio financeiro do governo. [...] Ora, se os lavradores se supriram de braços à sua custa, e se é possível obtê-lo ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcança-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa? Será justo que a nação contribua para 10, 20, 100 ou 200 fazendeiros sejam supridos de braços à custa do país inteiro? (SOUZA E MELLO *apud* ALENCASTRO & RENAUX, 1997, p. 298)

Ainda sobre a pauta das terras aos imigrantes, há uma passagem bastante emblemática nesse contexto que relaciona a concepção filosófica anarquista, a imigração e o governo Imperial, na verdade nesse caso personificado por D. Pedro II. Trata-se do caso da Colônia Cecília⁷⁷:

A história da Colônia Cecilia teve início poucos anos antes da Proclamação da República, quando da passagem de D. Pedro II pela Itália. Foi em Milão que o imperador brasileiro recebeu como presente um livro do engenheiro-agrônomo Giovanni Rossi. O livro continha ideias libertárias e manifestava o desejo de

⁷³ Pequenos lotes administrados pelas próprias famílias.

⁷⁴ Essa lei, nº 601 de 18 de setembro de 1850, é conhecida como uma tentativa de “organizar” a propriedade privada no Brasil. Essa artimanha teve dois efeitos: impedir que os negros que estavam se emancipando ou viriam a se emancipar se tornassem donos de terras e inviabilizar a concorrência dos imigrantes europeus com os proprietários que aqui estavam.

⁷⁵ Boa parte dessas colônias ocorreram no Sul do País. Entretanto numericamente os números dos que conseguiam acesso às terras eram pequenos, por exemplo, entre os imigrantes italianos foram mais de um milhão que chegaram ao Brasil até o final do século XIX, porém cerca de 84 mil foram os que chegaram à essas colônias.

⁷⁶ Manuel Felizardo de Souza e Mello era uma figura notória do período, tendo sido ex-presidente das províncias do Ceará, Maranhão, Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Foi conselheiro do Estado (1859-66).

⁷⁷ A Colônia Cecília foi uma comuna estruturada com base em concepções anarquistas. Por pressão dos fazendeiros da região pela mão de obra imigrante, a colônia foi sendo abandonada, até que se extinguiu em 1893.

concretizá-las através de uma colônia experimental anarquista no Uruguai. Pedro II, de volta ao Brasil, achou interessantes as ideias contidas no livro e escreveu a Rossi, cedendo-lhe 300 alqueires de terras da província do Paraná, para que ali surgisse a tal comunidade experimental. (GHIRALDELLI Jr., 1987, p. 66)

A pressão dos fazendeiros perdurou até a década de 80 do século XIX, quando conseguiram direcionar grandes massas de trabalhadores imigrantes para suas terras, superando assim a proposta inicial do Estado Imperial e também de grupos organizados como a Sociedade Central de Imigração⁷⁸. Aos proprietários locais, o perfil dessa mão de obra estava claro: branca e pobre, cujas condições eram somente a de vender sua força de trabalho aos preços mais miseráveis possíveis. Além da possibilidade de o Estado arcar, ao menos em partes, com os custos da viagem e instalação desses trabalhadores e também a preferência dos fazendeiros pela mão de obra dos imigrantes europeus que estava diretamente ligada ao projeto de branqueamento populacional.

O setor composto pelas elites republicanas do Brasil, por outro lado, estava ansioso e com expectativa com a vinda do imigrante europeu, não só para modernizar as estruturas físicas das cidades e a economia, mas trazer a “paz social” derivada de povos civilizados e acostumados com o trabalho industrial, que estava se germinando aos poucos em algumas cidades do país. Para “fazer com que o passado vergonhoso fosse esquecido e construir uma sociedade comparável aos padrões culturais das nações desenvolvidas” (PINTO Jr, 2003, p. 141).

Estava-se diante de um povo mestiço, em momento de condenação do mestiçamento (com ou sem aval da ciência), diante portanto do que não se consegue definir ou denominar para conhecer efetivamente, condição que o tornava menor ainda com relação ao meio que vivia. Este desconhecimento provocava e aumentava a sensação de insegurança, medo quanto ao futuro e às possibilidades de projeção para bem pensar o Brasil, ou melhor, um Brasil civilizado. (BRESCIAN & NAXARA, 2001, p. 143)

Essas perspectivas foram fundamentais não só no estímulo à vinda do imigrante ou mesmo na consolidação dos projetos socioculturais das elites republicanas nacionais como também a base da exclusão social do negro no Brasil, que segundo Bresciani e Naxara (2001) também era parte do projeto sociocultural. Seguindo essa lógica, Florestan Fernandes trabalha com as estatísticas da proporção dos trabalhos urbanos que nos serão riquíssimas à análise do trabalhador imigrante e sua relação com centros urbanos e classe operária.

⁷⁸ Criada em 1883 por imigrantes e figuras intelectuais e políticas nativas. Fazia críticas ao latifúndio e defendia o sistema de agricultura de pequenas propriedades nos moldes familiares.

Em 1893, por exemplo, os imigrantes entravam com 79% do pessoal ocupado nas atividades artesanais manufatureiras; com 85,5% do pessoal ocupado nas atividades artesanais, 81% do pessoal ocupado nas atividades de transporte e conexas, com 71,6% ocupado nas atividades comerciais. [...] Embora a concorrência do imigrante afetasse toda a população nativa, somente os negros e os mulatos sofreram o impacto como uma espécie de cataclismo social. Eliminados do mercado de trabalho ou expulsos para periferia, os “homens de cor” viam-se condenados ao desemprego sistemático, trabalho ocasional ou retribuição degradada, tendo de se acomodar a um estilo de vida que se associava, inexoravelmente, a miséria e desorganização social. (FERNANDES, 2007, p. 136)

No final do século XIX, o projeto sociocultural das elites republicanas era de modernizar a economia, deixar as cidades brasileiras sob os moldes das principais cidades das potências capitalistas europeias e os Estados Unidos, superar o passado da colonial com herança da escravidão e também deixar de lado o negro, através da segregação e miscigenação nos espaços das cidades. A vinda da mão de obra do imigrante europeu era vetor central para a concretização desse projeto.

Com os capitais que ficaram por décadas comprometidos na compra e venda de escravos, além da já citada rede de corrupção após a Lei Eusébio de Queiroz (1850), foi possível reinvestir e diversificar o capital, como aponta o depoimento de Mauá⁷⁹:

Acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se, desde que a “vontade nacional” estava ao lado do ministério que decretava a supressão do tráfico, Reunir os capitais que se viam repetidamente deslocados de ilícito comércio e fazer-los convergir a um centro onde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país foi o pensamento que me surgiu na mente, ao ter certeza que aquele fato era irrevogável. (MAUÁ *apud* HOLANDA, 1995, p. 76)

Até 1850 as importações brasileiras não haviam conseguido atingir a soma de 60mil contos por ano, entretanto, em 1851, chegou-se à soma de 76 918:000\$000 e entre 1851-52 os dividendos chegaram à 92 860:000\$000 (HOLANDA, 1995, p. 77). Em 1851 há expansão do Banco do Brasil, ou seja, já que se gastava menos com a importação de escravos e meios ilícitos da obtenção dessa mão de obra havia mais capitais disponíveis para investimentos em outros setores (HOLANDA, 1995, p. 76).

Ao centralizar a riqueza (o mercado de escravos, a terra e a monocultura para exportação), os fazendeiros e senhores de escravos haviam constituído uma camada social extremamente importante que, como pudemos ver, enfrentou e pressionou abertamente tanto o Estado Imperial como o próprio Exército nesse jogo político. Mas, com o fim do tráfico de escravos, os fazendeiros sentem-se pressionados a diversificar seu capital e aos poucos o

⁷⁹ Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), também conhecido como Visconde de Mauá. É considerado um dos empreendedores mais importantes do século XIX no Brasil.

sistema econômico colonial vai entrando em colapso. Outro processo que impacta nessa questão é a chamada Revolução Industrial.

Ao longo do século XIX o mundo rural prevaleceu no Brasil, ainda que, na Europa, a produção industrial e a vida urbana já fossem realidades significativas desde os fins do século XVIII. A chamada Revolução Industrial havia alterado os rumos do desenvolvimento sócio-econômico europeu: a fábrica mecanizada modificara e remodelara não só as formas de produção e de trabalho mas a própria organização social. Iniciado na Inglaterra, o processo de mecanização da produção se estendeu pela Europa, tornando-se a fábrica centro decisivo para a economia e para poder de dominação da burguesia. (DECCA, 1991, p. 3)

Para se integrar e acompanhar o mercado internacional, os produtores brasileiros necessitavam otimizar o escoamento de seus produtos. De forma a viabilizar esse processo, “[...] muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, diversificando seus interesses” (DECCA, 1991, p. 4). No início da década de 1870, a abertura e a necessidade de expansão do capital fizeram com que se instalassem no Brasil o telégrafo, indústrias e as estradas de ferro⁸⁰, um investimento necessário para o escoamento ao porto de Santos e de lá exportar o principal produto nacional.

A cidade também foi reestruturada e reurbanizada. A fim de atender melhor essas demandas, bancos e armazéns foram instalados entre outras estruturas básicas. Com relativo desenvolvimento a cidade tornou-se um ponto atrativo para os trabalhadores imigrantes. Segundo Carreira (2014, p. 101) os estrangeiros chegaram a representar cerca de 42,5% da população de Santos⁸¹. Para as elites republicanas Santos alçava-se a um status de prestígio e exemplo de caminho para o processo transitório do país.

A cidade de Santos do início do período republicano é um dos casos paradigmáticos das transformações pelas quais passava um país independente que procurava inserir-se nos marcos internacionais do desenvolvimento capitalista tanto do ponto de vista das relações econômicas quanto pela incorporação de doutrinas, valores e modos de vida. Santos era, a partir de fins do século XIX, o maior porto do país e escoadouro da maior riqueza nacional, o café. (CARREIRA, 2014, p. 101)

⁸⁰ “A primeira ferrovia a ocupar um lugar central na economia cafeeira foi a Santos-Jundiaí. Ela teve suas obras iniciadas em 1856 e foi concluída em 1867. [...] Permaneceu durante todo o período como propriedade inglesa (São Paulo *Railway*)” (PERISSINOTTO, 1994, p. 41). Além de demonstrar a importância do Porto de Santos para o café do interior paulista, essa citação do professor Perissinotto remete à questão do capital estrangeiro (inglês), que estava circulando em terras brasileiras. Outras ferrovias que foram construídas, seguindo a expansão do café, foram a Paulista, em 1872, e, em 1875, a Mogiana e a Sorocabana (Idem, *ibidem*, p. 41).

⁸¹ Nesse período, devido à própria influência da tendência entre setores da elite republicana em pensar as cidades brasileiras aos moldes das europeias era comum alcunhar as cidades daqui em referência às da Europa. Por exemplo, a esse respeito, a cidade de Santos, devido à forte imigração espanhola, ficou conhecida como “Barcelona brasileira”. Processo similar ocorreu em Sorocaba, intitulada como “Manchester paulista”, e adiante abordarei mais a respeito desse processo histórico.

Na medida em que a economia se transformava, apesar da importância de o café perdurar por boa parte da Primeira República, as elites agrárias⁸² iam se aproximando cada vez mais do processo de industrialização, das elites republicanas e do Exército, até pelos atritos com o Império ao longo do século XIX. Além disso, o desenvolvimento das cidades teve como desdobramento a consolidação de uma pequena burguesia comercial e de uma classe média urbana composta por trabalhadores liberais⁸³ que, por sinal, possuía grupos que estavam envolvidos com o republicanismo ou nas concepções filosóficas do positivismo e em suas partes, como naturalismo⁸⁴.

O referencial positivista⁸⁵ chegava ao Brasil através das ideias de Augusto Comte⁸⁶ e “foram propagadas pelo professor da escola militar Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que se conquistou para a propaganda republicana o apoio mais decisivo para o advento do regime republicano no Brasil: o da juventude militar” (COSTA, 1972, p. 31). Essa articulação entre Exército e classe média deu consistência estrutural ao Partido Republicano. Entretanto, não foi uma relação amena, pois os republicanos tinham suas concepções fundadas no liberalismo⁸⁷ e na democracia⁸⁸, enquanto que os positivistas eram pró uma

⁸² Esse grupo deixou de se interessar pelo regime monarquista sobretudo com a emancipação dos escravos que por anos conseguiram manter pressionando a coroa (a questão de o “inglês ver”). Com fim da escravidão, nada mais deviam ao Império.

⁸³ Bacharéis em ciências físicas e matemáticas e jovens advogados (COSTA, 1972, p. 25).

⁸⁴ O naturalismo chegou ao Brasil no final do século XIX, influenciado por escritores europeus como Émile Zola que escreveu *Germinal* (1885). Ajustado à realidade concreta daqui o naturalismo virou uma forma de denúncia social e atingiu escritores (Aluísio Azevedo) e até membros Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (como Horário Fortunato de Sousa Carvalho). Recebe grandes influências do evolucionismo, cientificismo e positivismo.

⁸⁵ Apesar de boa parte da historiografia ter constantemente relacionado esse referencial com as classes médias ou mesmo o Exército nacional, é possível concluir, e discutirei isso adiante, que o positivismo também chegou, em outras vertentes, através dos imigrantes que viriam a formar a classe operária do Brasil. Na verdade essa aproximação dos positivistas e classe trabalhadora atravessou os mares, como evidencia a entrevista de Marx à R. Landor em 1871 ao jornal britânico *The World* “Há positivistas entre nós, e há aqueles que não pertencem à organização mas também trabalham.” (MARX, 2004, p. 123), porém o próprio Marx alertava: “Mas isso não se deve à filosofia deles que não tem nenhuma relação com os governos populares, como nós entendemos, e que busca apenas uma nova hierarquia para substituir a antiga” (Ibidem, p.123). Os trabalhadores imigrantes trouxeram um conjunto de outros autores positivistas à influir em suas concepções como são os nomes de naturalistas Herbert Spencer e Lamarck, cuja presença na imprensa operária brasileira da época era constante.

⁸⁶ Augusto Comte (1788-1857) foi um filósofo francês, fundador da Sociologia e do Positivismo. Trabalhou para Henri Saint-Simon uma das figuras do Socialismo Crítico Utópico, essa definição é usada por Marx no Manifesto do Partido Comunista (Idem, ibidem, p. 76). Comte rompe com Saint-Simon e se aproxima de John Stuart Mill.

⁸⁷ Sobre o liberalismo é necessário pensar com as devidas restrições e contextualizações afinal seria anacronismo crer que se tratava da implementação de ideias como a “mão invisível” do mercado, um dos pilares das concepções de Adam Smith. Como Sérgio Buarque afirma “trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições de vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam” (HOLANDA, 1995, p. 160). O próprio direciona a questão da seletividade das ideias, ou seja, do liberalismo clássico herdamos o horror às hierarquias e, conseqüentemente,

república ditatorial (COSTA, 1972, p. 32). O positivismo era a tendência majoritária entre jovens militares, apesar de Benjamin Constant ser reconhecido como um republicano e o marechal Deodoro da Fonseca como um monarquista conservador.

Sobre a forma como essas concepções se manifestavam no Brasil e esse aspecto da seletividade de ideias e conceitos, apresentaremos algumas considerações mais centrais e com enfoque em dois sujeitos históricos desse tempo: Luís Pereira Barreto e Benjamin Constant.

Foi na década de 50 do século XIX que chegou ao Brasil um movimento de renovação intelectual embalado pelas escolas do pensamento europeu do darwinismo, spencerismo e o positivismo (LEMOS, 2008, p. 208). Dentre os princípios dessas correntes foi o cientificismo que mais ganhou força, sustentado pelo método científico e seu rigor e, no que tange à corrente positivista comteana, disseminada por vias da educação e os livros de matemática.

O positivismo, uma variante do cientificismo sistematizada por Auguste Comte (1798-1857), chegou ao Brasil recomendado por sua nacionalidade francesa. A França era, talvez, a mais influente forja de ideias em todas as áreas da produção humana no Ocidente de meados do século XIX. Dela, escritores, cientistas, políticos e homens de negócio brasileiros absorviam ideias científicas, filosóficas e literárias. Instalado nas páginas de livros de matemática, o positivismo penetrou no ambiente cultural da Escola Militar no Rio de Janeiro, que se tornou o templo onde se praticava o culto àquela disciplina (LEMOS, 2008, p. 208)

Foi em 1852 que Benjamin Constant ingressou na Escola Militar e entre esse período (1850-1854) diversas teses foram defendidas inspiradas no positivismo, “O fenômeno ocorreu também a Escola de Marinha, a Escola de Medicina e o Colégio Imperial Pedro II e em instituições não escolares, como o Instituto Histórico e o Geográfico Brasileiro” (LEMOS, 2008, p. 208). Em seu trabalho Lemos germina a questão a respeito das razões da

“permitindo tratar com familiaridade os governantes” (Ibidem, p. 160). Hobsbawm destaca sobre a América Latina que as instituições e leis liberais “foram sobrepostas à herança institucional portuguesa e espanhola do passado, sobretudo um catolicismo romano com cores locais, passional e profundamente enraizado, característico da população indígena – que era índia, mesclada e, em grande parte da zona caraíba e da costa do Brasil, largamente africana” (HOBBSAWM, 2017, p. 190). Como o próprio autor coloca era a dominação do capital rural que prevalecia sobre camponeses em comunidade autônomas através de leis ou mesmo do uso dos *caudillos* (como o autor chama os homens armados a serviço dos fazendeiros) (Idem, ibidem, p. 191).

⁸⁸ Eric J. Hobsbawm afirma que na medida em que os movimentos nacionalistas ganhavam força e se massificavam “democracia” passou a ser um conceito praticamente indissociável desse nacionalismo (Idem, ibidem, p. 161), na verdade, como o próprio pontua adiante era uma questão notável que cedo ou tarde os sistemas políticos dos países industrializados do Ocidente teriam que abrir espaço para essas forças (Idem, ibidem, p. 162). Pelas palavras de Sérgio Buarque “A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (Idem, ibidem, p. 160), afinal aqui a “aristocracia rural e semifeudal” ajustou esse conceito a fim de manter seus privilégios, que inclusive haviam sido alvo da luta da burguesia contra as aristocracias na Europa (Idem, ibidem, p. 160).

disseminação do positivismo no Brasil e, também, porque sua aceitação não é completa, e logo há essa seletividade de ideias, sendo que é em Leopoldo Zea (1985), um filósofo mexicano, que encontra evidências ao analisar a mesma conjuntura, pela especificidade mexicana.

Para Zea, o positivismo encontrou guarida no México porque, da mesma forma como na França, serviu aos interesses da burguesia. Há uma distinção importante a fazer, contudo, porque a burguesia mexicana se encontrava ainda em formação quando se inteirou do positivismo, enquanto a francesa produziu a doutrina já na fase de declínio como força social renovadora. Às voltas com forças sociais que lhe eram antagônicas, abriu mão dos valores que a haviam guiado no rumo do poder para abraçar outros, mais congruentes com as tarefas da preservação das posições conquistadas. (LEMOS, 2008, p. 209)

Zea (1985) entende que o positivismo se aponta como filosofia contra-revolucionária pela forma como encarava os conflitos da sociedade burguesa (as contradições e a luta de classes), e é essa a lacuna que Comte preenche.

Tratava-se de “integrar” as forças em desordem – o proletariado – à ordem, sob a direção de uma elite ilustrada pela cultura científica. Um conjunto de reformas voltadas para o progresso – com destaque para a educacional – viabilizaria a integração, elemento estratégico de prevenção de revoluções. Assim o positivismo é contra-revolucionário preventivo, o que explica o sentido histórico do seu empenho na agenda reformista (LEMOS, 2008, p. 209)

Essa interlocução entre Zea e Lemos evidencia o papel do cientificismo como prisma central do positivismo às elites brasileiras, ao mesmo tempo em que traz elementos importantes para refletir a respeito de sua consolidação e disseminação no Brasil. E foi em 1875 que Benjamin Constant, ao preparar um discurso para o evento de lançamento da Previdência, Associação de Socorros à Invalidez⁸⁹, apresentou as ideias de Emile Littré, um dos mais importantes seguidores de Comte e com estudos voltados para a questão político-social da classe operária na Europa, além de estudos sobre a Comuna de Paris (LEMOS, 2008, p. 211).

A condição das classes proletárias vai se tornando cada vez mais precária em todos os países e a reação se vai pronunciando em proporções ameaçadoras; as tendências dos proletários na Europa começaram a manifestar-se francamente em 1871 e de então para cá não cessam suas forças de unir as classes industriais para fazer valer seus direitos em momento que julgam oportuno; e que se pode esperar senão uma desastrosa conflagração geral, que trará abalos profundos? A liga operária na Europa

⁸⁹ Uma organização de seguros fundada pelo próprio Benjamin Constant, com fins humanitários e de posição ideológica contra-revolucionária.

é um exército que todos os dias engrossa, recebendo novos contingentes e recursos para a luta, é um ser coletivo respeitável que multiplica seus órgãos, que encontra eco em todos os países, é um vulcão talvez próximo a fazer sua tremenda erupção. [...] As greves, *meetings* discutindo os meios de impor o aumento dos salários, a redução do tempo do trabalho, etc. são apenas os problemas da tempestade que ameaça o mundo social.

As associações cooperativas e de participação são as formas mais prudentes e apropriadas que as classes industriais têm em seu favor (CONSTANT *apud* LEMOS, 2008, p. 211)

Mas é preciso colocar Benjamin Constant em seu devido lugar histórico até pela sua própria formação peculiar, por ter aprendido o positivismo de maneira praticamente autônoma acabou se influenciando pelas ideias do liberalismo democrático, a ponto de ter se afastado de Miguel Lemos⁹⁰ e Teixeira Mendes, dois de seus ex-alunos, que tinham fortes traços de autoritarismo. Indo além, Benjamin Constant divergia de positivistas que se aproximavam do sectarismo e intolerância política, com as devidas ressalvas aos paradigmas do marxismo (materialismo histórico-dialético) e os anarquismos.

Nesse contexto de Constant, os positivistas passam a investir na disseminação de discursos políticos que expressem sua concepção política e teórica fazendo o destaque de que “[...] cabendo ao estado apenas a implementação dos remédios que a ciência receitar para os males brasileiros” (ALONSO, 1995, p. 3). E de modo geral esses “remédios” para os males brasileiros foram apresentados como a conjunção entre ciência e instrução pública.

Entretanto em um estudo de Sérgio Buarque de Holanda sobre a vida intelectual na América espanhola e em comparativo com o Brasil, somente a Universidade do México, entre 1775 até a Independência, em 1821, formaram-se cerca de 7859 bacharéis e 473 doutores e licenciados (HOLANDA, 1995, p. 119), e o Brasil, no mesmo período, formou um número dez vezes menor (720 graduados), sendo que esses provinham de Coimbra (Portugal) (HOLANDA, 1995, p. 119), a própria formação em Coimbra já é um importante vestígio de que a classe média de profissionais liberais, que estava nascendo no século XIX, na verdade eram filhos e outros tipos de herdeiros dos fazendeiros.

⁹⁰ Miguel Lemos, no que tange à educação “[...] não atribuía a missão de educar a governo algum. Ao contrário, preconizavam o ensino livre, de iniciativa particular e sem privilégios acadêmicos, como a exigência de diploma” (ARANHA, 2006, p. 300).

Além da formação acadêmica, Sérgio Buarque traz análise comparativa entre América espanhola e Brasil sobre as tipografias e impressões de livros: “Em todas as principais cidades da América espanhola existiam estabelecimentos gráficos por volta de 1747, o ano em que aparece no Rio de Janeiro, para logo depois ser fechada por ordem real, a oficina de Antônio Isidoro da Fonseca” (HOLANDA, 1995, p. 120). Em termos numéricos a Cidade do México, no período entre o começo do século XIX até 1821, publicou cerca de 2673 obras e o Peru, até 1824, havia impresso 9948 títulos de obras em sua capital (HOLANDA, 1995, p. 120), enquanto no Brasil, seja pela da administração lusitana ou mesmo as elites locais, havia um rigoroso controle com intuito de conter ideias que pudessem vir representar qualquer perigo à essa hegemonia.

É nessa conjuntura que o positivismo assumiu um papel importante na crítica à monarquia, alimentado pelo grupo que Alonso denomina de “contra-elite imperial” (militares, engenheiros e médicos, ou seja, as categorias profissionais de formação técnico-científica).

Principalmente o positivismo vinha ancorado numa radicalização da crítica ao sistema monárquico, propondo a instauração da forma republicana. Formava-se uma oposição entre cientistas e bacharéis, em sua maioria liberais, na qual os primeiros visavam acesso ao poder de estado pela via das políticas públicas (ALONSO, 1995, p. 3).

Retomando as diferentes correntes do positivismo no Brasil, além da influência de Comte, outro autor que se destacava nessa conjuntura na influência dos projetos socioculturais das classes dominantes Spencer, pautado no evolucionismo. É no liberalismo difundido, e como já aponte um tanto “peculiar”, e nas faculdades de direito (como em Recife e São Paulo) que o spencerismo encontrou um terreno bastante fértil. Diferente do pensamento de Comte, que acreditava que os fortes deveriam auxiliar os fracos e trabalhar no desenvolvimento de uma consciência moral, científica, pretensamente neutra e direcionada a evitar conflitos, o alinhamento spenceriano era direcionado para a luta pela sobrevivência regulando os rumos sociais.

A concepção spenceriana da sociedade como regida por leis de seleção e adaptação similares às que operam no mundo natural poderia justificar a estrutura social e política como fruto da seleção social, na qual apenas os fracos perecem. Sua perspectiva individualista permitia também explicar a ascensão dos *self-made-man* como consequência da sobrevivência do mais apto e da exclusão social como resultado da luta pela vida. (ALONSO, 1995, p. 4)

A respeito do final do Império e a Proclamação da República, Benjamin Constant ocupou espaços centrais ao longo dos anos de 1888 e 1889. Enquanto lapidava o apoio do

Marechal Deodoro, fez duras críticas públicas ao Império, mas entre os positivistas fazia a questão de ressaltar o republicanismo. Foi nesse jogo de bastidores entre as principais lideranças políticas, econômicas e militares que uma série de desentendimentos e conflitos levaram à Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, ligando uma série de figuras proeminentes da época e que, inclusive em sua articulação, demonstram a pluralidade de interesses⁹¹ acerca desse processo. Entretanto, é importante perceber que os grupos que estavam articulados no processo republicano “[...] eram, de modo geral, os mesmos grupos políticos civis do Império, com nova nomenclatura, detentores também de privilégios, especialmente os de propriedade acompanhados do grupo militar ativo recém-chegado à arena política” (SOUZA, 1988, p. 166).

2.3 Educação e elites políticas e econômicas

Até agora, todas as revoluções dentro da História do Brasil foram de elites, civis ou militares, mas sempre elites. E, quando a questão se restringe a querelas elitistas, o processo caminha como numa briga de família: aparece um primo, um tio, ou um amigo da família com bom relacionamento com ambas as partes capaz de contornar diplomaticamente o confronto direto. E é exatamente no conchavo que pode surgir a figura do homem cordial. Por isso a democracia, que nasceu aqui num mal-entendido, percorreu em nossa História um caminho inusitado. Ou seja, foi murchando aos poucos. (HOLANDA, 2012, s/p)

A Proclamação da República foi a reconfiguração de quais grupos das elites iriam passar a gerir o país, e o povo assistiu àquilo bestializado⁹². O fato é que se torna inconsistente e impreciso determinar que a proclamação da República fosse uma ação do Exército e dos fazendeiros sem retomar a questão das frações autônomas de classe. Parte dos fazendeiros brasileiros estava ainda ligado à estrutura colonial, entre eles grupos insatisfeitos com a Abolição e outras medidas do Estado monárquico vieram a compor as fileiras do Partido

⁹¹ Além dos já mencionados Marechal Deodoro e Benjamin Constant, destaco o liberal, mas sem ligação com os republicanos, Rui Barbosa (jurista, diplomata e escritor) e o Marechal Floriano Peixoto (militar), um dos militares insatisfeitos com a importância dada pela monarquia ao Exército.

⁹² “O povo assistiu aquilo bestializado” (LOBO, 1889), foi um artigo publicado em 18 de novembro de 1889 por Aristides Lobo, jurista e jornalista abolicionista de tendência republicana, no jornal *Diário Popular* de São Paulo. Aristides Lobo tinha uma coluna nesse periódico chamada de *Cartas do Rio*, foi nela que esse texto foi publicado. Nesse texto Aristides Lobo comenta sobre o fato de a Proclamação ser uma ação militar, sem o elemento civil presente, e “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” (LOBO, 1889, p. 1) na verdade estavam crendo ver uma parada militar.

Republicano. O próprio exército tinha seus grupos simpáticos ao Imperador, como destacado, sendo a mais emblemática dessas figuras o Marechal Deodoro.

De outro lado estavam os cafeicultores, grupo que compunha setores importantes dos fazendeiros e “[...] necessitava de apoderar-se do aparelho do Estado para pô-lo inteiramente ao seu serviço” (COSTA, 1972, p. 45). O desenvolvimento da economia cafeeira⁹³ necessitou do desenvolvimento da infraestrutura, sobretudo no Sudeste, e é desse desdobramento das redes em torno da economia cafeeira que se consolidará o grande capital cafeeiro.

Paralelamente, a formação de um setor de serviços urbanos vai se aprofundando na medida em que as cidades vão ocupando uma posição central na economia cafeeira. Além disso, a expansão das plantações de café chega a um ponto que só pode prosseguir se acompanhada da expansão das ferrovias. A expansão das estradas de ferro e das plantações são fatores intimamente interligados. Será nesses diversos novos ramos abertos pelo desenvolvimento cafeeiro que o grande capital se desenvolverá. (PERISSINOTTO, 1994, p. 37)

Entretanto, não é somente de desenvolvimento e de dividendos que se estruturava a economia cafeeira, ao contrário, essa é uma relação de muitas contradições. Devido à concentração da produção do café as crises de superprodução se tonavam cíclicas ao longo do começo do século XX, posteriormente as oligarquias cafeeiras, que com a Política do Café com Leite⁹⁴ haviam se consolidado no poder, adotaram a política de “socialização de perdas”.

Um dos mais famosos casos de “socialização de perdas” devido à crise de superprodução ocorreu em 1906 quando por pressão dos cafeeiros o Estado de São Paulo, gerido por Jorge Tibiriçá, abaixa os impostos sobre o café e busca medidas econômicas a favor do financiamento desse produto. Após tais medidas, São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro buscam entendimento com senadores e deputados de nível federal. É nos dias 26 e 27 de fevereiro desse mesmo ano que acontece o Convênio de Taubaté. Uma série de empréstimos internacionais são feitos, “[...] o empréstimo inicial é feito com os banqueiros alemães da *Brasilianische Bank für Deutschland*, que cedem 1 000 000 de libras; depois, com J. Henry Schröder, de Londres, conseguem 2 000 000; e com o *National City Bank*, de Nova

⁹³ Saliento que esse grande capital cafeeiro se resume a um número muito restrito de famílias que chegam em algumas poucas dezenas. A outra, grande, parte dos fazendeiros não dispunha dos mesmos recursos.

⁹⁴ Política do Café com Leite foi um acordo firmado entre as oligarquias de São Paulo (Café) com as de Minas Gerais (Leite) com a finalidade de alternar entre ambos na escolha de políticos para o executivo em nível federal. O nome desse acordo é relacionado à principal atividade economia à qual essas oligarquias estaduais estavam engajadas, café para São Paulo e leite para Minas Gerais. Outro fator importante, e compreensível quando retomo a questão da seletividade de conceitos e ideias por parte das elites nacionais, é que ambos os Estados eram berço das duas maiores legendas partidárias republicanas do país, o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro.

Iorque, 1 000 000” (CARONE, 1978, p. 42). Além disso, o governo passa a adquirir parte da produção do café, no caso do tipo 7 para baixo, até fevereiro de 1907. São cerca de 8 milhões de sacas pelo preço médio de 42,5 francos, as sacas de café de tipo inferior o presidente Afonso Pena encarrega o Banco do Brasil em comprar (CARONE, 1978, p. 42). Também acontece amortização dos juros desses e outros empréstimos.

A classe média, por outro lado, após a proclamação da República, encontrará poucas oportunidades de participação no poder, só conseguindo oportunidades e brechas através da aliança com outros grupos e frações das elites, dessa forma acabou por ficar orbitando em torno das Forças Armadas. Mas retomando o artigo de Aristides Lobo para ilustrar a situação na qual a classe média se encontrava nessa relação: “o fato foi deles, deles só” (das Forças Armadas).

Já o setor industrial, que desde o começo do século XIX encontrou grandes dificuldades⁹⁵ para se instalar e consolidar no País; estava nas vésperas da Proclamação da República concentrado, até pelo caráter histórico da legislação brasileira, restrito aos setores têxteis (a fabricação de roupas de escravos era a produção mais central), químicos (sobretudo higiene como fábricas de sabão) e de alimentícios (bebidas). As indústrias têxteis eram as mais numerosas, em 1881 eram 44 no País (CANDIDO FILHO, 1982, p. 124) e devido à concorrência dos produtos ingleses e estadunidenses, o Brasil não desenvolveu indústrias nacionais para bens de capitais; por exemplo, em 1919, a *Ford Motor Company* instala sua primeira fábrica brasileira⁹⁶, em São Paulo, trazendo da matriz dos Estados Unidos todas as peças necessárias para fabricação de automóveis e tratores. Nas primeiras duas décadas do século XX, por meio da atividade cafeeira, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a vinda de imigrantes europeus em grandes escalas ao Brasil, o setor industrial se modifica consideravelmente:

⁹⁵ Sobretudo dificuldades legislativas, foi somente em 1808 que o príncipe regente D. João revogou o alvará de 5 de janeiro de 1785. Nesse alvará assinado pela rainha Dona Maria I de Portugal se proibiu no Brasil a instalação de fábricas e manufaturas, com exceção dos “[...] Teares, e Manufacturas, em que se tecem, ou manufacturam Fazendas grossas de Algodão, que fervem para o uso, e vestuário dos Negros”. Posteriormente os acordos alfandegários com a Inglaterra faziam com que os produtos ingleses entrassem bem mais baratos que os produtos de outras nações (incluindo os produtos portugueses) o que atravancou o processo industrial, ao menos até 1844 com a lei Alves Branco na qual se passou a taxar produtos estrangeiros em algo por volta de 30% a 60%, foi a partir dessa lei que o Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza) criou as primeiras indústrias do Brasil-Império (CANDIDO FILHO, 1982, p. 123).

⁹⁶ A segunda fábrica na América do Sul, a primeira foi instalada na Argentina, em 1914.

A burguesia industrial emergente, constituída por grupos imigrantes estrangeiros (os Matarazzos, os Crespis, os Guinles) e por famílias vinculadas à agricultura ou ao comércio de exportações (os Moreiras Barros, os Nogueiras, os Penteados, os Prados), era bem mais rica e poderosa do que os grandes fazendeiros do Norte e do Nordeste. (CANDIDO FILHO, 1982, p. 125)

Mesmo assim, os números da indústria eram modestos, sendo o setor que menos empregava entre 1872 até 1920:

Quadro 3 - Brasil população ocupada (em milhares) entre 1872 a 1920

Setores	1872 %	1900 %	1920 %
1 - Agricultura	3671 = 64,1	5071 = 53,4	6377 = 69,7
2 - Industria	282 = 4,9	321 = 3,4	1264 = 13,8
3- Serviços	1773 = 31,0	4111 = 43,2	1509 = 16,5
Total	5726 = 100	9503 = 100	9150 = 100

Fonte: (FAUSTO, 1983, p. 20)

Se compararmos os números de 1872, período do Segundo Reinado, a indústria tem proporcionalmente uma participação mais efetiva, na relação de empregos, do que os anos iniciais da República, 1900, nos quais, inclusive, se apresenta uma queda na porcentagem de ocupação da população. Os dados oferecidos por Boris Fausto (1983) nos indicam alguns elementos preciosos de como, nesse período de consolidação da República, a atividade econômica se centrou no café, tanto pela concentração da população em atividades ligadas à agricultura, como pelo tipo de atividade que se desenvolvia nas cidades reurbanizadas, já que a alta do setor de serviços veio acompanhada do desenvolvimento do setor jurídico, administrativo, bancário e etc. Já o setor industrial, com atividades inicialmente voltadas à produção de itens relacionados à escravidão tem uma baixa, somente no final da década de 1910, terá um crescimento como consequência das necessidades da produção do café⁹⁷.

A burguesia industrial timidamente se impõe através de atos legais e defesas teóricas. Sua expansão é lenta e segura, e seu predomínio, incerto no começo do regime, torna-se indiscutível no fim. Mas, neste período todo, inexistiu uma atuação agressiva sua; é irrestrito seu apoio ao regime agrário-burguês. (CARONE, 1978, p. 160)

Esse “irrestrito apoio” das burguesias industriais que Edgard Carone indica, é interpretada pelo autor como um “ajustamento ao sistema vigente” devido à política de

⁹⁷ O próprio foco da *Ford Motor Company* na produção de tratores e outras atividades relacionadas como as torrefações e outras fases de industrialização do café para exportação, demonstram isso.

concessões, que as diferentes frações autônomas de classe irão adotar no processo de consolidação na República: “[...] em vez de luta, colaboração; em lugar de ideologia própria, a vaga glorificação do civismo” (CARONE, 1978, p. 162). A “vaga glorificação do civismo” é apresentada pelo autor mais como uma forma de “corretivo” para as outras classes sociais do que um programa para si própria. Uma dessas medidas é a retomada da lei do serviço militar obrigatório⁹⁸, em 1907, primeiro pela reforma Hermes da Fonseca, e em 1915, com muito mais força e dinamismo, com o enfoque dado pelo General Caetano de Faria. Inclusive, nos anos após 1915, as manobras militares ganham cada vez mais espaço na imprensa burguesa (CARONE, 1978, p. 162).

Para além do desenrolamento político-econômico da proclamação aos diferentes grupos e frações em torno desse processo, a questão jurídica também manifesta que pouco mudou, afinal, a ordem social e as bases jurídicas, que continuavam as mesmas do Império, “já que grande parte da legislação e das instituições governamentais que o país criara durante o Império, especialmente durante o segundo Império, continua na República” (COSTA, 1972, p. 46). Como pontuado no subcapítulo anterior, o liberalismo seletivo à brasileira apresentava uma série de contradições, e um dos aspectos que evidenciam isso é o “[...] fato da República ter favorecido o grande jogo da bolsa e perseguido capoeiras e o pequeno jogo dos bicheiros” (CARVALHO, 2004, p. 29). O entrudo⁹⁹, outra manifestação cultural associada à classe trabalhadora, também foi repreendido¹⁰⁰.

As elites manifestavam imensa preocupação, aos seus moldes, com a cultura e educação das demais classes sociais do Brasil. É nesse contexto que o chamado “entusiasmo pela educação” ganhará força, sendo seu foco a expansão do ensino e o combate ao analfabetismo, seguindo a tendência de modernização das principais cidades do país, inclusive no campo das ideias, com conceitos como democracia e federação ganhando espaço nos debates sociais (GUIRALDELLI, 1987, p. 15). Entretanto, situação da educação era grave e não acompanhava os passos das mudanças econômicas e sociais.

⁹⁸ Retomada porque desde 1872 essa lei já existia, mas por desuso permaneceu como letra morta.

⁹⁹ O entrudo foi introduzido no Brasil pelos colonos portugueses por volta do século XVI, como uma brincadeira do período carnavalesco. Suas características variam de região para região, mas no Rio de Janeiro do começo da Primeira República associa-se sua prática “violenta e grosseira” à população negra, ex-escravos e descendentes.

¹⁰⁰ A repressão promovida pela República no que se refere aos elementos culturais associados à classe dos trabalhadores não passava despercebida tanto pelas grandes massas populares como também por importantes figuras que a compunham, por exemplo, Lima Barreto (1881 – 1922), escritor e jornalista, neto de escravos, um dos mais ferrenhos críticos da República, sobretudo ao barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845 – 1912), uma das razões era a renegação da parcela negra da população brasileira.

O Brasil era um país com enorme contingente de analfabetos; censo de 1890 apontava algo em torno de 85% de analfabetos numa população que andava pela casa dos 14 milhões de habitantes. Para os intelectuais que desejavam construir a República era impossível estabelecer uma democracia com os setores populares tão a margem do processo. (GUIRALDELLI Jr., 1987, p. 16)

Paulo Guiraldelli Jr. aponta que “o que se colocava na época eram as teses do liberalismo, que faziam crer ser a educação, a alfabetização, as medidas capazes de resolver os problemas sociais do país” (GUIRALDELLI Jr., 1987, p. 16). Entretanto, partindo do referencial com Sérgio Buarque e também da discussão de fração autônoma de classe através de Poulantzas (1978) e Perissinotto (1994), entendemos que tal interpretação através das teses mais puras do liberalismo, ou mais próximas a ela, estavam restritas a determinadas frações, e entre eles o mais expressivo representante dessa ala liberal republicana seria Rui Barbosa. Não se tratando necessariamente de uma concepção ou mesmo expressão das elites nacionais tal preocupação, como explicitamos através de Edgar Carone (1978) e a discussão da questão do serviço militar obrigatório.

Outra questão a ser levantada, a respeito do debate da alfabetização nacional, está no que refere à questão da mão de obra imigrante. Como analisamos anteriormente, milhões de europeus desembarcaram no Brasil desde o Segundo Reinado, e parcelas dessa população vieram a compor a base de movimentos de trabalhadores e outras organizações de imigrantes no Brasil. E quando nos referimos aos imigrantes, é bastante recorrente no trabalho com documentos históricos encontrar textos de jornais, panfletos e atas de reuniões em língua estrangeira, o que nos indica outro dado: os dados sobre analfabetismo, influenciados pelo nacionalismo (civismo), descaracterizavam a questão da língua estrangeira e também a possibilidade desta ser trabalhada por grupos de imigrantes publicamente (panfletos, jornais, livros) como forma de resistência.

À escola cabia o pouco modesto papel de incorporação do estrangeiro indesejado e de construção de identidade do povo brasileiro. Ordenar, civilizar, assimilar, disciplinar se tornavam palavras comuns ao vocabulário educacional da segunda metade dos anos 1910 e da década de 1920. (CARREIRA, 2014, p. 6)

Vale destacar que essa tendência não fora exclusividade brasileira, como é apresentado na obra de Hobsbawm (2017), a *Era dos Impérios (1875-1914)*, na Europa entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, há uma corrida entre as nações europeias no campo da escola primária, partindo dos escandinavos Suécia e Noruega, o que

movimentou uma corrida entre outras nações, mesmo as que não necessariamente focavam na educação dos trabalhadores, como nos Países Baixos e Reino Unido (HOBSBAWM, 2017, p. 235), sendo que o próprio historiador reconhece a importância da língua aos projetos nacionalistas desse contexto: “[...] mas um sistema escolar nacional, ou seja, um sistema predominantemente organizado e supervisionado pelo Estado necessitava de uma língua nacional para instrução. [...] a força que tornaria a língua a condição principal da nacionalidade” (HOBSBAWM, 2017, p. 235).

Retornando ao Brasil, uma das figuras mais expressivas desse contexto e com pautas a respeito do assunto da educação como meio de incorporação do estrangeiro era o escritor Olavo Bilac¹⁰¹, para quem, em sua visão, a escola deveria ser:

O primeiro reduto da defesa nacional; a menor falha no ensino e o menor descuido do Professor podem comprometer, sem remédio, a segurança e o destino do país. O Professor, quando professa, já não é um homem: a sua individualidade anula-se: ele é a Pátria, visível palpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela sua boca. A palavra que ele dá ao discípulo, é como a hóstia que, no templo, o sacerdote dá ao comungante. É a eucaristia cívica. Na lição há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma de toda a nacionalidade. (BILAC *apud* CARREIRA, 2014, p. 6)

Outrora bem vistos e tidos como esperanças de um projeto sociocultural, após o final do século XIX e da primeira metade da década de 1900, as elites passavam a ver esse imigrante como a figura do indesejado e agitador. Tendo de lidar com projetos socioculturais de orientação anarquista e comunista, em escalas cada vez maiores, além das constantes mobilizações e assembleias gerais dos trabalhadores, essas elites não hesitaram em recorrer ao uso do braço armado do Estado para fragmentar e reprimir os grupos de articulação dos operários.

A violenta repressão de 1908 promovida por iniciativa da Companhia Docas sobre os portuários grevistas, contando inclusive com a atuação de fuzileiros navais e tropas de infantaria e cavalaria, e o subsequente desemprego decorrente da crise econômica do período levaria o movimento operário da cidade a aglutinar-se na Federação Operária Local de Santos em torno dos trabalhadores da construção civil” (CARREIRA, 2014, p. 5).

Além da violenta repressão que contava com tropas de elite do exército e da polícia as elites nacionais contavam com outros meios de se livrar do “problema dos imigrantes”, em primeira instância as leis e depois as deportações.

¹⁰¹ Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918), jornalista, poeta adepto à corrente literária do parnasianismo, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e é escritor do hino à bandeira do Brasil.

Entretanto, essas medidas tornaram-se ineficazes por uma série de questões: não haveria como deportar todo integrante de movimento operário e a repressão militar fomentava articulações cada vez mais pautadas na ação direta. As disputas e ataques através dos jornais eram ainda mais ineficientes, uma vez que os operários possuíam uma rede bem articulada de periódicos para sua formação e difusão de ideias¹⁰². Foi forçando a tutela da formação por via da educação que encontraram essa solução.

A repressão patronal e policial, as deportações e condenações de lideranças associados a um nacionalismo xenófobo que despontava no pós-guerra contribuíam para a decadência dessa forma de organização. Era preciso incorporar o estrangeiro “perigoso”, “nocivo”, à construção da nacionalidade. Essa incorporação, pela força, pela lei, ou pelas letras encontraria no discurso educacional do período um de seus pontos centrais. (CARREIRA, 2014, p. 5)

Entre 1910 e 1920 as elites se organizaram na criação de Ligas com a finalidade voltada em combater o analfabetismo e também enquadrar o imigrante vinculado à classe trabalhadora. Em 1916, Olavo Bilac, Rui Barbosa, o industrial Jorge Street e outros empresários e intelectuais, se articularam para a fundação da Liga de Defesa Nacional, agremiação de caráter nacionalista, com bandeiras como ensino de língua pátria nas escolas de imigrantes e o combate ao analfabetismo, e a Liga Nacionalista de São Paulo, fundada em 1917, composta de elites políticas e intelectuais da época como Júlio de Mesquita¹⁰³, Sampaio Dória¹⁰⁴ e Oscar Thompson¹⁰⁵, que defendia políticas públicas ligadas à educação (CARREIRA, 2014, p. 9). Sampaio Dória, em carta aberta a Oscar Thompson no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1918, expressa fortemente sua preocupação com a questão dos imigrantes diante dos referenciais comunistas e anarquistas, inclusive fazendo menção à Revolução Russa em 1917:

¹⁰² Vide o conflito em Sorocaba entre os jornais *Cruzeiro do Sul*, ligado às elites Republicanas, e *O Operário*, ligado aos trabalhadores.

¹⁰³ Júlio César Ferreira de Mesquita (1862-1927), jornalista, advogado e político (exerceu cargos como vereador em Campinas, depois senador estadual, deputado federal). Além de ter sido fundador da Liga Nacionalista de São Paulo, esteve articulado com Olavo Bilac na formação da Liga de Defesa Nacional.

¹⁰⁴ Antônio de Sampaio Dória (1883-1964), jurista, educador e político. Atuou como advogado e entre 1908 e 1920 foi também vice-diretor do Colégio Macedo Soares e professor de psicologia, pedagogia e educação cívica na Escola Normal São Paulo. Lecionou na Faculdade de Direito de São Paulo e fez parte de um grupo de educadores que preconizavam a reformulação da pedagogia no Brasil. Publicou livros sobre cidadania, direito constitucional e anticomunismo. Em 1933 no texto “Comunismo caminha no Brasil” acusa Vargas e a produção de café de estarem implantando o comunismo no Brasil: “Mas não se repara que ele já está instalado, realizado, com tantas raízes firmes, na produção do café, e talvez, quem sabe? Sem que tivessem os seus autores a consciência de estarem implantando o comunismo.” (DORIA, 1933, p. 30)

¹⁰⁵ Oscar Thompson, pedagogo e político. Entre suas principais atividades como Diretor Geral da Instrução pública destaca-se em 1919 o decreto que fechava as escolas anarquistas em 1919.

O maior mal do Brasil contemporaneo é a sua porcentagem assombrosa de analfabetos. O governo que lhe der o golpe de morte, fulgirá, na constelação dos grandes vultos da Patria, com brilho sem igual. Porque o analfabetismo das massas é incompatível com a civilização mais elementar. Um analfabeto é, sem exagero, uma unidade negativa no seio do povo: não assimila as formas do progresso, não desenvolve a sua capacidade productiva, é a matéria por excellencia prestável aos excessos de todas as sedições e facilmente suplantada e escravizada pelas raças mais cultas. [...] Mas, nas democracias, o analfabetismo é o ventre maldito das maiores calamidades públicas, como na Rússia actual dos camponeses. Governo de origem popular e ignorância raza do povo, são cousas que chocam se repulsam, se destroem, como as trevas e a luz, o inferno e o céu (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 58)

E insiste que para a “absorção” do imigrante através da instrução pública:

A alphabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excellencia. Só pela solução della, o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se installa em busca da fortuna esquiva. [...] Não há fugir ao dilemma: ou o Brasil manterá o sceptro dos seus destinos, desenvolvendo a cultura dos seus filhos, ou será, dentro de algumas gerações, absorvido pelo estrangeiro, que para elle afflue. (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 59)

Nesse mesmo Anuário, a partir da página 604, apresenta-se o “Programma de ensino dos grupos escolares do Estado de São Paulo” (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 604). Nele há uma espécie de currículo das áreas de língua portuguesa, geografia, artes, matemática e história voltado do primeiro ao quarto ano além de um material complementar que contempla francês, trabalhos manuais, ginástica e instrução cívica. A área de história é restrita à história do Brasil, com foco em conceitos de cívico e patriotismo, no anexo de material complementar na área de história há um item que corresponde aos estudos da formação do povo brasileiro e sobre o imigrante a seguinte descrição: “4º papel que o elemento estrangeiro vem exercendo na formação do nosso povo;” (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 633) e no item *Evolução Intellectual*; “1º influência das escolas nacionaes e estrangeiras” (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p. 634).

Ainda no final da década de 1920, as elites golpeiam fortemente a classe trabalhadora e suas escolas, pois, em 1919, Oscar Thompson, diretor geral da instrução pública, decreta o fechamento das escolas anarquistas, aproveitando-se de um incidente com o diretor-professor José Alves da Escola de São Caetano e outros anarquistas¹⁰⁶:

¹⁰⁶ Houve uma explosão em uma residência no Brás na qual o professor-diretor José Alves faleceu. Junto faleceram na explosão Belarmino Fernandes, Joaquim dos Santos Silva e José Prol, essa explosão aconteceu na residência de José Prol, portanto distante da Escola Moderna de São Caetano. Mas valendo-se da situação Oscar Thompson promoveu o fechamento das Escolas Modernas, além disso, essa foi uma brecha para as autoridades brasileiras perseguirem os militantes anarquistas.

[...] autorizou, finalmente esta Directoria a determinar o fechamento de qualquer escola particular desde que verifique ser esta prejudicial á moralidade pública, á saúde dos alunos, ou attentatoria da ordem, das leis e da organização social do Paiz. Graças a estas medidas, poude o Governo impedir que funcionassem nesta Capital e no interior, varias escolas particulares dirigidas por anarchistas fabricantes de explosivos, e que foram suspensas em virtude de requisição do Dr. Secretario da Justiça e Segurança Publica. (SÃO PAULO, 1918, p. 111)

A luta de classes explodia nas lutas e pautas sobre educação nas primeiras décadas da República. “O imigrante europeu era desejado no processo de branqueamento por que passa o país, contudo, na luta pelos direitos sociais, era visto como agitador, marginal e perigoso” (CARVALHO, 2018, p. 15), sobretudo pelas diversas movimentações de trabalhadores e articulações que iam de círculos de leitura até uma imprensa bem organizada que desdobravam em escolas autônomas, como exemplo das Escolas Modernas.

Todo esse contexto da história social e política da Primeira República denota muito bem as características de estruturação do capitalismo brasileiro. Tais aspectos, de uma certa forma, convergiam com o caráter da luta de classes que estava ocorrendo na Europa e na América do Norte, mas também revelam aspectos específicos da nossa inserção na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, Foot Hardman (1989) resalta as características do nosso liberalismo, ao mostrar o ethos da burguesia brasileira. Aqui a burguesia não atuou historicamente de maneira revolucionária como no contexto de superação do Antigo Regime, no caso europeu. No Brasil, a burguesia, como mostra Dean (1975), vai, invariavelmente, compor com as oligarquias rurais, quando não alguns fazendeiros passam a investir seus capitais no setor industrial. Essa composição absolutamente conservadora explica porque o acesso restrito às benesses da cidadania e a fruição das liberdades democráticas no Brasil. (CARVALHO, 2018, p. 17)

A especificidade local das nossas elites é que, independente das suas frações autônomas e projetos, no que tange as classes liberais da burguesia, oligarcas e demais grupos, não hesitam em se articular e usar os meios necessários para contornar a questão social. Não é a toa que “o esboço do “entusiasmo pela educação”, verificado no final do Império e início da República, analogamente ao tal ministério, também teve vida curta” (GUIRALDELLI, 1987, p. 19), o ministério referido é Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, que não chegou a completar dois anos, sendo fundado em 1890 e extinto em 1892.

Há ambiguidade nos sentidos do “entusiasmo pela educação” dos anos iniciais da República. Por um lado, há em sujeitos como Rui Barbosa, de raiz republicana mais sólida e imbuída da preocupação nacional em formar cidadãos para “[...] que ele pudesse votar, participar da construção da República através dos canais legais da política que, de certo modo, haviam se democratizado” (GUIRALDELLI, 1987, p. 17), e, do outro, sujeitos como Sampaio

Doria, Olavo Bilac e Oscar Thompson, centrados em um projeto de civismo para controle da classe trabalhadora, conseqüentemente dos imigrantes que a compunham, e também de setores da classe média, apresentando uma proposta de educação de controle social, inclusive da própria forma como o docente trabalhava, como podemos observar nas atas de 1919, do grupo escolar Barnabé, redigidas pelo então diretor Armando Bellagarde com instruções sobre as aulas de caligrafia.

[...] é preferível fazer poucas linhas a encher rapidamente os cadernos. Os trabalhos de caligrafia são os que maior atenção exigem os alunos e, para obrigá-los a se aplicarem a melhorar a letra, recomendo que façam as notas dessa matéria influir nas médias semanais. No caderno em branco, as sentenças a copiar devem ser preferencialmente de fundo cívico.

Exemplo:

Amemos com ardor a nossa Pátria. (BELLAGARDE *apud* CARREIRA, 201, p. 12).

No Estado de São Paulo, as elites apresentavam projetos socioculturais para uma educação de contenção da classe trabalhadora valendo-se de um suposto nacionalismo, que estava mais para o civismo, e também de notável xenofobia causada pelo incômodo do imigrante organizado socialmente e com força social para reivindicações. Não é por acaso que a imagem do imigrante aos olhos das classes dominantes paulistas é a de um aventureiro atrás do ganho fácil, reclamando das boas condições e remunerações aqui oferecidas. Assim como Sampaio Doria afirmou no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, de 1918, a imprensa ligada à essa classe social também o fez, como é o caso de um texto do jornal *Gazeta do Povo*, reproduzido em Sorocaba pelo jornal *Cruzeiro do Sul*¹⁰⁷, em 1913:

Deve ter circulado em Santos mais um novo jornal revolucionário, editado pelos agitadores que desde muito vêm explorando a boa fé e a credulidade dos operários santistas, lançando os em movimentos perturbadores da ordem pública. [...]. Compreendemos o socialismo, até mesmo com sua feição revolucionária que elle comporta, nos paizes onde o operariado jaz oprimido por aquella “imerecida miséria” de que falava leão XIII. [...] Mas o Brasil, como em geral os países sul-americanos, offerece ao operario garantias de subsistência e vida relativamente fácil, que não justificam movimentos de character anarquista. [...] Pois é preciso notar que todos esses agitadores são estrangeiros, immigrants que a perspectiva do trabalho bem remunerado seduzio, e que promptamente esquecera as misérias que curtiram além mar. (Pela classe operária, “*Cruzeiro do Sul*”, 14 de novembro 1913, p. 2).

¹⁰⁷ O *Cruzeiro do Sul* é um jornal que circula em Sorocaba até os dias atuais, com suas bases sociais atreladas às elites republicanas sorocabanas. Segundo Pinto Jr (2003, p. 9), no ano de 1903, as lideranças políticas sorocabanas que estavam controlando a Câmara Municipal tinham o apoio do jornal *O 15 de Novembro*. Já o jornal *Cruzeiro do Sul* era formado por opositores do PRP para promover críticas aos integrantes da Câmara e também dar visibilidade a esses mesmos opositores da Câmara. PRP é a sigla do Partido Republicano Paulista.

2.4 Movimento operário e iniciativas educacionais

Constatar que somos muitos os que estamos na mesma luta é o que nos torna fortes, é o que nos radicaliza. (HARNECKER, 2018, p. 256.)

Ao pensarmos o movimento operário a partir dos referenciais de classe de Thompson (2011), portanto, como questão histórica e não teórica, e a discussão acerca de sua heterogeneidade como Hobsbawm (2017), estou reconhecendo seu caráter imensamente plural, que vai desde a questão de imigrantes (espanhóis, italianos, poloneses, portugueses) e nacionais (africanos livres, ex-escravos e descendentes), mulheres e homens (questões de gênero), etc. Além da imensa gama de concepções de mundo, que se disseminava entre a classe trabalhadora, de anarquistas radicais, na questão do movimento anticlerical, até anarquistas que evocam valores cristãos e a figura de “Deus” em uma relação de conscientização aos patrões, há socialistas crítico utópicos influenciados pelo socialismo francês e também há a presença, em menor número, ao menos até 1917¹⁰⁸, dos adeptos do socialismo científico. Ainda entre os trabalhadores havia grupos trabalhistas, liberais republicanos e também aqueles que orbitavam entre essas pautas e concepções, mas não necessariamente se ligavam a uma.

Após o final da escravidão, a consolidação da República e as ramificações industriais do capital ganhando espaço no Brasil, portanto desde a última década do século XIX e começo do XX, foram duas as tendências majoritárias na classe trabalhadora: socialistas libertários e sociais-democratas.

Apareceram, então dois polos distintos: um, constituído pela social-democracia, que estava organizada em torno da Segunda Internacional, inspirada nas posições de Marx, Engels, Kautski, Lassalle, Bebel etc.; o outro, composto pelo socialismo

¹⁰⁸ Há dois fatores elencados por Paulo GuiraldeLLI Jr, e outros historiadores, para esse processo: o primeiro se associa ao descontentamento político com a II Internacional o que levou a vários partidos socialistas da América Latina a aderirem ao bolchevismo, a partir de 1918, como é o caso dos Partidos Comunistas de Argentina, Uruguai e Chile, sendo que no Brasil Edgar Leuenroth, libertário convicto, dialogava com as correntes da III Internacional e nesse processo acabou indicando o contato de Astrojildo Pereira à um delegado da Agência de Propaganda (GUIRALDELLI Jr, 1987, p. 74). O segundo fator está relacionado com a predileção dos brasileiros pelas teses de Lenin em relação à Primeira Guerra Mundial, “mesmo contra as palavras de Kropotkin, aderiram às teses pacifistas e revolucionárias de Lenin” (Ibidem, p. 75) e a relação de conflito com as elites brasileiras que de certa forma forçava os anarquistas a defenderem constantemente a Revolução Russa, aproximando-os de algumas novas correntes como o “comunismo-libertário” (Idem, ibidem, p. 75).

libertário, baseava-se no legado dos socialistas utópicos, mas se apoiava sobretudo nas concepções de Bakunin, de Piotr Kropotkin e de Errico Malatesta. (KONDER, 2003, p. 34)

Se, por um lado, o povo assistiu ao processo da Proclamação “bestializado”, por outro, os pioneiros do movimento operário demonstraram algum grau de entusiasmo com a República. É o caso do professor secundarista e médico Vicente de Souza¹⁰⁹, que via no novo regime “[...] a afirmação plena dos princípios redentores da humanidade” e sustentava que “[...] vestida com os troféus refulgentes da última vitória contra o mal, chamar-se-ia socialismo” (SOUZA *apud* KONDER, 2003, p. 33).

Os adeptos das diferentes correntes de socialismo no Brasil reconheciam que o Brasil só poderia ter um proletariado, uma classe trabalhadora, significativo se aqui a industrialização avançasse e se consolidasse, além do mais a industrialização só avançaria com fim do sistema baseado na exploração do trabalho do escravo negro e a República representava isso, ainda que repleta de contradições já postuladas.

O final da escravidão nos remete a uma análise além dos aspectos econômicos e retomando elementos apresentados anteriormente no que se refere à demanda do trabalhador brasileiro, cuja maioria era negra e ainda havia a presença da descendência indígena. Contradizendo algumas teses a respeito da mão de obra do trabalhador brasileiro, como desarticulada e conservadora, algumas das principais lideranças socialistas que se consolidaram, sobretudo, no Rio de Janeiro, a capital desde a Independência e que, desde então, passou a ser o centro da atividade econômica e cultural enquanto que o Nordeste passou a ter um declínio acelerado em seu ciclo de poder, forçando muitos trabalhadores, intelectuais e afins a migrarem à nova capital.

A migração de trabalhadores do Nordeste ao Sudeste representa não apenas uma transição de números de populações, é, mormente, uma importante transição de acúmulos no

¹⁰⁹ Vicente Ferreira de Souza (1852-1908), abolicionista republicano e posteriormente socialista. Formado em 1879 pela Universidade da Bahia, atuou como professor de línguas (português, inglês, latim) no Colégio Pedro II. Fez parte da comissão executiva que tentou reorganizar o Partido Republicano em 1884. Colaborou entre 1895-1896 com o jornal *A Questão Social*, órgão do Centro Socialista de Santos, no qual escreveu vários artigos sobre socialismo. Fundou ou foi editor em diversos jornais republicanos como *Democracia* e *União Federal*, além de no governo Floriano Peixoto ter sido diretor do *Diário Oficial*. Com Gustavo de Lacerda, jornalista negro que também é fundador da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1908, funda em 1902 o Partido Socialista Coletivista, e Vicente ainda no mesmo ano fundara o Centro das Classes Operárias (CCO), em ambos ele presidiu.

que se refere às experiências de luta de classes. Destacamos, anteriormente, importantes lutas sociais (Revolta dos Malês em 1835, a Cabanagem em 1835-1840, a Balaiada em 1838-1841 e Revolta Praieira em 1848-1850) que aconteceram na segunda metade do século XIX, no Nordeste, e também figuras fundamentais às ideias progressistas no Brasil, como os já citados Antônio Pedro de Figueiredo e José Inácio de Abreu e Lima, além de nomes importantes para lutas republicanas como é o caso de Cipriano Barata¹¹⁰. Destacamos esse debate para contrapor-lo às ideias de que no Brasil os trabalhadores eram despolitizados, não tinham tradição de classe ou mesmo reivindicatório como é presente em alguns historiadores:

Por que os trabalhadores brasileiros tiveram participação tão pequena no movimento operário? Seria simplista e insatisfatório apontar como causas a sua origem agrária, o seu fatalismo e falta de consciência de classe. Os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis também eram camponeses em seus países de origem, onde as próprias organizações locais os consideravam resistentes ao sindicalismo. Não foi uma transformação mágica que fez dos imigrantes um ativista sindicalista no Brasil. De fato, as sérias dificuldades que encontrou para se organizar seus compatriotas constituiu um ponto essencialmente fraco do movimento. (MARAM, 1979, p. 29)

Ainda em Sheldon Maram (1979), outra passagem busca reforçar suas perspectivas acerca do trabalhador nacional como sujeito passivo e sem consciência na relação de luta de classes e dependente quase que exclusivamente do imigrante, ainda que seja fundamental reconhecer as contribuições destes na organização de muitos movimentos sociais populares e sindicatos, mas longe de serem agentes históricos trazendo fogo aos mortais, como reza o mito de Prometeu¹¹¹:

Entretanto, o operariado brasileiro, marginalizado nas profissões subalternas e não qualificadas, não possuía uma tradição de classe na qual pudesse basear-se. [...] Por sua vez, os imigrantes militantes ressentiam-se dos brasileiros, por estarem prestes a melhorar de vida substituindo-os durante as greves. (MARAM, 1979, p. 30)

¹¹⁰ Cipriano José Barata de Almeida (1762-1838), médico, jornalista, professor de francês e político brasileiro. Formado na Universidade de Coimbra, envolveu-se com importantes movimentos políticos da primeira metade do século XIX como a Conjuração Baiana (1798-1799) e Revolução Pernambucana (1817). Uma das principais figuras abolicionistas e emancipatórias do Brasil.

¹¹¹ Na lenda os titãs Prometeu e seu irmão Epimeteu ficaram encarregados de criar os homens e animais, atribuindo-lhes habilidades únicas. Ao chegar aos homens Epimeteu havia gasto todos os seus recursos nos animais, e pediu ajuda a Prometeu. Este então roubou o fogo dos deuses e deu aos homens, o que lhes garantiu vantagem sobre os demais animais. Isso enfureceu os deuses e fez com que Zeus lhe punisse acorrentando-o no cume do monte Cáucaso onde todos os dias um corvo dilacerava seu fígado e esse seria regenerado ao final do dia.

Contradizendo essa afirmação, além dos próprios acúmulos históricos, teremos diversas lideranças entre homens e mulheres nos movimentos operários da Primeira República, como 2.1.¹¹², algumas das mais icônicas figuras da classe trabalhadora, todos nacionais e negros (e alguns, como Luiz França, vindos do Nordeste). Além deles, alguns destaques como Laura¹¹³ e Octavio Brandão¹¹⁴ (que também veio do Nordeste, nascido e atuante como militante no Alagoas, estudou na Escola de Farmácia do Recife, Pernambuco), Astrojildo Pereira¹¹⁵, Edgar Leuenroth¹¹⁶ e Carlos Dias¹¹⁷, que estiveram à frente como

¹¹² Minervino de Oliveira, (1891-?), marmorista, intendente (vereador) do Rio de Janeiro entre 1928-1930, comunista. Foi delegado do centro dos Operários Marmoristas do Rio de Janeiro no 3º Congresso Operário Brasileiro. Foi o primeiro vereador comunista da História do Brasil e também o primeiro operário-negro a ser candidato a presidência do Brasil, pelo Bloco Operário e Camponês (BOC) que era a frente eleitoral do PCB (BATALHA, 2009, p. 119).

¹¹³ Laura Brandão, pseud. Marabá Carioca, (1891-1942). Professora, poetisa, radialista e comunista. Entre 1909 e 1910 publicou seus primeiros poemas e em 1919 conheceu Octavio Brandão com quem se casou posteriormente. Participou de atividade de propaganda nas portas de fábricas e trabalhou ativamente nas campanhas de Octavio Brandão e Minervino de Oliveira em 1928. Participou da criação do Comitê de Mulheres Trabalhadoras, uma das frentes de atuação do PCB e através dessa organização discursou no comício de 1º de maio de 1929. Mais ao final de sua vida trabalhou na Rádio Moscou durante seu exílio na União Soviética, como locutora e redatora de programas em português (BATALHA, 2009, p. 37).

¹¹⁴ Octávio Brandão, pseud. Brand, Braúna, Garroeira, Mayer, Salomão. Farmacêutico, escritor, anarquista, comunista, intendente (vereador) do Rio de Janeiro. Entre 1915 e 1919 morou em Maceió, na qual escreveu Canais e Lagoas, na qual realizou um estudo e propôs soluções aos problemas da região (nesse período aproximou-se no pensamento anarquista e começou a se corresponder com Astrojildo Pereira) e concluiu o segundo volume da obra no Rio de Janeiro usando recursos próprios. Na época Brandão acreditava na possibilidade de petróleo no Alagoas. No Rio de Janeiro conheceu Laura com quem se casou posteriormente. Teve diversas atividades econômicas, como farmacêutico, revisor de jornal e linotipista. Fez atividades de propaganda em sindicatos e colaborou com jornais da classe trabalhadora carioca como *Spartacus*, *A Plebe*, *Voz do Povo* e *O Imparcial*. Por volta do começo dos anos de 1920 se afastou do anarquismo e dedicou-se na defesa do bolcheviquismo. Teve relações muito próximas ao PCB desde sua fundação em 1922. Em manifestação de trabalhadores marítimos em 1921 feriu policiais e foi preso. Entre junho e julho de 1923 traduziu o Manifesto Comunista de Marx e Engels do francês, em uma edição feita por Laura Lafargue (segunda filha de Marx com Jenny Von Westphalen, e casada com Paul Lafargue, revolucionário jornalista franco-cubano), essa foi a primeira tradução brasileira e foi publicada em partes no periódico *Voz Cosmopolita*, e naquele mesmo ano publicado em forma de livro. Publicou o livro “Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil”, sob o pseudônimo de Fritz Mayer. Em 1928 foi eleito pelo PCB intendente (vereador) no Rio de Janeiro. Por volta dos anos 30 fugiu para a União Soviética e só retornou ao Brasil no final da década de 1940, mas não mais militou no PCB (BATALHA, 2009, p. 36).

¹¹⁵ Astrojildo Pereira, (1890-1965), jornalista, anarquista e fundador do PCB. Colaborou com diversos jornais como *Crônica Subversiva*, *O Trabalho*, *A Nação* e *Voz do Trabalhador*. Tomou parte na chamada “Insurreição anarquista” do Rio de Janeiro em 1918, sendo enquadrado pelo artigo 107 do Código Penal, condenando-o por atentado. Foi membro fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), alguns meses depois da fundação assumiu o cargo de secretário geral do partido. Em 1924 participou do 5º Congresso da Internacional Comunista e obter o reconhecimento do PCB como membro da Internacional Comunista. Entre fevereiro de 1929 e começo de 1930 esteve na União Soviética trabalhando no secretariado para a América Latina da Internacional Comunista. Após sua volta, houve conflitos internos no PCB e ele se afastou, retornando somente em 1945. Após três meses do golpe civil militar em 1964, foi preso. Faleceu em 1965, já com idade avançada e problemas de saúde. (BATALHA, 2009, p. 125)

¹¹⁶ Edgar Leuenroth, (1881-1967), tipógrafo, editor, jornalista e anarquista. Nasceu no interior de São Paulo em Mogi das Cruzes e se tornou um dos principais dirigentes anarquistas do Brasil. Filho de imigrantes alemães que vieram do antigo Império Austro-Húngaro, perdeu o pai quando ainda tinha cinco anos e mudou com a mãe para São Paulo. Trabalhou em diversas profissões desde os dez anos de idade e em 1903 frequentou as reuniões do

lideranças extremamente significativas no campo político social da Primeira República. Na verdade, basta uma breve observação no campo das artes em nomes como Lima Barreto, Euclides da Cunha e José Veríssimo para termos uma dimensão clara do desdobramento dessas lutas sociais e experiência de classes dos trabalhadores brasileiros.

Em Recife, o tipógrafo, jornalista e poeta João Ezequiel de Oliveira Luz (1869-1922) exaltava Marx nas páginas do jornal *Aurora Social* com arroubos de uma curiosidade retórica parnasiana, referindo-se a ele como “o herói querido que dorme o derradeiro sono, enquanto sua alma límpida, feita de luz e amor, ilumina os nossos passos na longa trajetória de nossos ideais. (KONDER, 2003, p. 35)

Entretanto, se estou justamente buscando uma forma de análise que visa contestar certa visão paradigmática, é preciso se atentar para não responder cometendo outra. Os trabalhadores imigrantes tiveram peso importantíssimo na consolidação de ideias e movimentos de caráter progressista, sobretudo as colônias espanholas e italianas. Através dos estudos de Hobsbawm (2017) podemos observar que há uma explosão de partidos socialistas e comunistas na Europa desde 1880¹¹⁸, e não é exagerado refletir acerca de como isso acabou respingando em solo latino americano e no Brasil. Inclusive o próprio historiador traz dados de como, por volta de 1914, há partidos socialistas bastante estruturados e abrangendo grandes massas de trabalhadores na Austrália, Estados Unidos e Argentina (HOBSBAWM, 2017, p. 184). Argentina e Estados Unidos foram as nações que, assim como o Brasil, receberam imensas levas de imigração europeia nesse mesmo contexto.

Círculo Socialista em São Paulo. Editou diversos jornais anarquistas como *A Terra Livre*, *A Plebe* e *A Lanterna*. Foi delegado da Federação Operária de São Paulo no 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906. No 2º congresso Operário Estadual de São Paulo foi como delegado da União dos Gráficos e no 2º congresso Operário Brasileiro como delegado do jornal *A Lanterna* (BATALHA, 2009, p.89). Seu irmão João Leuenroth também foi importante militante operário brasileiro e chegou a concorrer como intendente (vereador) no Rio de Janeiro em 1919.

¹¹⁷ Carlos Dias, gráfico, anarquista, fundou o jornal *O Libertário* em 1904 e foi delegado da Federação operária de São Paulo no 1º Congresso Operário Brasileiro. Realizou turnê de conferência até Campinas, de onde foi expulso. Participou em 1909 do comitê de solidariedade com Francisco Ferrer no Rio de Janeiro. Foi membro atuante da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, fundada em 1915, e por ela quase foi enviado à Conferência Internacional do Trabalho em Washington-Estados Unidos, posteriormente em 1919 foi eleito presidente da Associação. Envolveu-se com diversos jornais da classe trabalhadora como *A Plebe*. Em 1926 seu nome voltou a ser cogitado para a Conferência Internacional do Trabalho em sua VIII edição, em Genebra-Suíça. No final da década de 1920 candidatou-se pelo Partido Socialista Brasileiro à deputado, mas teve péssima votação com 12 votos apenas.

¹¹⁸ Hobsbawm aponta dados impressionantes como em 1914 o Partido Comunista Italiano tinha cerca de 50mil membros e teve expressiva votação de cerca de um milhão de votos e mesmo assim o próprio autor considera esses números modestos diante dos dados de Bélgica e Alemanha (HOBSBAWM, 2017, p. 185).

A imigração italiana no Brasil trouxe o professor Antônio Piccarollo¹¹⁹, em torno dessa figura bastante relevante ao debate e que atinge nomes como Leandro Konder e Boris Fausto. Sobre o escritor de *O socialismo no Brasil* (1908) ter elementos de Engels (tese defendida por Konder) ou spencerianos¹²⁰ (tese defendida por Fausto), e também Alcibiade Bertolli¹²¹, que publicava no jornal *Avanti!* textos de caráter social-democrata. Sobre o próprio jornal *Avanti!*, Paula Beiguelman aponta ser “periódico socialista, redigido em italiano” (BEIGUELMAN, 1981, p. 21). Outro periódico de língua italiana, mas de caráter anarquista, era o *La Battaglia*, fundado por Oreste Ristori¹²². Além da Liga Democrática Italiana, de São Paulo, outras organizações de imigrantes italianos chamavam a atenção pela proximidade às ideias socialistas, é o caso da Liga Operária Italiana (1903?-1906?¹²³), Rio de Janeiro, que chegou a participar do 1º Congresso Operário Brasileiro, sendo inclusive representada por Pietro Bernabucci e Silvio Pazzaglia (BATALHA, 2009, p. 229).

A própria literatura brasileira demonstra o peso da imigração italiana no Brasil e seu cotidiano, além de que podemos refletir acerca de outras questões como é o caso de *Brás, Bexiga e Barra Funda: Notícias de São Paulo* (1927), de Antônio Alcântara Machado, através do conto *Tiro-de-Guerra nº 35*, que aborda o civismo e a educação patriótica, discutidos nesse trabalho como parte de um projeto de setores das elites nacionais ao enquadramento do imigrante. Se trata de uma narrativa acerca do personagem Aristodemo Guggiani, um jovem descendente de italianos, que através de um professor (Seu Serafim), que gostava de dedicar uns instantes à “idolatrada pátria”, o rapaz aprendeu “na ponta da língua que o Brasil foi descoberto sem querer e é o país maior, mais belo e mais rico do mundo” (MACHADO, 2001, p. 33).

¹¹⁹ Antonio Piccarollo, doutor em literatura, filosofia e direito pela Universidade de Turim, chegou a São Paulo nos primeiros anos do século XX e publicou o livro *O Socialismo no Brasil* (FAUSTO, 1983, p. 98).

¹²⁰ Relativo às ideias do biólogo e filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903).

¹²¹ Alcibiade Bertolli, engenheiro, jornalista e diretor do *Avanti!*, membro da Liga Democrática Italiana.

¹²² Oreste Ristori, (1874-1943), anarco-comunista italiano, nascido na região da Toscana, “[...] foi uma figura bastante respeitada por anarquistas, comunistas e socialistas, como no caso do hispano-brasileiro Everardo Dias, um anarquista-maçom, que não escondia sua admiração pelo ítalo-brasileiro. Esteve articulado com a imprensa anarquista no Uruguai e com a luta pela instalação de Escolas Modernas de Ferrer no Brasil.” (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 52). Segundo Everardo Dias, que foi seu companheiro de prisão, Ristori era “o maior agitador aparecido no Brasil, orador fluente e ardente, sempre pronto para a ação. Realizou centenas de conferências por todo interior do Estado de São Paulo, agitando as massas trabalhadoras das cidades, vilas e fazendas” (DULLES, 1977, p. 20).

¹²³ Por questões referentes à dificuldade de precisar datas, seja por falta de documentos em bom estado de preservação ou mesmo por carência de pesquisas a respeito, algumas datas que utilizarmos ao longo dessa pesquisa estarão acompanhadas pelo sinal de “?”, para destacar que se trata de uma data aproximada, porém imprecisa.

Outro grupo de imigrantes, bastante relevante para essa pesquisa, são os espanhóis. Em um primeiro momento destaco a sua presença na cidade de Santos e que, devido à sua forte organização de classe trabalhadora, movimentou algumas das mais importantes resistências do final do século XIX e começo do XX, conferindo-lhe a alcunha de “Barcelona brasileira”. Uma das principais figuras dessa imigração, e com atuação notável no campo das ideias progressistas, foi Everardo Dias¹²⁴, que dirigiu o periódico *O Livre Pensador*. Seu pai, Antônio Dias, era maçom e professor na Espanha e havia se envolvido num fracassado levante republicano; foi com ajuda dos maçons brasileiros que com sua família chegaram ao Brasil, em 1887.

Espanha e Itália (e também França e Portugal, outros países que tiveram importantes ondas migratórias ao Brasil) apresentavam certa similaridade em relação ao estágio do desenvolvimento do capitalismo industrial em relação ao Brasil, com predominância da pequena indústria e em ex-artesãos convertidos em trabalhadores assalariados (FAUSTO, 1983, p. 67). Sheldon Maram, como aponta Boris Fausto, propõe alguns reparos a essa versão historiográfica, na verdade nos ateremos não ao debate entre esses autores no que tange essa questão e sim ao que ambos podem nos fornecer, na conclusão de Fausto.

Segundo Fausto, Maram aponta que “[...] os operário especializados teriam se organizado primeiro simplesmente pela maior facilidade de se articularem, enquanto a sindicalização da massa dos não qualificados surgiu posteriormente, após décadas de esforço” (FAUSTO, 1983, p. 67). Esse quadro tem ressonância com o que Hobsbawm apresenta em *Bandidos* (2010), obra cujo objetivo é discutir as perspectivas políticas do banditismo e a sua história através das relações de poder entre classes e do controle do Estado, entretanto, para mim, ela traz ricas análises a respeito da situação político-social da conjuntura da luta de classes e formas de resistência popular (nem sempre revolucionária, mas com enorme peso político-social) de alguns países (sobretudo, neste caso, Espanha e Itália).

[...] no sul da Itália, região clássica dos *banditi*, o banditismo social atingiu seu momento culminante há somente um século e meio, por ocasião da grande rebelião camponesa e das guerrilhas dos bandoleiros (1861-1865). Na Espanha, a outra pátria dos bandidos, estes eram conhecidos por todos os viajantes no século XIX. (HOBSBAWM, 2010, p. 44)

¹²⁴ Everardo Dias, (1883-1966), operário e jornalista, foi extremamente atuante nas primeiras décadas do século XX. Dirigiu o jornal *O Livre Pensador*, em São Paulo, e participou da fundação do “Grupo Clarté do Brasil”, organização que recebia trabalhadores simpáticos às teses da Revolução Russa (KONDER, 2003, p. 37).

Nessas regiões, a predominância do trabalho agrícola levava a uma relação próxima aos senhores locais, sem intervenção do Estado (ou com pouca, e normalmente era exercida através da relação com esses próprios senhores que não raramente eram os próprios agentes do Estado) ou mesmo de organizações sindicais que os protegessem nessa relação de poder, a forma de organização popular-comunitária que desdobrava nos anarquismos e ou nas diferentes formas de banditismo¹²⁵:

Durante a maior parte da história da sociedade agrícola, o poder político sob o qual viviam as comunidades de camponeses comuns em circunstâncias normais era local ou regional. Viviam sob mando de senhores, com ou sem benefício de parentesco ou o apoio sobrenatural, que podiam mobilizar os homens e construir sistemas de forças e clientelas. (HOBSBAWM, 2010, p. 28)

No Brasil, o imigrante era visto e trazido como “força produtiva pura” e não como cidadão (FAUSTO, 1983, p.69), ou, devido à política de branqueamento racial, pelo menos até 1914, tinham algum outro fim aos olhos das elites nacionais. Mas o quadro que os imigrantes europeus encontraram no Brasil não fugia das políticas oligárquicas e “[...] um sujo e monótono jogo destinado a perpetuar o autoritarismo dos exploradores” (FAUSTO, 1983, p. 69), ou seja, uma classe dominante em se apropriar do Estado e explorar a máquina estatal à sua necessidade. Como Boris Fausto aponta esse era o terreno ideal para expansão do anarquismo “Estados burocráticos e autoritários e, no plano econômico, a pequena oficina” (FAUSTO, 1983, p. 69), não à toa o anarquismo foi a tendência dominante no operariado brasileiro até a Revolução Russa.

Anterior ao movimento dos anarquistas estava o movimento socialista no Brasil, que como explanamos anteriormente tinha uma tradição enraizada entre o republicanismo radical e o socialismo crítico-utópico, tinha bases no país desde meados do século XIX em pautas como a Independência, o republicanismo e o abolicionismo, voltando-se em sujeitos com alguma renda econômica. Os socialistas brasileiros focavam suas energias no debate educacional a pautas como a alfabetização, escolas operárias e as bibliotecas populares.

¹²⁵ Hobsbawm apresenta em “Bandidos”: o ladrão nobre, vingadores, os *haiduks* e os expropriadores, como diferentes formas de organização que variavam de contexto histórico, sócio-político, econômico e também da geografia e define seu significado histórico como “o banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram ter o poder, a lei e o controle dos recursos” (HOBSBAWM, 2010, p. 21).

O periódico sul-rio-grandense *Echo Operário* foi um dos porta-vozes dos socialistas nos embates a respeito da alfabetização nacional:

Causa dó ver tantos milhões de analfabetos, que povoam a terra. No nosso desgraçado país [...] três milhões de habitantes, nada conhecem, estão excluídos de entrar no banquete da vida, três milhões de infelizes que vegetam na mais degradante miséria: três milhões de explorados, nos seus mais sagrados direitos... E são esses desgraçados que fabricam toda a riqueza, edificam os mais luzidos palácios, tecem as melhores sedas e morrem na mais degradante miséria! Maldita sociedade! (*Echo Operário apud GUIRALDELLI Jr., 1987, p. 88*)

E de fato havia um grande desafio aos socialistas no aspecto da alfabetização, afinal como trabalhadores leriam jornais, panfletos e outros materiais, como se organizariam em sindicatos e até partidos em a alfabetização? Esses desafios não só preocupavam as lideranças nacionais como figuras internacionais tais quais Lenin (*GUIRALDELLI Jr., 1987, p. 88*). Enquanto que, por via da imprensa, pressionavam o governo republicano por escolas públicas para resolver o problema da alfabetização (uma pauta que também era interesse das elites locais mas com motivações distintas entre si e mais ainda em relação ao dos grupos socialistas nacionais), os socialistas brasileiros optaram na formação das bibliotecas populares e as escola operárias por eles mesmos geridas, apesar de constantemente elogiarem por via imprensa operária as bibliotecas instaladas pelo poder público: “O conselho municipal, levado por sentimentos dignos de seus membros, decretou no passado orçamento a verba de 1:000\$000 para subsidiar a benemérita instituição Biblioteca Pública” (*Echo Popular apud GUIRALDELLI Jr, 1983, p. 100*)

Pela primeira vez na História do país se conectava a relação entre educação e política, “pela primeira vez a questão da educação das massas esboçava-se como uma tarefa de instrumentalização política do operariado na luta social” (*GUIRALDELLI Jr, 1983, p. 90*). A construção do socialismo passa pela compreensão da realidade e também pela formação do novo homem, é notável que o caminho proposto por esses grupos estava bastante distante da concepção de educação pública e do próprio projeto de alfabetização apresentando pelas elites republicanas em São Paulo através de Sampaio Dória e Oscar Thompson.

Nessa mesma conjuntura engaja-se a pautas das escolas noturnas, uma forma viável de que os jovens filhos de trabalhadores, assim como os próprios, tivessem acesso à alfabetização e ao estudo no contra turno de suas extensas jornadas de trabalho que em geral

no Brasil estavam em volta das 10 ou 12 horas diárias: “Influir para que não sejam admitidos nas oficinas aprendizes analfabetos salvo provando frequência nas aulas noturnas: medida essa urgentíssima para melhorar a educação dos filhos dos operários” (Echo Popular *apud* GUIRALDELLI Jr. 1983, p. 94). O Partido Operário, fundado por França e Silva em 1890 também usou as páginas do impresso carioca *Echo Popular* para reivindicar pautas sobre educação:

Apresentar as leis imprescindíveis e urgentes para melhorar a educação dos filhos dos operários. Criar escolas teóricas e práticas a fim de ajudar as classes a fim de adquirirem conhecimentos profissionais e facilitar-lhes o ensejo para estudar todas as novas invenções do progresso europeu e americano (Echo Popular *apud* GUIRALDELLI Jr, 1983, p. 90)

Se as elites nacionais tinham seu projeto para educação popular os setores libertários da classe trabalhadora também apresentavam um programa estruturado em uma contraproposta fundada na ideia de uma escola racional¹²⁶ e uma rede ampla de atividades educativas como “[...] teatro livre, conferências sobre temas políticos e relativos à ‘educação popular’” (GOÉS, 1988, p. 74). Esses eventos encontravam espaços de divulgação na imprensa operária e também em panfletos, sendo que boa parte desses eventos eram organizados aos sábados a noite, se tratando de uma orientação da Confederação Operária.

E é no final da primeira década do século XX que a influência de Francisco Ferrer y Guardia¹²⁷ e Soledad Villafranca¹²⁸¹²⁹ começam a ganhar espaço nos jornais anarquistas do

¹²⁶ Concepção ligada ao cientificismo e o laicismo.

¹²⁷ Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), educador espanhol e republicano radical. Envolveu-se no levante militar de 1886 que pretendia proclamar a República na Espanha, mas com o fracasso do movimento teve de radicar-se em Paris (França), nesse período, com ajuda da Dama Marcela Carolina, inicia a estruturação das ideias da Escola Moderna. Na Espanha iniciou o projeto de instalação da Escola Moderna e se envolveu com Soledad Villafranca, nesse período Mateo Morral, outro anarquista espanhol que trabalhou brevemente como tradutor de obras para a biblioteca da Escola Moderna, se apaixonou por Soledad e passou a enviar cartas, nessa mesma época Mateo se envolveu no atentado contra Alfonso XIII e Victoria Eugenia de Battenberg (monarcas espanhóis), Ferrer foi preso acusado de cumplicidade. Em 1909 como resultado desse conflito Ferrer foi fuzilado. No mundo, incluindo em Sorocaba, houveram diversos protestos referidos à sua morte.

¹²⁸ Soledad Villafranca (1880-1948), propagandista, educadora, anarquista ligada ao trabalho pedagógico da Escola Moderna. Quando jovem, devido às mudanças de cidade por problemas financeiros, sua família chegou em Barcelona e ela e suas irmãs de aproximaram de um movimento que continha militantes republicanos radicais e anarquistas, era o protótipo da Escola Moderna. Se envolveu com Francisco Ferrer. Soledad, Ferrer e os demais membros da Escola Moderna foram acusados de cumplicidade devido a essas cartas. Nesse período 1906-1907, Soledad e outros anarquistas espanhóis iniciam uma forte atividade de propaganda por toda Europa das ideias da Escola Moderna, como forma de resistir à prisão de alguns membros, entre eles Ferrer, e disseminar suas ideias. Na Andaluzia em 1909 repetem a experiência da Escola Moderna, até que Soledad, sua mãe e irmãs são banidas da Espanha. Nesse mesmo ano, 13 de outubro, Francisco Ferrer é condenado à fuzilamento na Espanha. Soledad ainda se casou com o empresário alemão Karl Woessner, que era muito respeitado em

Rio de Janeiro, muito como consequência das atividades de Soledad de propaganda dessas ideias após a prisão de Ferrer em 1906 e também do Comitê Pró-Escola Moderna¹³⁰ fundado em 1909 no Brasil.

Explicavam que, para a educação ser útil e benéfica, é preciso que vise conjuntamente o cérebro, o coração e a saúde. Que a criança tenda a desenvolver normalmente as suas faculdades físicas, intelectuais e morais. Para isso, há que se ter um método, não dogmático, mas racional e essencialmente científico. (GÓES, 1988, p. 75)

A perspectiva de formação da consciência classe é outro elemento forte na proposta pedagógica de Ferrer e Soledad, “Há como que uma preocupação de desenvolver no homem o sentimento de fraternidade e do amor que unirá todos os trabalhadores em uma só família feliz e tranquila, fazendo com que o ‘brutal egoísmo ceda lugar à solidariedade para o bem comum’” (GOÉS, 1988, p. 75). Além disso, havia oito pontos fundamentais na concepção da Escola Moderna: caráter ambivalente do processo educativo, racionalismo (laicização e cientificismo), antiautoritarismo e antiestatismo, igualitarismo, idealismo, respeito à personalidade do aluno, superação da divisão entre trabalho intelectual e manual e formação integral (PAULA, 2012, p. 131). A coeducação de sexos, ou seja, meninos e meninas estudando juntos, também se fazia como fundamento da Escola Moderna e trazia um caráter bastante transcendental aos modelos de educação burguesa daquele contexto.

Sobre o racionalismo, no começo do século XX a campanha contra Igreja ganha bastante espaço nas organizações de trabalhadores anarquistas de São Paulo e Rio de Janeiro, e se organizaram em torno dos jornais *A Lanterna*, *O Livre Pensador* e *L’Asino Umano*, os

Barcelona, o que fez com que conseguisse voltar a Espanha e lá morar até a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), nesse período se mudou para Colônia na Alemanha. Após a Guerra voltou para Barcelona aonde Soledad morre em 1949.

¹²⁹ “Um ponto importante a ponderar é a questão do apagamento das mulheres no bojo dessas discussões. Em alguns jornais como o anarcosindicalista *A Revolução* na edição 16 dezembro de 1920 ao exaltar a educação soviética menciona certa ‘sra. Lenine’. Aos historiadores, educadores e movimentos sociais contemporâneos, cabe-nos atentar que ao tratar as mulheres como adjacentes a seus companheiros homens perde-se de vista suas imensas contribuições, gera-se apagamentos e reproduz-se os pilares da sociedade capitalista moderna. A tal ‘sra Lenine’ é uma das principais educadoras da URSS e do século XX, Nadezhda Krupskaya. Em uma discussão bastante parecida, Ghiraldelli Jr em *Educação e Movimento Operário* aponta o peso da obra, luta e referenciais de Soledad Villafranca, na formação dos projetos da Escola Moderna. Infelizmente não é incomum até hoje Soledad ser referida como ‘um caso’, ‘amiga’ ou ‘companheira’ de Ferrer” (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 23).

¹³⁰ “Compunham o grupo: Leão Aymoré (guarda-livros), José Sanz Duro (negociante), Dante Ramenzoni (industrial), Tobias Boré (artífice) e Luiz Damiani, Edgar Leuenroth, Oreste Ristori, Neno Vasco (jornalista) (D’ANGELO, 2000, p. 178).

dois primeiros foram periódicos que estiveram sob edição de Edgar Leuenroth e Everardo Dias. Nos jornais também se fazem bastante presentes as tendências de caráter positivista-iluminista chegando a trazer elogios aos evolucionistas Herbert Spencer, Charles Darwin e Jean-Baptiste Lamarck e em suas críticas à Igreja recorre à elementos de Voltaire que compara em seu *Dicionário Filosófico* o clero aos vampiros, que se alimentavam dos reis e das camadas populares.

Ostentando em seus primeiros números as epígrafes panfletárias “Fugi, vampiros sociais”, “Abaixo o Vaticano”, o jornal [O Livre Pensador] combinava o elogio de Lamarck, Darwin, Haeckel, Spencer, com artigos socialistas e anarquistas, o noticiário das lojas maçônicas, a defesa da emancipação da mulher, articulada pela socialista Ernestina Lesina (FAUSTO, 1983, p. 72)

Há uma passagem no boletim *A escola* (1918) escrito por Adelino Tavares de Pinho¹³¹ que exprime a crítica dos anarquistas à educação dos moldes burguês e também nos diz bastante sobre seus pontos fundamentais:

A Escola, com raras exceções, até aqui, tem sido um instrumento da exploração religiosa, dirigida, protegida e inspirada por padres, frades e caterva de ambos os sexos, com intuito evidente de corromper o espírito da humanidade e desvia-lo do caminho do progresso, sustentando indefinidamente o domínio dessas chagas daninhas que são verdadeiras peias morais e intelectuais para marcha ascendente do progresso. [...]. O Estado apoderou-se da Escola e é inútil fazer-lhe o processo. Esta guerra, a mais terrível, calamitosa e desgraçada das guerras, é obra da Escola à serviço do Estado.

Pois bem; a esta escola que só prepara para a morte opôs Ferrer e sua Escola Moderna que preparava para a vida. Com a sua Escola propunha educar as gerações infantis em princípios inteiramente novos, em bases complementarmente racionalistas, em conhecimentos concretos. Uma educação despida de preconceitos, alheia à moral corrente do venha nós, baseada nos fatos e fenômenos naturais, na observação e na crítica racional. (PINHO, 2015, p. 91)

O jornal *A Lanterna* foi um grande divulgador por via da imprensa operária da Escola Moderna em São Paulo, em 1911 chegou a publicar um artigo traduzido de Soledad Villafranca intitulado *O ensino racional*. Nesse artigo Soledad discute uma série de aspectos

¹³¹ Adelino Tavares de Pinho, (1885-?), educador anarquista, nascido em Aveiro (Portugal). Antes dos 20 anos já se envolvia em atividades anarquistas inclusive com traduções de folhetos. Teve uma série de atividades profissionais no campo do operariado até se tornar, em Campinas, professor da Escola Social, vinculada à Liga Operária de Campinas. Foi membro fundador da segunda Escola Moderna no Brasil, com sede em São Paulo. Teve atuação com propaganda anarquista e promoveu uma série de palestras e conferências. Nos anos 30 chegou a ser fichado pela polícia de Vargas como “professor”. Retornou para Portugal em 1957. (PINHO, 2015, p. 11)

da relação educativa como a necessidade da laicidade, discute e discorda da premissa de neutralidade do professor, a educação integral e a coeducação dos sexos.

[...] Em uma sociedade racional, perfeita e justa, poderia falar-se de ensino, dispensando-se a classificação; porém, na sociedade em que vivemos, o ensino é naturalmente tradicional, e por isso mesmo, essencialmente estacionário e antiprogressivo.

[...] O laicismo teve razão cie. existir em países como a França, onde estava a cargo do clero na generalidade, e ao emancipar-se o ensino da tutela eclesiástica, foi necessário qualificá-lo de laico.

Tem se falado também de ensino integral, em que se pretende ensinar tudo; raciocinando, porém, vemos que é impossível, por dificuldade do meio, cumprir o programa era sua integridade. Este ensino está reservado a ser o ensino do futuro pelos grandes meios que a sociedade cientificamente regenerada facilitará, mas, além de integral, também será racionalista e é nesta concepção que todos os que trabalham pela educação racionalista tomam posse do futuro a partir do momento atual.

Há também quem fale do ensino neutro. Contra este é preciso energeticamente em nome do respeito que infância nos merece. Neutralidade entre o erro tradicional e a verdade científica supõe um equilíbrio impossível entre as crenças que se vão desvanecendo a cada instante e os conhecimentos que incessantemente avançam; a sua impossibilidade há a juntar a injustiça de inculcar nas crianças o mesmo respeito pelo erro e pelo mau, como pelo verdadeiro e pelo bom. Que professor aceitaria tal vileza? Pela dignidade do professorado, como pelo amor a infância, é preciso recusar o ensino neutro.

Enganam-se os pais ou quem deseja que os professores sejam neutros com seus filhos; não há neutralidade possível entre o erro e a verdade, e o mestre que a aceitasse seria indigno da profissão; porque não ensinando o erro — o que em si não é imoral se se crê com boa fé — ensinaria a mentira. Esse homem tornar-se-ia um embusteiro.

Não, não é possível conservar tal neutralidade era uma escola honrada e leal.

[...] Assim como vemos o clericalismo se ufana com o domínio da consciência da mulher. Na escola racionalista, junta a criança que a respeita e a trata com delicadeza infantil e maternal, a menina, a verdadeira mãe, a primeira-educadora de seus filhos, livra-se do erro aprende-se a verdade ética em condições de desempenhar funções importantíssimas, não inferiores as do homem, porque este se muito vale por si só, a mulher representa tantos homens quantos filhos tenha, e ainda a liberdade de seu esposo, a quem obrigará a não ser no seio da família do que é entre os amigos [...].

Soledad Villafranca. (O ensino Racional, A Lanterna, 13 de outubro de 1911, p. 2)

As duas primeiras Escolas Moderna foram instaladas na cidade de São Paulo, a primeira em 1909 na Avenida Celso Garcia, entre os distritos do Brás e a Penha, a segunda Escola foi instalada em 1913 na rua Müller, no Brás. A segunda instalação contou com a organização de Adelino Tavares de Pinho, um dos mais importantes educadores anarquistas luso-brasileiro. Logo após escolas em São Caetano e Sorocaba também foram instaladas, sendo que no em Sorocaba alguns historiadores falam em ter havido até duas Escolas Modernas, adiante exploraremos essa questão.

Ainda como menção fica o trabalho do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que a partir dos anos 1920, iniciou um forte trabalho de formação da classe trabalhadora, que veio a desdobrar nos Comitês Populares Democráticos e a Universidade do Povo nos anos 1940 e nos Movimentos de Educação e Cultura Popular nos anos 1950.

A classe trabalhadora teve, entre o final do século XIX e começo do XX, um grande embate com as classes dominantes no que se refere aos projetos de educação. Se, de um lado, as variações estavam entre integrar os sujeitos à uma sociedade republicana ou de incorporar o elemento estrangeiro nos moldes de civismo, do outro, se apresentava, com suas especificidades e peculiaridades, um projeto de educação voltada à questão científica (como meio de combate aos misticismos e os condicionamentos religiosos à questão de classe), a alfabetização como meio de instrumentalização e a consciência de classe.

Outra constatação é sobre a importância histórica do ensino noturno como disputa concreta dos trabalhadores para seus estudos e instrumentalização cultural, como apresentado nesse capítulo com a orientação da Confederação Operária. A questão do ensino noturno também se fará amplamente presente nas páginas do jornal *O Operário* de Sorocaba.

Os projetos de sociedade apresentado por libertários e socialistas passavam centralmente pela educação dos trabalhadores e trabalhadoras. Tratavam-se, portanto, de projetos de resistência. Entre as distinções entre os princípios político-filosóficos desses dois grupos, haviam também muitas afinidades revolucionárias o que levava à organização de um movimento bastante combativo e organizado através de Comitês. A fundação em 1922 do Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de uma indicação de Edgar Leuenroth para Astrojildo Pereira, é um dado importante à reflexão acerca da solidariedade e organização entre esses grupos.

Em Sorocaba, Antônio Argento, um imigrante italiano e autor do artigo *La questione sociale e il socialismo* publicado¹³² no *O Operário*, foi um dos organizadores do comício de protesto contra o assassinato de Francisco Ferrer e, ao longo desse evento, conclamou os operários a organizarem uma Sociedade “[...] a fim de fazerem valer os seus direitos, limitando as horas de trabalho sendo muito bem aceita essa lembrança” (Comícios de

¹³² *O Operário*, 31 de outubro de 1909, p. 1.

Protestos, *O Operário*, ano I, nº 7, p. 3). Na Rússia dos bolcheviques, Emma Goldman¹³³ e Alexander Beckman, em diálogo com Lenin, recebem admiração e são comparados à Errico Malatesta¹³⁴, que segundo o próprio líder soviético, “[...] está inteiramente ao lado da Rússia Soviética” (BESANCENOT; LÖWY, 2016, p. 77).

Dialeticamente essa conjuntura de transição entre a Monarquia, a República e a consolidação dessa, ainda que viessem a ocorrer golpes como a própria política do Café com Leite e até mesmo as contradições aqui levantadas como a socialização dos ganhos e perdas (que na verdade era socialização das perdas), foi um momento bastante oportuno e propício para os debates de educação. De alguma forma as elites reconheciam que precisavam realizar alguns esforços nessa tarefa e do outro a classe trabalhadora reivindicava esses espaços, ainda que não necessariamente estatais. Entretanto uma terceira força se fez presente nessa disputa, uma força social que até aquele momento não estava tão em foco, mas tinha campo entre as duas classes sociais em questão: a Igreja.

Encerro esse capítulo, que além de contextualizar essa pesquisa destaca a atuação política e social da classe operária brasileira da Primeira República, com trecho de Álvaro García Linera em *O que é uma revolução?: da Revolução Russa de 1917 à revolução em nossos tempos* (2018). Tal trecho nos inspira a refletir a respeito da intensa luta desses trabalhadores e trabalhadoras na pauta pela educação popular¹³⁵. Mesmo diante de forças

¹³³ Emma Goldman (1869-1940), operária, teórica e militante anarquista russo-lituana. Em seu país natal toma contato com as ideias socialistas e anarquistas. Muda-se para Nova York (Estados Unidos) e conhece Alexander Beckman, que viria a se tornar seu companheiro, e funda o periódico *Mother Earth*, esse jornal chega a durar mais de uma década. Publica alguns ensaios como *Anarchism and Other* e por sua forte atuação política no campo do direito das mulheres, a questão do controle da natalidade, oposição à Primeira Guerra Mundial e contra o alistamento militar, é perseguida por décadas pelo *FBI (Federal Bureau of Investigation)* sendo presa seis vezes na sua estadia nos Estados Unidos. Exilada na Rússia, tem bom contato com algumas figuras como Lenin, Alexandra Kollontai e Anatoli Lunatcharski mas as decepções com a perseguição aos anarquistas não tardam em aparecer. Ao final de sua vida apoiou os anarquistas na luta contra o fascismo de Franco na Espanha. Faleceu em Toronto (Canadá). (GOLDMAN, 2007, p. 6)

¹³⁴ Errico Malatesta (1853-1932), teórico e militante anarquista italiano. No começo de sua trajetória política foi simpático ao republicanismo, até o ocorrido da Comuna de Paris, momento de ruptura com republicanismo e de aproximação da Primeira Internacional dos Trabalhadores. Organizou muitas ações na Itália e teve grande envolvimento com militantes socialistas e comunistas. Com destaque para seu exílio na Argentina em 1885 (aparentemente ficou até 1889) atuando como propagandista anarquista e publicando o jornal *Questione Sociale*. Malatesta foi uma das principais referências teóricas dos anarquistas brasileiros sendo extremamente citado em jornais da imprensa operária.

¹³⁵ Em *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (2013) Dermeval Saviani conclui sua Introdução chamando à atenção e denunciando justamente grupos de intelectuais, mesmo progressistas, por seu velado desprezo pela educação, dessa forma legitimando a “[...] grande mistificação que vem caracterizando o trato das questões educacionais nesse país.” (2013, p. 9). Que não seja perdido de vista o sacrifício da classe operária pela educação popular, que se “[...] se rebelam contra a ordem estabelecida, se reagrupam subterraneamente, vencem dificuldades, temores, represálias, preconceitos e se levantam contra tudo que existe”. (LINERA, 2018, p. 28)

sociais esmagadoras e muito bem articuladas na estruturação do poder econômico e político, os trabalhadores, em todo o fervor da luta de classes, levaram a diante sua luta sempre se organizando e reorganizando a cada repressão sofrida, como o fechamento das Escolas Modernas, a lei Adolfo Gordo¹³⁶ e tantas outras medidas de contenção.

No entanto, existem momentos precisos da história nos quais a superfície externa da sociedade, a camada superior das relações de dominação, racha, estremece. E não faz apenas rachaduras, mas se parte e se estilhaça porque as forças interiores emergem como lava vulcânica. Trata-se das lutas sociais e dos movimentos sociais emancipatórios que, rompendo décadas ou séculos de silêncio, se rebelam contra a ordem estabelecida, se reagrupam subterraneamente, vencem dificuldades, temores, represálias, preconceitos e se levantam contra tudo que existe. É o fogo criador da lava vulcânica, a capacidade criativa da multidão em ação que transborda os dispositivos construídos por décadas e séculos de dominação, os arrasa em sua passagem desmontando os dispositivos de mando existentes e impõe a marca de sua presença coletiva como nação, como classe, como coletividade social em estado de fusão, ou seja, em estado de democracia absoluta. (LINERA, 2018, p. 28)

2.5 A Igreja Católica e educação

Saí à rua e achei o vizinho que esperava. Guiamos dali para a igreja. Durante a missa, a figura de Conceição interpôs-se mais de uma vez, entre mim e o padre; fiquei isto à conta dos meus dezessete anos. Na manhã seguinte, ao almoço, falei da missa do galo e da gente que estava na igreja sem excitar a curiosidade de Conceição. Durante o dia, achei-a como sempre, natural, benigna, sem nada que fizesse lembrar a conversa da véspera. Pelo Ano-Bom fui para Mangaratiba. Quando tornei ao Rio de Janeiro, em março, o escrivão tinha morrido de apoplexia. Conceição morava no Engenho Novo, mas nem a visitei nem a encontrei. Ouvi mais tarde que casara com o escrevente juramentado do marido. (ASSIS, 2001, p. 104)

O clero se desenvolve como uma força à parte, mas com elo presentes nas classes sociais do Brasil, e na transição entre Império e República ele também transita em seu *modus operandi* deixando de atuar a partir de considerações espirituais e se tornando ativo nas ordens econômicas e sociais. Mas tal processo não fora ao todo surpreendente, afinal “a superficialidade da devoção dos brasileiros e até das brasileiras foi cousa que se revelou logo aos olhos dos viajantes estrangeiros” (COSTA, 1972, p. 15).

¹³⁶ Decreto nº 1.641, de 07 de janeiro de 1907, “Providência sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional”. Em síntese essa lei proposta pelo deputado Adolfo Gordo fornecia um conjunto de diretrizes a respeito do que poderiam ou não fazer, incluindo restrições de atuação política e social, para os imigrantes que ao Brasil chegavam, viabilizando a expulsão daqueles que ao governo eram considerados indesejáveis.

Eis dois desses relatos que são apresentados por Cruz Costa (1972). O primeiro é de Augusto de Saint-Hilaire que em 1822 estava visitando São Paulo na semana santa: “ninguém se compenetra do espírito das solenidades. Os homens mais distintos delas participam apenas por hábito, e o povo comparece como se fosse a um folguedo”. E o segundo relato é do padre Júlio Maria no livro *O catolicismo no Brasil* (1950): “não edificam, naquelas devoções que não apuram a espiritualidade, nos novenários que não revelam fervor”.

Sérgio Buarque de Holanda chama esse fenômeno de “religiosidade de superfície”, que explica ser “[...] menos atenta ao sentido intimo das cerimônias do que ao colorido e a pompa exterior, quase carnal em seu apego ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade” (1995, p. 150). Entretanto, essa religiosidade quando manifestada se apresentava na forma de um fanatismo religioso, muitas vezes como aponta Cruz Costa “[...] gerado pela ignorância, como sucederia ainda em pleno século XX, com o famoso Padre Cícero, no Ceará.” (1972, p. 15).

Analisando o relato de Augusto de Saint-Hilaire, em 1822, e comparando-o com o do padre Júlio Maria, que nasceu em 1850, se converteu ao final do século XIX e passa a escrever estudos que se encontram na obra *Catolicismo no Brasil* (1950) nos primeiros anos do século XX, temos um recorte temporal que nos trás algumas reflexões acerca do que Holanda chamou de “religiosidade de superfície”, mas que também se manifesta na forma de fanatismo, especialmente nessa forma quando está diretamente associado com credices e superstições.

De certa forma, é possível enxergar essa tradição das credices e superstições populares atravessando o Atlântico como traço do próprio catolicismo na Europa. Não são poucos os autores medievalistas que se tornam especialistas em imaginário popular realizando análises sobre mitos, lendas, superstições e crenças populares como é o caso de Claude Lecouteux em *História dos Vampiros: Autópsia de um mito* (2005), José Roberto Mello em *O cotidiano no imaginário medieval* (1992), Marc Bloch com *Os reis taumaturgos* (2018) e Jaques Le Goff com *A civilização do Ocidente Medieval* (2016). Até mesmo Sérgio Buarque busca essas raízes: “Essa forma de culto, que tem antecedentes na península Ibérica, também aparece na Europa medieval e justamente com a decadência da religião palaciana, superindividual, em que a vontade comum se manifesta na edificação dos grandiosos monumentos góticos”. (HOLANDA, 2008, p. 149)

Não sendo incomum encontrar na própria história e literatura brasileira seres mitológicos, que remetem ao continente europeu, associados no Brasil, com dogmas morais religiosos, como os morcegos gigantes descritos por Afonso Taunay, em 1917, no livro *Zoologia fantástica do Brasil*, “[...] tremiam os pobres filhos das selvas com a ideia do encontro desses imensos vampiros que ainda por mal de pecados dos nossos desprotegidos semelhantes viviam aos bandos e eram sobretudo agressivos” (ROMANELLI, 2012, p. 19) e o Lobisomem do Jequitinhonha¹³⁷.

Essas superstições e crendices não somente encontravam terreno fértil no interior do País e se popularizavam, como acabavam sendo elementos de alimentação de outros tipos de relação político social, que não necessariamente formam sistemas, do clero com essas comunidades, essa forma de relação político social é o mandonismo. Esse conceito é discutido por José Murilo de Carvalho:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. (CARVALHO, 1997, p. 2)

Carvalho (1997) explana que, na medida em que as pesquisas a respeito de mandonismo vão se aprofundando, seu conceito se amplia, deixando de ser uma análise do coronel em seu latifúndio, isolado mas ao mesmo tempo senhor de todas as coisas, e se amplia para outras figuras, outros tipos de coronéis, que vão de comerciantes até padres (CARVALHO, 1997). Enquanto as cidades centrais e portuárias, ao menos as que passavam pelo projeto e interesses das elites nacionais, se modernizavam aos moldes dos centros europeus, em muitas regiões do País o clero exercia o poder do mandão, podendo ser força paralela ou alheia ao Estado e as elites nacionais.

¹³⁷ História do final do século XIX e começo do século XX, sendo essa lenda nascida através da história de Joaquim Antunes de Oliveira em uma disputa política local, após o falecimento e enterro do mesmo acontece a necessidade da transferência dos restos mortais como consequência dessa disputa de poder, no processo de desenterro acontece uma rachadura na sepultura e alguns dias depois alguns porcos sumidos na Fazenda Gameleira, aonde Joaquim viveu. Território mais que fértil para o nascimento de uma lenda com base em crendices. (ROMANELLI, 2012, p. 23)

Para as regiões mais centrais, a situação política da Igreja estava em situação diferente, sendo que esta começava a se preocupar com o movimento operário somente a partir de 1891, após a publicação *Rerum Novarum* (Das coisas novas) do papa Leão XVIII, que reconhecia a questão social e propunha uma solução pacífica (CANDIDO FILHO, 1982, p. 167).

Na *Rerum Novarum*, o Papa analisa o pensamento socialista, qualificando-o de falso, porque pretende resolver os problemas da classe operária com a supressão da propriedade privada. Em sua opinião tal medida seria prejudicial aos próprios operários, pois lhes privaria da livre disposição dos frutos de seu trabalho. E seria também injusta, porquanto possuir algo como coisa própria é um direito natural dos homens. Seria igualmente subversiva, porque geraria ódios e extinguiria nos homens o estímulo para o trabalho. De acordo com a *Rerum Novarum*, existe uma desigualdade natural, necessária e conveniente ao homem. O capital e o trabalho devem viver em colaboração um com outro, obedecendo aos princípios da caridade cristã. Confia a sorte dos trabalhadores à ação do Estado, que deve estabelecer leis para o repouso semanal, para a limitação da jornada de trabalho, para a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças, para o pagamento de um salário razoável, que permitisse ao trabalhador até a aquisição da casa própria. Recomendava a criação de associações de socorros mútuos e queria que os sindicatos se estruturassem na forma das antigas corporações de ofício. (CANDIDO FILHO, 1982, p. 43)

A Igreja não apenas negava a ideia de luta de classes e apresentava uma pauta reformista, como se colocava na condição de irradiadora de consciência moral. Apesar disso reconheceu a existência de uma questão social e contradições da lógica capitalista. Ao mesmo tempo em que nos centros urbanos brasileiros o clero buscava modificar a sua atuação buscando preparar melhor o clero e afasta-lo de atividades não religiosas (BILHÃO, 2015, p. 146), ainda que no campo da educação houvesse um foco em fazer frente à laicização da educação, seja ela pública ou das demais formas de instrução.

A própria *Rerum Novarum* trazia instruções sobre a educação da classe operária, tentando conter a disseminação das ideias anarquistas e socialistas ao mesmo tempo em que buscava exercer um controle e renovação dos quadros católicos:

Uma das áreas de atuação dessas congregações foi o ensino dos filhos de trabalhadores. Em relação a essa questão, a *Rerum Novarum* recomendava que a criança não deveria “entrar na oficina senão quando a idade tenha desenvolvido nela as forças físicas, intelectuais e morais; do contrário, como uma planta ainda tenra, ver-se-á murchar com demasiado precoce e dar-se-á cabo de sua educação. (BILHÃO, 2015, p. 147).

Esse projeto chamou a atenção de algumas figuras da elite brasileira que se aproveitavam das vilas operárias para entregar a formação dos trabalhadores dessas vilas à congregações e grupos paroquiais. Essa pedagogia era bastante atrativa para essa classe, não somente pela negação das ideias de luta de classe e reformismo, como também traziam forte

regimento em relação à hierarquia, horários e obediência em horário escolar e do trabalho (BILHÃO, 2015, p. 147).

Além da oportunidade desse projeto de educação às elites, há também uma heterogeneidade na concepção de mundo dos trabalhadores imigrantes, que vinham para o Brasil, ou seja, além de anarquistas, socialistas e positivistas haviam grupos de imigrantes das mais diversas tradições cristãs: “No final do século 19 chegaram ao país capuchinhos italianos e franceses, jesuítas espanhóis, austríacos, italianos, portugueses e alemães, salesianos italianos, franciscanos alemães, dominicanos franceses, redentoristas holandeses e bávaros” (BILHÃO, 2015, p. 146), que acabavam pleiteando justamente esse modelo educacional.

Faz-se necessário observar que, independente das diferenças já apresentadas entre os projetos de educação de positivistas, anarquistas e socialistas, haviam convergências bastante relevantes como a crença na educação e do conhecimento científico como possibilidade de transformação humana (ou emancipação, a depender do grupo social) e o laicismo. Para responder a tais projetos e disputar a formação dos trabalhadores, a Igreja não tardou em reconhecer o conhecimento científico, ainda que subordinado à fé, como instrumento da formação dos trabalhadores: “Mesmo defendendo o ensino religioso e tentando manter as famílias afastadas das ideias consideradas perigosas, as escolas católicas reconheciam a necessidade de preparar seus pupilos para um novo mundo do trabalho, urbano e industrial, em ascensão” (BILHÃO, 2015, p. 151).

Além do mais, ainda em plena disputa nesse quesito de apresentar uma concepção científica submetida a seus valores e concepções, a Igreja ingressou no campo da propaganda por via da imprensa como o caso da revista *Vozes de Petrópolis*, lançada em 1907.

[...] definindo-se, em seu subtítulo, como uma *Revista mensal, religiosa, científica e literária* e afirmando no primeiro editorial: “*Vozes de Petrópolis* terá caráter geral e não puramente religioso. A revista trará artigos variados, que terão o cunho da atualidade. Nenhuma região da ciência e da técnica, da teoria e da prática será excluída do programa.” (BILHÃO, 2015, p. 151).

Assim como as elites se aproveitavam da demanda da classe trabalhadora para consolidar seu projeto de sociedade, a Igreja disputava com anarquistas, socialistas e positivistas o campo da educação, e também o campo científico. Apesar de algumas distinções, especialmente em relações à certas personalidades de tradição mais republicana liberal, como o caso de Rui Barbosa, o projeto de educação da Igreja atraía a atenção e a

simpatia das elites industriais da Primeira República. Essas elites, entendendo a potencialidade desse modelo de educação ao trabalho nas fábricas e a quebra da convergência em relação aos movimentos de classe, não tardaram e implementar em suas vilas operárias.

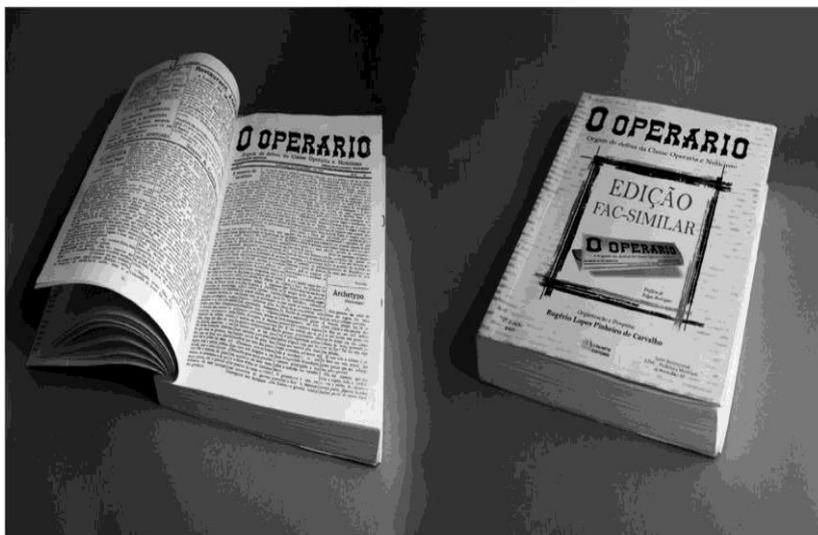
Enquanto a *Rerum Novarum* orientava os trabalhadores e sua sorte à dependência do Estado, as elites nacionais dele se aparelhavam no processo de reconfiguração de poder entre o final do Império, a Proclamação da República e a política do Café com Leite. Ademais, se as Escolas Modernas passaram a ser perseguidas e fechadas pelo Estado, as escolas nos moldes clericais eram incorporadas nas vilas operárias como eficiente meio de controle, alinhando dessa forma os interesses do clero com as elites nacionais.

Ilustração 1 – Oreste Ristori.



(Fonte: http://www.toscananovecento.it/custom_type/oreste-ristori-una-storia-antifascista-tra-toscana-e-sudamerica/)

Ilustração 2 – Fotografia da edição fac-similar do jornal *O Operário*, material compilado pelo professor e historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho.



(Fonte: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/535271/operarias>)

3. SOROCABA NAS DÉCADAS DE 1910-1920: O CONTEXTO E AS FORÇAS SOCIAIS

Certa manhã, Antonio sentou-se a conversar com a esposa e fez saber a ela que lhe corria a mente e o que ditava o coração no silêncio das madrugadas: gostara da cidade de Sorocaba. Mais que isso, a intuição de que poderiam refazer a vida frente ao progresso industrial lá avistado, veio forte... Conversaram e amadureceram bem a ideia de uma mudança, deixar de vez aquela região passou a ser um ensejo. (FACURY, 2010, p. 155)

O processo de industrialização foi um dos ciclos mais importantes da história de Sorocaba, alçando a cidade para a condição de maior centro industrial (CARVALHO, 2007, p. 7) do interior do Estado de São Paulo. Mas ao contrário do que as perspectivas etapistas e positivistas apontam, esse não foi um processo sem contradições marcantes ou tão somente trunfo das virtudes empreendedoras das classes dominantes locais. O povoado fundado pela família de bandeirantes e seus escravos indígenas, passou por transformações ainda no século XVIII e XIX com a feira de muares, um dos ciclos econômicos mais estudados pelos historiadores sorocabanos¹³⁸ e se consolidou no cenário nacional. Os conflitos entre os grupos sociais ligados a diferentes frações das elites locais se manifestaram nas décadas finais do século XIX por via da imprensa com acaloradas discussões a respeito da feira de muares e o projeto de modernização da cidade, a qual também passava pela higienização. Entre esse período de embates viriam a acontecer dois surtos de febra amarela, que marcaram profundamente a sociedade sorocabana, ao mesmo tempo em que se tornaram uma importante brecha aos interesses das elites pró industrialização.

A respeito dos trabalhadores do campo e das feiras de muares, veremos o processo de proletarização dos mesmos. Outro grupo social que compunha o movimento operário sorocabano eram os imigrantes que chegam por via da ferrovia Estrada de Ferro Sorocabana atrás de trabalho e oportunidades na feira de muares, nas plantações de algodão e nas fábricas que se instalavam. Na medida em que os assalariados chegam e se consolidam na cidade, aparece a violenta contradição da escravidão, que se faz presente nas primeiras fábricas através de escravos que eram alugados para esse setor. É nesse contexto que as primeiras

¹³⁸ Nomes como Cássia Maria Baddini e Aluísio de Almeida dedicam importantes obras a respeito desse momento histórico.

organizações de operários de Sorocaba estavam se formando e, conseqüentemente, gerando acúmulos para a luta de classes por via dos importantes movimentos sociais populares do século XX.

Todavia essas organizações do movimento operário encontraram nas elites modernistas um adversário bastante organizado, estruturado através das tipografias que fomentavam sua propaganda e também se consolidava pela manutenção do poder público local. E como importante fonte desses projetos socioculturais, é por via dos jornais da época que analisamos as tendências educativas e as pautas sobre educação presentes nos discursos dessas forças sociais da Primeira República em Sorocaba.

3.1 O contexto econômico, político e social sorocabano

É por volta do século XVI que núcleos de povoamento na região foram se constituindo e dando estrutura ao que viria se tornar o Estado de São Paulo. Esses primeiros núcleos se desenvolveram em cidades litorâneas como Santos (1545), Itanhaém (1561) e Cananéia (1600), além da própria São Paulo em 1560; em suma, os objetivos estavam na defesa da costa brasileira, a fim de evitar o contrabando de matérias primas e o estabelecimento de áreas para o cultivo da cana de açúcar. A região de Sorocaba naquele contexto era uma área de convergência entre diversas nações de povos índios¹³⁹, entre eles tupis, carijós, guaranis, tupiniquins e guaianases, sendo que o movimento de expansão territorial que levou à fundação de novas vilas, como “Taubaté (1650), Jacareí (1653), Jundiá (1655), Itu (1657), Guaratinguetá (1657) e Sorocaba (1661)” (VELLOSO, 2018, p. 103), está diretamente relacionado com “[...] perseguições judiciais, escassez de terras produtivas (e de indígenas escravizáveis)” (VELLOSO, 2018, p. 103).

Foi devido às bandeiras (e, conseqüentemente, à caça de índios) e às expedições movidas pelos homens mais abastados da capitania que Sorocaba acabou sendo fundada, por

¹³⁹ O historiador Gustavo Velloso (2018) aponta que a categoria “índio”, se trata de uma construção colonial, não possuindo nenhum sentido refletir acerca disso sem levar em conta as relações de poder entre colonizadores e nativos, na qual reduz e unifica todas as diversidades locais em um único rótulo. Entretanto, como o próprio afirma e o faz em seu trabalho, usa-se esse termo sob a condição de fazer a ressalva a respeito de não ter informações precisas a respeito de todas as etnias discutidas (VELLOSO, 2018, p. 41), inclusive como é o presente caso. Sobre o termo “indígena”, até o século XVI e XVII essa palavra ainda não existia, sendo somente consolidada no século XIX, por essa razão não a utilizarei.

membros da família de Baltasar Fernandes¹⁴⁰ e um grande número de índios escravizados por estes¹⁴¹. Essa relação se faz importante para essa pesquisa, pois retoma a lógica de Sérgio Buarque de Holanda (1995) a respeito da relação entre o tropeirismo, sertanismo e o fazendeiro.

Com a descoberta de minérios nas Gerais e “[...] pouco depois seguida pela de Goiás e Mato Grosso [...]” (PRADO Jr., 2012, p. 118) as demandas a respeito do comércio de animais para carga e escoamento dessa matéria prima e também para o abastecimento desses mineiros, devido à falta de estrutura nessas regiões, fez com que o muar passasse a ser utilizado como solução desses problemas.

Em 1733, o Cel. Cristóvão Pereira de Abreu, ao passar pela Vila de Sorocaba, inaugura a rota de muar e consigo traz mudanças significativas à economia dessa vila. Esse tropeiro pediu como forma de pagamento pela “reconstrução” do caminho do Sul, parte dos impostos cobrados nos Registros de Animais. A solução encontrada foi a criação do Registro de Animais de Curitiba, no qual seriam recolhidos impostos dos tropeiros, e o Registro de Sorocaba, instalado em 1750, no qual seriam feitas as fiscalizações documentais em referência ao pagamento no Registro de Curitiba. Destacamos que a proposta original era que o Registro de Sorocaba fosse instalado na cidade de Itu.

Até mesmo no início da expansão cafeeira, o muar estava consolidado como meio de transporte das regiões interioranas do país rumo aos núcleos urbanos e litorâneos e, também, fazendo caminho inverso, trazendo produtos rumos às fazendas e cidades do interior. Não foi à toa que no ápice da feira de muares é que Sorocaba ganha o estatuto de cidade, em 1842.

¹⁴⁰ Baltasar Fernandes, bandeirante e um dos fundadores do povoado de Sorocaba, foi ele que em 1661 dirigiu-se para São Paulo solicitar ao governador geral Côrrea de Sá e Benavides que Sorocaba recebesse o estatuto de Vila. Sua solicitação foi atendida e o povoado se tornou Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba.

¹⁴¹ “Ora, sabe-se que as leis de 1609 e 1680, por exemplo declararam a liberdade irrestrita de todos os índios no Brasil. Porém, sabe-se igualmente que, uma vez anunciadas, ambas foram logo atenuadas e até mesmo revogadas graças às reações que geraram no lado dos colonos e aos acordos locais firmados em algumas partes. Uma vez superadas, deram lugar, respectivamente às leis de 1611 e 1696 (esta, as chamadas ‘Administrações do Sul’). Pela primeira, declarava-se a licitude do cativo dos nativos em caso de guerra justa (‘guerra, rebelião e levantamento’) e resgate (‘presos e cativos de outros para comerem’), bem como a concentração de todos os demais em aldeamentos reais organizados por capitães (‘pessoas seculares’, ‘de boa geração e bastados de bem’), onde o gentio seria instruído como ‘livre’ em ‘tudo o que convém’, desde a catequeses dada pelos religiosos da Companhia de Jesus até o cultivo da terra, podendo inclusive serem postos à venda ‘pelo preço’ aos moradores que os desejassem como força de trabalho.” (VELLOSO, 2018, p. 105).

Uma série de atividades econômicas se desenvolvem na vila sorocabana como consequência desse processo, entre elas tecelagens de redes e panos rústicos, oficinas de ourivesaria e selaria, alugueis em quartos de casas que se valiam dos tropeiros e da necessidade de hospedagem de vendedores e compradores e, entre o final da primeira metade do século XIX e começo da segunda metade desse mesmo, até mesmo fábricas de vinho e licores, de cerveja, massas, calçados e artesanatos e manufaturas começam a aparecer.

Aos poucos a mão de obra escrava ia sendo substituída¹⁴² e progressivamente vai havendo a proletarização do artesão, camponês e pequenos comerciantes. Em edição de 10 de janeiro de 1888 o jornal *Diário de Sorocaba* afirmou que a abolição que ocorrera em 25 de dezembro de 1887 em Sorocaba foi sem “abalos” ou “desorganização”. Essa demonstração de entusiasmo com o final da escravidão em Sorocaba não se tratava de um lampejo de humanidade; na verdade, políticos sorocabanos e o deputado local, A. J. Ferreira, estavam procurando incentivar a entrada de imigrantes europeus através de leis e outras manobras (CAVALHEIRO, 2009, p. 142)

Os historiadores Adalberto Coutinho de Araújo Neto (2005) e Cássia Maria Baddini (2002) analisam uma concentração de capital em decorrência das atividades das feiras de muares e dos comércios complementares a esta. Como consequência da diversificação dos investimentos dos comerciantes e capitalistas¹⁴³, instalam-se as fábricas e manufaturas maiores (ARAÚJO NETO, 2005, p. 16).

A primeira chapelaria, de 1841 foi criada por um imigrante alemão Wenceslau Razzl, que se associou em 1852 ao húngaro Antônio Rogick, o qual mais tarde comprou-a. Empregava trabalhadores especializados imigrantes europeus, mulheres, crianças e escravos. Em 1870, o gerente da fábrica, outro alemão, Theodoro Kaisal, fundou a segunda chapelaria. No início do século XX ela foi adquirida por um dos sócios e transformou-se na Chapelaria Souza Pereira. Sua mão-de-obra era de composição semelhante à empresa de Rogick. (ARAÚJO NETO, 2005, p. 17)

É em 1852 que se instala a primeira fábrica têxtil do município, “[...] era de pequeno porto; empregava 4 pessoas, escravos e produzia apenas fios de algodão” (ARAÚJO NETO,

¹⁴² Sobre esse processo de “substituição” Florestan Fernandes produziu importantes análises para compreensão no campo social desse processo: “A concorrência dos imigrantes não só os desalojou (as pessoas negras) das posições mais ou menos vantajosas que ocupavam; impediu que elas absorvessem, na linha do padrão tradicional de ajustamento econômico imperante sobre a escravidão, as oportunidades novas. Por essa razão, a revolução burguesa foi intensamente desfavorável ao elemento negro e mulato, tanto no meio rural quanto principalmente no meio urbano, dos fins do século XIX até a década de 1930.” (FERNANDES, 2007, p. 66)

¹⁴³ “Eram chamados de capitalistas, aqueles que emprestavam dinheiro a juros e os financistas particulares daquela época. Eram chamados também de usuários” (ARAÚJO NETO, 2005, p. 16).

2005, p. 16). Apesar de em 1861 o empreendimento de Manoel Lopes de Oliveira ter fracassado, historiadores explicam que entre as razões estavam o maquinário importado (e uma das máquinas estava quebrada), a falta de mão de obra especializada (inclusive para o concerto) e a falta de experiência administrativa de Manoel Lopes de Oliveira.

Analisando esse trecho também notamos a presença do imigrante em Sorocaba já em meados do século XIX, mesmo que, ainda, sem uma atividade industrial¹⁴⁴ ou mesmo alguma produção de gênero agrícola que exigisse hordas de mão de obra. E em 1881 o deputado de Sorocaba, o Dr. A. J. Ferreira Braga, apresentou projeto de lei para facilitar a entrada de imigrantes europeus, especialmente na Província de Sorocaba (CAVALHEIRO, 2009, p. 11).

Com a Guerra Civil Americana (1861-65) o maior produtor mundial de algodão, os Estados Unidos, passou a encontrar dificuldades em fornecer essa matéria prima para a Inglaterra que era a maior consumidora mundial desse produto, em razão de suas indústrias, e que desde a segunda metade do século XIX vivenciava o ápice das relações comerciais com uma diversidade ampla de nações.

As exportações britânicas para a Turquia e o Oriente Médio cresceram de 3,5 milhões de libras em 1848 para 16 milhões em 1870; para a Ásia, de 7 milhões para 41 milhões em 1875; para as Américas Central e do Sul, de 6 milhões para 25 milhões em 1872; para a Índia, perto de 5 milhões para 24 milhões em 1875; para a Australásia, de 1,5 milhão para mais de 20 milhões em 1875. Em outras palavras, em 35 anos o valor das trocas entre a mais industrializada das economias e as regiões mais atrasadas ou remotas do mundo havia-se multiplicado por 6. [...] mas o volume em números absolutos ultrapassava tudo o que podia ter sido previsto anteriormente. (HOBSBAWM, 2017, p. 90)

Essa análise de Hobsbawm (2017) nos possibilita compreender duas questões importantes a respeito da economia local: a primeira trata dos consumos de produtos importados em Sorocaba e a discussão apresentada por Araújo Neto (2007) a respeito de “Sorocaba Fabril”, já que com as exportações para a América do Sul multiplicando-se, é notável que os produtos ingleses chegassem via o comércio de mueres e as demais

¹⁴⁴ Adalberto Coutinho de Araújo Neto discute em *Sorocaba Operária* (2007) o termo industrialização e a opção teórica deste em usar “Sorocaba fabril”, apontando que “[...] por industrialização, devemos entender o processo pelo qual a economia gira em torno de uma grande diversidade de ramos da produção industrial e, especialmente, quando se alcança a produção de bens de capital e produtos da indústria pesada. Essa diversidade deve gerar o próprio mercado consumidor para essa produção, já que envolverá as regiões vizinhas, muitas delas, especializadas em fornecer alimentos e serviços para o centro industrializado” (Idem, ibidem, p. 16) enquanto que “o surgimento de fábricas de grande porte, mas de um mesmo ramo, não conota um processo de industrialização” (Idem, ibidem, p. 16). Por fim aponta que a muitos produtos consumidos na cidade eram importados da Europa, incluindo produtos mais populares (Idem, ibidem, p. 16).

diversificações do capital na cidade de Sorocaba, impondo-se diante das frágeis fábricas locais; em segundo lugar também nos alvorece do consumo inglês em relação ao algodão brasileiro, relação que será bastante oportuna para o algodão sorocabano.

O Brasil produzia algodão em algumas partes do Maranhão, Minas e de São Paulo, sendo que era em Sorocaba que estava concentrada uma das mais relevantes produções paulistas desse produto. Como Sorocaba não havia se integrado ao surto cafeeiro e a própria agricultura local era voltada, modestamente, ao abastecimento da região, foi com as diversificações de capital derivadas dos lucros das feiras de muares, as maiores do país, que se encontrou no algodão uma possibilidade e, como desdobramento, as primeiras fábricas têxteis, como a de Manoel Lopes de Oliveira.

A produção de algodão já existia no Brasil desde o período colonial, entretanto, como Caio Prado Júnior (2011) chama de “sentido da colonização” o processo de dar sentido a uma ocupação territorial com o tipo de comércio ansiado pelos portugueses, entre outras motivações, foram a razão de se investir na ocupação territorial do Brasil. Para justificar esses investimentos, Portugal focava em produzir na colônia produtos que tivessem valor econômico nos mercados europeus. O sentido da colonização do Brasil fora fornecer produtos para que Portugal os comercializasse nos mercados estrangeiros (PRADO Jr., 2011, p. 21) e, como observamos anteriormente, nem com a Independência e nem com a Proclamação da República esse quadro viria a transformar-se. E justamente pela demanda do capital estrangeiro é que o algodão sorocabano ganhara notoriedade e espaço nas atividades econômicas da cidade.

José Miguel Arias Neto (2003), observa em tabela reproduzida em seu artigo, que durante a década de 1860, ou seja, durante os anos que envolveram a Guerra Civil Americana, nossas exportações de algodão subiram muito, chegando a representar 18,3% de nossas exportações, sendo que, nas décadas anteriores, eles vinham em queda constante e, nas próximas, continuaram sua queda na representação das exportações brasileiras. (ARAÚJO NETO, 2005, p. 18)

Enquanto o algodão sorocabano atravessava os mares e passava a alimentar a indústria britânica, apesar de que, com o final da Guerra Civil Americana, os Estados Unidos retomam a sua produção, fazendo com que as exportações do algodão brasileiro caíssem consideravelmente, a figura do húngaro Luiz Matheus Maylasky¹⁴⁵ aparece forte através do

¹⁴⁵ “[...] que, segundo a tradição local, chegou pobre à cidade e enriqueceu-se rapidamente com o comércio nas feiras de muares; compra, venda, cultivo e agenciamento do algodão, assim como ‘capitalista’ local. Era um *self-*

planejamento de construir uma linha férrea que ligasse Sorocaba a Itu e dessa seria construída a ferrovia Ituana, “[...] que ligaria a Jundiaí e, ponto final da São Paulo Railway, entre Jundiaí e Santos” (ARAÚJO NETO, 2005, p. 19). Esse projeto ganhou corpo em 1870, quando começaram as reuniões executivas com representantes dos setores do comércio, lavoura e indústria, entretanto os planos de Maylasky foram frustrados¹⁴⁶.

Mas Matheus Maylasky veio a insistir em tal planejamento e, reunindo um grupo de acionistas entre agricultores e comerciantes regionais, optou em construir uma ferrovia que ligasse Sorocaba até São Paulo, com armazéns e estações próximos à São Paulo Railway. Fundada em 1875, seu propósito inicial era transportar algodão, seguindo uma linha bastante similar às ferrovias como Mogiana e Paulista, que transportavam café. Entretanto, como pudemos analisar anteriormente, os preços do algodão brasileiro estavam declinando com o final da Guerra Civil nos Estados Unidos. Tal situação fez com que a empresa ferroviária enfrentasse dificuldades financeiras e, após 10 anos de presidência na Sorocabana Maylasky, foi afastado.

Como aponta Cassia Baddini (2002), se a ferrovia podia não atender seu propósito inicial, a atividade econômica ligada ao algodão, ela teve um desdobramento com outras possibilidades para a cidade como a maior vinda da mão de obra imigrante, e também uma circulação maior de pessoas entre Sorocaba e São Paulo, novidades comerciais, novas tecnologias e produtos, dessa forma fomentando atividade de caráter urbano e industrial. Essa reflexão precisa ser feita sobre uma via de mão dupla, uma vez que ao mesmo tempo a ferrovia abre a possibilidade de escoamento de produtos e chegada de pessoas, ideias e produtos, ela também interioriza produtos externos, o que afetava a produção local ainda frágil.

Entre 1897 e 1904 as fábricas locais enfrentavam uma crise devido à instabilidade no cenário econômico internacional e também devido à crise de superprodução do café, o que alçou o Estado brasileiro como um todo em uma crise. Mas já em 1905 o cenário se estabiliza e Sorocaba tem a instalação de algumas novas fábricas e reabertura de outras. Entre as

made-man típico do séc. XIX. Mylasky foi um dos principais contrabandistas do transporte ferroviários em Sorocaba e região e foi um dos principais fundadores da E.F. Sorocabana” (ARAÚJO NETO, 2005, p. 19).

¹⁴⁶ Citando Geraldo Bonadio (2004), o historiador Adalberto Coutinho de Araújo Neto (2005) aponta as desavenças e rivalidades regionais entre empresários de Itu e Sorocaba como expoente de um desentendimento empresarial que levou ao fim os planos de Maylasky.

principais instaladas no município durante o final do século XIX estão as têxteis Nossa Senhora da Ponte, inaugurada em 1882 e que se valeu consideravelmente da ferrovia Sorocabana “[...] suas máquinas, matérias-primas, insumos de produção, etc. chegam pelos trilhos e suas produções escoam através deles em grandes quantidades” (ARAÚJO NETO, 2005, p. 20) e também a grande fábrica batizada de Santa Rosália¹⁴⁷ instalada em 1896.

A respeito dos acontecimentos político-sociais no Brasil, em especial a Proclamação da República, foi somente no dia 17 de novembro, por via do jornal *Diário de Sorocaba*, que os sorocabanos tomaram ciência desse ocorrido e no dia seguinte o chefe republicano Olivério José do Pilar junto do coronel Sousa Mursa, diretor administrativo da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, foram para São Paulo, afim de assistir a posse do primeiro governo estadual republicano (MENON, 2000, p. 135).

Nesse dia e nesse mesmo horário (às 12 horas) a comissão, que se dirigira a São Paulo, desembarca na estação ferroviária de Sorocaba, onde é recepcionada, ao som da Marselhesa, por um pequeno público. Organiza-se um cortejo que percorre as ruas do Hospital, da Penha, Municipal, Santa Casa, parando em frente da casa de Júlio Ribeiro, que discursa. Em seguida, o cortejo segue até a Câmara Municipal, onde os novos detentores do poder municipal, mas antigos chefes políticos, se revezam nos discursos. (MENON, 2000, p. 135)

Independente mente desse ocorrido Sorocaba passou por intensas transformações ao longo do século XIX até o começo do século XX:

“[...] o emplacamento da cidade (1890), a fundação da Orquestra Philotechica Sorocabana (1891), a luz elétrica chega às casas (1895), duas novas fábricas têxteis – Santa Maria e Santa Rosália – são inauguradas (1896), a água encanada e o esgoto chegam às casas (1903).

Por essa época, a sociedade sorocabana divertia-se assistindo aos circos de cavalinho, ouvindo o único fonógrafo (1893), o kinetoscópio (1895), o panoramadorama (1897), o cosmorama (1898), o cinematógrafo (1903). (MENON, 2000, p. 136)

De Vila fundada com base no trabalho escravo de índios e bandeirantismo para a maior feira de muares do Brasil, escoando seu algodão para as fábricas britânicas e conseqüentemente ao mundo todo, e um processo de industrialização com algumas

¹⁴⁷ O planejamento de instalação dessa fábrica iniciou por volta de 1889 através da reunião de investidores com os diretores da Companhia Sorocabana, entre as figuras envolvidas nesse processo estavam Francisco de Paula Mayrink, o alemão George Oeterer e o inglês Frank Speers. A fábrica recebeu esse nome (Santa Rosália) em homenagem à filha de George Oeterer e a esposa de Frank Speers (ARAÚJO NETO, 2005, p. 21).

complicações, mas que se consolida em meio a toda euforia que setores das elites nacionais estavam em relação à modernidade capitalista da Europa.

3.2 As forças sociais atuantes em Sorocaba

As décadas a partir da metade do século XIX foram de avanços técnicos, científicos, tecnológicos e também de desenvolvimento social¹⁴⁸. O mundo experimentava redes de trocas econômicas entre as mais distantes partes do globo. As nações centrais do capitalismo, como Grã-Bretanha e Holanda, tinham suas exportações chegando e crescendo exponencialmente em nações milenares da Ásia como Japão, China, Turquia e Índia, enquanto exploravam partes da África¹⁴⁹, entrando em contato com impérios como o Zulu¹⁵⁰ e até mesmo realizando missões de exploração motivados por curiosidade científica e jornalística.

Explorar significava não apenas conhecer, mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para luz da civilização e do progresso; vestir a imoralidade da nudez selvagem com camisas e calças, com uma providencial e beneficente manufatura de Bolton e Roubaix, levar as mercadorias de Birmingham que inevitavelmente arrastavam a civilização para onde quer que fossem. (HOSBAWM, 2017, p. 91)

Tecnologias de comunicação – (rádio, telégrafo e telefone) - e transporte – (locomotiva, automóvel, navios transatlânticos) - não só aumentavam o conforto desse homem como aceleravam a expansão desse modelo de sociedade moderna para muitas partes do mundo. “Por volta de 1872, os meios de comunicação tinham chegado ao triunfo previsto

¹⁴⁸ Sobre desenvolvimento social atento o leitor ao debate proposto por Eric Hobsbawm em *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado* (2015). No capítulo *O padrão de vida inglês de 1790 a 1850* o historiador britânico analisa duas escolas de autores para analisar o padrão de vida dos trabalhadores desse contexto. As duas escolas são alcunhadas como escola pessimista (Ricardo-Malthus-Marx-Toymbee-Hammond) e a escola otimista (Clapham, Ashton-Hayek). Hobsbawm então compara as análises socioeconômicas para abordar qualidade de vida, alimentação, mortalidade, desemprego, renda e também a tendência dos autores da escola otimista em “[...] exonerar o capitalismo de culpa por essas más condições quando admitem terem elas existido” (HOSBSBAWM, 2015, p. 94). Para concluirmos esse conceito é contraditório, apesar de aparecer com frequência entre os historiadores e economistas estudados, sendo assim pontuo por Hobsbawm: “É inteiramente provável que os padrões de vida tenham melhorado durante a maior parte do século dezoito. Não é improvável que, em algum momento logo após o começo da Revolução Industrial – que é talvez melhor situada na década de 1780 do que na de 1760 – eles deixaram de melhorar e declinaram. Talvez o meio da década de 1790, o período da Speenhamland e da carência, marque o ponto crítico. Na outra extremidade, o meio da década de 1840 certamente marca um ponto crítico” (HOSBSBAWM, 2015, p. 124).

¹⁴⁹ Posteriormente essas regiões se revelaram importantes novos mercados: “Afinal, as exportações britânicas para a África ao sul do Saara tinham aumentado de cerca de 1,5 milhões de libras, no final de 1840, para cerca de 5 milhões em 1871, e vieram a dobrar durante a década de 1870, para atingir 10 milhões no começo de 1880 [...]” (HOSBSBAWM, 2017, p. 92)

¹⁵⁰ Localizado no sul do continente africano abrangendo uma área que atingia Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Zimbábue e Lesoto. Estimativas da população giram em torno de oito e doze milhões.

por Júlio Verne: a possibilidade de fazer a volta ao mundo em oitenta dias, mesmo com inúmeros contratemplos que perturbaram o indômito Phileas Fogg” (HOBSBAWM, 2017, p. 93).

No campo da literatura, Júlio Verne trazia diversos conceitos das ciências naturais, enquanto escrevia a respeito de veículos, como submarino *Náutilus* e as mais variadas tecnologias exploratórias em *Vinte mil léguas submarinas* (1870), na medida em que H.G. Wells escrevia sobre os limites, ou falta deles, em obras sobre a ciência moderna em conflitos éticos como em *A máquina do tempo* (1895) e no horror de *A ilha do Dr. Moreau* (1896).

Até mesmo no Brasil essa empolgação científica-tecnológica se fazia presente, como acontece em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), de Lima Barreto, no qual, ao apresentar o personagem Policarpo Quaresma, destaca as obras por ele lidas: “[...] e se encontravam também Darwin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista da viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente” (BARRETO, 2003, p. 21).

E na França uma nova forma de arte se apresentava por via do cinematógrafo, uma tecnologia aperfeiçoada¹⁵¹ pelos irmãos Auguste e Louis Lumière. Ainda que as exposições do cinema, em um primeiro momento, fossem envoltas de desinteresse, aos poucos se transformaram em curiosidade, espanto e encanto (PINTO Jr, 2003, p. 31).

Todo esse entusiasmo com as ciências e tecnologia, somada às vindas dos imigrantes europeus (ao menos nas fases iniciais desse processo), as políticas de branqueamento da população, a reconfiguração do poder político com o advento da proclamação República, as diversificações do capital, que forçavam melhoria nas estruturas das cidades e dos modos de escoamento das mercadorias nacionais (produtos agrários como café), fomentavam em muitas cidades do Brasil o processo de europeização. É nesse contexto que Sorocaba, cidade do interior de São Paulo, vivenciou transformações bastante significativas.

A partir da década de 1870 as elites republicanas de Sorocaba, seguindo uma tendência das elites das principais cidades nacionais, passam a projetar um modelo de cidade almejando o modelo de desenvolvimento das principais cidades europeias. A instalação da ferrovia Sorocabana, a consolidação de uma série de novas fábricas, as novas tecnologias e

¹⁵¹ A base desse aperfeiçoamento fora o cinetoscópio de Thomas Edison.

consumos possibilitavam com concretude almejar o processo de superação da feira de muares para alçar Sorocaba no cenário nacional.

Ao longo de toda década de 1890, a imprensa sorocabana publicou matéria a respeito das demandas por melhoramentos urbanos e medidas embelezadoras, como a construção de parques e arborização dos logradouros, e o próprio poder público sinalizava positivamente esse anseio de modernização como a publicação, em 1894, de leis que expressavam novas concepções urbanas, como o código de posturas, regulamentos para matadouros, normas para construção de edifícios ou habitações e também regulamento para arrecadação de impostos para indústrias e profissões (CARVALHO, 2004, p. 211).

Porém, na última década do século XIX e os primeiros anos do século XX, a cidade vivenciou dois surtos de febre amarela: o primeiro em 1897 e o segundo entre 1889 e 1890, colocando em xeque a capacidade de superar essa epidemia e de crescimento da cidade. Essas epidemias afastaram investimentos e desaceleraram o crescimento urbano e social que Sorocaba vinha vivenciado desde a segunda parte do século XIX. Como Arnaldo Pinto Jr (2003) aponta, para um projeto de sociedade industrial, civilizada e urbanizada, a saúde da população era fundamental, assim como uma cidade higienizada, o que era bastante antagônico com a população assustada com receio de contrair a doença e vir a falecer. Para efeitos demográficos, a segunda onda de febre amarela, em 1889-1890, expulsou ou levou à morte cerca de 11% da população. “Vencer a guerra sanitária contra a febre amarela era afastar o medo de contaminação e morte, como também era gerar melhores expectativas para atrair potenciais trabalhadores interessados em morar neste centro urbano.” (PINTO Jr, 2003, p. 53)

A propagação da febre amarela e a pauta de higienização convergiram em direção ao debate acerca da localidade da realização da feira de muares, que acontecia nas regiões centrais da cidade. Cassia Maria Baddini (2002) indica que, mesmo com a extinção do Registro em 1891, os pastos particulares e margens continuavam sendo utilizadas pelos condutores de animais, ao menos até o surto de febre amarela em 1897, que se atribuía à transmissão por via de dois membros das tropas. A análise da historiadora ainda contempla a oportunidade entendida pelos defensores do projeto de centro urbano que, valendo-se do fato de que a feira de muares já não representava mais a principal atividade econômica da cidade, e movidos pelas ideias de modernizar e higienizar, grupos das elites comerciantes apresentam

argumentação relacionando a feira e seus trabalhadores à doenças e à “circulação de pessoas indesejáveis”, acusando o comércio tradicional de disseminar problemas e doenças.

Para alguns, era preciso desestimular essa atividade mercantil para carrear maiores investimentos nos setores agrícola e industrial. Com esse pensamento é que o grupo fundador da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro em 1870 buscou apoio da população local. Através do periódico *O Sorocabano*, propagou a ideia de que a feira de animais era uma prática rústica, tendente ao declínio e que não assegurava estabilidade econômica à cidade. Para justificar sua argumentação, lembrava uma ocorrência local em 1863, que afetara a comercialização das tropas naquela e nas feiras subsequentes: a epidemia de varíola, que vitimou entre 400 e 500 pessoas logo nos primeiros meses do ano – época que coincidiu com a chegada dos animais para venda em Sorocaba. Naquela ocasião, a notícia da doença rapidamente se espalhou, provocando a saída da maior parte dos vendedores e compradores de tropas. Passado o surto, o medo de uma nova epidemia ainda afastaria as pessoas nos anos seguintes. (BADDINI, 2002, p. 152)

As críticas à feira de muares eram até anteriores à epidemia de febre amarela, aparecendo entre os anos de 1870 e 1880. Entretanto, essas críticas pouco surtiam efeito diante das práticas socioculturais da população. Mas diante do quadro de doenças isso mudou significativamente e não foi para menos: estatísticas dos periódicos da época como *XV de Novembro* e o *Correio Paulistano* apontam que no segundo surto de febre amarela, em 1889-1890, houve cerca de quinhentos a seiscentos óbitos, enquanto que em dado do *Correio Paulistano* foram mais de três mil pessoas que adoeceram. Segundo dados de Rogério P. L. Carvalho (2004), na década de 1880 a população sorocabana chegava a mais de vinte mil habitantes. Se proporcionarmos ao número de enfermos, a epidemia de febre amarela foi de fato bastante assustadora.

Dessa forma, as feiras de muares são expulsas das regiões centrais e se deslocam para as regiões periféricas da cidade. Ademais, o poder público instala redes de esgoto e água no centro¹⁵². As obras iniciam em 1900 e terminam em 1903 (PINTO Jr, 2003, p. 60). Esse dado nos remete aos conflitos da Revolta da Vacina em 1904 no Rio de Janeiro e também o que José Murilo de Carvalho chama de “terrorismo ideológico” promovido pelos grupos contrários à vacinação promovida pelo Estado¹⁵³, “[...] apontando na vacina inúmeros perigos

¹⁵² Porém, foi somente em 1908 que o prefeito João Clímaco levou serviço de água e esgoto ao bairro do Além Ponte.

¹⁵³ A imprensa mais combativa na pauta contra a obrigatoriedade da vacinação fora o *Correio da Manhã* e o *Commercio do Brasil*, além desses periódicos destacou-se como oposição intransigente e consistente a dos positivistas ortodoxos do Apostolado, sua interpretação se pautava na leitura de que Comte teria sido contrário à teoria microbiana das doenças. Rejeitavam fortemente a intromissão do governo no campo da saúde pública, a qual atribuíam ser papel do poder espiritual. Irritava-os o monopólio dos médicos sobre a saúde pública e privada e como consequência dessas razões disseminavam propaganda contra as vacinas. (CARVALHO, 2004, p. 97)

para a saúde, tais como convulsões, diarreias, gangrenas, otites, difteria, sífilis, epilepsia, meningite, tuberculose” (CARVALHO, 2004, p. 98). Nesse contexto de disputas de projetos, as elites também têm seus interesses colidindo: de um lado alguns grupos de viés mais ligado à cultura tradicional e à economia ruralizada e do outro os setores ligados às ideias de uma modernidade aos moldes do capitalismo europeu; a questão da higiene e também da imprensa serão eixos importantes nesses conflitos.

O jornal *Cruzeiro do Sul*, que se alcunhava como “Orgam Republicano”, apresentava queixas da população local a respeito da *hygiene*, como é o caso de uma matéria de 14 de setembro de 1904: “Chamamos a atenção do sr. intendente para o lamaçal que permanentemente é alimentado pelas águas servidas que saem da casa n. 10 da rua M. João Soares.” (Reclamações do povo, *Cruzeiro do Sul*, 14 de setembro de 1914, p. 2). Dessa forma, as elites locais, envolvidas com esse jornal, pautavam constantemente tanto o poder público como a própria sociedade sorocabana essa demanda da higiene.

A propósito das tipografias em Sorocaba, entre as três décadas finais do século XIX, um conjunto considerável é instalado no município, como a Casa Dursky¹⁵⁴ e a *Cruzeiro do Sul*¹⁵⁵, dando origem aos jornais *O Sorocaba*, *O Sorocabano*, *Gazeta Comercial*, *A Conquista do Bem* e *A Cidade de Sorocaba* e também as que se destacavam, seja por uma notável longevidade ou fosse pelo seu desdobramento na luta de classes, como o *XV de Novembro*¹⁵⁶, *Cruzeiro do Sul*, *Diário de Sorocaba*, *O Clarim da Luz*¹⁵⁷ e *O Operário*. Apesar das diversas contradições, aponto que em determinados momentos convergiram em algumas questões, sobretudo os operários em relação às elites republicanas pró modernidade¹⁵⁸. De maneira que

¹⁵⁴ A Casa Dursky era uma tipografia bem equipada, sendo uma das mais famosas do Estado de São Paulo e também do Rio de Janeiro (inclusive atraindo muitos clientes dessas cidades). Fundada em 1890 pelo imigrante polonês Julio Wiezerky Dursky (Julio Dursky chegou em Sorocaba em 1874 e primeiramente trabalhou com atelier de fotografias). Julio Dursky faleceu por volta dos 44 anos e seu sucessor foi Julinho Dursky, que continuou os trabalhos de qualidade até transferir o estabelecimento em 1901 para São Paulo. Os historiadores Aluísio de Almeida e Genésio Machado divergem a respeito da razão se seria por causa de estar mais próximo aos principais serviços (tese de Almeida) ou venda do estabelecimento (tese de Machado), mas é possível encontrar na pesquisa de Arnaldo Pinto Jr (2003) uma possibilidade bastante concreta diante do contexto: o impacto do surto de febre amarela (seja por receio de contrair a doença ou mesmo a perda de clientes).

¹⁵⁵ As propagandas da tipografia do *Cruzeiro do Sul* se reivindicavam como material feito com “brevidade”, “elegância” e “bom gosto” e ainda afirmavam “Não se teme concorrência”.

¹⁵⁶ Impresso de tendência florianista republicano.

¹⁵⁷ Impresso de orientação espírita. Segundo o historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho tanto *O Clarim da Luz* como *O Operário* tinham vínculos consideráveis sendo que não só usavam a mesma tipografia como alguns fundadores do *Clarim* participaram também da fundação do *O Operário* (CARVALHO, 2007, p. 10).

¹⁵⁸ “O Brasil só poderia ter um proletariado significativo, influente, se a industrialização avançasse. E a industrialização só avançaria com o fim do sistema baseado na exploração do trabalho escravo dos negros. [...] Alguns socialistas pioneiros do nosso movimento operário nascente se mostraram sensíveis a essa propaganda republicana. Um deles, Vicente de Souza, por exemplo, viu na república a ‘afirmação plena dos princípios

é possível identificar através desses impressos os interesses das forças sociais que eles representavam.

Sobre o jornal *A Conquista do Bem*, que segundo dados históricos (CAVALHEIRO, 2009, p. 31) não passou do primeiro número que foi publicado em 27 de janeiro de 1887, sua importância se manifesta por ser órgão do Partido Democrata Socialista. Essa tentativa da criação de um primeiro partido socialista em Sorocaba e região é entendido por historiadores como “[...] possível começo de atuação política independente dos trabalhadores em âmbito local” (ARAÚJO NETO, 2005, p. 9). O socialismo defendido nesse material e pelo partido é de raiz crítico-utópico e apresentava suas convicções em uma fusão com o espiritismo¹⁵⁹.

Todo o home, é mister reconhecê-lo, tem em si o germen da imortalidade, e si este é imortal, é que elle é a alma humana, a alma organizada sobrevivendo à morte do corpo.

Mas se a alma sobrevive ao corpo que se extingue, não precisa ella para reviver um dia a humanidade de um outro corpo para carreira nova?

D’ahi as combinações admiráveis do plano divino que dá a todos os seres da natureza as condições providenciais da eternidade de vida, tendo por objetivo o progresso para sempre inexgotável nas maravilhas da ascendência infinita. (*A Conquista do Bem apud* CAVALHEIRO, 2009, p. 32)

O Partido Democrata Socialista não vingou, no entanto, como reconhecem Adalberto Coutinho de Araújo Neto (2005) e Carlos Carvalho Cavaleiro (2009), essa primeira tentativa é fundamental para demonstrar as primeiras expressões de organização dos trabalhadores em Sorocaba e a pavimentação para movimentos operários posteriores. No século XX foram formados diversos núcleos e partidos como o Círculo Socialista, instalado no Largo do Rosário, o jornal *O Operário*, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), os sindicatos e movimentos sociais populares de articulação de

redentores da humanidade’. E sustentou que ela, num futuro próximo, ‘vestida com os troféus refulgentes da última vitória contra o mal, chamar-se-á socialismo’”. (KONDER, 2003, p. 33). Aos operários a consolidação da industrialização em um país de tradições tão agrárias e voltado à produção para o mercado externo, era a forma central de se organizarem, sendo não incomum na própria imprensa operária, ao lado de denúncias de abusos por parte do patronado e demais reivindicações, manifestações de saudação à alguma concessão feita pela burguesia e até mesmo exaltação de instalação de fábricas e ou avanços tecnológicos.

Distante de se tratar de uma contradição local o próprio Marx (2004) em *O Manifesto do Partido Comunista* reconhece que “a burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário” (MARX, 2004, p. 47) e também “A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais” (Ibidem, p. 48) e decreta “Assim, o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros.” (Idem, ibidem, p. 57).

¹⁵⁹ Espiritismo kardecista, ou seja, aquele “codificado” pelo educador francês Allan Kardec (1804-1869), tinha forte presença do cientificismo até pela formação filosófica de Kardec, que se influía pelas ideias evolucionistas de Charles Darwin (1809-1882) e também pelas mensagens humanitárias. Por essa razão, Kardec chegou a ser em muitos momentos relacionado com socialismo.

anarcosindicalistas em Sorocaba e até mesmo as fortes organizações em diversas greves locais, a Greve Geral de 1917 e a luta antifascista na década de 1930.

Algumas sociedades antecederam o Partido Democrata Socialista, mas com enfoque no auxílio de trabalhadores e também voltadas para alguns setores específicos, como é o caso da Sociedade Beneficente e Protetora dos Chapeleiros, que aparece por volta da década de 1870 (vale lembrar a primeira chapelaria em Sorocaba fundada em 1841), a Sociedade Operária Italiana Umberto I, e segundo Araújo Neto “[...] esta sociedade era composta por aproximadamente 200 italianos e figurava em sua diretoria Francisco Matarazzo. Foi fundada em 1885” (ARAÚJO NETO, 2005, p. 48), e a *Società Operáia Italiana di Beneficenza i Mutuo Socorso* que, como aponta Araújo Neto, “[...] seria essa uma sociedade de cunho republicano entre os imigrantes italianos, havendo mesmo influência de “garibaldinos¹⁶⁰ [...]” (ARAÚJO NETO, 2005, p. 48).

Sorocaba havia se tornado um território propício à modernidade na medida em que se transformava, tanto que em 1914 já possuía uma gama de fábricas dos mais diversificados setores e tipos de produção, atraindo trabalhadores de diversas partes do país e os imigrantes que no Brasil chegavam:

[...] Fábrica Santa Helena – óleos, azeite, sabão, velas, algodão, etc.
Engenho Santa Helena – beneficiamento de arroz;
Fábrica S. José – de tecidos de malha;
Duas Fábricas de calçados
Duas Fábricas de xales
Uma Fábrica de gelo
Diversas fábricas de cerveja, macarrão, serrarias, móveis, etc., uma fábrica de camas de ferro, além de inúmeras pequenas indústrias como; torrefação de café, moinhos de café, moinhos e fubá, refinações de açúcar, igualmente movidas à eletricidade.
(Almanach ilustrado de Sorocaba *apud* ARAÚJO NETO, 2005, p. 22)

Explorando um pouco mais a fundo esse projeto de modernização de Sorocaba por via da empolgação das elites locais manifestada nos periódicos a ela relacionados, evidenciamos que a cada fábrica em Sorocaba instalada havia comemoração e exaltação, normalmente atribuindo qualidades aos investidores/proprietários, e na contrapartida, quando fechadas, o

¹⁶⁰ Garibaldinos refere-se ao italiano Giuseppe Garibaldi (1807-1882), um general republicano, patriota e *condotiero* (*condotieros* era mercenários que prestavam serviços para qualquer Estado; essa categoria nasceu não por acaso na Itália não unificada, na qual muitas cidades-estados frequentemente os contratavam). Lutou pela democracia em países como Brasil (chegou a residir no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, envolvendo-se na Revolução Farroupilha) e Uruguai (onde viveu e casou com Anita Garibaldi, chegando a ingressar na marinha do país e como coronel dessa chegou a enfrentar algumas vezes o almirante Willian Brown o “pai da Armada Argentina”). Também lutou pela unificação da Itália e a libertação desta sob a influência e domínio do Império Austro-húngaro.

sentimento variava de lamentos até motivação para novos investidores para aquele prédio¹⁶¹. Esse *modus operandi* também se manifestava na sua forma defensiva aos empresários locais nas ocasiões de denúncias promovidas por operários em relação às condições de trabalho, agressões físicas e morais e a condição do trabalho infantil; não por acaso as farpas entre o jornal o *Cruzeiro do Sul* e *O Operário*¹⁶² acontecem desde a fundação do “Orgam de defesa da classe operária”, em 1909.

As elites republicanas de Sorocaba projetavam visões de “grandiosidade” que representassem a imagem ideal do progresso local e que as havia superado¹⁶³ do século XIX.

E essas elites republicanas locais acreditavam que tinham todos os motivos para isso, pois após “vencer a guerra” contra as epidemias de febre amarela, superar o comércio “ultrapassado” de muares, atrair cada vez mais trabalhadores para as fábricas instaladas no município, Sorocaba reunia condições de contribuir para o avanço do sistema capitalista no país. (PINTO Jr., 2003, p. 69)

A empolgação com a vinda do estrangeiro operário duraria pouco e a visão deste como símbolo da modernidade de Sorocaba se perderia. Os baixos salários, as más condições de trabalho e agressões dentro das fábricas motivavam os operários locais a buscar meios de se articular diante das opressões promovidas pelos capitalistas locais. Essa questão pode ser refletida através de uma republicação do jornal *Cruzeiro do Sul* em 1913 de um texto de *A Gazeta do Povo*, um jornal de São Paulo, no qual faz duras críticas aos imigrantes e os movimentos operários de Santos.

Deve ter circulado em Santos mais um novo jornal revolucionário, editado pelos agitadores que desde muito vêm explorando a boa fé e a credulidade dos operários santistas, lançando os em movimentos perturbadores da ordem pública. (...). Compreendemos o socialismo, até mesmo com sua feição revolucionária que elle comporta, nos paizes onde o operariado jaz oprimido por aquella “imerecida miséria” de que falava leão XIII. [...] Mas o Brasil, como em geral os países sul-americanos, oferece ao operario garantias de subsistência e vida relativamente fácil, que não justificam movimentos de character anharchista. [...] Pois é preciso notar que todos esses agitadores são estrangeiros, immigrants que a perspectiva do trabalho bem remunerado seduzio, e que prontamente esquecera as misérias que curtiram além mar. (Pela classe operária, “Cruzeiro do Sul”, 14 de novembro 1913, p. 2)

¹⁶¹ Como o artigo intitulado *Fábrica do Ypanema* (*Cruzeiro do Sul*, 1904, p. 2), no qual ao mesmo tempo em que lamenta os oito anos de fechamento dessa fábrica de ferro, inclusive chamando-a de “orgulho do estado de São Paulo” e “a glória de Sorocaba”, o jornal aponta soluções ao governo federal, o mantenedor, em uma “administração econômica” e “dispêndio para reformas da fundição e outros melhoramentos necessários” entendendo que essa fábrica “fruiria muitos lucros”

¹⁶² Fundado em 1909, esse periódico circulou até 1913 na cidade de Sorocaba, sendo impresso em 4 páginas e contendo participações e conteúdos diversificados. Nele ecoavam as principais reivindicações da classe operária da época (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 39)

¹⁶³ Retomando o que mencionei anteriormente sobre como as elites republicanas entendiam as heranças coloniais e atrasos culturais em relação às cidades capitalistas da Europa.

Disposto a proteger a “honra” dos empreendedores locais contra esses “perturbadores da ordem pública”, desde 1909 o jornal *Cruzeiro do Sul* direcionou duras críticas e questionou a credibilidade ideológica do jornal *O Operário* por diversas ocasiões. O primeiro embate destes dois periódicos aconteceu devido a um artigo no qual foram realizadas denúncias de abusos por parte de empresários sorocabanos contra operários.

Apareceu no domingo passado o jornal O Operário atacando, em diversos artigos, o pessoal superior e administrativo de algumas fábricas existentes em Sorocaba. [...] A classe operária merece mais respeito e mais critério, porque é composta de milhares de famílias e não se devem jogar os seus interesses com tanto desleixo e com tão clara incompetência. Accusar falsamente não é fazer propaganda, é antes afastar a confiança que só deve conseguir O operário, pelo critério salutar da verdade e da imparcialidade. [...] Porque esse desejo evidentemente perverso de desnaturar a realidade das cousas, de acender no espírito de uma classe digna e honesta, valiosa e elevada, o espírito da discórdia, tentando pela insidia e pela felonía, plantar o descontentamento em seu coração? (Vespas, “Cruzeiro do Sul”, 30 de setembro 1909, p. 1)

A resposta veio na primeira edição de outubro do jornal *O Operário*. Entre alguns pontos, respondeu às acusações sobre sua credibilidade, assim como ressaltou seu posicionamento ideológico e o projeto em defesa da classe operária. Em diversos trechos foram feitas críticas ao *Cruzeiro do Sul* como um jornal da elite a favor dos interesses de políticos e industriais locais.

Já se estava fazendo sentir a demora do orgam de todos os engrossamentos em vir atacar como de costume, tudo quanto pende para o honesto, para o justo e para o elevado: - apareceu enfim no número do Cruzeiro do Sul de 30 do passado mez, um amontoado de cousas, dignas somente da redação que as editou, redação que vive as custas dos cofres municipaes e, portanto, à custa do nosso suor, bajulando aos poderosos da terra. [...] A nossa defesa é a do próprio direito de justiça, mutilados e espezinhados pelas ganancias dos poderosos o desforço physico quando aquelles que não vingarem. Nós atacamos os actos de baixesa praticados contra os míseros operários, assim como louvamos qualquer acto de benemerência dispensados aos mesmos.

A nossa arma de combate por enquanto será esta modesta folha ou serão os boletins, segundo a urgência dos casos. (Uma e única resposta ao Cruzeiro do Sul, O Operário, 10 de outubro 1909, p.1)

Entretanto, o *Cruzeiro do Sul* também noticiava os acidentes de fábrica, obviamente quase sempre apresentando um zelo em relação à imagem do patrão ou os altos cargos administrativos e de gestão e também à condição de trabalho do estabelecimento.

Hontem foi victima de accidente, na sala de fiação da fábrica Santo Antônio, a operária Victoria Cotochesteck, brasileira, solteira, de 16 anos. Essa operária teve o dedo médio direito preso à sua machina, recebendo ainda ferimentos pela mão. Foi aberto inquérito. (Victma do Trabalho, “Cruzeiro do Sul”, 28 de janeiro 1928, p. 2)

A concepção de classe de E. P. Thompson (2011) é extremamente rica para meu ponto de partida de interpretação da formação da classe operária de Sorocaba e a organização através da luta de classes. Parte do operariado que foi se formando entre as décadas finais do século XIX e começo do XX era basicamente constituído por trabalhadores do campo ou de serviços ligados à falida feira de muares e plantação de algodão¹⁶⁴, negros que haviam sido escravos (e escravos até o período da abolição) e também imigrantes europeus. Sujeitos com experiências em comum, articulando seus interesses entre si e organizando-se contra homens cujos interesses diferiam.

Não que não houvessem conflitos entre esses diferentes grupos sociais, pois como Araújo Neto (2005) revela:

Em princípio havia uma certa divisão entre esses grupos, tanto em relação ao local de moradia, quanto em relação ao comportamento. A maior divisão se deu mesmo entre operários de origem nacional e os estrangeiros, em especial espanhóis e italianos. Essas diferenças seriam superadas, não sem dificuldades, e a classe veio a se formar realmente. Mas, a superação dessas diferenças e a amálgama desses grupos diferentes não se devem apenas à iniciativa própria dos operários ou por seguirem orientações ideológicas de líderes de movimentos distintos; todo um processo de socialização ocorreu para que as diferenças desaparecessem progressivamente e sobressaíssem pontos comuns da situação da vida de classe – ainda que fortes traços de nacionalismo diversos permanecessem. Isso ocorreu em consequência da ação dos elementos inerentes às relações capitalistas de produção do próprio processo histórico que se foi construindo. (ARAÚJO NETO, 2005, p. 27)

Mas as pautas que convergiam nas necessidades dos operários forçavam tais socializações e organizações por parte desses grupos. Acompanhando as páginas do jornal *O Operário*, logo em seus primeiros volumes, encontro uma série de assuntos que afetavam diretamente o cotidiano dos trabalhadores locais, como a exploração do trabalho infantil¹⁶⁵, a redução da jornada de trabalho¹⁶⁶, conflitos com a polícia¹⁶⁷; e entre outros assuntos em

¹⁶⁴ Em 1904 o *Cruzeiro do Sul* publica a matéria “Para plantar algodão”, na qual o sr. Nicolau Riedel, “proprietário de grande quantidade de terras” nas cidades de Pedras, Ibitinga e Ribeirãozinho estava oferecendo ao governo mil alqueires de terra para colocação de famílias dispostas a plantar algodão (Para plantar algodão, “*Cruzeiro do Sul*”, 14 de setembro de 1904, p. 2). Como é possível perceber o impacto da retomada da produção estadunidense afetou fortemente os produtores brasileiros, a mão de obra camponesa abandonava as plantações de algodão para tentar a sorte nas fábricas que se instalavam pelo Estado.

¹⁶⁵ Logo no primeiro volume do *O Operário* em 18 de julho de 1909 há um artigo de denúncia na parte de Seção Livre a respeito do trabalho de um menino em situação de risco.

¹⁶⁶ As jornadas de trabalho variavam entre dez e quatorze horas diárias a depender do empregador e do setor. No segundo volume do *O Operário* em 2 de agosto de 1909, na capa, há uma matéria extraída do jornal *O Commercio de São Paulo* a respeito das jornadas de trabalho e a sua redução para as oito horas.

¹⁶⁷ No segundo volume do jornal *O Operário* de 2 de agosto de 1909, há um artigo de denúncia na parte de Seção Livre na qual relata abusos cometidos pelas autoridades policiais. No quarto volume, publicado em 12 de setembro de 1909, há ainda o caso de um filho de um operário, o menor Ozorio, de aproximados sete anos, que foi preso por ajudar uma senhora “[...] velha e cega que não tinha licença para andar na rua [...]” e que “[...] o

comum, como os castigos físicos e abusos infligidos por mestres e contramestres de fábricas contra operários¹⁶⁸.

A respeito do debate sobre educação, é em 1893 que a cidade se mobiliza para reivindicar uma escola reunida¹⁶⁹, trazendo uma análise a respeito da carta do Inspetor do 25º Distrito Literário, José Monteiro Boanova, o historiador Og Natal Menon apresenta um pouco a respeito da instalação dessa escola em Sorocaba:

O Decreto nº 169, de 07 de agosto de 1893, diz no artigo 1º, parágrafo 3º, que “no Regimento interno das escolas, o Conselho Superior determinará como for mais conveniente, a distribuição do trabalho dos professores, regulando o caso da reunião de duas, três ou quatro escolas”. Diante disso, o Inspector Literário indica um prédio “situado no largo da igreja matriz, que reformado, no sentido da planta inclusa torna-se ótimo para o fim a que se destina”. Concluindo sua carta, diz que a população aguardava ansiosa a realização da obra que tanto benefício traria ao ensino local. (MENON, 2000, p. 138)

O ano seguinte, 1894, significativas mudanças aconteceram no campo da educação com:

Com decreto de 1894, desaparecia a escola reunida e definia-se claramente o conceito de Grupo Escolar e, como o prédio indicado se mostrasse inadequado para a implantação da nova escola, que previa no mínimo 8 salas de aula e mais outras para servirem de salas-ambiente, um outro prédio é procurado. Acaba-se por escolher o prédio anteriormente ocupado pelo Colégio Sorocabano, localizado à Rua Brigadeiro Tobias, esquina com a das Flores (Monsenhor João Soares). (MENON, 2000, p. 138)

Mesmo com o Decreto de 1894 foi somente em 28 de março de 1896 que o Grupo Escolar Antônio Padilha¹⁷⁰ foi inaugurado e não sem conflitos. Com a demora da conclusão das obras e combinado com uma viagem do Inspetor Literário, o grupo de docentes, em 1895, da seção masculina (o que nos indica justamente essa divisão entre os gêneros na concepção de educação que passava pelo poder público da época) resolvem ocupar o prédio e não esperar a inauguração oficial, com o retorno do Inspetor, a ocupação se encerra (MENON, 2000, p. 138).

Por problemas constantes com higiene, estrutura e das acomodações as aulas foram sendo canceladas e é em 1910 que o Estado inicia a construção do prédio definitivo ocupado

menor só seria solto 24 horas depois e mediante o pagamento de respectiva carceragem!” (Abuso de Autoridade, *O Operário*, 12 de setembro 1909, p. 2)

¹⁶⁸ Em 22 de agosto de 1909, no volume três do *O Operário* aparece a primeira denúncia de fábricas cujos cargos de gestão aplicavam castigos físicos aos menores sob sua direção.

¹⁶⁹ “A escola reunida consistia em reunir em um só local 3 ou 4 escolas isoladas, cada uma funcionando independentemente. Não havia qualquer autoridade a qual os professores pudessem recorrer em casos de dúvidas ou mal entendidos” (MENON, 2000, p. 138).

¹⁷⁰ Localizado entre as Ruas do Theatro e das Flores, que atualmente são: Brigadeiro Tobias e Monsenhor João Soares.

pelo Antônio Padilha na Rua Cesário Motta. Em sua inauguração o elemento do entusiasmo pela educação como redentora da nação se faz presente entre as bandas, passeatas e fogos de artifícios “Ela foi recebida como a solução para todos os problemas e diziam que elas haveriam de “fazer da pátria brasileira a nação mais culta, mais admirada e invejada de todo mundo”” (NUNES DA SILVA, 2006, p. 61).

As salas eram divididas por gêneros, apesar do corpo docente ser formado majoritariamente por mulheres sendo treze mulheres e seis homens¹⁷¹. Mesmo na ala masculina haviam três mulheres compondo o grupo, foram elas: Maria Anunciação de Almeida, Anna de Barros e Laudelinna Rolim.

Seu prédio contava com 16 salas muito bem ventiladas, no centro uma área cimentada, nos lados dois gabinetes, um para a reunião dos professores e o outro para as crianças que preferissem ficar dentro dos prédios, aos fundos dois pavilhões e o campo de exercícios físicos. O prédio contava ainda com o gabinete do Diretor, o museu escolar e mictórios e privadas com extrema higiene. A água fornecida aos alunos vinha de “filtros especiais” e o terreno, onde o prédio foi construído, era todo murado com grades nas entradas que, por sua vez, eram separadas para meninos e meninas. A construção era assinada por José Barros, construtor, arquiteto e coronel na cidade e o projeto por Manuel Sabater. (NUNES DA SILVA, 2006, p. 62)

Se pelo lado das elites havia uma empolgação com esse projeto de educação que se instalava em Sorocaba, o ano de 1910, como podemos perceber pelas páginas de *O Operário* é um ano de intensificação das lutas de classe, sobretudo na questão da violência cometida contra trabalhadores e trabalhadoras (inclusive contra crianças) nas fábricas, o debate acerca da exploração também se intensifica e a própria reivindicação pela educação tem alguns contornos acentuados.

Logo na primeira edição de 1910, publicada na data de 02 de janeiro, as três matérias de capa apareceram como prenúncio da luta daquele ano: *A essência do socialismo*, *Com a higiene* e *O dever do empregado, e do seu patrão*. E apesar de conter também algumas mensagens e colunas de boas festas nas páginas dessa edição, existe uma denúncia¹⁷² a respeito de agressões verbais e físicas contra uma operária cometidas por um contramestre de fábrica, o sr. Paulino Evaristo e uma matéria¹⁷³ a respeito da multa dada pela gerência da

¹⁷¹ A ala masculina era composta por: Maria Anunciação de Almeida, Anna de Barros, Laudelinna Rolim, Luiz Gonzaga Fleury, Salvador Santos, Ozório de Campos Maia, Fernando Rios, Florentino Bella, Luiz Vagner e Aristides de Campos. E a ala feminina: Francisca de Almeida, Angelina Grohamann, Antonia Nogueira Padilha, Isoulaide Vieira soares, Dinorah de Toledo, Maria José Loureiro, Escolástica Rosa de Almeida, Amélia Cezar, Benedicta Leite de Faria e Enygdia de Almeida (NUNES DA SILVA, 2006, p. 61).

¹⁷² (Mais uma merecedora de estrondosa manifestação, *O Operário*, 02 de janeiro de 1910, p. 2)

¹⁷³ (Mais abusos no Votorantim, *O Operário*, 02 de janeiro de 1910, p. 2)

Fábrica Votorantim contra um operário que alegava estar sendo injustiçado, o sr. Renato Ribas.

A coluna *A essência do socialismo* dessa data em diante aparece em praticamente todas as edições até a edição de 10 de setembro de 1911, dela em diante se tornou um pouco mais esporádica e passou a dividir espaço com artigos a respeito do sindicalismo (*A razão de ser do sindicalismo. Os sindicatos* – inclusive na edição de 12 de novembro de 1911 apresenta a diferença entre os sindicatos franceses com os da Inglaterra e Alemanha influenciados pelo mutualismo, o que retoma o debate entre o sindicalismo revolucionário e o anarcosindicalismo dentro dos sindicatos na época) e também textos e colunas a respeito das lutas e concepções anarquistas, das mais variadas correntes, inclusive na mesma edição de 12 de novembro de 1911 do *O operário* é publicada a coluna *Ação e tática* influenciada por concepções anarquistas.

A *Essência do socialismo* menciona uma gama ampla de autores tais como Kautsky¹⁷⁴, Labriola¹⁷⁵, os socialistas fabianos¹⁷⁶ e os pais do socialismo científico Marx e Engels. Adiante nos aprofundaremos mais nos debates em torno dessa coluna e a questão das concepções e paradigmas teórico-metodológicos ali presentes.

A respeito de algumas matérias desse jornal que nos servem para análise da situação do movimento operário nessa conjuntura há duas, de fevereiro de 1910, que são bastante significativas. Uma nota que não podemos deixar passar despercebida é a *Nota* que aparece na

¹⁷⁴ Karl Johann Kautsky (1854-1938), jornalista e teórico tcheco-austríaco e um dos fundadores da ideologia da social democracia e uma das figuras mais importantes do marxismo tendo editado o quarto volume de *O Capital* e escrito com Friedrich Engels *O socialismo jurídico* (2012) e sua obra *A origem do cristianismo* (2010). Fundou a revista *Tempo novo* (*Neue Zeit*) na qual foi editor até 1917. Por algumas posições antirrevolucionárias e reformistas passou a ser descrito como “renegado” por Lenin, ainda que esse, até o final de sua vida, se afirma-se discípulo de Kautsky.

¹⁷⁵ Antonio Labriola, (1843-1904), teórico marxista italiano, trabalhou como jornalista e professor, profissão na qual dedicou parte de sua vida até os dias finais e profundamente influente para Gramsci e Bordiga, fundadores do Partido Comunista na Itália. Sua obra também foi profundamente estudada pelo marxista russo G. Plekhanov em *A concepção materialista da história* (1980).

¹⁷⁶ Hobsbawm (2015) definiu: “Os fabianos sempre foram fortes em relações públicas. Essencialmente um corpo de intelectuais, eles nunca precisaram de outros para tocar seu próprio clarim, porque no máximo de sua influência inicial (1892) algo como dez por cento do número de membros masculinos da Sociedade consistia de jornalistas e escritores, e Bernard Shaw estava entre eles. Eles atraíram editorialistas e historiadores exatamente por esse motivo” (20015, p. 337). Entre seus quadros também estavam o escritor e jornalista H.G. Wells, os economistas e co-fundadores da Escola de Economia de Londres Sidney Webb e Graham Wallas e a escritora e ativista pelo direito das mulheres Annie Besant. Em síntese os fabianos rejeitam a ideia de luta de classes e a concepção revolucionária do marxismo, acreditando na concepção de evolução gradual da sociedade, tendo uma certa influência de Stuart Mill, e apesar de certa similaridade teórica com o Socialismo Crítico Utópico, rejeitavam-no apostando mais em um pragmatismo em seu *modus operandi*.

página 2 da edição de 15 de fevereiro de 1910, com o seguinte anúncio de problemas financeiros por parte da redação do jornal:

Devido a falta de tempo, a pouca mensalidade que entra em caixa – não correspondendo com sua despesa que não é pequena vimos hoje declarar que, o “O Operário”, de hoje em diante, sua dimensão diminuirá. Mas... seu programa será o mesmo.

O diretor. (Nota, O Operário, 15 de fevereiro de 1910, p. 2)

Um artigo, assinado por "um operário do subúrbio" chamado *Sobre às sociedades...* trouxe um dos primeiros debates incisivos a respeito das diferenciações internas entre operários brancos e negros nas Sociedades, que inclusive pagavam os mesmos valores para serem sócios.

[...] Os sócios brancos, gozam muito mais que os sócios pretos. Os sócios pretos, contribuem com as mesmas mensalidades que a dos brancos e são horivelmente maltratados!

Pergunto-me:

Porque esses homens pretos, são desprezados pelos seus próprios colegas e irmãos? Colegas porque são operários que lutam com o trabalho, muitas vezes nas mesmas oficinas e nas mesmas fábricas... Não pode ser assim.

Não pode isto ir adiante, porque é um erro da parte desses homens (brancos) que não projetam em se civilizarem para tornar as nossas sociedades mais progressistas. [...] E “o Operário” que tem como fim cuidar da classe operária ganhará mais um terreno para suas colunas. (*Sobre às sociedades*, O Operário, 15 de fevereiro de 1910, p. 2)

Os clubes e Sociedades locais ganham destaques nas páginas do *O Operário* e do *Cruzeiro do Sul* por uma quantidade considerável de conflitos internos entre os membros pelas mais variadas motivações, mas a pauta étnico-racial passa a aparecer, ainda que pouco diante do peso da própria denúncia, no jornal *O Operário*.

Em outro artigo a respeito das questões étnico-raciais desse mesmo período é datado de 22 de maio de 1910. Nele *O Operário* relata a comemoração do 13 de maio no *Club 13 de Maio sorocabano* com “[...] uma conferência, sobre a gloriosa data, pelo professor Sebastião da Cruz Martins; orador apreciado daquele digno Club dos homens de cor desta cidade” (Club 13 de Maio Sorocabano, O Operário, 22 de maio de 1910, p. 2). Além dele palestraram também Salerno Augusto de Camargo Neves e Benedicto de Oliveira França, depois disso aconteceu uma festa com dança que foi até às 4 horas da manhã do dia seguinte.

A respeito da educação do movimento operário as páginas do *O Operário* evidenciam as divergências mais significativas do movimento operário de Sorocaba, ainda que a condição

das crianças no trabalho e a necessidade de sua instrução escolar, a redução da jornada de trabalho para as oito horas diárias como meio de viabilizar os estudos em contraturno do trabalho e as escolas noturnas fossem pauta em comum entre as variadas correntes presentes no jornal e do movimento local.

Outro vetor de luta em comum era necessidade da instrução por via da ciência, sobretudo entre os sujeitos de tradição positivista (ligados no campo religioso ao espiritismo), correntes de anarquistas e também aqueles influenciados pelo viés católico-cristão. Porém, independente das diferenças entre as visões de mundo, em ocasiões como as manifestações¹⁷⁷ em relação ao fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia na Espanha, os trabalhadores sorocabanos se reuniram em grande número. Pelo próprio significado desse fuzilamento e da importância do assunto da educação da classe operária.

¹⁷⁷ No jornal *O Operário* de 17 de outubro de 1909, há um artigo na seção de Noticiário chamado de Comício de Protestos. Nesse artigo há referência ao comício de protesto em razão da morte de Francisco Ferrer y Guardia passando pelo largo da Matriz, seguindo pela rua Dr. Álvaro Soares, passando pela rua Monsenhor João Soares na qual pararam em frente à Photographia Luxardo que expunha um quadro com a foto de Ferrer, saudaram e partiram de volta ao largo da Matriz, houve discursos de importantes lideranças operárias locais incluindo o major Arthur Gomes e o imigrante italiano Antonio Argento. Alguns dias após essa manifestação, e presente nesse mesmo artigo, em um domingo pela manhã os operários organizaram uma comissão com cerca de trezentos membros, no largo do Santo Antonio. Nessa ocasião, Antonio Argento voltou a discursar sobre se organizarem a fim de fazer valer seus direitos.

4. O JORNAL “O OPERÁRIO” (1909-1913) E A EDUCAÇÃO

O jornal *O Operário* (1909-1913) circulou em Sorocaba desde sua primeira edição, em 18 de julho de 1909, até 23 de novembro de 1913. Em síntese, se tratava de um impresso de média de 4 páginas por edição, com conteúdo bastante abrangente, que variava desde reivindicações, notas e divulgações de eventos como teatros, cinema e piqueniques e até denúncias contra abusos e agressões cometidos pelos industriais locais e seus capatazes. Em suas primeiras edições era um material quinzenal e após a sexta edição passou a ser semanal.

Ao longo dos anos, se apresentou como “Orgam de defesa da classe operária”, posteriormente (ainda em 1909) acresceu o “noticioso”, tornando-se “Orgam de defesa da classe operaria e noticioso”, até que na edição de 13 de agosto de 1911 se apresenta como “Semanário de combate” e essa apresentação durou até suas últimas edições. É nessa transição final em 1911, que ele também deixa de lado subtítulo “collaboradores diversos” e se torna “Propriedade de uma associação operária”, reflexo de uma cisão¹⁷⁸ com a *União Operária Sorocabana*.

A respeito dos “collaboradores diversos”, é perceptível que havia uma preocupação entre os editores do *O Operário* com os conteúdos publicados por esses colaboradores, ao menos nas primeiras edições, sendo bastante comum encontra trechos nos quais alertavam “não somos responsáveis por opiniões de colaboradores”. Em nota chamada *Expediente “O Operário”*, publicada em algumas das primeiras edições do jornal em 1909, dizia-se seguinte:

Publicação Quinzenal
Assinaturas \$200 Reis mensais pagamentos adiantados.
As pessoas de fora que quiserem ler O Operário, devem mandar a esta redação, o nome, o n. da casa que reside, Rua, Cidade e o Estado.
A Redação não se responsabiliza pelas ideias de seus colaboradores.
Não se devolve originais mesmo não publicados.
Toda a correspondência deve ser dirigida a Rua Coronel Cavalleiros n. 23.
Sorocaba
E. S. Paulo. (Expediente “O Operário”, O Operário, 22 de agosto de 1909, p. 2)

Esse jornal, comparado com a maioria dos periódicos ligados ao movimento operário do mesmo contexto de implementação da industrialização no País, apresentou uma duração relativamente longa, o que indica a resiliência dos operários locais em manter esse periódico.

¹⁷⁸ A ruptura se deu em consequência da forma como o jornal comemorou o 1º de Maio de 1912. A *União Operária Sorocabana* pretendia promover uma greve geral em memória aos “Mártires de Chicago” e enfatizar sua atuação combativa diante dos operários sorocabanos e a equipe da redação do *O Operário* pretendia organizar piqueniques, pronunciamentos sobre o evento, a data e o movimento operário. Após esse conflito ambas as organizações passaram a disputar o protagonismo na atuação política dentro do movimento operário municipal e não mais o foco nas demandas da classe (DESSOTTI, 2017, p. 175).

É possível que uma das razões dessa resistência esteja diretamente relacionada com sua fundação:

O historiador Carlos Cavalheiro (2009, p. 64), observa que “O Operário” nasceu na busca por espaço para debates e demandas dos interesses da classe trabalhadora de Sorocaba e que não encontravam espaço em jornais como *Cruzeiro do Sul* e *A cidade Sorocabana*. Aliás, sobre o *Cruzeiro do Sul*, é notável a quantidade de vezes que em suas páginas se refletiram os interesses do patronado, em críticas aos movimentos, disputas e demandas dos trabalhadores, o que constantemente gerava atritos entre os dois periódicos, manifestados nas páginas de ambos. (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 42)

Sua impressão era realizada na *Typographia Clarim da Luz*, que era dirigida por José Castro de Lima. O diretor da tipografia ainda desempenharia a mesma função no jornal espírita *Clarim da Luz* e no próprio *O Operário*. Além dele, outra importante figura que faz essa mesma ponte entre os periódicos é Manoel Serralha; esse operário veio a falecer no dia 18 de setembro de 1909, antes mesmo da quinta publicação do jornal *O Operário*, mas sua importância não é somente descrita na edição pós¹⁷⁹ sua morte¹⁸⁰, em edição de 22 de setembro de 1912, três anos após sua morte é realizada uma nota em sua memória¹⁸¹:

Manuel (sic) Serralha

Completo no dia dezoito do corrente, três anos que a mão tenebrosa e fatídica da morte roubou-nos o saudoso fundador do nosso jornal “O Operário” e “Clarim da Luz”.

A sua obra não ficará jamais esquecida por nós e por todos aqueles que sabem avaliar a espinhosa missão dos que dedicam a vida derramando o bem, iluminando as consciências e defendendo os direitos dos fracos contra os fortes. Na fundação do jornal para a classe operária o seu intento era lutar com outros companheiros para mudar a face do mundo, formar do escravo um homem livre, harmonizar a sociedade pela igualdade econômica formar enfim uma sociedade humana, bela, boa e inteligente, ligada e vencida pela nova religião da solidariedade e amor recíproco.

Sobre sua memória descansa a paz sob uma coroa de saudade. (Manuel Serralha, *O Operário*, 22 de setembro de 1912, p. 1)

Essa influência do espiritismo não é necessariamente algo a se estranhar pelo caráter de conexão entre ciência e religião, e a presença da mensagem humanitária na obra de Allan Kardec¹⁸². Na verdade, pela própria obra positivista de Comte, assim como o fato de alguns socialistas crítico-utópicos serem cristãos, duas correntes filosóficas muito fortes no Brasil

¹⁷⁹ Edição de 26 de setembro de 1909.

¹⁸⁰ Faleceu por consequência de uma pneumonia.

¹⁸¹ Não somente nesse memorial de três anos após sua morte é descrito seu aspecto valoroso, em artigo de 26 de setembro de 1909 é descrito como “[...] amigo dedicado e sincero que se foi, perdemos um companheiro dedicadíssimo e valente na defesa de nossa classe. Maneco foi um dos fundadores do *Clarim da Luz* e do *O Operário*, nos quais ele trabalhava com verdadeiro ardor e entusiasmo. Pêsames a sua distintíssima família.” (Manoel Serralha, *O Operário*, 26 de setembro de 1909, p. 1)

¹⁸² Segundo o próprio Allan Kardec, seria ele o “decodificador do espiritismo”. Allan Kardec (1804-1869), é o pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail. Kardec foi discípulo do educador suíço Johann H. Pestalozzi (1746-1827), e além de educador era filósofo.

como já demonstrei ao longo dessa pesquisa, é bastante compreensível essa aproximação na imprensa operária do começo do século XX.

Outro fator é a confusão da mensagem humanitária com algum aspecto do socialismo, porém, essa simbiose presente entre as concepções alguns editores desses dois jornais sorocabanos foram além de “algumas confusões”, como o historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho (2007) definiu, a linha editorial do *O Operário* se aproximava de um socialismo espírita.

Leon Denis, um dos principais divulgadores do espiritismo pós Kardec, foi um dos grandes construtores dessa ponte, publicando o ensaio *Socialismo e Espiritismo* (1924), que ganhou versão brasileira em 1982 com cerca de dez mil exemplares. Mas essa ligação, como é destacada neste texto, era feita anteriormente por diversas figuras, e se fazia presente dos *fronts* revolucionários aos religiosos influenciados pelo humanitarismo. Além de que, como o próprio Denis destaca, a valorização da ciência pelos socialistas e comunistas em um contexto que ele entende de “baixo nível intelectual e moral” do pós 1ª Guerra Mundial é outro fator que os aproxima. Apesar de algumas figuras como Guarino Fernandes dos Santos do PCB (Partido Comunista Brasileiro) ser kardecista e comunista, a tendência com a qual os kardecistas dialogavam mais comumente era o socialismo utópico, ainda mais na conjuntura em que esteve ativo *O Operário*. Não obstante, o historiador Carlos Cavaleiro (2009, p. 71) alerta: “O socialismo buscado por Denis não parece ser o marxismo e seu materialismo-dialético e nem mesmo o utópico”, sendo mais próximo de um ideal. (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 51)

Se faz necessário mencionar é a presença de artigos na língua italiana no jornal e a presença de imigrantes da Itália nas ações político-sociais no município de Sorocaba. Matérias com tal presença são bastante significativas e comuns no primeiro ano (1909) de circulação desse periódico. Destaquemos algumas: Na primeira edição, as seguintes matérias foram redigidas em italiano: *Augurio*, *Come divenni socialista* e *La ragione... per cui* sendo as duas primeiras assinadas por N. Lico e a terceira por Misko Fota. Na sexta edição¹⁸³ há a primeira matéria sobre uma greve de operários de outra nação, no caso a Itália; o artigo não tem assinatura de redator e é intitulada *Gréve de empregados do “lotto” em Napoles e Florença*, e nessa mesma edição há uma menção há uma sociedade portuguesa no artigo¹⁸⁴, a *Real Sociedade Beneficente Portuguesa “Vasco da Gama”*, mas em geral boa parte das referências a movimentos e organizações de europeus é relacionada ou aos movimentos que se dão na Itália ou aos imigrantes italianos locais nas lutas operárias.

Na sétima edição, em 17 de outubro de 1909, o ítalo-brasileiro Antonio Argento ganha destaque em matéria intitulada *Comício de protestos*¹⁸⁵, na qual relata manifestações ocorridas

¹⁸³ 10 de outubro de 1909, a referida matéria se encontra na página 3 dessa edição.

¹⁸⁴ 10 de outubro de 1909, a referida matéria se encontra na página 3 dessa edição.

¹⁸⁵ 17 de outubro de 1909, a referida matéria se encontra na página 3 dessa edição.

na cidade de Sorocaba por parte dos operários em relação ao fuzilamento de Francisco Ferrer, na Espanha. E na nona edição, em 31 de outubro de 1909, o próprio Antonio Argento terá um artigo seu publicado no *O Operário*; a matéria, redigida em italiano, foi intitulada *La questione sociale e il socialismo*¹⁸⁶.

Em Isabel Cristina Caetano Dessotti (2017) encontra-se um vestígio dessa razão. Desde as décadas finais do século XIX, a imigração italiana vinha investindo no município de Sorocaba, o que deveria atrair mais e mais imigrantes dessa nacionalidade atrás de trabalho e oportunidades.

Os estrangeiros traziam técnicas e experiência, o que faltava nos moradores da cidade, além de capital disponível para novos empreendimentos. Nos jornais da época, multiplicam-se os anúncios de estabelecimentos comerciais dominados por imigrantes estrangeiros, notadamente os italianos.

A partir da década de 1880, a maior parte das manufaturas e fábricas organizadas em Sorocaba pertenciam a imigrantes italianos, como a Fábrica de Calçados de Alfredo Malzone e a Fábrica de Banha de Francisco Matarazzo, (1883), a Fábrica de Macarrão de Antonio Fazano e a Fábrica de Café em pó de Mathias Baddini, (1885), a Fábrica de Cerveja e Licores, que utilizava matéria-prima da região de Salvador Argento, e a Fábrica de Calçados de Giuseppe Argento. (DESSOTTI, 2017, p. 36)

Ocupando esse espaço de ser o principal, e de certa forma único, periódico sorocabano a estar alinhado com a classe operária e suas demandas, o jornal *O Operário* não tardou em encontrar conflitos que expressavam a luta de classes em Sorocaba, na mesma proporção em que as elites locais se estruturavam em torno de seus projetos socioculturais e estavam dispostas às mais intensas formas de conter esses operários, fosse combatendo o jornal *O Operário* por vias de sua imprensa, como o caso já relatado no capítulo anterior do jornal *Cruzeiro do Sul*, ou mesmo fazendo uso dos agentes de segurança com prisões e conflitos. Em artigo publicado na data de 31 de julho de 1910, há referências sobre os impactos da luta de classes nas portas do periódico da classe operária:

[...] Doze meses (de atividades do jornal) já são decorridos, doze meses sim, em que nosso espírito tem trabalhado em favor dos que precisam, em favor dos que sofrem sem murmurar uma queixa, envolvidos nas trevas da ignorância, como se fossem seres irracionais, sem vontade, sem pondonor (sic), sem nada.

As ameaças que tem surgido por ali contra nós, nenhum receio tem nos infundido, porquanto só verbaremos (sic) a verdade, por mais terrível que seja, atinja quem atingir,, e aqui esperamos impávidos do que afirmamos, certos de que não as virão, pois do contrário já poderíamos ser processados mais de uma vez, em virtude das pesadas denúncias que lançamos em público, minuciando, pesadas ocorrências e até criminosas. (Estamos vencendo, *O Operário*, 31 de julho de 1910, p. 2)

¹⁸⁶ 31 de outubro de 1909, a referida matéria se encontra na página 1 dessa edição.

Nesse mesmo artigo, considerando uma das “vitórias” que estão conquistando, o autor (ou atores), destaca como ponto central do resultado da luta dos operários as conquistas no campo da educação, passando por temas como alfabetização, educação de crianças (14 anos em diante) e as escolas noturnas:

O governo, porém, num rasgo de verdadeiro sentimento de humanidade, remediou esse mal, sancionando uma lei que estabelece escolas noturnas para adultos, maiores de quatorze anos, nos diversos pontos industriais do Estado.

A criação e o funcionamento dessas escolas vêm, é incontestável, melhorar muito a condição atual dos operários, que por serem analfabetos na sua maioria, vivem, sempre de rastos, mergulhados nas trevas da mais crassa ignorância.

Louvamos sinceramente o ato do governo, o que lamentamos, porém, é não prever a referida lei, em um artigo qualquer, a admissão às matrículas os menores de quatorze anos. Passou provavelmente, pelo espírito do legislador essa falta, temos, porém, esperança que vão modifica-la nesse ponto, pois que o número de crianças que trabalham em fábricas e que não sabem ler, é avultadíssimo principalmente em Sorocaba, onde a indústria, pode-se dizer é a única fonte de sua vida econômica.

A instrução para o operário é tão necessária, tão imprescindível, como a ciência, como a erudição para o sábio, pois que o operário sem instrução nunca será bom operário, assim como o sábio sem a ciência nunca será sábio.

[...] É preciso, pois, que o operário saiba ler, escrever e contar perfeitamente.

Com esses princípios aliás elementares mitos poderão lucrar, ao passo que nada sabendo jamais chegarão à perfeição em uma arte qualquer, o terão que sujeitar-se a trabalhos pesados, sujos e grosseiros por não terem habilitação para outra coisa.

As escolas noturnas criadas pelo governo vão preencher essa lacuna há muito suspirada. (Estamos vencendo, O Operário, 31 de julho de 1910, p. 2)

Ao apresentarmos a discussão a respeito do sindicalismo revolucionário e anarcosindicalismo, almejávamos justamente preparar à reflexão a respeito de como a historiografia local reconhece e afirma ter sido o jornal *O Operário* um periódico anarquista ou anarcosindicalista. O historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, autor da edição Fac-Similar desse jornal, traz uma leitura com a qual muito nos alinhamos:

A historiografia sorocabana geralmente tem classificado o jornal como sendo de tendência anarco-sindicalista, talvez por algumas ideias veiculadas em suas páginas como também pelo predomínio de tendências anarquistas libertárias no seio do movimento operário àquela época. No entanto, apesar da significativa difusão do pensamento anarquista e de sua relevância no início do século XX, especialmente no Estado de São Paulo, ele não chegava a representar a única expressão das práticas operárias. Assim, havia também outras manifestações culturais e orientações ideológicas expressas pelos trabalhadores. (CARVALHO, 2007, p. 7)

Apesar da dificuldade já apontada em precisar de fato como as linhas de anarcosindicalismo e sindicalismo revolucionário se desdobravam no Brasil, não são poucos os artigos no *O Operário* que destacam a centralidade do sindicato como agente central de disputa político-social, o que pelas linhas de Toledo (2002) é uma marca distintiva do sindicalismo revolucionário, além dos elementos de fusão de princípios do marxismo e

anarquismos. Um vestígio dessa manifestação pelas linhas da autora é o artigo assinado por Augusto Cesar dos Santos¹⁸⁷ em 10 de setembro de 1911, intitulado “Razão de ser do sindicalismo”:

A observação atenta dos fenômenos econômicos, a concentração crescente dos capitais, a associação do capital e da ciência para a exploração da indústria e do comércio de todos os domínios da atividade, em suma, indicam a obrigação para o proletário de se agrupar, afim de opor à potência do dinheiro e das associações anônimas, que dispõem do destino de milhares de operários, uma força coletiva capaz de conquistar melhores condições de existência e de obter uma parte legítima das riquezas criadas.

Nenhuma instituição política, nenhuma doutrina religiosa se encontra atualmente apta a impor deveres aos ricos, ao patronato, por um termo à falta de segurança no dia de amanhã, que é a consequência da desordem econômica atual.

Cada escola, cada partido, preconiza um sistema que assegurará, a transformação total da sociedade. Mas aqui começam as divergências.

Uns, proclamam o dogma da supressão da propriedade individual, do patronato e do salário. Outros, pretendem que não há interesse algum em insistir nas melhorias sociais, por parcelas, dado que conservam o estado atual e adormecem o proletariado; e necessário, dizem, demolir esta sociedade apodrecida, substituindo-a por uma sociedade livre, federalista e comunista. Outros ainda, julgam que podem conquistar, sem tréguas, novas reformas, arrancando dia a dia aos capitalistas, uma parcela da riqueza e da autoridade despótica, engrandecendo pouco a pouco o poder de resistência dos trabalhadores para assim se encaminharem, lentamente, e certo a um melhor estado social.

O antagonismo é irreduzível entre as soluções pregadas por coletivistas e anarquistas. Os primeiros querem confiar aos funcionários do Estado a missão exercida hoje pelos patrões; os segundos, tendo como despótica a tutela do Estado, querem suprimir toda a autoridade e todo o governo.

Esse antagonismo tem produzido uma lamentável divisão das forças operárias e levado a intermináveis discussões.

A ação política dos coletivistas e o antiparlamentarismo dos anarquistas nunca poderão contribuir para união, nem tão pouco para uma educação útil dos membros das organizações sindicais. A discórdia estará sempre latente.

Qualquer que seja o método de ação, qualquer que seja a doutrina que puguem os vários militantes, todos estão de acordo, sobretudo os mais esclarecidos, que nada de útil e durável se fará, em matéria de transformação social, sem preparar os indivíduos por uma educação nova.

Sindicalistas, cooperativistas parlamentaristas, cooperativistas, positivistas, comunistas e libertários, e até os socialistas católicos, todos, absolutamente todos estão de acordo nesse ponto.

Sendo assim, é um perigo para os trabalhadores desprezar ou abandonar a ação sindical, direta, eficaz e para por toda a sua confiança na intervenção do Estado, legislador, considerando-o como a verdadeira Providência. A abdicação seria funesta. Os parlamentares não podem fazer milagres e o depor uma lista numa urna não pode metamorfosear a ordem social. (Razão de ser do sindicalismo, O Operário, 10 de setembro de 1911, p. 1)

¹⁸⁷ A diante, no capítulo 4, aprofundarei o debate a respeito desse importante militante sindicalista de Portugal e que teve muitos textos extraídos e publicados no *O Operário*. Como em 1911, muitos desses textos sindicalistas foram vinculados nas páginas do noticioso sorocabano, passei a considerar o sindicalismo como uma concepção de mundo nele presente, e não mera extração.

Razão de ser do Syudicalismo

A observação attentiva dos phenomenos economicos, a concentração crescente dos capitães, a associação do capital e da sciencia para a exploração da industria e do commercio de todos os dominios da actividade, em summa, indicam a obrigação para o proletariado de se agrupar, afim de oppôr á potencia do dinheiro e das associações anonymas, que dispõem do destino de milhares de operarios, uma força collectiva capaz de conquistar melhores condições de existencia e de obter uma parte legitima das riquezas criadas.

Nenhuma instituição politica, nenhuma doutrina religiosa se encontra actualmente apta a impôr deveres aos ricos, ao patronato, pôr um termo á falta de segurança do dia de amanhã, que é a consequencia da desordem economica actual.

Que meio resta, pois, aos trabalhadores para remediar esta situação, para conquistar o logar que lhes pertence na sociedade?

Cada escola, cada partido, preconisa um systema que assegurará, segundo os seus partidarios, a transformação total da sociedade. Mas aqui começam as divergencias.

Uns, proclamam o dogma da suppressão da propriedade individual, do patronato e do salario. Outros, pretendem que não ha interesse algum em, insistir nas melhoras sociaes, por parcelas, dado que conservam o estado actual e adormecem o proletariado; e necesario, dizem, demolir esta sociedade apodrecida, substituindo-a por uma sociedade livre, federalista e comunista. Outros ainda, julgam que se podem, conquistar, sem treguas, novas reformas, arrancando dia a dia, aos capitalistas, uma parcela da riqueza e da sua autoridade despotica, en-

grandecendo pouco a pouco o poder de resistencia dos trabalhadores para assim se encaminharem, lentamente, é certo, a um melhor estado social.

O antagonismo é irreductivel entre as soluções pregadas por collectivistas e anarchistas. Os primeiros querem confiar aos funcionarios do Estado a missão exercida hoje pelos patrões; os segundo, tendo como despotica a tutela do Estado, querem supprimir toda a autoridade e todo o governo.

Este antagonismo tem produzido uma lamentavel divisão das forças operarias e levado a intermináveis discussões.

A acção politica dos collectivistas e o anti-parlamentarismo dos anarchistas nunca poderão contribuir para a união, nem tampouco para uma educação util dos membros das organizações syndicaes. A discordia estará sempre latente.

Qualquer que seja o methodo de acção, qualquer que seja a doutrina que preguem os varios militantes, todos estão de accordo, sobretudo os mais esclarecidos, que nada de util e duravel se fará, em materia de transformação social, sem preparar os individuos por uma educação nova.

Syndicalistas, cooperativistas parlamentaristas, collectivistas, positivistas, communistas e libertarios, e até os socialistas catholicos, todos, absolutamente todos, estão de accordo n'esse ponto.

Sendo assim, é um perigo para os trabalhadores desprezar ou abandonar a acção syndical, directa, eficaz e para pôr toda a sua confiança na intervenção do Estado, do legislador, considerando-os como a verdadeira Providencia. A abdicação seria funesta. Os parlamentares não podem fazer milagres e o depôr uma lista n'uma urna não pode metamorphosear a ordem social.

(Continúa)

Augusto Cesar dos Santos

Analisando esse artigo, encontro um conjunto de pontos a se destacar que me são mais centrais em minhas discussões, assim como ao tema de minha pesquisa: primeiro a questão da pluralidade de concepções presentes na classe operária brasileira nas primeiras décadas da Primeira República; são cerca de dez concepções mencionadas no texto de Augusto César dos Santos, e se deve reconhecer que nos primeiros anos de publicações *O Operário* estava aberto aos “colaboradores diversos”; assim, fica compreensível a ampla gama de referências, pautas e visões de mundo a respeito dos mais diversificados assuntos. O que inviabiliza as rotulações desse periódico como “anarcosindicalista” ou qualquer outra definição que venha aparecendo na historiografia local.

Além disso, nem todos os textos publicados no jornal *O Operário* são de fato textos para ele submetidos e sim extrações de outros materiais como livros, panfletos e outros jornais operários. Sob essas condições, encontram-se textos de Malatesta, Euclides da Cunha e até mesmo os da concepção sindicalista escritos pelos portugueses Augusto César dos Santos e Emilio Costa. Isso torna ainda mais imprudente qualquer alcunha a respeito de delimitar as linhas do jornal, pois os próprios textos extraídos eram extremamente variados e com uma gama ampla de assuntos debatidos.

Segundo ponto é a respeito da “educação nova”, que nos remete à justamente um dos aspectos centrais do marxismo no campo da educação: a formação do “novo homem”. Esse tema passou a ser debatido amplamente após o sucesso de algumas revoluções sociais ao longo do século XX por figuras como Lenin¹⁸⁸ (Revolução Russa) e Fidel Castro¹⁸⁹ (Revolução Cubana); entretanto, como já aponte em minha Introdução, o próprio Marx e outros autores ligados aos movimento progressistas e de lutas sociais já vinham destacando a centralidade da Educação como fim de “transformação social” e a busca pelo “homem novo”, ainda que boa parte reconhecesse a necessidade de uma “educação nova”.

Até pelo aparelhamento que as classes dominantes faziam em relação à educação operária, que era algo compreendido naquele contexto pelos operários, não à toa o paradigma anarquista apresentava, em algumas de suas correntes, a questão de a formação operária ser

¹⁸⁸ Lênin tem uma gama muito ampla de textos a respeito de filosofia, política e lutas sociais, e quem nos legou muitos textos a respeito da educação soviética foi a educadora Nadezhda Konstantinovna Krupskaya, além de outros nomes como Moisey Pistrak, Viktor Shulgín e Anton Makarenko. Porém, em *As tarefas revolucionárias da juventude* (2015), Lenin apresentou intensamente esse debate acerca da educação e da formação do “homem novo”.

¹⁸⁹ Para Fidel Castro, o tema “formar o novo homem” era um de seus três grandes dilemas para o século XX, fazendo com que a educação tivesse uma importante centralidade em seus debates, discursos e projetos político-sociais. Para aprofundar esse debate, deixo algumas indicações *A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo* (2015) e *Fidel e a revolução* (2017).

feita em sindicatos ou movimentos sociais populares e não sob a tutela do Estado, ainda que outras correntes como socialismo e o sindicalismo não negassem por completo essa faceta, reconhecendo justamente a contradição e as demandas dos operários.

O terceiro ponto é a respeito de matérias sem assinatura ou mesmo as que possuíam alguma assinatura, ainda que com nomes fantasias (e até nomes falsos) ou indicando algum primeiro nome, como “Paulo” (que não necessariamente se tratava do primeiro nome daquela pessoa que redigiu aquele texto).

Encontramos duas razões bastante plausíveis para tal: primeira, a questão da segurança, como deportamentos (*sic!*) de imigrantes considerados indesejáveis ao projeto de sociedade das elites locais, que eram relativamente comuns desde o começo do século XX; a segunda razão é um debate levantado pelo jovem Marx em seus anos de atividade pelo jornal *Gazeta Renana*, que se refere a apresentar ou assinar um texto sob o nome próprio “[...] isolaria tão rigidamente cada artigo como o corpo isola as pessoas umas das outras” e o jornal seria um espaço de reunir várias opiniões individuais e formas “[...] o órgão de um único espírito” (MARX *apud* BENSALD, p. 13). Até pela articulação dos trabalhadores desde meados do século XIX, entendemos que essa concepção pode ter influenciado, diversos órgãos da imprensa dos trabalhadores e reverberado no *O Operário* em alguns autores. (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 48)

Ao longo desse capítulo o leitor encontrará um conjunto amplo de textos reproduzidos do jornal *O Operário*, que apresentarão essas características em relação às assinaturas dos autores; portanto, parto do entendimento de que tais considerações são bastante relevantes para análise da fonte. E, retomando o debate a respeito de criar “padrão paradigmático”, afirmar uma tendência política-filosófica única e até mesmo hegemônica nesse material sem sequer a noção ampla a respeito dos colaboradores é mais impreciso ainda, por justamente forçar enquadramentos para explicar aquilo que se espera, e não o que é de fato a fonte.

Importa lembrar que em Sorocaba, desde o final do século XIX, haviam ocorrido tentativas da formação de partidos políticos¹⁹⁰ de orientações progressistas, justamente pela demanda que veio no caldeirão da formação de consciência de classe por via do processo de instalação de fábricas, ferrovia, escravidão e a vinda da mão de obra imigrante. Há ainda o fator do trabalho feminino e infantil, que compunham as fileiras das fábricas e plantações em

¹⁹⁰ Não estou afirmando que *O Operário* tenha tido relação com essa iniciativa, mas indico que se trata de acúmulos em relação à conjuntura e que exigiam uma atuação maior e organizada do que associações, na ausência de partido, o jornal faz essa função. Em tempo, o editorial da primeira edição em 18 de julho de 1909 foi afirmado: “Não pretendo, ostensivamente, qualquer ligação partidária no município, porque nosso fito é outro [...]” (*O Operário*, *O Operário*, 18 de julho 1909, p. 1): todavia, se trata de um texto com elementos difusos, hora tem caráter sindicalista (luta de classe, reconhecimento da exploração do homem pelo homem, usa o conceito de “mutualismo” – mais próximo aos anarquistas e algumas noções de luta coletiva) e em boa parte dele traços do positivismo de Comte (termos como “ordem”, “família”, religião – “Deus”, “sagrada”, se “mostrar, gradativamente, sem as graves perturbações”). Mesmo pregando neutralidade política, o jornal acabou envolvendo-se em diversas manifestações partidárias ao longo dos seus anos de atividade.

Sorocaba, que também impacta nas publicações do jornal e nas pautas sobre educação popular.

Em Sorocaba, a constituição do operariado, assim como a condição destes nas fábricas, era semelhante à dos operários paulistas: parte dos trabalhadores era formada por imigrantes, por mulheres e crianças, e todos estavam, também, sujeitos a diversos perigos, situações abusivas e constrangedoras no ambiente fabril. Assim como na capital do Estado, a imprensa operária representava uma das únicas vias de interlocução e de denúncia para os trabalhadores, e também as mulheres fizeram uso desta. (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 55)

Até esse momento em minha pesquisa e mesmo dos artigos, livros e teses que li ao longo desse processo, há um grande enfoque nas pautas a respeito das escolas noturnas, redução da jornada de trabalho para oito horas, os direitos à instrução para crianças e até mesmo as menções à Escola Moderna e Francisco Ferrer. Entretanto, em artigo assinado por J. J. Rivier, em 2 de junho de 1912, urge a dificuldade dos quadros mais articulados do movimento operário diante das próprias limitações teóricas e políticas dos demais membros da classe dos operários. Tamanha é a contradição, que há necessidade de intervenção policial a fim de garantir as atividades da escola da União Operária. Esse artigo denúncia de Rivier transcreveremos na totalidade:

Não posso calar

Não posso deixar de lançar um protesto na ata da história do operariado de Sorocaba; um protesto sim, contra os malignos intentos que envergonham o caráter honesto e honrado do trabalhador. Antes que os meus companheiros de luta se espantem com essa minha declaração, afirmo-lhes que estou a muito tempo convencido que a ordem do burguês como eles entendem, é o silêncio e o deserto, é a paz das trevas e a tranquilidade dos túmulos, e a doçura do sono dormido sob as asas de uma previdência fictícia, que se diz vela pela sociedade.

Convencido estou também que a burguesia é uma classe pretenciosa e fofa que lança diante de nós toda a casta de embaraços e tropeços, para sustentar a nossa marcha, em tudo o que diz no nosso aperfeiçoamento moral, material e intelectual.

Mais do que convencido estou, que devo lutar sem trégua para derrubar essa classe que nos afoga e oprime, e passar por alto das vis calúnias que nos lançam fingendo apenas o porvir risonho, de amor e liberdades e aperfeiçoamento incessante, onde a humanidade encontrará a vida, com menos padecimentos do que hoje.

Mas permitam camaradas, que seja breve e resumido em dizer-vos o que não posso abafar por mais tempo. Em todos os países que percorri, europeus e americanos, desde as mais pomposas cidades aos mais afastados sertões não encontrei um operário análogo ao de Sorocaba. Esta é a suprema vergonha do mundo inteiro, que até para funcionar a escola da União Operária, sob as luzes racionalistas, é preciso da proteção da polícia. E é preciso notar que não é nenhum burguês e nem filhos de burgueses que assaltam a escola com imprecações chegando até apedrejar moças alunas que se retiram para suas casas. São os próprios operários e filhos de operários, são essa escória social que aborrecem a virtude, o cultivo intelectual e o respeito, enfim, tudo quando pode afastar o indivíduo da tendência do mal e ergue-lo no nível do homem civilizado. Uns combatem a União outros difamam ela, e muitos pretendem que a sociedade é um ramo de exploração, outra parte pretende que seja capa de crimes etc. sem contar os descontentes que coisa alguma os satisfazem e combatem tudo quanto há de mais nobre e elevado.

Quem se dedica a estudar um pouco a psicologia desse operariado, encontrará logo pela primeira vista o sopro da corrupção que apagam no caráter desses homens todo o relevo da dignidade humana.

Oh! Triste e dolorosa verdade, é ter que dizer-vos que a maioria desses operários, tem gasto completamente o senso rubral (*sic!*), por isso pouco se importa as arguições de inimizades e as acusações de corrupção; porque já não acham nenhum eco na gruta estúpida da consciência asfixiada, o grito de regeneração!

Repugna nos sentimentos da dignidade humana, ver esses homens nossos iguais, embrutecidos, fanatizados, e eternos escravos do capital, reduzidos a uns moles instrumentos de trabalho, sem poder erguer-se amancipal (*sic!*) os, fazendo-lhes compreender os princípios que devem seguir para obter um assento no banquete social, onde se brindam a liberdade e o respeito mútuo. (Não posso calar, *O Operário*, 2 de junho de 1912, p. 1)

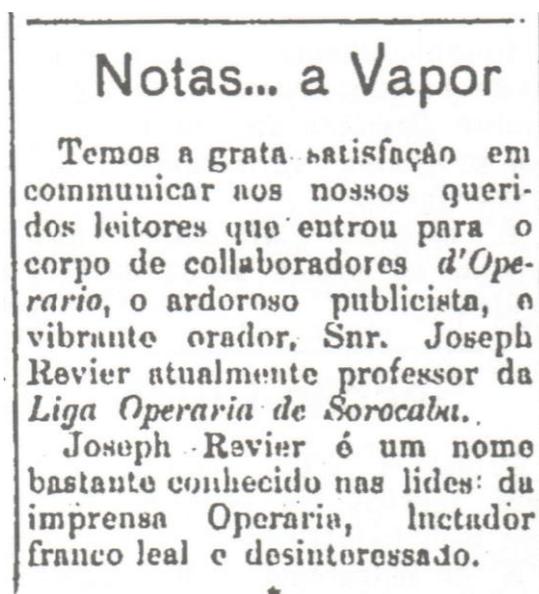
O autor desse artigo é Joseph Jubert Rivier, professor e militante com muita experiência na atuação e organização do movimento operário. Rivier, imigrante francês nascido em Lyon, atuou como professor em duas Escolas Modernas: a de Sorocaba (relatada nesse episódio, inclusive exerceu também o trabalho de administrados nessa unidade) e outra em Bauru. Guiraldelli Jr. (1987) se refere a ele como professor e marceneiro, e em artigo¹⁹¹ foi referenciado como um anarcosindicalista que reconhecia a luta de classes. Teve atuações importantes na imprensa operária¹⁹² como em *O Operário* e *A Lanterna*, e na organização do movimento operário da cidade de Bragança e de Sorocaba. Respondeu processo judicial pela lei Adolfo Gordo, foi condenado e expulso do Brasil.

Seu início como colaborador do *O Operário* foi tão comemorada que lhe valeu uma nota em 14 de abril de 1912:

¹⁹¹ *A trajetória de Joseph Jubert professor francês e anarquista: a instrução libertária silenciada e reprimida* (2018) escrito por Souza, Guimarães, Paiva e Cabral.

¹⁹² Inclusive com participação bastante ativa no *O Operário* entre os anos de 1911 e 1912.

Ilustração 4 – Trecho do jornal *O Operário* artigo *Notas... a vapor*.



(Fonte: *Notas... a vapor*, *O Operário*, 14 de abril de 1912, p. 2)

Retomando a questão da contradição denunciada por Rivier em Sorocaba, Marx trabalha com a categoria do *lumpemproletariado*¹⁹³ em duas de suas obras com as quais estruturamos o debate de classes: *Manifesto do Partido Comunista* (2004) e *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (2011). Além dessas obras também utilizaremos *Dicionário do Pensamento Marxista* (2012) organizado e editado por Tom Bottomore, para refletirmos a respeito dessa categoria, uma vez que nossa análise tem como eixo a questão da luta de classes.

Em o *Manifesto do Partido Comunista* (2004), Marx define esse setor do operariado da seguinte maneira:

O lumpemproletariado, essa putrefação passiva dos estratos mais baixos da velha sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; no entanto, suas condições de existência o predispõe bem mais a se deixar comprar por tramas reacionárias. (MARX, 2004, p. 55)

No material editado por Bottomore, lumpemproletariado é traduzido do alemão como “lixo de todas as classes” (2012, p. 328). O *Dicionário do Pensamento Marxista* (2012) ainda apresenta as definições de Otto Bauer e L. Trotski para esse conceito. Entretanto, ambas definições são análises tomando como ponto de partida os impactos do pós-Primeira Guerra

¹⁹³ Esse conceito é um ponto de discordância entre Bakunin e Marx, “[...] porque nele e somente nele, e não na camada aburguesada da massa operária, residem o espírito e a força da futura revolução social” (FAUSTO, 1983, p. 64). Considerando meu referencial teórico, trabalharei com a concepção de Marx e Engels nessa análise.

Mundial ou mesmo a ascensão do Fascismo e não as exploraremos para tal conjuntura: Sorocaba anterior à Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, no *Dicionário do Pensamento Marxista* (2012) recorre-se à um conceito de Marx presente no *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (2011): “[...] indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeira [...] batedores de carteira, mendigos”, etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder” (BOTTOMORE, 2012, p. 328).

A denúncia apresentada por Rivier é forma de desmascarar a noção romantizada de narrativas históricas construídas e idealizadas a respeito de um operariado local que em sua materialidade também tinha suas contradições e disputas, e justamente pelo compromisso social tanto em razão de questão teórico-metodológica como de sujeitos históricos, é preciso reconhecer, analisar e lidar com tais contradições, ao invés de jogá-las para debaixo do tapete e transformar em literatura a luta de classes. Hobsbawm nos lembra do compromisso como historiadores:

Essas e muitas outras tentativas de substituir a história pelo mito e a invenção não são apenas piadas intelectuais de mau gosto. Afinal de contas, podem determinar o que entra nos livros escolares [...]. Mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável, dizendo: “Somos diferentes e melhores do que os Outros”. [...]. História não é memória ancestral ou tradição coletiva. [...]. É muito importante que os historiadores se lembrem de sua responsabilidade, que é, acima de tudo, a de se isentar das paixões de identidade política – mesmo se também as sentirmos. Afinal de contas, também somos seres humanos. (HOBSBAWM, 1997, p. 19)

O próprio jornal *O Operário* apresenta tantas outras matérias denúncias em situações que envolvem racismo (como demonstrado anteriormente) e violências físicas e morais contra trabalhadoras mulheres, ou mesmo omissão dos colegas de fábrica diante desses casos, que não raramente aconteciam nos próprios pátios das fábricas.

[...] A senhorita Luiza Alves, retirou-se da fabrica Fonseca, por não poder suportar as propostas indecorosas que lhe dirigia o mestre da fábrica que além de perder-lhe o respeito, a qualificada de horizontal. Ninguém soube defender a honra dessa pobre moça, nem dar uma lição no atrevido mestre da fábrica.
Oh, que solidariedade ridícula deste operariado.
União Operária. (A moral na “Fabrica Fonseca”, *O Operário*, 11 de agosto de 1912, p. 2)

Artigos como esse, assinado pela União Operária, não são incomuns no jornal desde seu ano de fundação, em geral apelando para a consciência moral ou de classe do operariado sorocabano. A própria União Operária recebia uma série de críticas e rejeições por parte de

operários organizados em movimentos ou não, isso se evidencia em artigos presentes no próprio jornal *O Operário* como *Uma resposta à União Operária*¹⁹⁴ (texto anônimo que foi respondido em edição posterior por J. J. Rivier no artigo *Resposta ao anonymato*^{195 196}) e *Entre dois operários*¹⁹⁷ (artigo assinado por “um ouvinte” no qual relata um diálogo entre dois operários de diferentes fábricas, reclamando das condições de trabalho e comentando a respeito do fato da União Operária mobilizar-se somente por seus filiados, um dos dois que conversam admite a coerência da União a esse respeito).

A marca da distorção sobre a fonte, como aponta Raquel Glezer (1992), é um aspecto negativo em muitas análises sobre o jornal *O Operário*, tratado como baluarte da resistência revolucionária dos operários locais, jornal anarquista, jornal anarcosindicalista e jornal socialista. Mas os próprios textos dos sujeitos daquele contexto expressam uma outra realidade e com relações muito mais contraditórias do que apontam uma diversidade de pesquisas produzidas.

Figuras importantes das correntes anarquistas, como Oreste Ristori e J. J. Rivier, acabaram atuando e engajando-se na Escola Moderna de Sorocaba e também na atuação frente aos trabalhadores locais, somados a outros nomes que na região de Sorocaba tinham alguma projeção entre a classe dos operários e que publicavam no jornal *O Operário*. Mas ao restringir a esses militantes e seus grupos toda a pluralidade e contradição exposta nas páginas desse periódico, para construir a noção de que se tratava de um jornal “revolucionário” ou para fazer qualquer outra exaltação, é anacronismo e falhar com o compromisso do historiador como Hobsbawm nos lembra.

A respeito da atuação do italiano Oreste Ristori, este “[...] percorreu o interior do estado realizando conferências em benefício das Escolas Modernas, incluiu ‘o flagelo do alcoolismo’, anunciado com um tom aterrorizante e com umas quarenta projeções impressionantes relativas” (DESSOTTI, 2017, p. 221). Na edição de 24 de abril de 1910 do *O Operário* sua passagem por Sorocaba é relatada:

¹⁹⁴ Uma resposta à União Operária, *O Operário*, 3 de maio de 1912, p. 2.

¹⁹⁵ Resposta ao anonymato, *O Operário*, 12 de maio de 1912, p. 2.

¹⁹⁶ Nesse texto Rivier, afirma que “[...] o indivíduo que escreve e não assina o que escreve: é um covarde que não quer assumir a responsabilidade de seus vômitos lançados pelas colunas do jornal”. O que também nos remete à reflexão de Bensaïd em *Os despossuídos* (2017) no quesito do anonimato na imprensa operária. Rivier de fato assina de variadas formas: J. J. R., J. J. Rivier e Joseph J. Rivier os seus artigos no *O Operário*. Entretanto quando escreve esse artigo no *O Operário* já passava por um processo jurídico em Bragança, em decorrência de suas atividades de luta e liderança política diante da classe operária de lá. Em suas atividades em Sorocaba em momento algum solicita anonimato mesmo quando passa a ser alvo da justiça local.

¹⁹⁷ Entre dois operários. *O Operário*. 6 de outubro de 1912, p. 1.

Ilustração 5 – Trecho do jornal *Oreste Ristori*



(Fonte: *O Operário*, 24 de abril de 1910, p. 3)

Que se retome, Ristori compunha o quadro de militantes libertários que formaram o Comitê Pró-Escola Moderna. A educação operária foi um grande vetor de mobilização entre anarquistas importantes ao redor de Sorocaba.

Outros modelos escolares também apareceram nas páginas do jornal *O Operário*, como o promovido na(s) escola(s) pela Loja Maçônica Perseverança III:

Escolas noturnas

Após o novo horário das fábricas de tecido desta cidade, graças ao movimento ultimamente realizado com grande êxito para os patrões e operários reforçou-se o elemento escolar nas escolas noturnas da Perseverança III.

Esse novo incremento, para o nosso meio social, é de grande vantagem; por quanto ele representa o efeito da greve que leve por único objetivo a instrução da classe menos favorecida da sociedade.

O procedimento digno e correto da benemérita loja Perseverança III, merece, por todos os títulos, os nossos melhores ecomios (sic) e por essa razão, louvamos, do melhor coração, o grande alcance dos dignos propugnadores do bem, que constituem o elemento maçônico local.

Essa grande instituição, abrindo escolas para os míseros sedentos de luz, não faz mais do que abrir as portas do grandioso templo, onde residem o absoluto que é Deus. (Escolas nocturnas, *O Operário*, 27 de agosto de 1911, p. 2)

E como em matéria publicada em 24 de janeiro de 1912:

Escola mixta (sic) particular

Realizou-se dia 30 do mês p. o. o encerramento das aulas desta escola, regida pelo professor Sebastião da Cruz Martins, o qual não tem poupado esforços para o adiantamento de seus alunos.

Após terminado os exames houve vários recitativos pelos alunos e alunas desta casa educadora, falando entre eles os alunos seguintes: Julio Jardim, Gil Fausto, Michilino Jardim; recitaram também as seguintes meninas: Antonia de Sousa, Rosalina Lixchini e outras. Recitaram com tanta graça, que muito agradou os ouvintes. Em seguida o aluno Elias Martins proferiu um pequeno discurso agradecendo os trabalhos e carinho do professor para com seus alunos.

Terminou despedindo-se de seus colegas até a reabertura das aulas. O prof. Sebastião Martins, em um improvisado discurso agradeceu a todos os seus alunos e as amabilidades pessoas presentes. Parabéns ao Sr. Martins, que tem sabido manter a árdua obrigação para com aqueles que necessitam de luz – as crianças. (Escola Mixta Particular, *O Operário*, 24 de janeiro de 1912, p. 2)

Esse artigo a respeito da escola, o professor Sebastião Martins apresenta um conjunto de aspectos ricos para uma análise: a educação mista, incluindo atividades em público das meninas, como em recitais, e também as perspectivas da educação como redentora para as crianças (sob a perspectiva iluminista de aquela que traz luz). Por se tratar de um texto sem nenhuma assinatura, não é possível precisar se essa exaltação parte de algum membro da União ou mesmo de algum militante anarquista como professor Rivier, o que seria imensamente rico em uma análise a respeito de como esses grupos observavam esse tipo de modelo escolar.

Já o texto a respeito das escolas noturnas administradas pela Loja Maçônica Perseverança III, retoma o ponto da educação como redentora, mas carrega também uma reflexão a respeito da luta de classes. Ao mesmo tempo em que traz essa categoria da “classe”, o autor/autora ou grupo/associação (se trata de um texto sem assinatura), exalta de forma inflamada a maçonaria sorocabana como “propugnadores do bem” e “grande instituição”, que abre a escola aos “miseros sedentos de luz”.

Em um primeiro momento, a exaltação da maçonaria, no caso pontual da Perseverança III, pode soar incoerente ou mais alguma contradição como resultado de toda uma mistura de concepções dos militantes sorocabanos. Porém, há dois aspectos importantes a destacar para entender essa relação dos operários locais com a Perseverança III.

Em primeiro lugar, reconhecemos que a respeito da própria demanda pela educação operária em Sorocaba, as forças sociais que com ela contribuísem receberiam tamanho entusiasmo, assim como pode se tratar de um texto de algum nível de socialismo cristão ou mesmo algum resquício de sindicalismo (lembrando até a flexibilidade permitida nessa corrente a respeito das atuações político-sociais fora do campo sindical), por isso reconhece a educação e instrução para a “classe”, ao mesmo tempo em que apresenta essa interpretação à maçonaria e evoca aspectos cristãos.

E em segundo lugar, o anarquista hispano-brasileiro Everardo Dias, um dos principais líderes operários e um dos organizadores da Greve Geral de 1917, era reconhecido por sua ligação com a maçonaria. Everardo Dias chegou a ser maçom em Sorocaba e delegado da Loja Perseverança III. Seguindo uma lógica historiográfica bastante similar a que estou utilizando, encontro no historiador Carlos Carvalho Cavalheiro (2009) a seguinte análise:

Outro notório anarquista, e que pertencia à maçonaria, foi o espanhol Francisco Ferrer. E em Sorocaba, no ano de 1922, a Loja Maçônica Perseverança III oficiou ao Presidente dos Estados Unidos pedindo clemência aos anarquistas Sacco e Vanzetti. Portanto, não é incongruente o fato de circular pelas colunas d'*O Operário* mensagens de cunho maçônico, anarquista, socialista ou espírita, concomitantemente. Na realidade, era esperado que, no auge da luta de classes operárias, no amago d aluta de classes e das lutas sociais, os operários se apegassem a diversas filosofias que trouxeram uma resposta, ou mesmo um lenitivo, às suas agruras. (CAVALHEIRO, 2009, p. 76)

Entre os membros da Liga Operária de Sorocaba, um dos quadros que mais abordará a questão da educação, e com grande enfoque no direito das crianças, será Antônio Marques, tesoureiro da Liga. Antônio Marques, em algumas ocasiões, agrega “Votorantim”¹⁹⁸ em sua assinatura de artigos do *O Operário* e também em algumas de suas publicações usa casos relacionados à operários de Votorantim, o que nos aproxima da hipótese de este ser um operário de lá.

Antônio Marques aparece nomeado como tesoureiro logo na fundação da Liga em um artigo-ata publicado em 24 de setembro de 1911: “Foram aclamados para reger a mesma, os nossos companheiro P. S. Oliveira Mesquita e Antônio Marques, sendo o primeiro para o cargo de secretário e o segundo para o de tesoureiro” (Liga Operária de Sorocaba, *O Operário*, 24 de setembro de 1911, p. 2). Retomando a hipótese a respeito da atuação de Antônio Marques, na lista¹⁹⁹ de nomeados como procuradores da Liga Operária, os representantes na Fábrica Votorantim foram: José Gusmão, Francisco Manganhato e Amadeu Silvestre.

A respeito de seus artigos sobre educação aborda questões sobre consumo de álcool no período de gravidez e também associa deficiências físicas e intelectuais dos filhos com o abuso de álcool dos pais (na coluna *Alcoolismo na infância*), mas é em *Educação das crianças* que debate mais incisivamente a esse respeito e apresenta concepções de educação: “A educação física, a vida ao ar livre deixando a criança brincar a vontade, saltar e correr

¹⁹⁸ Alguns artigos do *O Operário* nos quais Antônio Marques faz esse tipo de assinatura: *Ingratidão de um snr. Feudal* (15 de outubro de 1911) e *Alcoolismo na infância* (29 de outubro de 1911).

¹⁹⁹ A lista é publicada em artigo-ata em 01 de outubro de 1911, no texto intitulado Liga Operária.

moderadamente, são fatores que muito beneficiam os pequenos na idade de 4-5 anos em diante” (A educação das crianças, *O Operário*, 10 de dezembro de 1911, p. 2).

Em outro trecho desse artigo afirma:

É portanto nos primeiros meses de vida que se começa a educação da criança, e logo que ela principia a ter inteligência desenvolvida a compreender o que se passa ao redor de si, a interpretar os fatos, tornar-se imperioso cuidar também da educação de seu espírito, com tanto carinho como do desenvolvimento de seu corpo. É preciso aproveitar o desabrochar das suas ideias e guia-las, dirigi-las desde logo para o caminho das boas ações e isso insensivelmente, sem fatiga-las o que com facilidade se consegue.

A autoridade paterna e materna deve ser observada com atenção. Não vos quero aconselhar os constantes castigos, tão prejudiciais são para a infância, e a esse propósito já várias vezes tenho visto aqui²⁰⁰ em Sorocaba, Votorantim, e mesmo no Rio de Janeiro etc... (A educação das crianças, *O Operário*, 10 de dezembro de 1911, p. 2)

Um aspecto importante desse texto de Antônio Marques é o reconhecimento do brincar como parte de um processo educativo, sendo muito mais comum nos escritos a respeito de educação no periódico que analisamos o enfoque no ensino das ciências e nos debates a respeito da construção de uma moral por via escolar. Porém, nesse autor, as atividades físicas e o brincar são as bases para desenvolvimento intelectual e compreensão de mundo.

Assim, para finalizar, no que se refere às correntes políticas do movimento operário e das visões de mundo houve uma grande pluralidade nas páginas do jornal *O Operário* e nelas destacasse uma variedade considerável nas concepções de educação, que passam desde as mais influenciadas pelo positivismo, algumas pelo senso comum cristão ou pelo moralismo, além da presença muito significativa dos militantes e professores da Escola Moderna (ligada ao paradigma anarquista) e também concepções progressistas variadas, com diversos elementos que podem ser encontradas sistematizadas em autores comunistas da Europa do final do século XIX e começo do século XX, como Anton Makarenko.

Aproveitei esse capítulo para destacar algumas trajetórias de sujeitos na atuação no campo político-social e da educação e em Sorocaba, como Oreste Ristori, J. J. Rivier e Antônio Marques. Na medida em que evidencio o problema recorrente na historiografia local em lidar com essa fonte, descartando as contradições ali manifestadas e denunciadas. Inclusive, relacionado a esse mesmo aspecto, realizei o debate a respeito de pontos teóricos de fontes até o conceito de lumpemproletariado.

²⁰⁰ Nesse artigo pela primeira vez Antônio Marques assina por “Sorocaba”.

4.1 O Jornal “O Operário” (1909-1913): origens e concepções de mundo nele

presentes

Ao longo dessa pesquisa, mencionei diversas vezes a pluralidade de concepções político-sociais presentes nos trabalhadores brasileiros e conseqüentemente naqueles que escreviam para *O Operário*, bem como anteriormente trouxe agregado alguns textos já correspondentes às concepções de mundo. Agora, minha finalidade é aprofundar nessa análise e compreender um pouco mais a respeito dessa fonte e sua organização.

Para tanto, parto da análise do historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho a respeito de uma das passagens mais difundidas por historiadores do editorial de apresentação do *O Operário*, da primeira edição em 18 de julho de 1909:

Em seu editorial de apresentação *O Operário* coloca seu objetivo: “*a união ou a solidariedade da família operária de Sorocaba.*” Também não pretende qualquer envolvimento partidário no município, embora “*em ocasiões (sic) oportununas*”, se proponha a lançar a público “*uma série de verdades orientadoras da conduta do operariado, cuja educação cívica precisa ser completada, nem tanto para o conhecimento lúcido de seus deveres para com a Pátria, quanto para a valorização individual, de que resultará, íntegra e perfeita, a concepção de seus direitos de espírito e de consciência*”. (CARVALHO, 2007, p. 8)

Esse trecho a respeito de partidos, se trata de uma resposta na qual os editores afirmam, já no primeiro parágrafo desse editorial: “[...] atribuíram-nos uma origem mesquinha, a causa embrionária de uma paternidade política [...]” (*O Operário, O Operário*, 18 de julho de 1909, p. 1). Como evidencia esse trecho e as análises de Rogério Lopes, *O Operário* nasce em conflitos com grupos sociais de Sorocaba e já respondendo alegações que visavam a minar sua penetração na classe operária.

Ainda trabalhando com esse editorial, encontro e destaco a seguinte passagem:

Em que pese às maledicências estão inscritas em nossa bandeira de combate os fulgurantes verbos Paz e Amor, em boa hora lembrados pelo primeiro magistrado da Republica: paz com aqueles que nos dão o trabalho e merecem respeito e o amor recíproco, cristão, unindo todas as camadas, sem distinção de raças e de credos do vasto corpo trabalhador de Sorocaba. Não vimos guerrear torto e a direito, sem programa: procuraremos doutrinar com ajuda de poderosas observações de fora e dos exemplos de casa. (*O Operário, O Operário*, 18 de julho de 1909, p. 1)

Alternando entre conceitos cristãos, inclusive evocando-os, e ideias que nos parecem ligadas a algum grau de socialismo²⁰¹, apontam alguns elementos centrais de sua atuação: os colaboradores diversos e inclusive a menção aos que de outras cidades e regiões contribuiriam com seus textos (as “[...] poderosas observações os de fora [...]”), e também com os locais (os “[...] exemplos da casa”). Outro ponto que nos levou a esse recorte é a demonstrada simpatia por figuras da República, o que o historiador José Murilo de Carvalho (2004) explica: “Os operários, ou parte deles, acreditaram nas promessas do novo regime, tentaram organizar-se em partidos, promoveram greves, seja por motivos políticos, seja em defesa de seu poder aquisitivo erodido pela inflação (CARVALHO, 2004, p. 22).

Esse mesmo editorial traz debates acerca do trabalho das mulheres e crianças em ambientes de insalubridade, ainda que nesses mesmos trechos apresente uma perspectiva de fragilidade física a respeito desses(as) trabalhadores(as), e afirma que “[...] Unidos, tudo conseguiremos, dentro do Direito e da Justiça: desmembrados, não passaremos de forças dispersas e fragmentárias [...]” (O Operário, *O Operário*, 18 de julho de 1909, p. 2), o que retoma que, apesar de desde esse editorial se afirmar como meio de “reagir em favor do seres mais fracos”, ele não indica em nenhum momento o reconhecimento da luta de classes, mais comum aos socialismos (crítico utópico e marxista) e os anarquismos (anarcosindicalismo e anarco-comunismo), o que coaduna com a hipótese de Rogério Lopes de um socialismo espírita.

Voltando ao operário Manoel Serralha, descrito por sua atuação entre os dois jornais e sua defesa dos mais “fracos” e por sua “classe”, também foi fundador do *Clarim da Luz* e é descrito na nota de memorial de *O Operário* como “irmão de crenças” (26 de setembro de 1909, p. 1), apesar da ambiguidade dessa afirmação, afinal, “irmão de crenças” pode descrever desde a concepção político-filosófica até mesmo no que tange a religiosidade/espiritualidade. Mas a sua própria relação com o jornal espírita *Clarim da Luz* traz esse indicativo de concepção de classe atrelado a um aspecto de religiosidade.

²⁰¹ Não reconheci o sindicalismo revolucionário como uma opção para esse artigo, uma vez que sequer esse conceito de sindicato se faz mencionado; além disso, o não partidarismo presente se trata muito mais de uma resposta do que uma pauta de *modos operandi* dos sindicalistas.

Para entender um pouco mais a respeito desses operários de tendência cristã (espírita ou católica) e sua evocação de uma noção de classe, voltemos ao debate de consciência de classe sob a análise de E. P. Thompson (2011): “A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.” (THOMPSON, 2011, p. 10), essa relação dos operários sorocabanos como um grupo de sujeitos, que se organizava em oposição a outro grupo (as elites locais), ainda que nem sempre clara essa oposição no sentido de compreensão (por isso não é raro algum artigo apresentar uma ponderação ao lado dos patrões), e sim uma oposição histórica pelas próprias demandas de classe (a violência física, que nos anos iniciais é mais marcantes).

Essa premissa história de que a consciência de classe é histórica, portanto construída e com sua própria historicidade, e não enquadrada por conceitos e definições, nos ajuda a entender essa relação de convergência, extremamente contraditória em outros contextos. A noção de classe em Sorocaba é bastante embrionária entre o final do século XIX e começo do XX, com os operários se organizando em uma cidade que, na formação inicial de sua economia fabril, mesclava o trabalho de mão de obra escrava com familiares desses “donos de fábrica”. Apesar das crises de doenças, como os surtos de febre amarela, que reduziram drasticamente a população, construíram uma sensação de necessidade de desenvolvimento e modernização naqueles que ficaram.

Não é de se estranhar essa contradição em setores dos operários na formação da consciência de classe em Sorocaba. que preservava “[...] o respeito da ordem e o sentimento de participe do progresso industrial” (CAVALHEIRO, 2009, p. 63).

A ponte de comunicação entre os jornais operários desse período é reconhecida entre pesquisadores e militantes de movimentos sociais populares contemporâneos; porém, como percebemos no artigo *A barbaria em seu auge*, de 1910, essa relação também aconteceu entre os jornais espíritas²⁰², em um texto cujo conteúdo é uma crítica à prática do esporte do futebol como consequência as lesões em jovens praticantes do esporte. *O Operário* apresenta tal texto como transcrição do “[...] nosso prezado colega “*El Espiritismo*” de Buenos Aires [...]” (*A barbaria em seu auge*, *O Operário*, 29 de maio de 1910, p. 3).

²⁰² Como anteriormente já explanei a esse respeito, *O Operário* era impresso na tipografia Clarim da Luz a mesma que imprimia o jornal espírita *Clarim da Luz*, e sua equipe editorial era basicamente a mesma com algumas variações a respeito até mesmo dos operários que circundavam a cidade e se aproximavam do *O Operário*.

O espiritismo chegou na Argentina e Uruguai em meados do século XIX e pelos anos de 1870 já haviam revistas dessa temática circulando por esses países como, por exemplo, a revista *La Revelación* de Buenos Aires, considerada a mais antiga publicação desse tipo de material na Argentina. Tal revista se apresentava com o seguinte subtítulo: “revista científico religiosa bonaerense” (CORBETTA; MORENO, 2015, p. 14). Juan M. Corbetta e Elizabeth N. Moreno (2015) apontam que o espiritualismo²⁰³ se consolidou como corrente filosófica nas regiões do Rio da Prata até 1890, sendo que o positivismo inundará o pensamento político filosófico dessas regiões desde 1880 até 1920, disputando na primeira década o protagonismo intelectual e científico com o espiritualismo.

Não acreditamos que o espiritualismo tenha sido uma das bases concretas do jornal *O Operário* pois há alguns pressupostos nos textos do editorial que reduzem essa possibilidade como os conceitos de classe, transformação social e mesmo sua ligação com espiritismo não coloca o “espírito” ou “alma” como elemento central da realidade. Inclusive mesmo quando aparecem menções ao “espírito” ou “alma”, é normalmente evocando uma questão material: consciência dos padrões diante das dificuldades da vida material dos operários, a pauta da violência física e a educação como meio de transformação (redenção) material da sociedade.

Nessa mesma edição, no artigo *Pela Liberdade*, assinado por “Vicentino”, esse elemento entre cristianismo, lei natural e liberdade dos operários (por via da imprensa operária e por conta de “liberdade de pensamento”), aparece novamente.

Pela Liberdade

Quanto é sublime a missão da imprensa livre e independente na defesa dos oprimidos.

De pouco a pouco, vai desaparecendo essa nuvem negra do despotismo feudal. Que com suas sombras tenebrosas, procuram encobrir um direito sagrado, independente de tudo e acima de tudo “que é a liberdade de pensamento”.

Não é com estas pálidas linhas que venho doutrinar um ideal, mas é para cientificar que em todas as camadas sociais devem ter uma representação daqueles que vivem

²⁰³ O espiritualismo é uma denominação para diversas correntes religiosas e filosóficas que buscam definir o espírito ou alma como elemento nuclear da realidade material. Em síntese, acreditam que na alma imortal do homem, e que as leis da matéria não são as leis que regem a alma, que seria a razão do ser. Não necessariamente é relacionado com os espíritas; portanto, outras crenças também podem ser a base desse espiritualismo, apesar de que todo espírita é um espiritualista. Em comum reconhecem existência divina (Deus), imortalidade da alma e a alma como razão do ser do homem. O sueco Emanuel Swedenborg (1688-1772) e o estadunidense Andrew Jackson Davis (1826-1910) são considerados os precursores do espiritualismo, que inclusive entre seus adeptos mais famosos está o escritor e médico escocês Arthur Conan Doyle (1859-1930), escritor de Sherlock Holmes (CORBETTA; MORENO, 2015, p. 2).

em uma obscuridade profunda, servindo como verdadeiros escravos submissos ao senhor. [...]

Na lei natural, a sua providencia ocupa-se em juntar os homens, em uni-los pelos imperiosos laços provenientes das necessidades, por sentimentos inefáveis de justiça e de humanidade.

Na lei escrita, Deus faz caminhar a par a religião e a sociedade e mistura-as de alguma sorte. Estabelece nossas obrigações para com ele e para com nosso próximo, e nesta divisão parece esquecer-se da sua glória para não se ocupar sempre dos nossos próprios interesses.

Precisamos agir com brandura e com justiça precisamos ser unidos ter por mira um ideal a bem da nossa vida, de nossas esposas, de nossos filhos enfim para a garantia de nossa cara Pátria!

Cada um de nós deve preparar esse porvir, segundo as suas forças por espírito de ordem, de brandura e de paz.

Sorocaba, julho de 1909

Vicentino (Pela Liberdade, *O Operário*, 18 de julho de 1909, p. 2)

Esses artigos que mesclam religião e ciência são extremamente comuns no *O Operário*. Apesar de nem sempre evidenciarem a matriz religiosa a que se refere, possuem certas similaridades, como em usar alguma ciência (biológica, social) para relacionar em algum nível Deus e fé, e trazendo o elemento da “pátria”. Mas os textos ligados à equipe editorial do *O Operário* já trazem conceitos espíritas mais claros, até pela relação entre os jornais e os membros editores de ambos, ligados à tipografia *Clarim da Luz*.

Um artigo que relaciona espiritismo, contradições da desigualdade social e instrução das classes subalternas é *A verdadeira caridade*, de 22 de maio de 1910. Esse texto traz a concepção de caridade e a noção de levar algo (no caso a instrução) “[...] mesmo depois da morte, dando altos juros e fazendo-lhe a felicidade eterna [...]” (*A verdadeira caridade*, *O Operário*, 22 de maio de 1910, p. 3), noções extremamente comuns aos espíritas. Relacionando com a história de dois mendigos, um deles é uma criança, que encontra um “bom fidalgo”, que oferece à criança uma “fortuna de doze libras esterlinas²⁰⁴”. Da jornada dos três personagens conclui-se de que na verdade os mendigos não estavam atrás de dinheiro, mas sim de instrução.

²⁰⁴ Moeda oficial do Reino Unido.

É até possível refletir acerca de uma influência dickensiana²⁰⁵ nesse artigo, uma vez que retrata alguns aspectos clássicos²⁰⁶ desse escritor como a figura do bom capitalista (no caso o “bom fidalgo”) e uma noção despolitizada entre ricos e pobres, ainda que trate da questão da pobreza e desigualdade. A menção à moeda do Reino Unido também nos aguça nessa questão. Entendemos a viabilidade dessa ponte porque o escritor Charles Dickens alcançou grande popularidade já nos anos 50 do século XIX, inclusive sua obra havia atravessado o Atlântico e entre os textos publicados pelos diversos colaboradores do *Operário*, há menções de diversos escritores da literatura nacional e internacional²⁰⁷, no próprio *O Operário* há publicações de materiais escritos por Euclides da Cunha²⁰⁸.

Essa hipótese ganha mais força quando analisamos as páginas de outro periódico operário: *A Lanterna* da cidade de São Paulo. Ao trabalhar com algumas edições de 1911, identifiquei a nota / propaganda *Biblioteca da Lanterna*, na qual vende variados títulos de autores que vão de Adelino de Pinho, Malatesta, Kropotkin, M. Gorki e Elisée Reclus em quatro línguas: português, espanhol, italiano e francês. Além desses livros vendidos por encomenda pela equipe do *A Lanterna*, nesse mesmo periódico ficamos diante de propagandas de venda de revista racionalista de Buenos Aires e a francesa *La libre pensée*, que tem entre seus membros de equipe Nelly Roussel²⁰⁹, autora que tem alguns textos traduzidos e publicado no *O Operário*.

A coluna *A essência do socialismo*²¹⁰, de 9 de outubro de 1910, tem toda sua lógica textual organizada a partir da crítica sobre o “coletivismo”²¹¹ presente nos livros do autor

²⁰⁵ Referente ao escritor britânico Charles Dickens (1812-1870), Charles John Huffam Dickens.

²⁰⁶ Para essa análise me fundamentei por dois textos: *A ditadura do proletariado em Gotham City* (2012), artigo de Slavoj Žižek, e *Tempos difíceis* (2014) de Charles Dickens, considerada uma das obras mais críticas do autor.

²⁰⁷ Alguns outros autores citados: Vitor Hugo, Castro Alves, Olavo Bilac e Stuart Mill.

²⁰⁸ Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909), escritor e jornalista. Euclides da Cunha ficou famoso por sua cobertura da *Guerra de Canudos* (1896-1897) e teve como sua principal obra *Os Sertões*.

²⁰⁹ Nelly Roussel (1878-1922), anarquista e feminista, adepta do movimento neomalthusiano. Nasceu na França, foi criada como católica e teve acesso à educação escolar até a escola primária, depois disso passou a receber formação em casa. O neomalthusianismo estava diretamente relacionado com a sua luta pelo controle de natalidade, e por isso recebeu duras críticas da direita francesa, que a acusava de ser responsável pelas quedas nas taxas de natalidade na França. Pelos direitistas franceses chegou a ser acusada de traidora e corrupta por suas crenças na contracepção. Roussel também foi oradora e palestrante e esteve engajada na questão da coeducação de sexos.

²¹⁰ É importante destacar que posteriormente apresentei a hipótese de que essa coluna não foi escrita por operários sorocabanos, justamente por ter um repertório bastante distinto do que eles apresentavam em seus artigos no *O Operário*, ainda mais se levarmos em conta a longa duração dessa coluna.

²¹¹ A coluna *A essência do socialismo*, fazia duras críticas ao coletivismo e ao materialismo histórico de Marx e Engels.

estadunidense Edward Bellamy, inclusive as suas duas obras mencionadas estão citadas em língua inglesa.

A essência do socialismo

Uma obra sobre o socialismo escrita sob a forma de romance não é verdadeiramente uma utopia. Os livros de Bellamy (*Looking Backward* e *Equality*) não são utopias por causa de ficção com que o autor envolve a sua concepção de sociedade coletivista, mas porque a própria concepção é absurda e irrealizável. São utópicos, mas nem mais nem menos do que como obras científicas. [...]

E isto é possível? Poderia toda a coletividade prover todas as necessidades dos seus membros? Poderia satisfazer até os seus caprichos? Poderia organizar toda a produção? Haveria vantagem em reunir todas as indústrias, todos os trabalhos numa administração coletiva? (A essência do Socialismo, *O Operário*, 9 de outubro de 1910, p. 1)

Bellamy e seu livro *Equality* voltam a receber críticas por sua concepção coletivista na mesma coluna do *O Operário*, em 13 de novembro de 1910. Como podemos notar, a literatura britânica não era necessariamente um material distante de alguns núcleos de operários e por isso trabalhamos na hipótese dessa influência em alguns membros da equipe editorial terem essa interlocução entre cristianismo e concepções sociais, mas evitando a ideia de luta de classes, ainda mais por intermédio de obras de literatura que tinham notável popularidade entre operários.

Há muitos outros textos a respeito de elementos cristãos no *O Operário*. É encontrada, na edição de 12 de junho de 1910, uma nota abordando a falta espaço no jornal para abordar a fundação da Sociedade Construtora Predial Sorocabana²¹², um dos motivos é a presença de uma publicação chamada *Uma lição de ocultismo*, um artigo transcrito do *O Espião* e que, segundo os editores do *O Operário*, “[...] foi dado por um cavalheiro desta cidade [...]” e publicado “[...] a título de curiosidade [...]” (*Uma lição de ocultismo*, *O Operário*, 12 de junho de 1910, p. 2).

Esse texto aborda o uso e formato das alianças de casamento relacionando-o à quiromancia e usando conceitos bastante variados como “ciências exotéricas”, Deus, signo de Leão e Igreja Católica. Nessa mesma edição, há o texto *Exército de luz*, assinado pelo padre Senna Freitas e que usa metáforas ligadas ao pensamento religioso. Nesse texto exalta o papel da imprensa e das tipografias, ainda que não tenha especificado se está em exaltação da

²¹² Isso é relatado na nota Sociedade Construtora Predial Sorocabana, *O Operário*, 12 de junho de 1910, p. 2.

imprensa operaria e as que realizavam denúncias como contra abusos ou as ligadas ao poder político vigente: “A imprensa é o exército; os soldados são as tipografias; os generais, os redatores; o sangue, a tinta benéfica que dá voz a esses soldados de chumbo. Há quatro séculos que este exército combate pela luz. E as vezes, também, pelas trevas contra a luz” (Exercito de Luz, *O Operário*, 12 de junho de 1910, p. 2).

Em maio de 1912 passa a ser vinculada, entre os informes e propagandas, uma “propaganda” / divulgação de um centro espírita, que ficava na Rua Padre Luiz n. 18. Esse material esteve presente em praticamente todas as edições até começo de 1913, justamente nas últimas edições do *O Operário*. Nesse mesmo período de 1912, diversos textos de caráter espírita voltam²¹³ a ter presença mais significativa no jornal, retomando assuntos como caridade, espírito e religiosidade que haviam perdido espaço para textos a respeito de socialismo, sindicalismo e anarquismo, além do aumento de denúncias por parte dos operários e notas sobre embates como greves e outras organizações.

Uma outra concepção de mundo muito presente no jornal *O Operário* é a anarquista. Em um momento da historiografia sorocabana fora comum alcunhar o jornal *O Operário* como anarcosindicalista ou anarquista. Isso ocorreu devido à duas razões: a primeira se trata do peso do movimento anarquista e suas demais variações e subdivisões, nessa conjuntura de Primeira República no Brasil, e a segunda se deve aos importantes militantes dessa concepção que tiveram engajamento na cidade de Sorocaba justamente no período de circulação desse periódico, como Orestes Ristori e J. J. Rivier, além de muitos artigos mencionando jornais reconhecidamente ligados aos anarquismos como *A Lanterna*.

Poderíamos ainda agregar a publicação do texto *O problema do amor* de Errico Malatesta²¹⁴, o número elevado de citações de nomes como Kropotkin, Malatesta e Bakunin em artigos do *O Operário*, todo o engajamento referente ao fuzilamento de Francisco Ferrer na Espanha e a instalação da Escola Moderna em Sorocaba.

A despeito da relação com *A Lanterna* e os anarquistas de São Paulo em 11 de novembro de 1911, o noticioso anticlerical publicou na coluna *Vida Operária*, um texto a

²¹³ Entre as idas e vindas de colaboradores, reorganizações da equipe editorial, a aproximação de movimentos e de outros operários, as rupturas entre os quadros e alguns outros fatores levaram com que esses textos em 1911 tivessem sua publicação reduzida com parados à 1909 e 1912.

²¹⁴ O problema do Amor, *O Operário*, 23 de janeiro de 1910, p. 1. Nesse texto do jornal *O Operário* a grafia do nome de Malatesta está escrita como Henrique Malatesta.

respeito de Sorocaba no qual comentava a respeito de uma assembleia da União Operária de Sorocaba no salão da Sociedade Italiana e com a presença de Waldomiro Padilha e Edgar Leuenroth. A pauta levantada por ambos foi sobre a organização e a necessidade de evitar no seio do movimento operário “[...] elementos estranhos à classe, sempre propensos a arrasta-lo para as lutas estéreis da politiquice desagregadora” (Vida Operária, A Lanterna, 11 de novembro de 1911, p. 3). Dessa assembleia deliberou-se por realizar uma posterior, na qual Leuenroth e Padilha ficaram encarregados de ministrar uma palestra a respeito de propaganda.

No jornal *O Operário* os textos das subdivisões anarquistas traziam constantemente um olhar bastante progressista em uma série de questões, inclusive contradizendo frequentemente outros autores, sobretudo, os de raiz espírita e os positivistas. Destacaremos três desses textos: o de Malatesta pelo seu peso histórico como militante e também pelo que agregava na discussão a respeito das mulheres e a sua concepção de emancipação, um artigo de Augusto da Fonseca abordando o anarco-comunismo (a corrente de Malatesta) e um texto de J. J. Rivier a respeito de uma crítica à corrente espírita e espiritualista.

Primeiramente o texto de Malatesta não foi escrito destinado ao *O Operário*, se tratava de uma publicação com base em outros materiais que não foram citados, e em segundo lugar, já analisando seu conteúdo, ele faz uma contraposição “[...] à moral sexual burguesa que vincula sexo à procriação e que limita a sexualidade da mulher à reprodução, sugeriu que o prazer sexual seria um direito inalienável do ser humano. Criticou o ciúme e o sentimento de posse do macho sobre a fêmea como demonstrativos de desrespeito à liberdade alheia. Defendeu o direito do homem e da mulher de experimentar uma modalidade diversa de relacionamento. Vociferou contra a opinião pública, considerando-a “duma indulgência doentia para com os chamados crimes passionais...” (MARTINS; SOUZA, 2018, p. 21).

Eliminemos a opressão do homem sobre o homem, combatamos a brutal pretensão do macho de se crer o dono da fêmea, combatamos os prejuízos religiosos sociais e sexuais asseguremos a todos, machos e fêmeas, adultos e crianças, o bem estar e a liberdade, difundamos a instrução e teremos muitas razões de contentamento se não ficarem outros males além dos do amor.

Em todo caso, os infelizes em o amor poderão desferrar-se com outros prazeres, pois então, já não seria como hoje, em que o amor misturado com o álcool é a única consolação da maior parte da humanidade. (O problema do amor, *O Operário*, 23 de janeiro de 1910, p. 1)

O italiano Malatesta acumulava uma bagagem bastante impressionante, tendo estudado medicina na Universidade de Nápoles, e posteriormente engajando-se em lutas e militância muito intensas, com envolvimento em insurreições como de Benevento em 1877 e fundação de movimentos anarquistas na Síria, Turquia e Grécia, além de envolvimento com imprensa operária desde o final do século XIX com o jornal *La Questione Sociale* (WOODCOCK, 2008, p. 171).

Malatesta teve grande influência no anarco-comunismo e no sindicalismo, duas das principais correntes operárias que estiveram presentes no *O Operário*. Na Argentina encontrou em 1884 um Círculo anarco-comunista, já sua influência sob os sindicalistas da França, teve uma relação de câmbio com os italianos:

[...] foi o sindicalismo que provocou o renascimento da tendência libertária, no início do século XX, na Itália, e isso explica a importância que Malatesta emprestava às relações que deveriam existir entre comunismo anarquista e o sindicalismo, durante o Congresso de Amsterdam. (WOODCOCK, 2008, p. 176)

Enquanto os textos influenciados, sobretudo, pelo positivismo de Comte e variações mais “conservadoras” cristãs, indicam “[...] a condição da mulher operária [...], uma concepção social e moral sobre o ser mulher” da época, seu papel na sociedade e na família como sujeito, esposa, trabalhadora e mãe [...]” (TARDELLI FILHO; PEREIRA, K.P.R., 2018, p. 58). Malatesta e integrantes dos movimentos anarquistas (homens ou mulheres) contrapunham essa determinação do papel social da mulher e o seu “ser”. Dessa forma, seus textos publicados diretamente ou não no *O Operário* formam a base mais progressista presentes nesse periódico.

A edição de 23 de outubro de 1910 é de certa forma um banquete historiográfico, com destaque aos historiadores que almejam aprofundar na questão dos anarquismos em Sorocaba e algumas contradições do próprio operariado local na década de 10 do século XX. Nessa edição há um artigo intitulado *Oreste Ristori*, que exploraremos posteriormente, a respeito de uma exibição cinematográfica com palestra de Orestes Ristori, possuindo a finalidade de levantar recursos para a Escola Moderna de São Paulo. Também dois artigos nos chamaram a atenção: *Estudantes sorocabanos*, esse texto exalta a formação no Ensino Superior de filhos de algumas figuras ilustres da cidade entre eles o filho de Manoel Serralha e até o “filho do conceituado capitalista desta cidade, o sr. David Joaquim Augusto” (Estudantes sorocabanos,

O Operário”, 23 de outubro de 1910, p. 2) e *Na arena de combate*, esse artigo os assuntos retomam a questão da luta de classes com centralidades nas condições de vida dos operários e também na jornada de trabalho de 8 horas.

Entretanto, o texto *Anarquia e socialismo* assinado por Augusto da Fonseca será nosso foco de análise a respeito do paradigma anarquista em Sorocaba. Esse texto faz menção a nomes como Piotr Kropotkin (a quem no texto Augusto da Fonseca chama de “Pedro Kropotchine”) e Leon Tolstói (no texto “ex-Conde Leão de Tolestoi”), e discute o que compreende como a epistemologia do anarco-comunismo:

Anarquia e socialismo

A anarquia não é um mito: a anarquia tem suas bases no campo científico e grandes são as inteligências que se lhe fizeram adeptos. Entre eles encontram-se capacidade como o ex-príncipe Piotr Kropotkin, Sucheur, ex-conde Leon Tolstói o integérrimo autor de “Vareuka Olessovoa”²¹⁵, e muitos outros que precisamente não me ocorrem. As suas doutrinas são belíssimas e puramente justas tratando do direito privado e do direito comum; Na parte em que tratam do Estado (governo) são claros, concisos e de um modo incontestável nos apresentam a sublimidade do bem estar que virá a gozar a humanidade com a implantação da 4. Estado (nova forma de governo) baseado no puro socialismo, o ideal sublime do inesquecível Ferrer. E todos vos que conheceis as obras deste grande lutador, direis qual a sublimidade dos ideais racionalistas, - anarquistas – ireis se o ser anarquista é um crime. Pois as doutrinas anarquistas são tão incontrovertidas que os próprios governos as conservam nas bibliotecas.

Não julgueis que o anarquismo comunista se dispensa da parte judiciária, não, modificara as suas diversas partes suprimindo as policcias governistas, para criar uma policia internacional. Não julgueis que seja internacional como a de Algeciras. Pois esta foi criada somente pelo interesse e ambição da França democrata e orgulhosa Espanha com a gananciosa intervenção das outras grandes “potencias”. Assim como quem diz: o grande cão não deixa que o pequeno coma sossegado o seu “osso”, mas isso são produtos da época.

O absoluto torna-se constitucional para poder conservar o seu poderio. O constitucional torna-se democrata para o poder conservar a sua fama liberal, mas nada disto nos convém, pois qualquer que seja a forma de governo até hoje [...] é governo de prepotência e só lhe mudam o rótulo. Mas o fundo, é sempre e sempre o mesmo: Nobre. Burguês ou democrata é sempre o bravo explorador das classes medias e do pobre proletariado.

No 4. Estado existirá o governo de comuna: não se poderão suprimir os impostos, porque estes são a vida da sociedade, sem ele, como poderemos sustentar a estação Postal, o Telégrafo, os caminhos de ferro, a viação urbana, etc. etc. Não serão é certo tão onerosos, mas não poderão ser suprimidos na integra. Depois que tiverdes lido as doutrinas de que vos falo – dir-me-eis então se nós podemos parecer ou

²¹⁵ Tive dificuldade em precisar essa informação. Encontrei na versão inglesa da clássica novela *Anna Karenina* (1887) a menção à personagem da madame Vareuka, ainda que nenhuma menção ao nome “Olessovoa”. A versão traduzida para o português, de Portugal, é de 1922 por José Saramago e a do português brasileiro somente nos anos 40 do século XX, tornando possível que Augusto da Fonseca possa ter errado na grafia ou se confundido entre os nomes em russo de alguma versão que tenha lido (possivelmente em inglês ou espanhol).

confundir-nos com o revolucionário saído das “rubras sociedades” onde vive entre o diamante e as bandeiras rubras que ele, só ele, furiosamente agita blasfemando contra Deus e contra os homens. Isto não é ser anarquista, é ser instrumento de destruição. Mas nós não somos assim como bem vedes.

Sorocaba – 10- 1910

Augusto da Fonseca. (Anarchia e socialismo, *O Operário*, 23 de outubro de 1910, p. 2)

O texto de Augusto da Fonseca apresenta notáveis contradições diante de princípios anarquistas e que já estavam em voga nesse contexto, como: a evocação de Deus, a manutenção de impostos e de alguma forma de Estado e a concepção de “doutrina” anarquista. Ainda assim, esse artigo apresenta o paradigma anarquista por um viés científico, a relação entre o socialismo e o comunismo com “anarquia” e a crítica à burguesia no que tange a luta de classes.

Em texto da edição do dia 09 de outubro de 1910, o mesmo autor afirma “Aqueles que julgam o anarquismo vivendo entre bombas de dinamite e bandeiras rubras que o anarquista furiosamente agita blasfemando contra Deus e contra os homens: Eu tenho a responder que é um erro crasso [...]” (Anarchia e Socialismo, *O Operário*, 9 de outubro de 1910, p. 1). Comparando as datas às quais assina, notamos que se tratam de dois textos produzidos em um prazo curto de 24h, a publicação do segundo artigo de *Anarchia e Socialismo* somente no dia 23 de outubro, mesmo com a assinatura do texto correspondente ao dia 10 de outubro, se deve pelas próprias demandas de publicações do jornal.

Mas é necessário informar que, como muitos militantes daquela época, a formação que tiveram era autodidata, com os limites e possibilidades que este tipo de formação guarda. Não à toa, militantes com maiores acúmulos, como Leuenroth e Ristori, constantemente participavam de eventos de formação política e de atuação dos trabalhadores sorocabanos. Alguns dos mais importantes militantes anarquistas dispunham de boa formação, até por alguns tinham privilégios de berço, como o caso de Neno Vasco e o próprio Malatesta, mas esta situação passava longe de ser a realidade da grande maioria dos trabalhadores, o que pode explicar algumas confusões teóricas.

Por outro lado, J. J. Rivier apresentava um repertório teórico mais claro e estruturado, em alguns momentos chegou a fazer contraponto à espiritualidade, concepção presente nos

editores fundadores do *O Operário*, como no artigo *A vida, a alma e a morte*, de 23 de junho de 1912. Esse artigo, destinado aos seus “alunos e alunas”, cita diversos autores do positivismo como Spencer, o francês Charles Letourneau, “um antidarwinista, antropólogo lamarckista” (GLICK, 2003, p. 184), Claude Bernard, médico e fisiologista francês, Antoine-Laurent Lavoisier, considerado o pai da química moderna, e conclui com menção de filósofos da antiguidade clássica, como Sêneca, Epicuro, Lucrecio e outros.

Ao descrever a categoria da “alma” define:

A alma, longe de ser como a imbecilidade religiosa que não coram de vergonha quando nos dizem: “A alma é incompreensível, misteriosa sem corpo nem base material, mas que vê, sente, sofre, e goza num mundo que não é este”. São as respostas que nos dão quando lhe perguntamos quais são suas propriedades químicas e a que reino pertence ela.

A alma meus caros alunos, não é mais que o conjunto das funções intelectuais que existe em todos os seres dotados de um cérebro, e se apaga com a morte que a produz.

No monismo a alma é considerada o conjunto das funções celulares, sendo os atos psíquicos os movimentos das células. A “alma” do monismo é baseada na mecânica, e terá defensores desta teoria, experimental, os mais robustos talentos como seja Hae-Kel²¹⁶ e Hartmann²¹⁷, isto é, o sábio e o filósofo. (*A vida, a alma e a morte*, *O Operário*, 23 de junho de 1912, p. 1)

Uma forma bastante distinta de ver uma categoria que aos operários do editorial do *O Operário* e do *Clarim da Luz* possuía, era a centralidade em suas crenças, a ponto de, normalmente, a relacionarem com alguns princípios de lutas sociais. E o que nos chama mais ainda atenção é que tal texto é destinado aos alunos e alunas de Rivier; portanto, refere-se aos estudantes da Escola Moderna de Sorocaba, projeto que recebia amplo apoio desses mesmos operários.

É possível, e partimos dessa hipótese, que pelas próprias relações com outros anarquistas, como Ristori e Leuenroth, e a proximidade com jornais anticlericais, como *A Lanterna*, e o peso que as ciências exerciam naquele contexto histórico, inclusive no próprio espiritismo, que os editores do *O Operário* lidassem de forma inalterada com seus colaboradores, e no caso um companheiro cotidianamente presente. Tanto que nas duas

²¹⁶ Possivelmente se refere à Ernest Haeckel (1834-1919), naturalista, biólogo, filósofo e médico da Prússia. Destacou-se na ilustração de diversos seres vivos e na contribuição de diversos termos utilizados nas ciências naturais.

²¹⁷ Possivelmente se refere à Nicolai Hartmann (1882-1950), filósofo letão-alemão. Considerado um dos principais nomes do realismo crítico, com estudos em metafísica, ontologia, ética e epistemologia.

primeiras edições de julho de 1912, voltam a aparecer na primeira página do *O Operário* textos²¹⁸ de caráter cristão, que evocam a Deus, a caridade e as almas.

Os autores positivistas citados por Rivier são referidos no debate a respeito da categoria “vida”:

Certos autores afirmam que a vida provem do fluido calórico, esta afirmação é completamente destituída e refutada do mundo científico.

Lavoisier estudando a origem do calor animal, concluiu afirmando que, o calor animal provém da oxidação, e, portanto, a combustão dos nossos tecidos, é feita pelo oxigênio do ar. Essa oxidação que não se poderia afetar por si só a tão baixa temperatura, torna-se possível graças a ação de substancias químicas chamadas fermentos. Estes fermentos podem diz Lavoisier, serem extraídos dos tecidos e obrarem, exterior do corpo como verdadeiros reativos químicos. Uma só célula pode conter um número considerável de fermentos. Num exame minucioso feito a pouco tempo, já se tem encontrado doze fermentos em uma só célula, no fígado de um homem.

[...] Ouvimos agora algumas opiniões sobre a vida:

Claude Bernard, insistia que a vida é a morte, por isso que toda a manifestação vital é acompanhada de gasto e destruição.

“Nunca (diz ele) a mesma matéria serve duas vezes. O gasto molecular é sempre proporcionado à intensidade das manifestações vitais. A vida é a morte.”

Spencer, dá a seguinte definição: “A vida é o contínuo acordo entre as relações internas e as relações externas”.

Letourneau define a vida: “um duplo movimento de composição e de decomposição continua e simultânea no seio de substancias plasmáticas ou de elementos anatômicos, figurados, que, sob a influência desse movimento íntimo, funcionam em conformidade com a sua estrutura.” (A vida, a alma e a morte, *O Operário*, 23 de junho de 1912, p. 1)

A aproximação vinda por parte de um dos mais destacados quadros anarquistas de Sorocaba, e também professor da Escola Moderna, com alguns dos principais referenciais teóricos do positivismo daquele contexto não é por acaso. Muitas bases teóricas dos anarquistas partem do trabalho de positivistas, majoritariamente do campo das ciências naturais, tendo como fundamento o evolucionismo e o laicismo, concepções às quais articulavam como meio de rejeição à Igreja Católica, e ao livre pensamento.

Ao mesmo tempo em que se esboça como doutrina emancipadora das camadas dominadas da sociedade, o anarquismo brasileiro está associado a um sistema de pensamento científicista, corporificado no evolucionismo e no livre pensamento,

²¹⁸ Os textos são: A taciturna (*O Operário*, 7 de julho de 1912, p. 1) e A caridade (*O Operário*, 18 de julho de 1912, p. 1).

cujo raio de influência não é desprezível nos núcleos urbanos brasileiros dos primeiros anos do século. Na sua versão conservadora, este sistema de pensamento constitui uma tentativa de implantar uma racionalidade burguesa consentânea com transformações de infra-estrutura da sociedade que apontavam para a emergência do capitalismo (FAUSTO, 1983, p. 71)

Jornais como *Livre Pensador* e *A Lanterna* faziam contraposição à Igreja, articulando até mesmo ligas anticlericais, que mesclavam essa pauta com as concepções de mundo libertárias. O *Livre Pensador*, por exemplo, dirigido por Everardo Dias, apresenta em suas primeiras edições:

[...] epígrafes panfletárias “Fugi, vampiros sociais”, “Abaixo o Vaticano”, o jornal combinava o elogio de Lamarck, Darwin, Haeckel, Spencer, com artigos socialistas e anarquistas, o noticiário das lojas maçônicas, a defesa da emancipação da mulher, articulada pela socialista Ernestina Lesina. (FAUSTO, 1983, p. 72)

Ao estudarmos textos clássicos de Fausto (1983), Hardman (2002), Dulles (1977), Woodcock (2008) e Tragtenberg (1987), além dos próprios jornais *A Lanterna* e *O Operário*, concluímos que os anarquistas evitavam as concepções sociais de autores como Spencer, com seu darwinismo social, porém, se apropriavam das discussões a respeito das “[...] redução das grandes fortunas, o equilíbrio entre produtores, a forte limitação do poder do Estado” (FAUSTO, 1983, p. 73) e também dos debates já mencionados a respeito do evolucionismo e laicismo.

Essa aproximação entre paradigmas e a forma como distinguiam conceitos-chaves de uma teoria revolucionária e uma teoria antirrevolucionária é um grande divisor entre as concepções de mundo e projetos socioculturais, colocando em antagonismo a classe operária e seus intelectuais, e o outro grupo ligado às burguesias nacionais e seu projeto de poder.

Por essa razão, ao analisarmos o paradigma anarquista nas páginas do *O Operário*, colidimos com o paradigma positivista, nosso terceiro paradigma em análise nesse capítulo. O maior desafio no trabalho com esse paradigma é encontrar onde começa e onde ele termina, uma vez que, como demonstramos a respeito do paradigma anarquista e a concepção cristã (progressista ou conservadora), o positivismo estava disseminado e por vezes alguns de seus conceitos apareciam pulverizados nos textos dos operários.

Um dos textos que mencionamos, *Estudantes Sorocabanos*, é um dos que mais trazem elementos em evidência naquele contexto para refletir sobre a ocorrência da concepção de mundo positivista.

A legendária terra de Rafael Tobias, a “Manchester Paulista”, todos os anos todos os anos se engrinalda com as suas flores, as mais odoríferas, para receber os seus filhos, aqueles que nas Escolas Superiores do Estado, levantam bem alto o nome da terra que lhes serviu de berço.

Na Capital, na Escola Normal, Complementar e no Ginásio de Ciências e Letras, os filhos de Sorocaba, aqueles que se foram buscar a luz da instrução no terminar deste ano letivo, isto é, à 30 de novembro, receberão os seus diplomas prêmio de tantos anos de luta, árduas, mas compensadoras.

Na Escola Normal, receberá o seu diploma de professora a senhorita Julieta Gouvêa, estremecida filha do bondoso e sempre amigo de Sorocaba, o sr. general Vicente Gouvêa.

No Ginásio de Ciências e Letras também receberá o seu diploma de bacharel em Ciências e Letras, o talentoso jovem Álvaro de Almeida, filho do conceituado capitalista dessa cidade, sr. David Joaquim Augusto.

Na escola Complementar anexa à Normal, em seção solene, com assistência das altas autoridades do Estado, serão conferidos pelo diretor do estabelecimento, diplomas de Professor Complementarista aos jovens conterrâneos: Edmundo de Paula Santos, filho do sr. Francisco de Paula Santos, a senhorita Adalgiza Miranda, filha do sr. Zacharias de Miranda, e ao sr. Joaquim Barbosa, filho do nosso saudoso companheiro Manoel Serralha.

A todos os diplomados sorocabanos, “O Operário”, envia efusivos cumprimentos pela terminação do curso. (*Estudantes Sorocabanos*, O Operário, 23 de outubro de 1910, p. 2)

Nesse texto é possível encontrar um conjunto amplo de categorias, que nos trazem vestígios de positivismo da época, como o entusiasmo pela educação e sua concepção como redentora, inclusive nesse caso quando o acesso é garantido a filhos de um “general” e de um “capitalista”. A exaltação da “Manchester Paulista” e a própria forma de se referir à cidade, como notáveis tons de ufanismo cívico, também são traços de alguns projetos socioculturais das burguesias nacionais daquele contexto, como explanamos no capítulo referido à educação burguesa da época.

A respeito dos textos com traços de civismo, e até mesmo exaltação de autoridades públicas do governo, alguns tiveram a centralidade no assunto a respeito da educação e as escolas noturnas. Isso nos levanta duas hipóteses: a primeira parte de alguns ou algum operário de fato apresentar tal concepção relacionada ao civismo, ordem e o poder legal como traço de um positivismo da linha de Conte e outros autores positivista dessa diretriz, e esse

sujeito acreditava realmente no governo como interventor e benfeitor; a segunda hipótese que nos traz a relação dialética a respeito da tensão entre forças sociais, sendo possível um jogo de interesses, concedendo elogios e exaltações a respeito da ordem social em troca de pautar algumas necessidades e melhorias da educação e da própria condição de trabalho do operariado, possibilitando efetivamente o acesso e a instrução dos operários. De toda forma, também é bastante possível que as duas hipóteses se concretizassem de forma simultânea em diferentes setores do operariado, ou seja, cada um reproduzindo aquilo que lhe era plausível em nome das suas necessidades, que não eram nada amenas.

Essa possibilidade fica ainda mais forte nos textos que relacionam a dura e extenuante jornada de trabalho com a dificuldade na instrução noturna pelos operários, como no artigo *Em Sorocaba*, de 9 de outubro de 1910.

Oh! Como é triste pensar que já são oito e meia, e só agora que acaba de apitar a fábrica. Só agora é que os pobres operários deixam o trabalho, oito e meia! Santo Deus trabalhar até as oito e meia quem começou a trabalhar às cinco e meia da manhã! Oh! Mas isto assim é demais!

E então agora que o governo acaba de criar duas escolas noturnas: estas escolas para o operário sorocabano. São como um suplício de Tântalo, pois vem e sentem a corrente cristalina da luz do intelecto e no entanto, não podem chegar-lhe.

Duas escolas noturnas, é certo, mas a maioria dos que podiam frequenta-las deixam o trabalho às oito e meia. Logo de nada lhes serve as escolas pois chegam em casa nunca antes das nove horas, cansados pelo trabalho grande não há de ser a disposição para os livros.

Do governo do Estado esperamos, pois, o lenitivo saneador deste mal. Sim, de um governo que tão zeloso se tem mostrado na difusão benéfica da instrução, não deixará pois de criar uma lei que viesse suprimir o trabalho longo das nossas fábricas, mormente para os menores de dezesseis e de dezoito anos, os que talvez podem aproveitar-se de um tão grande quão elevado benefício, pois estou certo deles virá o esforço, para conservar intacto os foros do povo civilizado moral e intelectualmente, que é predicado de todo o paulista.

[...] Aqui fica a ideia, que será acolhida na mais sublime das gratidões no dia em que tiver o cunho da realidade, e assim o esperamos. (Em Sorocaba, *O Operário*, 9 de outubro de 1910, p. 3)

Este artigo do *O Operário* demonstra claramente situação desesperadora de operários que estavam em Sorocaba presos à uma jornada que começava às cinco e meia da manhã e só terminaria às oito e meia da noite, problema que não somente inviabilizava, de fato, os

estudos, mas também lhes roubava os ânimos e a vida: era a burguesia local atuando como vampiros²¹⁹.

Isso também nos faz compreender as razões pelas quais em certos momentos havia convergência dos projetos socioculturais das elites, que passava pelas correntes diversas do positivismo, e da classe operária. Isso porque setores das classes dominantes no Brasil acreditavam que para seu projeto de sociedade liberal, aos moldes idealizados de uma sociedade europeia, supostamente organizada e civilizada, a instrução pública se fazia mais que necessária e na contrapartida os operários estavam desesperados, lutando por essa instrução, muitas vezes não importando da onde vinha tais medidas, até porque, de certa forma, eram resultados das lutas da classe trabalhadora também.

Um artigo no *O Operário* que se aproxima mais das linhas positivistas das elites é *Democracia e instrução*, uma extração do *Tietê* e assinada por Baptista de Santis, presente na edição do órgão de Sorocaba em 1 de janeiro de 1911. Destaquemos o trecho que evoca o civismo, a instrução científica na formação de um homem que siga o código civil e que negue o socialismo.

[...] Não é preciso ser um gênio para antever a toda grandeza do cidadão futuro, quando familiarizado com seu código civil. Estribado em sua independência de caráter, ilustrado pelas conquistas soberanas das ciências e artes, ele avultar em todas as esferas sociais, como homem de seu século, forte no espírito e mais ainda em seus ideias que saberá defender pela palavra ou pela pena, como esclarecido que será, sem dar satisfação de conveniências a quem quer que seja, senão que a si mesmo pelos seus atos livres.

Nesse dia então teremos o homem ideal, que pouco se importará com o socialismo sendo ele mesmo o operário mais ilustrado, e que pouco ainda se envolverá com a metafísica da religião porque compreenderá também que a fé deve ser respeitada, e se aceita pelo coração, mais que respeitada deve ser apoiada. Mas, isso pela instrução ainda visto que só por ela o homem se nobilita e impõe-se à consideração social.

²¹⁹ Faço alusão ao uso por autores, com os quais trabalho, como Marx, Engels, E.P. Thompson e Pistrak, que apresentam constantemente em suas obras, alusões a figuras da literatura de horror e da ficção, uma das figuras mais presentes é o vampiro. Em *O Capital* (2017) Marx escreve: “O capital, é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção do trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga” (MARX, 2017, p. 307). Em *Marx e Engels como historiadores da literatura* (2016) György Lukács apresenta a admiração de Engels pelos escritos Shelley e Byron e a popularidade destes entre os trabalhadores (LUKÁCS, 2016, p. 70), lorde Byron é famoso por seus escritos de vampiros. Até mesmo no jornal *O Operário* de Sorocaba essa relação se manifesta “[...], a maior parte do proletariado não chegou ainda a compreensão perfeita da necessidade que temos de aliar, para sermos fortes, afim de lutarmos com os poderosos e ricos, os quais nos subjagam por demais, ou por outra, digamos mais certo – com esses vampiros que cotidianamente tentam sugar a nossa última gota de sangue, aliás, tão enfraquecido pelos árduos trabalhos.” (Aos Operários, *O Operário*, 20 de fevereiro de 1910, p. 3). Fiz valer dessa figura do vampiro como simbologia da exploração dos trabalhadores até por outras pesquisas que já publiquei a respeito de Educação, Filosofia e literatura e cinema de horror.

[...] No dia que a instrução pública, por tanto, for um fato em todo Brasil, como quase que o é em São Paulo, se o governo não tiver medo, simples covardia do tirano – o brasileiro do futuro formando uma nacionalidade viril, terá conquistado a última coisa que lhe falta, a independência de si mesmo pela instrução. (Democracia e instrução, *O Operário*, 1 de janeiro de 1911, p. 2)

As concepções dos positivismos apareciam por hora estruturadas ou fragmentadas no *O Operário*. Presentes nas mais variadas abordagens e até mesmo misturadas em textos de outras concepções de mundo, contidas desde os textos de raiz de cristã até os textos escritos por anarquistas, manifestadas também nos momentos nos quais a instrução pública e a consciência dos trabalhadores e das autoridades políticas eram evocadas.

A quarta concepção de mundo que identifiquei no *O Operário* é a sindicalista. Assim como a concepção de mundo positivista, que se encontra em diversos momentos fragmentada em textos dos colaboradores do jornal *O Operário*, a concepção sindicalista encontra-se bastante fracionada em textos que às vezes remetem ao socialismo ou anarquismo, por exemplo. Para evitar equívocos, trabalharemos com os textos de Augusto César dos Santos e Emilio Costa, possivelmente extrações a respeito do sindicalismo e que a partir de 1911 passam a circular com intensidade nas edições do jornal, chegando em algumas destas a tomar o espaço destinado a uma das mais célebres colunas do *O Operário*: a *Essência do socialismo*.

Fiz o recorte de seleção de Augusto César dos Santos sobre texto a *Experiencia dos factos* e as duas primeiras publicações da coluna *Razão de ser do syndicalismo*, enquanto que de Emilio Costa o artigo *Os sindicatos* será o material trabalhado. Anteriormente trabalhamos com o texto de Augusto César dos Santos com a finalidade de apresentar a concepção sindicalista, agora retomo esse artigo com a finalidade de contextualizar nas páginas do *O Operário* e de apontar essa ligação do periódico com os debates de sindicalismo em Portugal.

Augusto César dos Santos é mencionado no texto da pesquisadora Joana Dias Pereira (2009), que o aponta como membro do Partido Socialista Português e um dos redatores do diário sindicalista português *A Greve*, que foi publicado no aniversário da Comuna de Paris (18 de março). Além disso, foi representante da União das Artes Graphicas Portuguesas no V Congresso Internacional Typográfico, em 1907, e tradutor de muitos textos do sindicalismo francês para *A Greve* (PEREIRA, 2009, p. 119).

Emilio Costa (1877-1952) também assinava pelo jornal português *O Amigo do povo* com o pseudônimo de Demétrio, por outro lado, é apresentado por Pereira (2009) como “intelectual libertário”, que já escrevia em órgãos franceses como *Les Temps Nouveaux* e “[...] seguiu de perto, a conceptualização da doutrina e os debates por esta originados tendo escrito inúmeros artigos na imprensa portuguesa sobre o tema e realizado algumas conferencias em associações de classe.” (PEREIRA, 2009, p. 119). Quando esteve na França, foi nada menos que secretário pessoal de Francisco Ferrer e participou da formação da Liga Internacional para Educação Racional da Infância, sendo que a partir desse período passou a colaborar nos jornais franceses. Atuou em Portugal com o grupo *Germinal* na mesma época em que começou a trabalhar como professor (isso por volta de 1911 e 1913).

Foi a partir de suas traduções que “[...] os ecos do sindicalismo revolucionário francês [...]” “[...] viriam a ter ressonância junto do operariado português” (PEREIRA, 2009, p. 120), sendo que em 1911 publicou uma das principais obras para o desenvolvimento do sindicalismo em Portugal: *Ação direta e ação legal*.

Como podemos perceber, há uma convergência nas datas das principais publicações desses dois autores centrais do sindicalismo português com o período no qual o sindicalismo ganha destaque nas páginas do *O Operário*. Dado que não é coincidência, com a proximidade de ambos, Emilio Costa e Augusto César dos Santos, com os movimentos socialistas e anarquistas portugueses, além da enorme influência no sindicalismo lusitano, é compreensível que tenha havido aproximações com os quadros luso-brasileiros e seus textos publicados nos jornais operários do Brasil, trazendo inclusive os debates que aconteciam na francesa Confederação Geral do Trabalho (CGT).

Assim, só no departamento do Norte – que o resto está a este respeito em condições excepcionais – os patrões, auxiliados pelas congregações religiosas, instituíram uma centena de sindicatos amarelos, a maior parte destes sindicatos agrupam cerca de trinta operários da mesma fábrica, sob direção de um contramestre. Estes agrupamentos de sindicatos só tem o nome, - no entanto estão inscritos no Anuário dos Sindicatos que o Estado publica.

Por consequência, descontando os sindicatos fictícios, problemáticos e amarelos, consta-se que a maior parte dos sindicatos são aderentes à Confederação Geral do Trabalho.

Emilio Costa (Os Sindicatos, *O Operário*, 3 de dezembro de 1911, p. 1)

Já os artigos da coluna *A Razão de ser do sindicalismo* tinham o caráter mais instrutivo-didático a respeito dessa corrente. Peguemos alguns trechos centrais do texto de Augusto César dos Santos:

A observação atenta dos fenômenos econômicos, a concentração crescente dos capitais, associação do capital e da ciência para a exploração da indústria e do comércio de todos os domínios da atividade, em suma, indicam a obrigação para o proletariado de se agrupar, afim de opor à potência do dinheiro e das associações anônimas, que dispõe destino de milhares de operários, uma força coletiva capaz de conquistar melhores condições de existência e de obter uma parte legítima das riquezas criadas.

Nenhuma instituição política, nenhuma doutrina religiosa se encontra atualmente apta a impor deveres aos ricos, ao patronato, por um termo à falta de segurança do dia de amanhã, que é consequência da desordem atual.

[...] Qualquer que seja o método de ação, qualquer que seja a doutrina que puguem os vários militantes, todos estão de acordo, sobretudo os mais esclarecidos, que nada de útil e durável se fará, em matéria de transformação social, sem preparar os indivíduos por uma educação nova.

Sindicalistas, cooperativistas parlamentaristas, cooperativistas, positivistas, comunistas e libertários, e até os socialistas católicos, todos, absolutamente todos estão de acordo nesse ponto.

Sendo assim, é um perigo para os trabalhadores desprezar ou abandonar a ação sindical, direta, eficaz e para por toda a sua confiança na intervenção do Estado, legislador, considerando-o como a verdadeira Providência. A abdicação seria funesta. Os parlamentares não podem fazer milagres e o depor uma lista numa urna não pode metamorfosear a ordem social. (*Razão de ser do sindicalismo, O Operário*, 10 de setembro de 1911, p. 1)

Esse texto de Augusto César, que discutimos anteriormente em nossas considerações sobre sindicalismo, traz os elementos centrais dessa concepção de mundo. Considerando que se trata da primeira sistematização²²⁰ dessa corrente no *O Operário*, é pelo seu peso histórico que o retomamos.

O segundo texto da coluna *Razão de ser do sindicalismo* optamos trabalhar, pois articula análises a respeito da concepção de mundo dos positivistas e do socialismo católico, duas correntes que já analisamos no *O Operário* e por isso esse excerto nos é bastante rico pois nos complementa, na mesma medida em que expõe o traço do sindicalismo na capacidade de incorporar diferentes concepções de mundo em sua frente:

²²⁰ Afinal, diversos textos do *O Operário* não deixam claro as visões de mundo daqueles que escreviam, justamente pelo problema de formação e as possibilidades de estudos aprofundados por parte daqueles que escreviam. Dessa forma, é difícil precisar se é um texto socialista, anarquista, positivista com contradições ou se de fato é um texto de propaganda sindicalista, por exemplo. Como evidencio ao longo dessa pesquisa, isso se aplica às demais concepções de mundo.

Cada uma das doutrinas prepara a solução e meios diversos de realização, cujas consequências podem ser mais ou menos decisivas e realizáveis.

Para os positivistas o destino social da riqueza não será realizado por uma revolução, nem por uma destruição do atual Estado social, mas sim por uma concepção científica, como na mecânica, na física ou na biologia, leis sobre as quais assenta a organização da sociedade por uma modificação profunda e completa da mentalidade e moralidade humana, subordinando sempre o egoísmo pelo altruísmo. Nem Deus, nem rei, o culto a Humanidade.

Para os socialistas católicos um verdadeiro ardor é fé nas doutrinas teológicas.

(continua) A. C. Santos (A razão de ser do syndicalismo, *O Operário*, 18 de setembro de 1911, p. 1)

Ao analisar diferentes correntes, Augusto César dos Santos, que possuía forte ligação com a França, transparece que se refere ao positivismo de Comte por alguns conceitos mais chaves: as leis naturais das ciências naturais como estrutura organizacional de sociedade, a transformação da moral e da mentalidade humana e noções de altruísmo (o que era um grande divisor com o spencerismo e seu darwinismo social).

Mais modesto na análise dos socialistas católicos, ele não os retoma na continuação desse texto, iniciando na edição seguinte a partir dos libertários²²¹. Augusto César dos Santos apenas analisa a base dos socialistas católicos por via da teologia, de forma simples em um parágrafo na coluna *A Razão de ser do syndicalismo* (*O Operário*, de 18 de setembro de 1911, p. 1).

No artigo *Experiencia dos factos*, Augusto César dos Santos apresenta enfaticamente a categoria de luta de classes, na medida em que relaciona o campo de ação política dos sindicalistas diante dos processos eleitorais, que ele critica, e das classes dominantes, as quais aponta “[...] tudo possuem e nada produzem, e quando a morte cessa no burguês a posse do capital, passa este aos descendentes de ventres burgueses” (*Experiencia dos factos*, *O Operário*, 24 de setembro de 1911, p. 1).

[...] A questão social ou a questão operária não é outra coisa que a existência de duas classes operando diversamente. Uma mais numerosa, respeitando a lei da vida pelo trabalho, outra, a menos numerosa, escarnecendo da mesma lei, não trabalhando e locupletando-se com a produção do trabalhador.

Este antagonismo que todos os Estados liberais persistem em protelar conduziu o proletariado a travar lutas titânicas com os exploradores.

²²¹ Razão de ser do syndicalismo, *O Operário*, 24 de setembro de 1911, p. 1.

[...] Todos os estados burgueses partem do princípio que os proletariados são cidadãos de segunda categoria e como tal p serem votados à submissão e a inferioridade.

Vesse bem claro: monarquias e republicas, onde o capital impera, marcham de acordo em protelar a questão social.

(continua) A. C. Santos (Experiencia dos factos, *O Operário*, 24 de setembro de 1911, p. 1)

Ao investigar a respeito desses dois sindicalistas portugueses percebemos a dimensão da atuação e a clareza de concepções como resultados de acúmulos de estudos e de lutas. Seus textos trouxeram grande oxigenação progressista ao *O Operário* a partir do segundo semestre de 1911, ao lado dos trabalhos de autores anarquistas, mas com uma notória distinção: Ristori, Leuenroth e outros transitaram pelos espaços da cidade, participaram de congressos, debates e exposições de cinema e Rivier lecionou e morou em Sorocaba.

Isso pesou muito para a força das concepções anarquistas no município, enquanto que a concepção sindicalista, mesmo trazendo qualidades e boas argumentações em seus artigos, ao menos no que se tange aos grandes nomes presentes nas páginas do *O Operário*, ficaram mais restritas aos embates de ideias, até porque o contexto dos acúmulos, da formação da classe e da consciência de classe, as organizações dos trabalhadores sorocabanos eram distintas dos portugueses e franceses.

Por fim, mas não menos importante, a tarefa de analisar nas páginas do jornal *O Operário* a concepção de mundo socialista. Esse conceito, “socialismo”, se faz presente desde as primeiras edições de 1909, ano de fundação do jornal, mas é preciso atenção para não confundir as diferentes correntes desta concepção de mundo, pois se os anarquistas que por Sorocaba transitavam, e os quais foram analisados nesse trabalho, possuíam uma concepção mais clara entre o anarco-comunismo e no anarcosindicalismo e, também, os autores sindicalistas que tiveram seus textos publicados no *O Operário* eram duas das principais lideranças do sindicalismo em Portugal e com grandes acúmulos, a mesma clareza não se faz precisamente nos socialistas do *O Operário*.

John W. F. Dulles (1977) traz rica análise a respeito da forma como os operários brasileiros lidaram com a concepção de mundo socialista e o porquê “[...] os brasileiros não tinham muita simpatia pelas ideias de Marx” (DULLES, 1977, p. 21), o que prejudicou uma

articulação ampla entre socialistas brasileiros com os imigrantes, com destaque para a colônia italiana no que se refere à aproximação com o socialismo científico, a concepção de Marx e Engels.

Quase ninguém discute que o primeiro artigo sobre marxismo estampado na imprensa brasileira apareceu em 1871 na cidade do Recife, famosa por sua importante Faculdade de Direito e pela longa tradição de estreitos laços com a Europa. Tradução de um estudo publicado na Espanha, o artigo saiu em dois números do jornal *Seis de Março*, porta voz da causa republicana no Brasil. Em 188, Tobias Barreto, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, interessado sempre nas ideias e propagandas na Alemanha, fez um discurso – de colação de grau – que se costuma citar como a primeira oportunidade em que um brasileiro se referiu a Karl Marx e sua obra *O Capital*. Quatro anos mais tarde, escrevendo em *Estudos Alemães*, Barreto declarava ser Marx “o mais ousado pensador do século XIX, no domínio da ciência econômica”. (DULLES, 1977, p. 21)

No Estado de São Paulo, quando não ligado aos órgãos socialistas italianos, Dulles (1977) aponta que foi o médico brasileiro Silvério Fontes o fundador do círculo socialista em 1899, que se pronunciou a favor de Marx em um artigo publicado em 15 de setembro de 1895 (1977, p. 22).

Em um dos últimos números desse periódico, Fontes expressaria a satisfação com que via o Centro Socialista de Santos “ter iniciado entre nós, a propaganda da doutrina reformadora que se estribava no trinômio marxista: interpretação materialista da história, determinismo econômico e luta de classes”. (DULLES, 1977, p. 22)

O próprio *Manifesto do Partido Comunista*, como já mencionamos nas notas de rodapé a respeito da atuação e memória dos trabalhadores brasileiros da Primeira República, foi pela primeira vez traduzido na íntegra e publicado no Brasil em 1923 por Octávio Brandão do PCB.

Isso também se reflete no *O Operário*. Tendo suas publicações iniciadas em 1909, esse jornal transparece uma série de questões que Dulles (1977) apresenta como por exemplo: os italianos mais ligados à uma concepção mais crítica do socialismo (flertando com o marxismo), a influência do socialismo crítico-utópico e a própria questão do socialismo espírita, já debatido.

Levando em conta o periódico *A Conquista do Bem* de Sorocaba, com a tendência crítico-utópica manifesta, e a própria aproximação dessa concepção como um desdobramento

progressista do positivismo, evidenciam-se alguns aspetos que geram acúmulos que nos possibilitam compreender melhor a força dessa tendência no noticioso operário de Sorocaba.

A respeito dessa concepção Karl Marx (2004) definiu:

Os sistemas socialistas e comunistas, propriamente ditos, os sistemas de Saint-Simon, Fourier, Owen, etc. surgem no primeiro e pouco desenvolvido período da luta entre proletário e burguesia, anteriormente descrito.

Os inventores desses sistemas reconhecem, sem dúvida, o antagonismo de classes, assim como a eficácia dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não vêem nenhuma atividade histórica autônoma da parte do proletariado, nenhum movimento político que lhe seja dito. (MARX, 2004, p. 76)

O reconhecimento em comum da ideia de antagonismo de classe, reforçado pelas concepções do anarquismo e sindicalismo, explica as razões pelas quais essa categoria de classe é tão evocada no *O Operário*, mesmo em textos que passam a apelar mais à consciência do patronado em relação à condição dos operários, e não raramente clamando uma luta “dentro da ordem” do que à organização e consciência desses operários explorados.

Nos centros civilizados do mundo a classe operária ocupa hoje lugar proeminente ganho a custa de verdadeiras e incessantes batalhas.

[...] É deste modo que queremos o operariado de Sorocaba. Unido, forte, tendo uma ideia, batendo-se por um direito. Queremo-lo, porém, respeitador da ordem e parte integrante do nosso progresso. O operário deve obediência ao seu patrão, deve cumprir os seus deveres, desempenhar na medida de suas forças p emprego que lhe foi confiado, mas essa obediência deve ser ativa porque o operário é um cidadão livre. No tocante a manifestação de seu pensamento, a sua opinião, em qualquer matéria e, especialmente em matéria política deve ser (e isto lhe é garantido por lei) absolutamente livre.

[...] Uni-vos operários e procurai reaver os vossos direitos. Fazei, porém, dentro da ordem. (Aos operários, *O Operário*, 02 de agosto de 1909, p. 1)

Ilustração 6 – Trecho do jornal *Aos operários de Sorocaba*

Aos Operarios de Sorocaba

Operarios eu vos saudo!

Continuae a trilhar o caminho que traçastes e tereis comprehendido a nobresa de vossa classe a mais digna, talvez, da nossa veneração pelo grande e extraordinario concurso que tem prestado, presta e prestará ao progresso material de nosso paiz.

Avante Operarios! Não deveis ter nem um só momento de hesitação na vossa jornada. A vossa missão é nobre. Os vossos ideias são nobilissimos. Proseguí com denodo e trabalhae com afinco em busca da vossa liberdade e dos vossos direitos.

Deveis meditar com atenção sobre estas ultimas palavras: Liberdade! Direitos!

Meditae... e vêde como se tem abusado da vossa classe!!

Como tem sido conspurcado aquillo que vos é assegurado na nossa Lei basica, neste regimen de Liberdade, Igualdade e Fraternidade! Aconselho-vos, porém, a procurar remedio para os males que affligem a vossa nobilissima classe dentro da ordem da Lei e do Direito. Uni-vos, Operarios, e sereis fortes.

Como o mais humilde de vossos leitores e como pequeno operario, que tambem sou, eu vos concito a união e ao dever que nos assiste de pugnarmos pelos nossos Direitos e pela nossa Liberdade. Eu vos saudo operarios!

(Fonte: *Aos operários*, *O Operário*, 02 de agosto de 1909, p. 1)

Parafrazeando a célebre frase de Marx em *O Manifesto do Partido Comunista*: “Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista. os proletários nada tem a perder nela a não ser suas cadeias. Tem um mundo a ganhar. Proletários do todos os países uni-vos!” (MARX, 2004, p. 82), esse texto das primeiras edições do *O Operário* clama pela ordem e pelos “deveres dos trabalhadores”, ainda que desde o princípio do artigo reconheça a categoria da classe e a articulação da sua luta como meio de conquistas sociais.

Na mesma edição, o artigo *Aos operários de Sorocaba*, assinado por Idyllio, faz um caminho conceitual muito parecido, inclusive novamente remetendo à união dos operários, mas dentro dos princípios da ordem e da legalidade, do ponto de vista do direito: “[...] Aconselho-vos, porém, a procurar remédio para os males que afligem a vossa nobilíssima classe dentro da ordem da Lei e do Direito, Uni-vos, operários, e sereis fortes.” (Aos operários de Sorocaba, *O Operário*, 02 de agosto de 1909, p. 1).

Normalmente alcunhada como “introdução ao socialismo” por historiadores locais, a *Essência do socialismo* é uma coluna que aparece nas páginas do *O Operário* desde 1910, abordando uma série de autores que não necessariamente são socialistas como o positivista Spencer e o anarquista Tolstói, e contrapondo o que o título indica, nem sempre tal coluna aborda questões de fato relacionadas com o pensamento socialista, o que aponta novamente outro deslize da historiografia local, inclusive nesses artigos são comuns as críticas ao socialismo crítico-utópico e ao materialismo histórico-dialético, como veremos a seguir.

Outro aspecto a respeito dessa coluna é a não precisão se de fato foi redigida por operários locais ou transcrita de outras fontes como ao longo desse capítulo apontamos ter ocorrido com uma série de artigos publicados em outros materiais (revistas, panfletos, livros ou jornais) da classe operária, e que acabaram sendo reproduzidos no *O Operário* sem nenhuma referência²²² de onde foram extraídos.

²²² Nem todos os textos extraídos estão sem referência, apesar da grande maioria sim, algumas matérias de *A Lanterna*, *La Battaglia* e *O Commercio de São Paulo* são devidamente creditadas.

Tal fato nos remete a essa hipótese de a coluna não ter sido escrita por operários locais, primeiramente porque o amplo referencial nela debatido²²³, o que salvo raros casos de operários como Rivier, não é algo evidente aos locais, que para o noticioso sorocabano escreviam e em segundo lugar pelo fato de que, apesar das ponderações já feitas a respeito do anonimato na imprensa operária, no caso dos operários locais, havia, desde as primeiras edições do *O Operário*, o hábito de assinar os artigos, ainda mais naqueles que escreveram por um período considerável, como Augusto da Fonseca, Rivier, Antônio Marques, Pedro Mesquita, Antônio Argento, Guilherme Vianna ou mesmo os usos dos pseudônimos recorrentes como “Uma Operária”.

Baseado nos principais referências apresentados no texto, assim como nos autores que mais apresentavam contraposições, é possível refletir que se trata de um texto de um anarquista, mas não das correntes anarco-comunista ou anarcosindicalista, apesar de em alguns momentos citar Kropotkin e defender elementos de tais concepções, e influenciado fortemente pelo positivismo, com enorme foco no cientificismo desta corrente e no evolucionismo. Tais traços nos remetem ao anarcoindividualismo, concepção que tem como principais influências Proudhon e Spencer, além de críticas ao coletivismo, como trouxe a tona no artigo a respeito do galês Bellamy, foco no individualismo e não defende a revolução como meio de remoção do Estado²²⁴.

O texto *A reforma do socialismo*, de 24 de março de 1912, faz menções diretas ao *O Capital* e a Karl Marx. Esse artigo nasce dentro da coluna *A essência do socialismo*, e veio sendo publicado como subtítulo desta desde de 17 de dezembro de 1911 até o desdobramento no que possivelmente seria uma nova coluna, já que *A reforma do socialismo* (1912) é concluída com “(continua)”, que não chega a se concretizar devido aos problemas administrativos e perseguições judiciais²²⁵ que passaram a sofrer os quadros do *O Operário* no segundo semestre de 1912.

²²³ De autores populares entre os operários da Primeira República como Spencer, Malatesta, Kropotkin, Bakunin e Marx até mesmo outros sequer citados na historiografia nacional, ou muito pouco mencionados, como base do movimento operário nacional: Bellamy, Kautsky, Jacques Novicow e Willian Graham.

²²⁴ O que explica as constantes críticas nessa coluna contra as concepções revolucionárias dos comunistas e a sua forma de compreender a relação do governo como aparato burguês.

²²⁵ No final de 1912 começam a ser vinculadas nas páginas do *O Operário* matérias a respeito de um processo que a promotoria de Sorocaba moveu contra J. J. Rivier, que chegou a ser preso por 4 meses e condenado a pagar uma multa. Essas situações o levaram para fora de Sorocaba, indo lecionar na Escola Moderna de Bauru (SOUZA; GUIMARÃES; PAIVA; CABRAL, 2018, p. 12).

Em sua primeira redação, ainda como subtítulo, faz menção à Revolução Francesa, aos socialistas crítico-utópicos Saint-Simon e Fourier, ao jacobino-socialista Louis Blanc e ao anarquista Proudhon, além de abordar a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a primeira Internacional.

O socialismo que a Revolução Francesa trazia no seio porque o primeiro “direito do homem” é o de poder trabalhar para viver, nascido imediatamente depois dele sob a forma de sonhos de filósofos (como Saint-Simon e Fourier) tomando em seguida, com L. Blanc e Proudhon, o programa da parte mais avançada da democracia, foi mais tarde ainda (depois de junho de 1848 e principalmente pela fundação da Associação internacional dos trabalhadores em 1864 a expressão dos interesses e das aspirações da classe operária contra burguesia).

A Internacional proclamou que “a emancipação econômica da classe operária é o grande objetivo a que todo o movimento político deve subordinar-se como meio. Pelo contrário, a burguesia liberal e democrática subordinava a emancipação dos trabalhadores às reformas políticas (sufrágio universal, nação armada, autonomia administrativa, eleição popular dos funcionários públicos, etc) (A essência do socialismo, *O Operário*, 17 de dezembro de 1911, p. 1)

Esse é um trecho do artigo que ainda abordou ao seu final o movimento comunista de Paris da seguinte forma: “[...] a sangrenta vingança tirada pela burguesia republicana, tornavam completo o rompimento liberdade e igualdade, democracia e socialismo apresentaram-se como inimigos” (A essência do socialismo, *O Operário*, 17 de dezembro de 1911, p. 1).

Diferente dos textos apresentados em 1909, que parafraseiam Marx para chamar os trabalhadores à luta dentro da ordem burguesa, *A essência do socialismo* traz conceitos mais claros a respeito das diferentes correntes da concepção de mundo socialista, mesmo que em um sentido crítico. É notável que o subtítulo, que virou posteriormente título do artigo, indica uma necessidade de “reforma” teórica do socialismo; portanto, não se trata de um texto que toma como base esse paradigma, mas sim uma interpretação a respeito das concepções socialistas às quais o autor, em alguns momentos, manifesta concordância e em outros aponta o que discorda.

Isso é ainda mais evidente nas edições de 31 de dezembro de 1911 e a de 18 de fevereiro de 1912, em textos que citam diretamente Marx e Engels. Distante de ser uma apresentação das obras de Marx, o texto de 1911 é uma introdução de conceitos de Marx e a

apresentação de diferentes pontos que serão examinados²²⁶ e criticados posteriormente, na edição de 1912, como é um traço dessa coluna a continuidade dos debates em edições seguintes.

Apontando críticas a um economicismo, descartando os elementos históricos e dialéticos da teoria de Marx e Engels, em suas análises e discordâncias no que tange à questão da “família” e ao “governo”, o texto de 1912 inicia da seguinte forma:

Esta doutrina tem um grande fundo de verdade, porque põe em evidência a conexão dos diferentes fatores da evolução; mas é certamente exagerado. Admitindo mesmo que as necessidades de vida material, as necessidades de produção da reprodução (Engels aproveita a semelhança destas duas palavras para disfarçar a grande diversidade de coisas que elas exprimem) tivessem, no princípio, determinado a associação humana, há muito tempo que a complicação crescente das relações sociais teria feito desaparecer a subordinação da estrutura social ao fator econômico, e teria mudado em interdependência. [...]

Os socialistas, reduzidos pela teoria da concepção materialista da história não denunciam a importância senão ao fator econômico. O governo não era, senão eles, senão uma função da propriedade privada, o poder executivo do capitalismo, o braço forte da burguesia. [...]

A família era para eles senão um órgão de transmissão da propriedade individual e dos privilégios de classe. [...]

A família livre do interesse econômico dissolver-se-ia no amor livre. O Estado já não teria razão de ser. Os operários reunidos em associações tratariam de si. A guerra desapareceria dos Estados; e o crime com a miséria e a ignorância, que o engendram. Não havia, pois, mais do que insurgirem-se e expropriarem os capitalistas: que era o papel que a história reservava à classe operária.

Marx não é realmente responsável por um tão grosseiro simplismo, não chegou ao absurdo de querer explicar toda a história pelo progresso da técnica industrial, como tentam seus discípulos. Mas é incontestável que Marx e Engels pensavam realmente que o modo de produção era a base sobre a qual se fundaram a moral, a religião, o direito, a família, a constituição política. (Continua) (A essência do socialismo, *O Operário*, 18 de fevereiro de 1912, p. 1)

Esses conflitos nessa coluna, *A essência do socialismo*, ao socialismo científico de Marx e Engels são manifestados desde seus anos iniciais, como no artigo de 16 de janeiro de 1910, no qual descarta as categorias de “Estado”, “família”, “propriedade”:

²²⁶ “[...] Vamos examinar estes diferentes pontos da doutrina.

Concepção materialista da história. O modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual.

A sujeição econômica do trabalhador aos detentores dos meios de trabalho, isto é, das origens da vida, é a causa principal de sua servidão e todas as formas, miséria social, envelhecimento intelectual e dependência política.

A estrutura econômica da sociedade é sempre a base real, e dá a explicação de toda a superestrutura das organizações políticas e jurídicas, da mesma forma que as ideias religiosas, filosóficas e outras de cada período histórico” (A essência do socialismo, *O Operário*, 31 de dezembro de 1911, p. 1).

Da mesma forma as objeções que se podem fazer à doutrina marxista de mais-valia, recaem sobre a teoria do valor de Ricardo e dos seus continuadores. O socialismo não é solidário com a doutrina marxista: apropria todas as doutrinas seja de que escola econômica forem, com tanto que resolvam e expliquem fatos reais.

Finalmente as teorias de Marx e Engels sobre o Estado, a família e a propriedade, não são essenciais ao socialismo, como não é a concepção materialista da história. Segundo a confissão de Croce, o materialismo histórico, despojado de toda a sobrevivência de finalidade e de planos providenciais, não pode fornecer nenhum apoio ao socialismo, nem a nenhuma outra direção política da vida. [...]

Por outro lado, os adversários do socialismo que tem criticado tal sistema, o coletivismo por exemplo ou o comunismo, imaginam terem refutado o socialismo. Porém o mais que conseguiram demonstra é que todos os sistemas são defeituosos, que o socialismo não se realizará segundo as formas e modalidades até o presente imaginadas e que uma organização social perfeita se não pode prever de antemão nem poderia ser inventada por ninguém [...] (A essência do socialismo, *O Operário*, 16 de janeiro de 1910, p. 1)

Mas se faço tal análise, inclusive interpretando-a como anarcoindividualista, porque apresentar no momento de discussão a respeito da concepção socialista? Justamente devido a forma como essa é coluna vem sendo abordada na historiografia local, que a analisa textos isolados (sendo que majoritariamente esses artigos são encerrados indicando continuidades) e defende ou divulga o socialismo e inclusive as ideias de Marx, o que é justamente o oposto do que ela estava fazendo, sobretudo, no que tange ao materialismo histórico.

Entretanto, independente desse equívoco historiográfico, não deixa de ser uma das colunas mais duradouras a abordar o socialismo, mesmo que crítico, o que nos possibilita justamente a averiguação proposta por Dulles (1977) da forma como os operários do Brasil, em nosso caso Sorocaba, estavam pensando a respeito das obras do socialismo científico²²⁷.

Voltando à concepção socialista presente no jornal *O Operário*, é na edição de 12 de dezembro de 1909 que se encontram um dos textos mais claros, e agora sim, relacionados com as correntes socialistas de fato. Contextualizemos essa edição; no dia 28 de novembro havia acontecido em Sorocaba uma Conferência Socialista, que inclusive recebeu o operário Eduardo Vassimon, vindo da cidade de São Paulo, e que assim como Oreste Ristori já era um operário que apresentava acúmulos político-sociais diferenciados, além de boa formação política.

²²⁷ Já havia apresentado no capítulo 2 a forma como alguns autores ligados às elites e classes médias recebiam e analisavam essa concepção, agora estou apresentando a forma como os operários que liam *O Operário* recebiam essas obras por via de seu principal órgão.

Eduardo Vassimon foi um dos 43 delegados que estiveram presentes no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906 no Rio de Janeiro, representando a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. Vassimon teve também atuações políticas importantes na cidade de Campinas, chegando a defender o ensino livre no jornal *A cidade de Campinas*, em 1907, é o que aponta a pesquisadora Paula Christina Bin Nomelini:

O orador que abriu a sessão solene foi Jaime Moreira, sendo que Eduardo Vassimon, vindo de São Paulo, explanou sobre o ensino livre, concluindo que “a verdadeira educação intelectual consiste em desenvolver o raciocínio. No ensino deve-se abandonar em absoluto o abstrato, partir do concreto e explicar a natureza nas suas diversas manifestações, conforme exigirem os sentidos” (NOMELINI, 2010, p. 167)

Nessa Conferência Socialista, uma das figuras sorocabanas que maior teve participação foi Antonio Argento.

Conferência Socialista em Sorocaba

No domingo 28 do pp cerca de uma hora da tarde, no salão antigo club atiradores, teve lugar a conferência, por nós noticiada em nosso último número. O conferencista foi o nosso amigo e companheiro Sr. E. Vassimon, residente em São Paulo, onde é muito conhecido pelo seu talento, preparo e abnegação pela causa da classe a que pertence e a que tanto honra.

A conferência terminou as duas e pouco da tarde, tendo sido o orador alvo dos mais entusiásticos aplausos por parte daqueles que tiveram o prazer de ouvi-lo e de apreciar as suas raras qualidades de moço inteligente e ilustrado.

[...] As 7 e meia horas da noite a classe operária de Sorocaba, em atenção ao convite que fizemos distribuir em avulsos, reuniu-se na praça da matriz e em número superior a 500 operários, além de cidadãos representantes de outras classes. Fez-se ouvir e primeiro lugar nosso amigo Antonio Argento que levantou um energético protesto sobre o modo pelo qual são tratados os menores operários, fazendo referências, especialmente, ao modo brutal e desumano, porque na fábrica N. S. da Ponte castigam os menores, tendo-se dado em dias passados o fato altamente digno e louvável de um sr. Eloy Ribeiro, preposto do sr. Cognasca, ter agarrado pela garganta, de modo a causar-lhe asfixia, sendo necessário recorrer-se de pronto a uma farmácia! [...]

Terminando a sua oração o sr. Argento convidou para suceder-lo na tribuna o sr. E. Vassimon, que mais uma vez fez-se ouvir, produzindo uma oração brilhante onde não só revelou conhecimento aprofundado de tudo quanto diz respeito a oratória, como a sua firmeza de princípios e dedicação pelo operariado. Terminou o seu discurso, fazendo a todos um apelo para que prosseguissem com animo e resolução em defesa dos nossos ideais, e disse que pouco importava que fossemos poucos hoje, que mais valia uma dúzia de homens decididos do que uma legião de homens sem princípio, sem coragem e sem bandeira! [...] (Conferência Socialista em Sorocaba, *O Operário*, 12 de dezembro de 1909, p. 2)

Nessa mesma edição, o artigo *O que é o socialismo* foi publicado, manifestando o socialismo crítico-utópico como concepção: “Não devemos porem aspirar a toda essa transformação com a prepotência, nem também com a revolução, o que nos seria prejudicial, mas a queremos por reformas graduadas, mostrando aos senhores da burguesia quais as necessidades dos operários” (*O que é socialismo, O Operário*, 12 de dezembro de 1909, p. 1). Esse texto traz categorias importantes do socialismo como a luta de classes, que o próprio Marx no *Manifesto do partido comunista* destaca ser uma das grandes contribuições dos socialistas crítico-utópicos, e a busca por um modelo de sociedade igualitário e “justo”.

Avante pois operário! Um século morre e com ele devem morrer todas as injustiças que caracterizam essa sociedade.

Um novo século surge.

É o século da justiça social o século que faz dos homens uma só família, o século que surge nos mostra a apoteose da liberdade, da fraternidade e da igualdade.

[...] Viva pois o socialismo e aqueles que o professam. (*O que é socialismo, O Operário*, 12 de dezembro de 1909, p. 1)

Ilustração 7 – Trecho do jornal *O que é socialismo*

O que é o Socialismo

Nos seculos passados a sociedade humana era regida por outra forma, muito diversa da era de hoje.

Os homens eram então divididos em tres classes: Clero, Nobilitarios e a Borguezia

As duas primeiras eram efetivamente aquellas que governavam a sociedade dos burguezes, visto para elles haerem direitos especiaes. Não pagavam ofisco, eram exemptos le serem militares, possuíam todos os direitos sobre a borguezia.

A borguezia, composta de industriaes, commerciantes e operarios eram sujeitos as prepotencias das outras duas classes.

Por tanto pois, coligadas, a borguezia, pretendeu a conquista dos direitos que lhes eram renegados.

E eis então em 1789 já adunados os eventos.

Os Nobilitarios e o Clero não julgavam que já tão cedo viessem de tombar as suas prepotencias sobre a borguezia e eis que tentaram oppôr tenaz resistência, sem porem nada conseguirem.

Asignalou então esta era o triumpho da borguezia.

Esta declarou-se então senhora do mundo inteiro, reconheceu a igualdade civil e politica de todos os homens.

A borguezia tinha de triumphar porque a sua victoria era necessaria ao progresso da humanidade e triumphou sobre o feudalismo.

A sua marcha incansavel no caminho da civilisação foi maravilhosa, a ella devemos os gigantescos trabalhos completados nestes ultimos annos.

A historia economica de todas as civilisações nos prova que uma sociedade, qualquer que ella seja, não cede seu lugar a uma outra se esta

não seja mais util, e de maiores beneficios para a humanidade.

Seriam inuteis as grandes batalhas combatidas pelo christianismo, pela abolição da escravidão, se esta abolição tivesse de nos conduzir a um estado de couzas que peiorassem os interesses da humanidade.

Se a revolução de 1789 tivesse asignalado um regresso na marcha da humanidade não teria então a borguezia alcançado a sua victoria sobre os nobilitarios e o clero.

Assim pois é a nossa fé, a nossa propaganda, os nossos sacrificios não bastariam para fazer triumphar o Socialismo se este não fosse destinado a ser mais justo e mais productivo.

A borguezia moveu os seus primeiros passos no fim do seculo passado chegando ao ponto culminante nestes ultimos annos com a conquista da sciencia, da industria, deixando maravilhado o mundo inteiro,

Vemos todas as descobertas, todas as conquistas da sciencia serem uteis aos homens enquanto servem a dar a elle maior felicidade e gloria.

Eis aqui de onde é que deriva a necessidade dos operarios fazerem uma idea, que todas estas conquistas por nós alcançadas pareciam utopistas aos srs nobilitarios.

E' assim que Aristoteles supunha impossivel a abolição da escravidão; é assim que Alsxand e Magno tratou de louco o grego que queria mostrar-lhe o telegrapho; é assim que Napoleão Bonaparte julgara impossivel um vapor que cortasse as aguas do imenso oceano; é assim que dez annos antes tratar-se podia por louco o inventor do telegrapho sem fios.

Assim pois é o socialismo que nos parece difficil de triumphar, mas que nada é dif-

ficil aonde reina a união.

Nós por certo triumpharemos e nesta expectativa estamos.

Avante pois companheiros, o seculo morre e milhões de desventurados operarios levantam ao céu grito de dôres, os campos da batalha estão repletos do sangue dos innocentes, os hospitaes regogitam de enfermos, muitos dos quaes devido a alguns accidentes causados no trabalho, outros injectados pela tuberculose; os asylos de mendicidade repletos tabem de milhares de pobres operarios.

Avante pois operarios! um seculo morre e com elle devem morrer todas as injustiças que caracterizam esta sociedade.

Um novo seculo surge.

E' o seculo da justiça social o seculo que faz dos homens uma só familia, o seculo que surge nos mostra a apotheose da liberdade da fraternidade e da igualdade.

Não queremos discordia entre os povos Americanos com os Chinezes, dos Francezes com os Gregos.

Queremos a grande patria em que todos os homens são como irmãos em um amplexo de paz e de harmonia, não queremos mais fronteiras guardadas por milhares de homens armados, promptos para fazerem fogo contra os mesmos irmãos.

Queremos dos homens uma familia baseada com o affecto do amor dos homens, para com os homens dos filhos com os paes, queremos demolidas as classes sociaes que hoje combatem-se a morte entre elles para formar a grande classe dos trabalhadores os quaes deverão ser irmãos.

Não devemos porem aspirar a toda esta transformação com a prepotencia, nem tambem com a revolução, o que nos seria prejudicial, mas a queremos por reformas graduadas, mostrando aos srs da

borguezia quaes as necessidades dos operarios.

Viva pois o socialismo e aquellos que o professam.

(Fonte: *O que é socialismo*, *O Operário*, 12 de dezembro de 1909, p. 1)

Mais do que a diversidade de colaboradores, o jornal *O Operário* trouxe de diversos outros materiais produzidos por operários e militantes da época, as mais variadas produções

intelectuais para suas páginas, o que contribuiu na construção de um jornal heterogêneo nas concepções de mundo.

Anarco-comunistas, anarcosindicalistas, anarcoindividualista, socialistas crítico-utópicos, socialistas espíritas, espiritualistas, positivistas e sindicalistas revolucionários foram as principais concepções de mundo e de luta social que estiveram presentes nas páginas desse jornal, discutindo os mais variados assuntos: educação, escolas, violência contra os trabalhadores, o trabalho infantil, o trabalho feminino e a condição da mulher, a República, a política local e o jogo de forças entre as classes, religiosidade e os projetos socioculturais.

Essa pluralidade foi também possível graças às extrações de textos de variados militantes de Portugal, França, Itália e de outras cidades do Brasil, assim como o árduo trabalho dos operários locais em apresentar disputar na cidade suas perspectivas e concepções, por via de seus artigos.

Além dessas questões, os registros históricos a respeito da vinda de militantes de São Paulo, as Conferências, os eventos de cinema, as palestras, os piqueniques, as manifestações e reuniões operárias são registros de como e quais as concepções estiveram de fato mais presentes no concreto sorocabano, afinal, não é porque os textos ali presentes relatavam determinada concepção de mundo que ela se fazia forte e articulada na cidade, podendo ser um extrato de luta de um outro contexto.

Faço a conclusão desse subitem do presente capítulo após apresentar as diferentes concepções de mundo presentes no jornal *O Operário*, discutir a respeito de análises da historiografia sorocabana, de alguns autores e colunas, apresentar alguns autores europeus dos quais o jornal extraiu seus textos e também hipóteses para análise dessa fonte. Agora, aprofundarei a pesquisa analisando as tendências educativas presentes no jornal *O Operário*, focando naquilo que indiquei o começo do debate até o presente momento no capítulo 4.

4.2 As tendências educativas no Jornal “*O Operário*” (1909-1913)

Assim como as concepções de mundo variavam de acordo com os autores e também nos diferentes artigos publicados no jornal *O Operário*, as tendências educativas variavam seguindo essa mesma linha. Entretanto, nem toda concepção de mundo ou mesmo forma de organização política produziu uma tendência educativa. Dessa forma, quando se recorria ao debate sobre educação, determinado autor apresentava alguma tendência educativa mais próxima ao seu conjunto de valores e crenças.

As tendências positivistas de educação presentes no jornal *O Operário* seguiam as correntes da época, uma ligada ao civismo e a escola como espaço de formação de um cidadão baseado em valores como pátria e religião, e a outra corrente ligada ao positivismo trazia o papel da educação como meio de preparação do cidadão do século XX, pautando nos valores da modernidade, erradicando o analfabetismo e se estruturando por via do conhecimento científico, esse modelo de educação se apontava como redentor dos problemas sociais do país.

Outra tendência identificada é a progressista, que já buscava uma formação escolar baseada na relação entre conhecimento científico e sociedade, no que tange à infância essa tendência apontava a questão da autonomia e da criatividade da criança no processo pedagógico.

Por fim, a tendência anarquista que em decorrência da Escola Moderna instalada em Sorocaba e a proximidade de grupos como a equipe do jornal *A Lanterna* foi uma das mais difundidas pelas páginas do jornal *O Operário*. Essa concepção se baseava no racionalismo, laicismo, autonomia do estudante, cientificismo, igualitarismo, idealismo, relação entre trabalho intelectual e manual e educação ambivalente dos sexos.

Anteriormente trabalhamos com os textos a respeito de educação no jornal *O Operário* de Antônio Marques, J. J. Rivier e alguns a respeito das escolas noturnas e a sua relação com a Loja Maçônica Perseverança III. Agora iremos abordar as tendências educativas presentes no jornal.

Começamos pela tendência anarquista, muito debatida ao longo dessa pesquisa e já exposta a sua presença em outras pesquisas, bem como em nosso próprio trabalho no qual já apontamos a existência da Escola Moderna, na qual J. J. Rivier lecionava e recebia apoio da União Operária de Sorocaba, além da parceria com os militantes operários Oreste Ristori e

Edgar Leuenroth de São Paulo, e os eventos, também já destacados, realizados em Sorocaba para captar recursos para a Escola Moderna de São Paulo.

No jornal *O Operário* há muitas menções a diferentes anarquistas, mas o mais popular entre eles, citado até mesmo por autores da concepção de mundo socialista, é Francisco Ferrer, enquanto que em segundo plano é encontrado o equilíbrio entre as menções à Bakunin, Malatesta, Kropotkin e Proudhon; em menor grau de menções há Tolstói e Reclus. Isso ilustra o peso da concepção anarquista para as tendências educativas do jornal *O Operário*, pois em geral, no contexto brasileiro, é Bakunin o autor anarquista predominante.

O movimento anarquista que veio para o Brasil foi influenciado principalmente por um russo da geração anterior à de Kropotkin: Miguel Bakunin, “O São Paulo do Anarquismo”. Organizador do movimento na Itália, confiava menos da palavra escrita do que Kropotkin. Homem de menor estatura, preferia tramar a derrubada dos governos e participar dessas conspirações. (DULLES, 1977, p. 19)

A imigração europeia que atingiu o Brasil trouxe justamente massas de trabalhadores da Espanha, Portugal e Itália, nações nas quais Bakunin ocupava um espaço central na referência dos trabalhadores (DULLES, 1977, p. 19). Mesmo assim, foi Ferrer o autor anarquista mais celebrado nas páginas do periódico sorocabano, inclusive isso ocorre até mesmo antes da instalação da Escola Moderna em Sorocaba.

É interessante observar que apesar de toda essa influência de Francisco Ferrer nas citações do *O Operário* e na cidade de Sorocaba, e também considero Soledad Villafranca por seu peso na estruturação das ideias e na divulgação da Escola Moderna, ao contrário do que acontece no periódico de São Paulo *A Lanterna*, nenhum texto de Ferrer e Villafranca é publicado diretamente nas páginas do *O Operário*.

É seguro afirmar que clamando por instrução desde 1909, ano em que foi lançado, o jornal *O Operário* teve na conjunção de forças da União Operária com a Escola Moderna, uma das maiores conquistas e formas de organização do operariado sorocabano na Primeira República.

União Operária

Com assistência de um elevado número de sócios e sócias e gentilíssimos convidados, realizou-se sábado 18 do corrente a costumada *Velada mensal* da *União Operária* desta cidade.

[...] Falaram mais, as gentis operárias Faustina Scamussi, que pronunciou um formoso discurso sobre a questão social. Isaura Gomes de Freitas, que falou sobre a necessidade da instrução no seio operário recebendo muitas palmas. Maria Luna, que brilhantemente discorreu sobre o clero convencendo o auditório que o padre em nenhum tempo se interessou pela classe proletária. Maria da Conceição que discorreu sobre as treze virtudes teólogas numa eloquência apostólica. Maria José Dias que com sua voz clara e palavras simples entusiasmou os presentes discorrendo

sobre a União. Thereza Peres, sobre a revolução social no México sendo muito feliz em sua peroração. Maria Munhoz, sobre a emancipação da mulher. Luiza Candiota, uma criancinha pode-se dizer; arrebatou o grande auditório uma tempestade de palmas, discorrendo sobre a Escola Moderna e o seu valor.

O menino João Martins, que falou sobre a anarquia filosófica.

Todos os oradores e oradoras foram vivamente aplaudidos com verdadeiro entusiasmos pelos presentes.

As gentis e inteligentes companheiras acima, bem assim o último menino João Martins são alunos do distinto e esforçado professor da União Operária, Joseph Rivier.

Em seguida um animado baile.

Foi enfim uma festa encantadora. (União Operária, *O Operário*, 26 de maio de 1912, p. 2)

O peso histórico das conquistas da Escola Moderna em articulação com a União Operária, apesar de se apresentar em diversos artigos, tem um teor especial nesse material de 26 de maio de 1912, pois apresenta o engajamento de jovens, e na grande maioria mulheres, nas discussões a respeito dos mais variados temas que abarcavam a luta operária e não somente em Sorocaba, já que até mesmo a Revolução Mexicana²²⁸ é mencionada.

A fala na reunião da União, da operária Maria Luna, a respeito da relação entre o clero e a “classe proletária” também é outro marco de uma educação laica, racionalista e cientificista.

Em um contexto no qual a coeducação dos sexos e a educação da juventude operária ainda era extremante embrionária, mesmo com as intensas lutas sociais dessa classe, ter mais de cinco alunas operárias da Escola Moderna discutindo tais temas em uma reunião da União Operária é quase um surrealismo diante da própria estrutura social da Primeira República. A própria condição da mulher nesse contexto é algo notável, já que estava em voga o viés das concepções conservadoras de Comte e da Igreja Católica.

Não foi à toa, ou ação isolada e descontextualizada, que a situação relatada em artigo por Rivier em 2 de junho de 1912, referente aos operários que jogavam pedras nas estudantes femininas da Escola Moderna, aconteceu em Sorocaba. Pois se por um lado a Escola Moderna trouxe oxigenação nas ideias e concepções de mundo dos operários locais, ela não

²²⁸ A Revolução Mexicana, foi um conflito armado que ocorreu no México em 1910 e durou até 1920, e é comumente descrito como o acontecimento político-social mais importante do México no século XX. Essa Revolução trouxe o engajamento de figuras como Emiliano Zapata, Pascual Orozco, Pancho Villa (José Doroteo Arango Arámbula) e Venustiano Carranza, além de potências estrangeiras como Estados Unidos (que ao longo do conflito apoiou primeiramente as forças contrarrevolucionárias e posteriormente as forças revolucionárias, até 1918), Alemanha (apoiou as forças contrarrevolucionárias) e o Reino Unido (apoiou as forças revolucionárias). Estima-se entre os mortos cerca de 1,3 a 2 milhões de pessoas.

necessariamente abarcava a todos, como alguns dos artigos explanam a respeito da negação de muitos operários em se aproximar da União.

Essa aproximação entre Sorocaba e a Escola Moderna por via das páginas do jornal *O Operário* tem início com o fuzilamento de Francisco Ferrer na Espanha e seus desdobramentos em Sorocaba: protestos e comícios. A campanha de divulgação da Escola Moderna por Soledad Villafranca desencadeou no Brasil em 1909 o Comitê Pró-Escola Moderna com os mais notáveis quadros nacionais da concepção anarquista como Damiani, Ristori, Neno Vasco e Leuenroth.

Ristori por volta de 1910 começa a circular em Sorocaba como as páginas do *O Operário* nos lembram e Leuenroth também, como foi possível observar nas páginas de *A Lanterna*. Mas foi com a vinda de Joseph Rivier que esse projeto se concretizou e com as qualidades já demonstradas ao longo dessa pesquisa.

A tendência anarquista de educação permanece sendo discutida até 1913, último ano de circulação do *O Operário*. O próprio final desse periódico tem relação direta com a condenação e a saída de River da cidade de Sorocaba. Colocando dessa forma a tendência educativa anarquista como a principal do órgão de defesa da classe operária. A principal, porém, não a única.

O positivismo, a concepção de mundo da burguesia nacional da época²²⁹, também marcou presença em muitos textos a respeito da educação. Para a tendência liberal, a educação era entendida como instrumento de redenção dos males sociais brasileiros ou pautada no civismo como meio de controle social. Essa concepção de mundo é a segunda mais popular nas páginas do *O Operário*.

As duas tendências ligadas à burguesia brasileira têm uma proporção de equidade referente à quantidade de artigos que as expõe e, assim como a tendência anarquista, essas duas tendências costumeiramente apareciam difundidas em artigos de autores e militantes de contras concepções de mundo, predominando sua influência, além dos positivistas, nos cristãos.

²²⁹ Retomo a questão de que mesmo que os anarquistas e socialistas se aproximassem do positivismo, para aqueles cujas concepções estavam mais claras se tratava mais de uma aproximação de conceitos selecionados, como no caso dos anarquistas com Spencer e outros evolucionistas. No caso dos socialistas, pelo peso da concepção crítico-utópica, considerada positivista, a relação pode ser um pouco mais íntima com Saint-Simon, Fourier e Owen, porém, distante das ideias de darwinismo social ou contenção da classe operária de Comte. Há aproximações devido ao refinamento da ciência positivista, mas não uma plena fagocitação.

O artigo *Democracia e Instrução* (1911), com o qual já trabalhamos, traz a questão da tendência ligada ao civismo e a manutenção da ordem, inclusive se contrapondo ao socialismo e usando termos como “subversiva à ordem pública” para se referenciar à um tipo de liberdade que considera não ideal aos padrões nacionais, pois a ideal é, e somente ela, a “independência racional”.

Menos polêmico no que tange à negação de concepções ligadas à classe operária, mas ainda assim apresentando a questão do civismo e da pátria está o artigo de 6 de março de 1910, *Oito horas de trabalho às creanças*. Esse texto retoma a discussão da questão da jornada de trabalho, o ensino noturno e a escola noturna mantida pela Loja Maçônica Perseverança III. No meio de tais informações encontrei o seguinte parágrafo:

O homem que não ama a sua pátria é um monstro!

Portanto todo o homem que não atingir um certo grau de inteligência será, nada mais ou nada menos, um grande monstro, porque não saberá amar a sua pátria!

[...] Portanto essas crianças estão condenadas a viver para sempre na ignorância?! Não, os senhores patrões compadecer-se hão delas, e lhes concederão OITO HORAS DE TRABALHO, cumprindo por assim dizer, um dos mais sagrados deveres! (Oito horas de trabalho às creanças, *O Operário*, 6 de março de 1910, p. 2)

Ainda que, como refletimos anteriormente, também seja possível que entre a questão das tendências e visões de mundo, os operários possam ter se valido de estratégias diferentes para chamar atenção a determinadas pautas mais urgentes, no caso, a questão do trabalho infantil e a jornada de trabalho extensa, que entre outras coisas impedia a instrução dos jovens. Nesse caso se apropriariam de conceitos e definições mais disseminadas da visão de mundo burguesa, como no caso a menção constante à pátria, afim de justamente promover uma reflexão urgente a uma pauta concreta. Mas se tratam de hipóteses com base em diversas situações históricas do calor da luta de classe ao longo do século XX.

Já a tendência ligada aos intelectuais como Rui Barbosa, portanto, a educação como redentora dos problemas sociais do Brasil, é manifestada em artigos como, o já analisado, *Estudantes sorocabanos*, que ao contrário do artigo a respeito das jovens operárias estudantes da Escola Moderna destaca até mesmo os filhos da burguesia local e seu “feito” a respeito dos estudos e suas possíveis contribuições para sociedade.

Em outro momento também apresentei nessa mesma linha o artigo/nota *Escolas nocturnas*, de 27 de agosto de 1911, na qual exalta a contribuição da escola mantida pela Loja Maçônica Perseverança III numa perspectiva de iluminação das elites para com a classe operária, através da instrução.

Um dos articulistas e editores²³⁰ do jornal *O Operário* mais relacionado com essa tendência da educação pelo viés liberal nas páginas do *O Operário* é Pedro Salles de Oliveira Mesquita, jornalista que assinou diversos artigos que debatem educação e a luta dos operários locais. Pedro S. O. Mesquita (uma das formas como assina suas colunas) foi responsável por cobrir a greve dos tecelões em 1911 em Sorocaba, na busca pela redução da jornada de trabalho e nesse mesmo texto destacou o peso da “bandeira” da instrução em sua concepção.

Pelas Fábricas

Dentre todos os operários que necessitam de melhorias de condições, os de Fábricas, estão em primeiro lugar. São eles que labutam desde as 5 horas da madrugada até as 8 horas da noite, nessas escuras Fábricas, ou melhor que se diga nesses focos de tuberculose.

[...] Por exemplo: o horário demasiado, 15 horas por dia, um absurdo tão grande como no mundo inteiro.

Nós, os defensores dos operários não arredamos um só passo da linha de combate.

[...] Nós que lutamos em prol dos fracos, queremos que a bandeira da “Liberdade, Trabalho, Instrução” tremule nos portões de cada Fabrica dessa cidade.

Por essa bandeira, por esse lema sublime iremos até o sacrifício.

[...] Srs. burgueses... que V. S. encham as suas algibeiras é de lei: mas que maltratem seus funcionários, é malvadez.

Por acaso, Srs capitalistas não são V. S. filhos? E não serão também pais?

Pensem bem as suas consequências (si a tendes) e nos respondam se temos razão ou não!

P. S. O. M.

Sorocaba-07-1911 (Pelas fabricas, O Operário, 6 de agosto de 1911, p. 1)

Em artigo publicado algumas edições anteriores à sua cobertura da greve dos tecelões, intitulado *Liberdade e instrução*, publicado em 13 de maio de 1911, Pedro Salles de Oliveira Mesquita escreveu:

Liberdade e instrução

Sorocaba, terra tão bela, berço de grandes batalhadores como Raphael Tobias, Rodrigues dos Santos, e tantos outros que deram nomes a história da pátria, também devia orgulhar-se em ser foco da liberdade...

Mas infelizmente dá-se o contrário: o pobre povo vive agrilhado por pesadas algemas como os escravos do passado.

Os operários, o elemento progressista desta terra, vivem amordaçados, exaustos de baixo de fogo infame da opressão sem ideia e liberdade, não passando de simples instrumentos dos burgueses.

Existem em Sorocaba diversas fábricas que trabalham 15 horas por dia por dia, como se os operários fossem de ferro, fossem máquinas, os seus proprietários não se lembram que o operário é um cidadão livre e que tem o direito sagrado de exigir aquilo que for lei.

O operário precisa de descanso para se instruir, para que saiba defender os seus direitos, precisa cuidar da educação de seus filhos assim como os ricos mandam os seus a escola, ele os deve mandar.

²³⁰ Pedro S. O. Mesquita veio a ter uma ruptura intensa com os editores em junho de 1912. Essa briga foi exposta nas páginas do jornal, que em 23 de junho publicou: “18 de corrente, deixou de ser nosso representante nesta cidade, e em qualquer ponto do Brasil” (O Operário – Atenção, O Operário, 23 de junho de 1912, p. 2).

[...] Por isso companheiros, deveis mandar os vossos filhos a escola para que eles vejam a luz da verdade e da razão. [...] (Liberdade e instrução, O Operário, 13 de maio de 1911, p. 1)

Pedro Salles de Oliveira Mesquita foi um republicano progressista, em algum grau de similaridade com Rui Barbosa, pois na mesma medida em que reconhece as contradições das elites locais, a exploração do operariado e a necessidade de instrução, não se apropria e apresenta categorias comuns dos articulistas do *O Operário*, mesmo aqueles que não necessariamente são socialistas e anarquistas, como luta de classes e transformação social.

Para ele, a instrução é um meio de alcance da lei e da ordem social²³¹, se aproximando de alguma concepção a respeito de liberdade, mas distante da concepção de emancipação dos anarquistas e socialistas, que visam à superação do modo de produção capitalista e a consequente exploração do homem pelo homem. Para ele, a liberdade se dá dentro do sistema social e ela vem diretamente relacionada com a instrução.

Já a concepção de mundo socialista, muito marcante na nossa fonte de pesquisa, não tem configurada nas páginas do jornal uma tendência educativa própria. Os sujeitos que se aproximavam desse referencial e que discutiam alguma coisa sobre educação em seus artigos, se aproximavam muito mais de alguma concepção anarquista²³² ou mesmo desse republicanismo progressista²³³ presente em Pedro Salles O. Mesquita e outros liberais da época. Mas isso também é reflexo da experiência dos socialistas na Europa, uma vez que até a Revolução Russa em 1917 os socialistas, sobretudo os materialistas histórico-dialéticos, não haviam sistematizado em grande escala projetos educativos próprios como os anarquistas tiveram com Ferrer, e amplamente divulgados por Soledad Villafranca.

²³¹ Pedro Salles de Oliveira Mesquita (1893-1951), jornalista (em Sorocaba), professor e promotor público. O cargo de promotor público foi na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, mesmo sem ter formação em direito. Seu cargo veio foi parte de um grupo de 49 indivíduos que não se submeteram a nenhum concurso público para tal (VIANNA, 2011, p. 148). Militou no PRR o Partido republicano Riograndense. Inclusive foi referido por Eurico Gaspar Dutra da seguinte forma: “Era uma pessoa extremamente simpática e comunicativa, tendo o condão mágico de fazer amigos. E como possuía grande facilidade e desembaraço para falar em público, ficou sendo, na sociedade santa-mariense, orador oficial de todos os eventos sociais, principalmente nos bailes de gala que naquela época estavam muito em moda. Vem daí que, lá pelas tantas, o presidente do clube ou alguém por ele, fazendo parar a música, anunciava, em meio ao silêncio que então se fazia: 'Com a palavra o Dr. Promotor Público para uma saudação'. E o Dr. Oliveira Mesquita, com o brilho de sempre, improvisava sob uma chuva de palmas, recheando seu discurso com fartos poemas de sua autoria.” (DUTRA *apud* VIANNA, 2011, p. 161).

²³² Como o caso de Antonio Argento, que desde o assassinato de Francisco Ferrer na Espanha engajou-se fortemente com debates sobre seu papel e seu modelo de educação.

²³³ Essa ponte com esse republicanismo é comum inclusive em autores ligados em algum nível com as correntes anarquistas como Augusto da Fonseca, que volta e meia publicava algum texto trazendo vestígios dessa concepção.

O próprio Karl Marx pouco abordou a educação em textos publicados, sendo a própria citação que dele busquei na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) foi resultado de um breve discurso (MUSTO, 2014, p. 229). E até o sucesso da Revolução Russa, as ideias marxistas não eram populares no Brasil, restringindo-se a grupos específicos e sujeitos, e as socialistas crítico-utópicas dividiam e foram perdendo espaços com outras concepções que aqui estavam chegando, mesmo assim em Guiraldelli (1987) encontram-se em outros veículos da imprensa operária menções mais claras a tendência educativa socialista.

Esse subcapítulo foi a direção final dos debates que se realizaram ao longo de todo o capítulo 4 a respeito do jornal *O Operário*, mas com um foco de apontar as tendências educativas que havíamos discutido anteriormente na forma de concepções de mundo e a relação desse periódico com a educação.

Foram encontradas duas grandes tendências educativas a anarquista e a positivista, sendo que a positivista se fragmenta de forma bastante similar como ocorre no restante do país nessa mesma conjuntura ou seja uma corrente pautada nas questões de ordem, civismo e a educação como meio de um projeto de nação distante dos movimentos operários em uma proximidade com aqueles que estavam bebendo nas fontes do pensamento de Conte e a outra corrente pautada em um projeto de uma nação científica, intelectual, de trabalhadores bem formados, confiantes nos instrumentos legais da República e preparados para a Modernidade capitalista, essa concepção de educação redentora dos problemas sociais do país, que como vimos não eram poucos, se pautava nas fontes liberais como a Revolução Francesa²³⁴.

A tendência educativa anarquista trouxe qualidades marcantes aos operários e operárias de Sorocaba com base na experiência da Escola Moderna. Mas até mesmo anteriormente à fundação dessa Escola no município, esse debate se fazia intenso nas fileiras dos artigos e pautas do movimento operário local. Nessa conjuntura os anarquistas de Sorocaba e região, visto pelo *O Operário* abraçaram fortemente as ideias de Ferrer para educação se afastando até mesmo de outros anarquistas a respeito desse tema.

²³⁴ Não é à toa que em diversos artigos d'*O Operário* que apresentei e analisei, o lema da Revolução Francesa marca presença.

Ilustração 8 – Lista de livros vendidos pela equipe do jornal *A Lanterna* de São Paulo.

BIBLIOTHECA DA "LANTERNA"	
EM PORTUGUEZ	
M. Gerki, <i>Os amadores</i>	\$200
A. de Pinho, <i>Pela Educação e pelo Trabalho</i>	\$300
H. Malatesta, <i>Programma socialista anarquista-revolucionario</i>	\$100
Peter Kropótkine, <i>O Comunismo Anarquico</i>	\$100
Prof. Saturnino Barbosa, <i>Poemas Transcendente</i>	1\$000
B. Peres Galdós, <i>Electra</i> (drama anticlerical em 5 actos)	1\$000
Mezza Botta, <i>O Papa Negro</i>	2\$000
<i>Jesus Christo nunca existiu</i> , Bossi	\$800
<i>Religião e Evolução</i> , E. Haeckel	1\$500
<i>Sociologia Fundamental</i> , Benteo	5\$000
<i>Do Universal</i> , Faure	1\$500
Beno Bethencourt, <i>Ceterismo Athen</i>	\$200
EM HISPANHOL	
J. Rutgers, <i>Las Guerras y la Densidad de la Población</i>	\$100
M. Devaldés, <i>Malthusianismo y Neo-Malthusianismo</i>	\$100
Ch. Drysdale, <i>Dignidad, Libertad e Independencia</i>	\$100
C. S. Darrow, <i>Crimes y Criminales</i>	\$100
André Girard, <i>Educación y Autoridad Paternal</i>	\$100
EM ITALIANO	
Dotior Nicoló Cèverti, <i>Che cosa è il Socialismo</i>	\$100
Romanzo di una Donna, <i>Angelo Longaretti</i>	1\$500
<i>Almanaco Libettario illustrado 1909</i>	\$300
EM FRANCEZ	
<i>Les Prisons</i> , Pierre Kropotkin,	\$300
<i>L'Esprit de Révolte</i>	\$300
René Chaughí, <i>La Femme Esclave</i>	\$100
Jean Grave, <i>Lentement pour l'action</i>	\$200
Elisée Reclus, <i>Amou Frère le Paysan</i>	\$300
Jean Grave, <i>Si j'avais à parler aux Electeurs</i>	\$100
Charles Albert, <i>Patrie, Guerre, Coeterne</i>	\$200
Elisée Reclus, <i>Evolution e Révolution</i>	\$200
A. Girard, <i>L'Enfer Militaire</i>	\$300
Urbain Gohier, <i>Aux Femmes</i>	\$100
E. Malatesta, <i>Entre Paysans</i>	\$300
M. Nectiau, <i>La responsabilité et la Solidarité dans la lutte ouvrière</i>	\$200
* *	
Só podemos attnder os pedidos que venham aconpanhados da re-	

(Fonte: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/acervo>)

5. CONCLUSÃO

Realizo a conclusão dessa pesquisa tendo alcançado todos os objetivos gerais e específicos propostos em seu início. Foi possível identificar as tendências educativas presentes no jornal *O Operário* e inclusive pude analisar e refletir historicamente sobre seus desdobramentos naquela conjuntura de Primeira República e ainda com o sentido do passado, conceito de Hobsbawm, realizar conexões entre a luta de classes contemporânea na Educação. Realizei um estudo a respeito das tendências educativas presentes no Brasil entre 1910 e 1920, e ainda realizei essa análise com a cidade de Sorocaba, complementado a discussão do objetivo geral.

Trabalhei com um vasto repertório de livros, artigos, teses, dissertações e até outros periódicos para melhor compreensão histórica da questão da educação ao longo das primeiras décadas do século XX. Me pautando em artigos e notas do jornal *O Operário* para encontrar e referenciar os projetos e os debates sobre educação que aconteceram em Sorocaba no início do século XIX e engajando debates a respeito de classe, formação de classe no Brasil, a imigração e os operários brasileiros, o negro e as mulheres operárias e até a rede de comunicação dos operários em uma constante troca de materiais impressos.

O jornal *O Operário* circulou em Sorocaba entre 1909 e 1913 como parte dos acúmulos das lutas sociais que viam acontecendo em Sorocaba desde o final do século XIX e a formação e consolidação da classe operária nessa cidade. Quando lançado, logo em sua primeira nota, a famosa carta de apresentação do programa do *O Operário*, já nasce respondendo boatos e ataques de outros grupos sociais locais, a luta de classes já marcava espaço em suas páginas.

A luta de classes foi uma das categorias mais centrais em minha pesquisa, justamente com a proposta de refletir acerca da educação por via de sua concretude e das relações dialéticas, além do sentido do passado do historiador Hobsbawm, pois assim como nós somos desdobramentos desses embates as classes dominantes de nosso tempo também o são, e ainda continuamos ardorosamente disputando a educação popular, que na Primeira República fora comumente chamada de instrução pública.

De certa forma, *O Operário* ocupou o espaço histórico de sistematização de pautas da classe operária, ainda que mantendo o traço da diversidade de colaboradores e concepções, as pautas possuem centralidade: educação e instrução, redução da jornada de trabalho, denúncias

sobre as condições do trabalho das crianças, debates acerca da condição da mulher na Primeira República, violência nas fábricas e perseguições políticas como repressão aos engajados nas lutas sociais e do direito do trabalho e a liberdade de pensamento.

Sendo pela concepção dos sindicalistas revolucionários, dos socialistas crítico-utópicos, anarco-comunistas ou anarcosindicalistas, cristãos ou socialistas espíritas e até mesmo entre os positivistas, esses debates são nucleares, não importando a visão de mundo do autor e nesse sentido notei a busca de diferentes formas para soluções de problemas concretos.

Mas a luta desses bravos operários não se dava restrito aos debates ilustrados e demonstrações de iluminação teórica em seus artigos, são sujeitos da ação direta e da *práxis*. Reconheciam a necessidade de se organizar e lutar em movimentos reais, de dialogar com a classe operária e também com outras classes, como o caso da Loja Perseverança III. Desde as primeiras edições *O Operário* cobriu manifestações, conferências, reuniões sindicais e greves, demonstrando que nesses aproximados 4 anos de circulação houve intensas lutas dos operários e posteriormente, entre outras tantas, em 1917 a organização da Greve Geral, na qual Sorocaba teve destaque pela massa de trabalhadores que aderiram, inclusive muitas figuras que circundaram esse noticioso. “Outro detalhe que ressalta no texto é a adesão de cerca de 10mil operários. A população sorocabana à época era estimada em algo em torno de 40 a 50 mil pessoas. Isso representa, então, $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{5}$ da população, um número bastante elevado. (CAVALHEIRO, 2018, p. 106)

A despeito das concepções de mundo nele presente, é possível uma gama que expressava justamente o quadro de luta entre as ideias da Primeira República, o que já era esperado desde os levantamentos iniciais de dados e de sua categorização. Ao trabalhar com os textos diretos daqueles que no jornal escreviam e colaboravam, ficou nítido que ao mesmo tempo em que haviam sujeitos bem pautados nos referenciais, devido aos seus próprios acúmulos de estudos e como militantes, era possível encontrar, também, aqueles que se confundiam entre as concepções formando uma miscelânea, não rara pela condição de operários que trabalhavam entre 10 e 15 horas por dia.

O que de fato me surpreendeu para além dos dados categorizados foi perceber que muitos textos do jornal *O Operário* na verdade eram publicações feitas por militantes de Portugal em veículos da classe operária daquele país, inclusive ficamos com a hipótese de que o próprio texto de Malatesta publicado no *O Operário* é também por essa razão, uma vez que

ele mesmo fora central aos sindicalistas franceses, que fortemente influíram nos portugueses e dessa forma o ciclo chegou até a publicação de seu artigo escrito em 1905, n’*O Operário*.

Essa percepção aponta justamente que a luta dos trabalhadores estava em um nível de engajamento e articulação invejável em suas redes de comunicação, possibilitando que até o mais modesto trabalhador do interior do Estado de São Paulo tivesse acesso aos diversos debates de sua classe ao redor do mundo, o que supera a tese de que esse papel internacionalista do *O Operário* se ateuve à reproduzir algumas notas de luta relatando os casos na Europa.

E a respeito de nosso objeto central, as tendências pedagógicas presentes no jornal *O Operário*, reconheço duas grandes correntes (a anarquista e a positivista), sendo uma delas (a positivista) subdividida entre a concepção que chamarei de cívica-conservadora e a liberal. Além do furioso debate sobre educação e instrução aos trabalhadores, o jornal trazia em suas páginas inspiradoras e animadoras colossais conquistas da Escola Moderna, não sem luta, ao contrário, desde seu início disputou espaço com grupos políticos locais e até mesmo operários.

Com repertório de estudos, variando entre o mais refinado até aquele construído na urgência das lutas, com toda a sua contradição forjado diante das adversidades da exploração do homem pelo homem e no calor da luta de classes, avaliar as conquistas da Escola Moderna em Sorocaba bem como a própria relação da classe operária com a Loja Maçônica Perseverança III e sua Escola Noturna, é perceber o fruto das conquistas de uma classe disposta às mais variadas formas de luta para atingir suas lutas socioculturais. Sua organização foi fundamental a uma classe que demandava instrução e formação, ainda mais em uma conjuntura que o Estado brasileiro sequer aplicava leis à classe operária, como é tão denunciado nas páginas d’*O Operário*.

Tidos na historiografia chamada de “a dos vencedores” como brutos e miseráveis, às sombras das classes dominantes, quando não com suas greves e lutas atrapalhando o “progresso” e “morrendo na contramão, atrapalhando o tráfego²³⁵”, é notável que essa classe em condições extremamente adversas conseguiu construir e reivindicar com base em sua luta, dedicação e organização.

A aproximação de quadros ligados ao socialismo na concepção de mundo, mas no campo da educação à tendência anarquista, também é um dado interessante sobre as

²³⁵ Em referência à música *Construção* de Chico Buarque de Holanda.

afinidades revolucionárias e coloca a pauta da educação em notável centralidade nas lutas sociais do Brasil. A luta pela educação é a luta pela emancipação e pela justiça social, é por tal causa que esses operários e operárias deram seu sangue e suas vidas.

O pesquisador Dermeval Saviani (2013) fez importante denúncia a respeito da postura de intelectuais sobre as pesquisas e posições em torno da educação.

Uma denúncia daqueles intelectuais que, a despeito de assumirem posições progressistas nas cátedras universitárias, por devotarem manifesto ou velado desprezo à educação e por lhe negarem o caráter de objeto digno de ser tratado com seriedade acometida às ciências e à filosofia, participam, reforçam e legitimam a grande mistificação que vem caracterizando o trato das questões educacionais nesse país. Nessa postura elitista, ignoram eles que sua própria prática, isto é, a prática que desenvolvem na universidade não é outra senão a prática educativa, enredando-se, com isso, na contradição de desconhecerem sua própria prática das populações que eles próprios descriminam.

A uns e a outros cabe lembrar a propósito da educação aquilo que Gramsci afirmou a respeito do folclore, que “não deve ser concebido como algo bizarro, uma coisa estranha ou um elemento pitoresco, mas como algo muito sério e que deve ser levado a sério” (GRAMSCI, 1977b, p. 270). Eis aí a condição para tonar o ensino mais eficiente, o que “determinará realmente o nascimento de uma nova cultura nas grandes massas populares, isto é, desaparecerá a separação entre cultura moderna e cultura popular ou folclore” (idem, *ibidem*). (SAVIANI, 2013, p. 9)

E cá estamos nós, após um século de publicações na imprensa operária discutindo “neutralidade” do docente, assunto que Soledad Villafranca criticou tão incisivamente nos primeiros anos do século passado, e reivindicando o direito ao ensino noturno que vem sendo vitimado pela política de fechamento de salas de aula.

Outrora a classe operária reivindicou tão bravamente a educação como meio de humanização e conscientização buscando um projeto de sociedade igualitário e emancipador, por outro lado, cada vez mais passamos mais tempo reduzindo a educação pública como “opressora” e “reprodutora” da visão de mundo burguesa, que nos afastamos de disputar esse espaço, naquele concreto, descartando a categoria da contradição. Quando não, passamos a refletir a educação pública pelo prisma do “utilitarismo”, o oposto daquilo que foi alcançado pelo belo trabalho do professor Rivier na Escola Moderna. Na mesma medida em que nossos companheiros docentes contemporâneos estão imersos em imensos desalentos e passam a resgatar a perigosa ideia burguesa de “educação como redentora dos problemas da nação” e a pensar o trabalho de sala de aula como algo mágico e messiânico do “faço acontecer”, um caminho perigoso e nada dialético.

Ilustração 9 – Manifestação de operários no município de Cornellà de Llobregat, na província de Barcelona, Espanha nos anos 1970.



(Fonte: <https://elcinturonrojoenlucha.blogspot.com/>)

Para aqueles que acreditam ser possível refletir a luta pela educação evitando a questão da luta de classes é preciso sair de cima do muro e assumir um lado nessa disputa, ou reconhecemos a demanda da formação intelectual da classe trabalhadora pensada criticamente com suas contradições ou vamos nos perder no mar dos purismos caminhar até se perder em idealismos e nos alinhar ao projeto da classe dominante. Remeto a uma fotografia de outro contexto, mas bastante simbólica. A cena é a seguinte: uma manifestação no município de Cornellà de Llobregat, na província de Barcelona nos anos de 1970, os filhos da classe operária carregando uma bandeira na dianteira do ato com os seguintes dizeres: "Los hijos de obreros queremos estudiar" cuja tradução seria: "Nós os filhos dos operários queremos estudar".

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In.: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. *O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do século XIX*. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/alonsopositivismo.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

ANDRADE, Mário de, 1839-1945. *Contos e poemas* (seleção). Ed. Sob os cuidados de Claudia de Arruda Campos; Enid Yatsuda Frederico; Walnice Nogueira Galvão; Zenir Campos Reis. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *Sorocaba operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920*. Sorocaba-SP: Editora Create, 2005.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar. *A imprensa periódica como fonte para a história da educação: Teoria e Método*. Revista HISTEDBR-Online, Campinas-SP, n. 48, p. 255-268, Dez-2012.

ASSIS, Machado de. *Contos* (série Bom Livro). São Paulo: Editora Ática, 2001.

BADDINI, Cássia M. *Sorocaba no Império: comercio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

BATALHA, Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do Século XIX aos anos 1920 militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

BESANCENOT, Oliver; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionária: nossas estrelas vermelhas e negras, por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. Trad. João Alexandre Peschanski, Nair Fonseca. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

BILHÃO, Isabel. Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na primeira república brasileira. *Hist. Educ.*, Santa Maria, v. 19, n. 45, p. 141-157, Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000100141&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2018.

BOMFIM, Julianna de Souza Cardoso. *A questão da emigração chinesa via Macau nas páginas do Diário do Rio de Janeiro a partir da década de 1850*. Disponível em: <<http://gabineteportuguesdeleituraemsalvador.blogspot.com/2017/08/1850-entrada-dos-escravos-chineses-no.html>> Acesso em: 30 mai. 2018.

BOGO, Ademar. *Marx e a superação do Estado*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Waltensir Dutra (trad.) e Antônio Monteiro Guimarães (org. da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRESCIANI, Maria Stella Martins e NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2001.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*. Campinas-SP: Editora Pontes, 1988.

CANDIDO FILHO, José. *O movimento operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. *Uma introdução à história*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

CARONE, Edgar. *A República velha: I Instituições e classes sociais (1889-1930)*.4ª ed. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1978.

CARREIRA, André Luiz Rodrigues. *Entre hinos, bandeiras e heróis: imigração europeia, classe operária e a constituição da nacionalidade nos grupos escolares na cidade de Santos*. Encontro Estadual de História, Santos, v. 22, n. 1, p. 1-16, ju. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1397162761_ARQUIVO_Textp_CompletoANPUHSP.pdf> Acesso em: 28 mai, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

_____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p., 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2018.

CARVALHO, Rogério L. P. Aspectos da modernidade em Sorocaba: experiências urbanas e representações 1890-1914. *Revista de História*, São Paulo, n. 151, p. 201-225, 2004.

_____. *O Operário* – edição fac-similar. Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho (org.); Edgar Rodrigues (prefácio). Sorocaba – SP: Editora Create, 2007.

CASTRO, Fidel. *A grande tarefa da revolução consiste em formar o homem novo*. Trad e Rev. Ana Corbisier, Miguel Henrique Stedile e Geraldo Martins de Azevedo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Memória operária*. Sorocaba-SP: Editora Create, 2009.

_____. Greve geral de 1917 em Sorocaba: aspectos gerais. In: MARTINS, Marcos Francisco (org.) *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais*. São Paulo: Editora Hipótese, 2018.

CHIAVENATO, Júlio José. *O negro no Brasil, da senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CORBETTA, Juan M.; MORENO, Elizabeth N.. *Los orígenes del espiritismo em la Argentina*. XV Jornadas Interescuelas / Departamentos de História, Comodoro Rivadavia – Chubut. Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco (U.N.P.S.J.B.). 16 al 18 de septiembre de 2015.

COSTA, Cruz. *Pequena História da República*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1972.

D'ANGELO, Márcia. *Caminhos para o advento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1910-1930): Um projeto para uma Sociedade Assalariada*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2000.

- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: editora Atual, 1991.
- DESSOTTI, Isabel Cristina Caetano. *A educação operária no final do século XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa; o escrito e o silenciado*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas – SP, 2017.
- DICKENS, Charles. *Tempos difíceis*. Trad. José Baltazar Pereira Júnior. São Paulo. Boitempo, 2014
- DORIA, Sampaio. *O comunismo caminha no Brasil*. São Paulo: s/n. 1933.
- DULLES, John W. F.. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. Trad. Livia Cotrim e Márcio Bilharino Naves. [2ª ed., rev.]. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FACURY, Jorge. *Assim me contaram: breves histórias narradas por moradores de Sorocaba*. Sorocaba-SP, Editora Create, 2010.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Editora Global. 2007.
- _____. *Nós e o marxismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FERNANDES, Florestan; IANNI, Octávio. *Florestan Fernandes – Sociologia* (org. IANNI, Octávio). São Paulo: Editora Ática, 2008.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.
- GALLO, Silvio. *O paradigma anarquista em educação*. Comunicação apresentada no II Congresso Ibero-Americano de História da educação Latino-Americana. UNICAMP, Campinas, 11 a 15 de setembro de 1994.
- GLEZER, Raquel. *O campo da história*. Cadernos de História de São Paulo, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, n. 1, p. 9-14, 1992.
- GLICK, T. *O positivismo brasileiro na sombra do darwinismo: o grupo ideia nova em desterro*. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., e GLICK, T., orgs. *A recepção do Darwinismo no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 181-189. Disponível em: SciELO Books. Acesso em: 04 de Mar. 2019.

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. Trad. e Org. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Hedra, 2007.

GÓES, Maria Conceição Pinto de Góes. *A formação da classe trabalhadora: Movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1988.

GUIRALDELLI, Jr, Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1987.

_____. *História da educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!:* memória operária, cultura e literatura no Brasil. – 3 ed. Ver. e ampl. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARNECKER, Marta. *Um mundo a construir: novos caminhos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HOBASBAWM, Eric J. *A Era do Capital. 1848-1875*. 27ª Edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.

_____. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. 24ª Edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.

_____. *Bandidos*. Trad. Donaldson M. Garschagen. 4ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

_____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Trad. Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A democracia é difícil*. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/sergio-buarque-de-holanda-entrevista-de/>> Acesso em: 22 mai. 2018.

JOFFILY, Mariana. *O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)*. São Paulo: Alameda, 2012.

KAUSTKY, Karl. *A origem do cristianismo*. Trad., intr., apêndice e notas de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LEMOS, Renato. Benjamin Constant e o positivismo na periferia do capitalismo. [p. 207-215]. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.

LENIN, Vladimir. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. *Cadernos filosóficos: Hegel*. Trad. Paula Almeida. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *As tarefas revolucionárias da juventude*. Trad e Rev. Ana Corbisier, Miguel Henrique Stedile e Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *O que fazer?*. 1902. Disponível em: < <https://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf> >. Acesso em: 10 de fev. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

LINERA, Álvaro Garcia. *O que é uma Revolução?*; da Revolução Russa de 1917 à revolução em nossos tempos. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, György. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Trad. Nélio Schneider; revisão técnica José Paulo Netto; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo, Boitempo, 2016.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2001.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920*. Trad. José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Marcos Francisco. *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?*. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

MARTINS, A. M. R.; SOUZA, I. S. L.. *A experiência histórica do anarquismo perante a questão das relações de gênero: Dimensões da luta na Argentina e no Brasil*. Semioses: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Rio de Janeiro, v.12., n. 2., abr./jun. 2018.

MARX, Karl. *Manifesto do partido comunista*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Trad. e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. Karl Marx; Daniel Bensaid. Trad. de Karl Marx, Nélio Schneider; trad. de Daniel Bensaid, Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENON, Og Natal. *A educação escolarizada em Sorocaba: entre o Império e a República*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2000.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MIMESSE, Eliane. *A criação da Escola Moderna em uma comunidade italiana no ano de 1918*. *Histórica – Revista eletrônica do arquivo público do Estado de São Paulo*, São Paulo, número 35, ed. 5ª, ab. 2009. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica35.pdf#page=40>> Acesso em: 10 set, 2018.

MORAES, José Damiro de. Educação anarquista no Brasil da Primeira República. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.) *Navegando pela História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

MUSTO, Marcello (org.). *Trabalhadores, uni-vos!*: Antologia política da 1 Internacional. Trad. Rubens Enderle, - 1 ed. – São Paula: 2014.

NOMELINI, Paula Christina Bin. *Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores*. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, p. 143-173, ago.-dez. 2010.

- NUNES DA SILVA, Leandro. *Grupo escolar Antônio Padilha: sua historiografia através de seus arquivos*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 23, p.59 –68, set. 2006.
- PAULA, Almir El Hakim de. As aulas de Geografia nas Escolas Modernas: teoria e prática anarquista de educação. In: *Boletim Paulista de Geografia / seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros – nº 92*, jun. 2012. São Paulo: AGB, 2012.
- PAULO NETTO, José. *Introdução ao método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PEREIRA, Joana Dias. *O sindicalismo revolucionário em Portugal no primeiro quartel do século XX*. Coimbra-Portugal. Publicado por Imprensa da Universidade de Coimbra. 2009.
- PINHO, Adelino Tavares de. *Pela educação e pelo trabalho; e outros escritos*. Org. Biblioteca Terra Livre. São Paulo: Editora Biblioteca Terra Livre, 2015.
- PINTO Jr, Arnaldo Pinto. *A invenção da “Manchester Paulista”*: embates culturais em Sorocaba (1903-1914). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas – SP, 2003.
- PISTRAK, M. M.. *Fundamentos da escola do trabalho*. Trad. Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1994.
- PLEKHANOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história: da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- RODRIGUES, Edgar. *ABC do Anarquismo*. Lisboa – Portugal: Editora Assirio & Alvim, 1976.

ROMANELLI, Cristina. A fantástica vida real. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Nº 77, ano 7, Rio de Janeiro, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil*. Campinas-SP, Autores Associados, 2013.

_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Campinas-SP, Autores Associados, 2013.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba, transição para o trabalho livre 1860-1899*. Trad. Maria Lúcia Lamounier. Rio de Janeiro / Campinas-SP: Editora Paz e Terra e Editora UNICAMP, 1991.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político partidário da primeira república*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). “Brasil em perspectiva: corpo e alma do Brasil”. Ed. São Paulo, Bertarnd Brasil, 1988.

SOUZA, Sandra Aparecida de; GUIMARÃES, Maria de Fátima; PAIVA, Rodrigo Ribeiro de; CABRAL, Adriel de Moura. *A trajetória de Joseph Jubert professor francês e anarquista: a instrução libertária silenciada e reprimida*. Criar Educação, Criciúma-SC, v. 7, nº2, jul/nov 2018.

TARDELLI FILHO, Fábio Alexandre; PEREIRA, Keyla. P. R. Anarquismo, educação e vozes femininas no Jornal “O Operário” (1909-1913) de Sorocaba/SP. In: MARTINS, Marcos Francisco (org.) *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais*. São Paulo: Editora Hipótese, 2018.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Kropotkin: textos escolhidos*. São Paulo e Porto Alegre-RS: Editora L&PM, 1987.

TOLEDO, Edilene Teresinha. *O sindicalismo revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas – SP, 2002.

VIANNA, Marcelo. *Os homens do Parquet: Trajetórias e processo de institucionalização do ministério público do Estado do Rio Grande do Sul (1930-1964)*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre-RS, 2011.

VINHAS, M. *Estudos sobre o proletariado brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

VITORINO, Artur José Renda. Notas sobre a teoria de formação de classe de E. P. Thompson. Campinas-SP: História Social – *Revista dos pós-graduandos em História da UNICAMP*, nº 4/5, p. 157-173. 1997/1998.

VELLOSO, Gustavo. *Ociosos e sedicionários: populações indígenas e o tempo do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)*. São Paulo: Intermeios; USP/ Capes, 2018.

ZEA, Leopoldo. *El positivismo y la circunstância mexicana*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1985.

ZIZEK, Slavoj. *A ditadura do proletariado de Gotham City*: artigo de Slavoj Zizek sobre o novo Batman. Ago. de 2012. Disponível em: <
<https://blogdaboitempo.com.br/2012/08/08/ditadura-do-proletariado-em-gotham-city-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-batman-o-cavaleiro-das-trevas-ressurge/>>, Acesso em: 20 de fev. 2019.

WOODCOCK, George. *Anarchism*. Penguin Books, 1963.

_____. *História das ideias e movimentos anarquistas* – vol. 2.: O movimento. Trad. Julia Tettamanzy. Porto Alegre-RS; L&PM, 2008.

JORNAIS E DOCUMENTOS

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, publicação organizada pela directoria geral da instrução pública, com autorização do Governo do Estado. São Paulo, 1918.

CRUZEIRO DO SUL. Para plantar algodão, 14 de setembro de 1904, p. 2.

- _____ . Vespas, 30 de setembro 1909, p. 1.
- _____ . Pela classe operária, 14 de novembro 1913, p. 2.
- _____ . Reclamações do povo. 14 de setembro 1914, p. 2.
- _____ . Victma do Trabalho, 28 de janeiro 1928, p. 2.

O OPERÁRIO, O Operário, 18 de julho 1909, p. 1.

- _____ . Augurio, 18 de julho 1909, p. 2.
- _____ . Come divenni socialista, 18 de julho 1909, p. 2.
- _____ . La ragiona... per eni. 18 de julho 1909, p. 2.
- _____ . Pela Liberdade, 18 de julho de 1909, p. 2.
- _____ . Aos operários, 02 de agosto de 1909, p. 1.
- _____ . Aos operários de Sorocaba, 02 de agosto de 1909, p. 1.
- _____ . Expediente “O Operário”, 22 de agosto de 1909, p. 2.
- _____ . Manoel Serralha, 26 de setembro de 1909, p. 1.
- _____ . Uma e única resposta ao Cruzeiro do Sul, 10 de outubro 1909, p. 1.
- _____ . Real Sociedade Beneficente Portuguesa “Vasco da Gama”, 10 de outubro 1909, p. 2.
- _____ . Greve de empregados do “lotto” em Napoles e Florença, 10 de outubro 1909, p. 2.
- _____ . Comícios de Protestos, 17 de outubro 1909, p.3.
- _____ . La questione sociale e il socialismo, 31 de outubro 1909, p. 1.
- _____ . Conferencia Socialista em Sorocaba, 12 de dezembro de 1909, p. 2.
- _____ . O que é socialismo, 12 de dezembro de 1909, p. 1.
- _____ . A essência do socialismo, 16 de janeiro de 1910, p. 1.
- _____ . O problema do Amor, 23 de janeiro de 1910, p. 1.
- _____ . Aos Operários, 20 de fevereiro de 1910, p. 3.
- _____ . Club 13 de Maio Sorocabano, 22 de maio de 1910, p. 2.
- _____ . Oito horas de trabalho às creanças, 6 de março de 1910, p. 2.
- _____ . A verdadeira caridade, 22 de maio de 1910, p. 3.
- _____ . A barbaria em seu auge, 29 de maio de 1910, p. 3.

- _____. Exército de Luz, 12 de junho de 1910, p. 2.
- _____. Sociedade Construtora Predial Sorocabana, 12 de junho de 1910, p. 2.
- _____. Uma lição de ocultismo, 12 de junho de 1910, p. 2.
- _____. Estamos vencendo, 31 de julho de 1910, p. 2.
- _____. A essência do Socialismo, 9 de outubro de 1910, p. 1.
- _____. Anarchia e Socialismo, 9 de outubro de 1910, p. 1.
- _____. Em Sorocaba, 9 de outubro de 1910, p. 3.
- _____. Estudantes sorocabanos, 23 de outubro de 1910, p. 2.
- _____. Anarchia e socialismo, 23 de outubro de 1910, p. 2.
- _____. A essência do Socialismo, 13 de novembro de 1910, p. 1.
- _____. Democracia e instrução, 1 de janeiro de 1911, p. 2.
- _____. Liberdade e instrução, 13 de maio de 1911, p. 1.
- _____. Pelas fabricas, 6 de agosto de 1911, p. 1.
- _____. Escolas nocturnas, 27 de agosto de 1911, p. 2.
- _____. Razão de ser do syndicalismo, 10 de setembro de 1911, p. 1.
- _____. A razão de ser do syndicalismo, 18 de setembro de 1911, p. 1.
- _____. Experiencia dos factos, 24 de setembro de 1911, p. 1.
- _____. Razão de ser do syndicalismo, 24 de setembro de 1911, p. 1.
- _____. Liga Operaria de Sorocaba, 24 de setembro de 1911, p. 2.
- _____. Os Syndicatos, 3 de dezembro de 1911, p. 1.
- _____. A educação das crianças, 10 de dezembro de 1911, p. 2.
- _____. A essência do socialismo, 17 de dezembro de 1911, p. 1.
- _____. A essência do socialismo, 31 de dezembro de 1911, p. 1.
- _____. Escola Mixta Particular, 24 de janeiro de 1912, p. 2.
- _____. A essência do socialismo, 18 de fevereiro de 1912, p. 1.
- _____. Notas... a vapor, 14 de abril de 1912, p. 2.
- _____. Uma resposta à União Operária, 3 de maio de 1912, p. 2.
- _____. Resposta ao anonymato, 12 de maio de 1912, p. 2.
- _____. União Operaria, 26 de maio de 1912, p. 2.
- _____. Não posso calar, 2 de junho de 1912, p. 1.
- _____. O Operário – Atenção, 23 de junho de 1912, p. 2.
- _____. A taciturna, 7 de julho de 1912, p. 1.

- _____. A caridade, 18 de julho de 1912, p. 1.
- _____. A vida, a alma e a morte, 23 de junho de 1912, p. 1.
- _____. A moral na “Fabrica Fonseca”, 11 de agosto de 1912, p. 2.
- _____. Manuel Serralha, 22 de setembro de 1912, p. 1.
- _____. Entre dois operários. 6 de outubro de 1912, p. 1.
- A LANTERNA, O Ensino racional, 13 de outubro 1911, p. 2.
- _____. Vida Operária, 11 de novembro de 1911, p. 3.

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Oreste Ristori - Fonte: http://www.toscananovecento.it/custom_type/oreste-ristori-una-storia-antifascista-tra-toscana-e-sudamerica/; Acesso em: 21 de Jan. 2019.

Ilustração 2 - Fotografia da edição fac-similar do jornal *O Operário*, material compilado pelo professor e historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho - Fonte: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/535271/operarias>; acesso em 22 de Jan. 2019.

Ilustração 3 – Trecho do jornal *O Operário* artigo *A razão de ser sindicalismo*. – Fonte: *O Operário*, 10 de setembro de 1911, p. 1.

Ilustração 4 – Trecho do jornal *O Operário* artigo *Notas... a vapor*. – Fonte: *Notas... a vapor, O Operário*, 14 de abril de 1912, p. 2.

Ilustração 5 – Trecho do jornal *Oreste Ristori* – Fonte: *O Operário*, 24 de abril de 1910, p. 3.

Ilustração 6 – Trecho do jornal *Aos operários de Sorocaba* – Fonte: *Aos operários, O Operário*, 02 de agosto de 1909, p. 1.

Ilustração 7 – Trecho do jornal *O que é socialismo* – Fonte: *O que é socialismo, O Operário*, 12 de dezembro de 1909, p. 1

Ilustração 8 - Lista de livros vendidos pela equipe do jornal *A Lanterna* de São Paulo. - Fonte: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/acervo>; acesso em 22 de Jan. 2019.

Ilustração 9 - Manifestação de operários no município de Cornellà de Llobregat, na província de Barcelona, Espanha nos anos 70 - Fonte: <https://elcinturonrojoenlucha.blogspot.com/>; acesso em 26 jan. 2019.

EPÍGRAFES

Epígrafe I – THOMPSON, 2011, p. 9.

Epígrafe II – ANDRADE, 2017, p. 35.

Epígrafe III – HOLANDA, 2012, s/p.

Epígrafe IV – HARNECKER, 2018, p. 256.

Epígrafe V – ASSIS, 2001, p. 104.

Epígrafe VI – FACURY, 2010, p. 155.